UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

DISSERTAÇÃO

ECONOMIA SOLIDÁRIA: DE MOVIMENTO SOCIAL À OBJETO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – LIMITES E POSSIBILIDADES NA RELAÇÃO COM O ESTADO.

RUTH ESPINOLA SORIANO DE MELLO

2006

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

ECONOMIA SOLIDÁRIA: DE MOVIMENTO SOCIAL À OBJETO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – LIMITES E POSSIBILIDADES NA RELAÇÃO COM O ESTADO.

RUTH ESPÍNOLA SORIANO DE MELLO

Sob a Orientação do Professor

Renato Maluf

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais,** no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ
Agosto de 2006

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

RUTH ESPINOLA SORIANO DE MELLO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências,** no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, área de Concentração em Natureza, Ciência e Saberes.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 22/09/2006 (Data da defesa)

_____
Dr. Renato Maluf - UFRRJ
(Orientador)

_____
Dr. John Wilkinson - UFRRJ

_____
Dra. Kátia Faria Aguiar - UFF

Dedico este estudo a Philippe Amouroux (*in Memorian*) para quem a "economia do Terceiro Milênio será espiritual, ou não haverá economia".

Ricardo, meu filho, Danilo e a minha mãe, Ivone, sem os quais não teria tido entusiasmo e tranqüilidade tão necessários à conclusão desta

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e à graciosa oportunidade que ele me deu em gerar e poder educar um filho com Ricardo. Danilo veio e só trouxe alegria à meu coração.

A Ricardo que mais do que paciência teve comigo nestes tempos de escrita. Compartilhou questionamentos e, sobretudo, me afagou com carinho e otimismo não apenas quando me faltavam forças.

A meu querido paizão Francisco e minha mãezinha para todos os carinhosos "socorros" Ivone com Danilo.

A minha irmã Sarah e meus irmãos Geraldo e Túlio e querido meu sobrinho Tiaguinho, Renata, Priscila, tia Duí, tia Judith, Mariana, Vaneide, Fabinho, Bira, Edu, Jaqueline, Ingrid, Larinha, por conformarem a família "mais chegada" da qual muito me orgulho.

Aos amigos do PACS que marcaram sobremaneira minha vida afetiva e profissional, mais especialmente a Marcos, Kátia, Sandra, Terezinha, Robson, Rosana, Maiara, Bruno, Duda, Jussara, Eliane, Leilane, Gustavo, Lycia e Márcia.

Também às novas companheiras do EQUIT – Graciela, Jocélia, Fabiana, Vivian e Rogéria, que apesar do pouco tempo de interação já foram muito importantes.

A meu orientador Renato pelas aulas, ponderadas orientações e paciência com o ritmo de trabalho de uma "mãe de primeira viagem". E aos queridos doutores que integraram minha banca cujas principais ponderações já foram absorvidas em alguns trechos desta dissertação, estas e as demais as carrego para a vida.

A todos meus colegas de turma com quem dividi muitas das inquietações da vida acadêmica, especialmente a Andrea, Beatris, Betty, Biancca, Fernando Abrantes, Flávia, Francisco Clesson, Karina, Marco Antônio, Mônica, Sandro, Silvia e Simone.

Ao Ilson, José Carlos e Teresa e demais funcionários do CDPA, como também aos queridos professores pelo companheirismo na prazerosa apresentação de diferentes visões de mundo.

A minhas queridas amigas Carla, Fabiana, Isadora, Mirelli e Silvia pela sincera cumplicidade de sentimentos e força de sempre, e ao querido amigo e eterno "chefinho" Luiz Mário.

MELLO, Ruth Espínola Soriano de. 2006. 189 p. *Solidarity Economy: from social movement to object of public policy – limits and possibilities in relation to the State. *Dissertation (Masters in Development, Agriculture and Society). Institute of Human and Social Sciences: Rural Federal University of Rio de Janeiro, RJ, 2006.

This dissertation has as its fundamental point the evidencing of elements arising from the correlation between the Brazilian social movement of solidarity economy and the State secretariat, whose creation was made viable from the legitimization of social rights in relation to the public power. The National Secretariat for Solidarity Economy – SENAES, bound to the Ministry of Work, was constituted with the main objective of implementing social policies under such specific designation, being configured as an absolutely relevant actor to which considerations of this case study are driven. Another equally important actor is the Brazilian Forum for Solidarity Economy – FBES perceived by the Secretariat itself as its main interlocutor. In this sense, from a strictly theoretical point of view, financial issues are approached with supremacy to social questions. Such scenario is explained as being an effect of the hierarchical social division experienced by capital metabolism which operates in favor of the subordination of work in relation to capital; that is, according to Mézsáros (1995), the mediation of second hand orders in relation to first hand ones. It is given that solidarity economy's values and practices which conform the triad cooperation, solidarity and self-management break with such logic; re-inventing the hierarchy of those mediations. Another theoretical aspect is its binding process directed at a certain part of those socially disaffiliated (CASTEL, 1998). In this context, a solidarity economy survey was initially elaborated based on some categories of analysis, including its conceptual-terminological discussion. Following is an approach of the initiatives that conform the Brazilian universe of solidarity economy in tandem with consultation, research and fomentation entities. The role of the State in relation to the implementation of actions for solidarity economy is subsequently dealt with. Analysis is then focused on the nature and dynamic aspects of the Brazilian State in relation to the implementation of social policies, as well as participation and social control mechanisms; themes seen as "dear" to those social movements. Finally, there is a historical panorama since the moment when apparently occurred the genesis of solidarity economy in Brazil till its most recent scope. With this, programmatic lines of solidarity economy printed on the current Pluri-annual Plan (2204-2007) are presented, and governmental actions implemented beyond the scope of the secretariat are tackled. There are diverse conclusions obtained from focusing on one of the main objectives of this dissertation: to sow considerations about the relations between the FBES and the SENAES, particularly on its contradictions. The performance of that emerging political actor in face of public managers from SENAES, previously identified as militants of the solidarity economy, revealed paradoxal impressions. In the same way as it is perceptible the sensibility of a grass-roots base government, which maintains and reinforces orthodox practices despite sustaining innovative and bold policies in the social sphere. Or the perception that even if social movements possess, by nature, a diffused and decentralized character, there is an apparent loss of autonomy and critical standing point in relation to the Brazilian solidarity economy concerning its institutionalized representation with regards to the State.

Key words: *State, public policies, solidarity economy.*

MELLO, Ruth Espínola Soriano de. 2006. 189 p. Economia solidária: de movimento social à objeto de políticas públicas – limites e possibilidades na relação com o Estado. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2006.

Esta dissertação teve como fundamento a evidenciação de elementos oriundos da correlação do movimento social brasileiro da economia solidária quando da legitimação de direitos frente ao poder público o qual propiciou a criação de uma secretaria de Estado. Esta, a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, se constituiu com o objetivo principal de implementar políticas sociais sob tal designação, passando a se configurar como um ator absolutamente relevante para o qual são direcionadas considerações neste estudo. O outro ator igualmente importante é o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES tido pela própria Secretaria como seu principal interlocutor. Neste sentido, do ponto de vista estritamente teórico, aborda-se a supremacia das questões financeiras em relação às sociais. Tal cenário é explicado como sendo efeito da divisão social hierárquica vivenciada pelo metabolismo do capital que opera em favor da subordinação do trabalho ao capital; isto é, das mediações de segunda ordem sobre às de primeira, de acordo com Mézsáros (1995). Tem-se que as práticas e valores da economia solidária que conformam a tríade cooperação, solidariedade e autogestão rompe com tal lógica; re-invertendo a hierarquia daquelas mediações. Outro aspecto teórico é o seu processo vinculador dirigida a certa parcela dos desfiliados sociais (CASTEL, 1998). Neste contexto, inicialmente, tratou-se de elaborar um *survey* da economia solidária a partir de algumas categorias de análise, inclusive a de sua discussão conceitual-terminológica. Seguiu-se com a abordagem das iniciativas que conformam o universo brasileiro da economia solidária junto com as entidades de assessoria, pesquisa e fomento. O papel do Estado em relação à implementação de ações para a economia solidária é tratado em seguida. Passa-se então à análise de alguns aspectos da natureza e da dinâmica do Estado brasileiro frente à implementação de políticas sociais, assim como de mecanismos de participação e controle social; temas tidos como "caros" àquele movimento social. Finalmente, tem-se um panorama histórico desde quando teria se dado a gêneses da economia solidária no Brasil à sua mais recente alçada. Com isto, são apresentadas as linhas programáticas da economia solidária impressas no Plano Plurianual vigente (2004–2007), como também são abordadas as ações governamentais implementadas para além do escopo da Secretaria. São diversas as conclusões obtidas a partir do enfoque em um dos principais objetivos desta dissertação: tecer considerações sobre a relação do FBES com a SENAES, particularmente de suas contradições. A atuação daquele emergente ator político frente aos gestores públicos da SENAES, antes identificados como militantes da economia solidária, revelam impressões paradoxais. Tal qual se percebe no tocante à sensibilidade de um governo de base popular que mantém e reforça práticas ortodoxas a despeito de sustentar políticas inovadoras e ousadas no campo social. Ou a percepção de que mesmo que movimentos sociais detenham, por natureza, caráter difuso e descentralizado, há aparente perda de autonomia e de posicionamento crítico por parte do movimento social de economia solidária brasileiro quando de sua representação institucionalizada frente ao Estado.

Palavras-chave: *Estado, políticas públicas, economia solidária.*

SUMÁRIO

01 INTRODUÇÃO

10 I A ECONOMIA SOLIDÁRIA

12 I.1 A dinâmica das relações laborais e a supremacia das mediações de segunda ordem

19 I.2 Correntes teóricas da economia solidária segundo algumas categorias de análise

19 I.2.1 Noções, conceitos e denominações relativas à economia solidária

29 I.2.2 A importância do feminismo à economia solidária

33 I.2.3 Pretensões da Economia Solidária: entre a realidade e utopia

40 I.2.4 Da centralidade do trabalho

43 I.3 O papel do Estado em relação à economia solidária

48 I.4 Considerações Gerais

51 II ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

51 II.1 A economia solidária a partir de suas iniciativas

58 II.1.1 Associativismo/Cooperativismo

66 II.1.2 Grupos de produção e de oferta de serviços

67 II.1.3 Empresas autogestionárias

69 II.1.4 Grupos de trocas solidárias e criação de circulante local

75 II.1.5 Redes de consumo ético e de comércio justo

80 II.2 Panorama histórico da economia solidária no Brasil

86 II.2.1 Articulação em redes de economia solidária

89 II.2.2 O papel dos Fóruns Sociais Mundiais

97 II.3 Considerações Gerais

98 III POLÍTICAS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO POPULAR NO BRASIL

99 III.1 Supremacia do financeiro sobre o social

102 III.2 Elementos constitutivos das políticas sociais

106 III.2.1 Políticas sociais e a dinâmica da redemocratização da esfera governamental

109 III.3 Participação popular na esfera governamental

113 III.3.1 A Constituição Cidadã: marco para a promoção da participação
114 III.3.2 Participação popular na tramitação orçamentária
117 III.3.3 Situando os movimentos sociais como atores sociais e/ou políticos
119 III.4 Participação popular no Governo Lula
124 III.5 Considerações Gerais

126 VI ECONOMIA SOLIDÁRIA: DE MOVIMENTO SOCIAL À OBJETO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

127 VI.1 SENAES e o FBES: criação e inter-relação
132 VI.1.1 Considerações adicionais sobre a SENAES
136 VI.1.2 A Rede de Gestores Públicos de Economia Solidária
139 VI.2 A economia solidária expressa no PPA Federal
142 VI.2.1 Principais diretrizes das ações da SENAES
147 VI.2.2 Execução orçamentária do Programa "Economia Solidária em Desenvolvimento"
152 VI.3 Outras ações em economia solidária do Governo Lula
152 VI.3.1 Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC
154 VI.3.2 Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários
157 VI.3.3 Chamadas Públicas de Projetos em Economia Solidária
161 VI.3.4 Departamento de Economia Solidária do BNDES
161 VI.4 Marco legal da economia solidária
167 VI.5 Conselho Nacional de Economia Solidária
170 VI.6 Considerações Gerais

177 CONCLUSÕES FINAIS

178 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INTRODUÇÃO

É intenso o debate atual que versa sobre o fim de uma era. Sob a ótica dos regulacionistas, argumenta-se a mudança do padrão de produção da acumulação capitalista ou a crise da reestruturação produtiva do capital. Outras perspectivas apontam para o ócio criativo ou mesmo para o fim do trabalho; chegando a forjar a Era da Comunicação e da Informação.

É fato que as últimas décadas têm imprimido à sociedade contemporânea profundas transformações, não apenas no tocante à materialidade, mas também no campo da subjetividade haja vista a complexa relação humana entre *ter* e *existir*. Dentre tantos outros efeitos, a crise recente experimentada pelo capital tem no mundo do trabalho sua expressão mais marcante. É justamente em seu interior que tem ocorrido profundas mutações onde se destaca sobremaneira o desemprego estrutural e a precarização das relações trabalhistas.

Independente do nome que se dê, pragmaticamente o que se observa do presente momento histórico, é que grande parte da população do planeta não tem condições dignas de vida, e tampouco tem oportunidades para galgarem melhores. A desigualdade e o desemprego são traços marcantes e persistentes em vários lugares do mundo, a exemplo do Brasil.

O índice de Gini que mede a distribuição de renda entre ricos e pobres, revela que o Brasil é um dos piores do mundo em desigualdade. Ainda que tenha se mantido estável nos últimos anos. Em 2002, foi de 0,597 em 2002 e, em 2004 foi de 0,574. Quanto mais próximo de um, mais desigual é o país.

Mais especificamente quanto ao acesso ao trabalho, sabe-se que, entre 1980 a 1995, a proporção da População Economicamente Ativa – PEA brasileira dos trabalhadores assalariados caiu de 49% para 30%; a dos por conta própria se manteve relativamente estável em 22%; e a dos assalariados sem registro subiu de 13% para 27%; e a dos desempregados subiu de 2,8% para 6,4% (POCHMANN, 1999). De tais dados pode-se afirmar que no período o desemprego e a precarização das relações trabalhistas se acentuou.

Outro dado bem ilustrativo é o comportamento da taxa de desemprego medida por intermédio da Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED[1] realizado na Região Metropolitana de São Paulo. Nela a taxa de desemprego total não incorpora apenas o

[1] O PED é realizado através de convênio entre a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE e o Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sociais e Econômicas - DIEESE.

chamado desemprego aberto[2], como também as categorias[3] do desemprego oculto por trabalho precário[4] e do desemprego por desalento[5]. Em uma perspectiva histórica de tais dados, observa-se que há uma tendência crescente da taxa de desemprego total desde o início da década de 1990, ultrapassando, em muito, o nível de 14,2% registrado em 1985 (data do início da pesquisa), chegando ao patamar de 21,0% no ano de 2002. Entretanto, dados mais recentes revelam que a taxa de desemprego total tem apresentado tendência descendente. Em 2004, a mesma foi da ordem de 18,7%. Já em 2005 foi de 16,9%. Não obstante, persiste alta se comparado com outros países da mesma pujança que o Brasil. (DIEESE; SEADE, 2006)

A precarização, atrelada à flexibilização das relações de trabalho – que passa a se verificar, com efeito, a partir dos anos 1990, quando o Brasil, na desastrosa gestão de Fernando Collor de Mello dá início ao processo de ajuste neoliberal, desmontando os setores empresariais governamental (via privatizações) e privado, notadamente, as micro, pequenas e médias (através de uma abertura comercial irresponsável) – fica evidente, exatamente pelo exame das categorias de desemprego oculto por trabalho precário e por desalento.

Para o período de 1995 a 2002, tem-se que o Brasil apresentou uma taxa de assalariados com registro descendente, de 46% foi para 41%; os sem registro houve um acréscimo de 23% para 25%; já os trabalhadores por conta própria se mantiveram estáveis em 22%; sendo que a taxa de desemprego aberto subiu da ordem de 4% para 7% (IPEA; MTE, 2003). Tais números sugerem que a precarização tem aumentado menos que o desemprego o que pode ser explicado desvalorização da moeda doméstica frente ao dólar estadunidense nos últimos dois anos fato que pode ter impactado no mercado interno brasileiro já que possivelmente houve redução da competitividade dos produtos importados de países com direitos sociais "limitados".

[2] Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos sete últimos dias.

[3] Pessoas que realizam trabalhos precários – ocasionais, de auto-ocupação ou exercidos de forma descontínua e irregular, ainda que remunerados – ou pessoas que realizam trabalho não-remunerado (p.ex., em ajuda a negócios de parentes), e que tomaram providências concretas para mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás.

[4] Pessoas que realizam trabalhos precários – ocasionais, de auto-ocupação ou exercidos de forma descontínua e irregular, ainda que remunerados – ou pessoas que realizam trabalho não-remunerado (p.ex., em ajuda a negócios de parentes), e que tomaram providências concretas para mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás.

[5] Pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista, por desestímulos do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

Diante de tal cenário, fica a questão sobre fazem tal massa desempregada para sobreviver. A maioria parece conformar os indicadores de informalidade. Na América Latina, de cada 100 empregos gerados durante 1990-1995, 84 cerca correspondem ao setor informal. Dentre os quase 16 milhões de empregos criados na região no período de 1990 a 1994, cerca de 14,4 milhões corresponderam ao tal setor o qual agrupou cerca de 56% do total de pessoas ocupadas. Também no Brasil, o crescimento da informalidade é notório. O grau de informalidade era de 36,6%, em 1986; 37,6%, em 1990; e 50,8%, em 2000 (CACCIAMALI, 1999).

Parcela daquela massa populacional excluída "teima em sobreviver e de resistir" a partir de iniciativas produtivas que são "tímidas" do ponto de vista de sua amplitude, mas que se configuram como "audaciosas" por contextualizarem aquelas práticas em um projeto de sociedade *alternativo* ao hegemônico e de cunho socialista, sob um novo marco conceitual.

A economia solidária se configura, assim, enquanto um movimento social emergente que tem encontrado espaço para se organizar estrategicamente nos Fóruns Sociais Mundiais e em redes e fóruns nacionais e internacionais; assim como, em importantes instâncias governamentais e nas conseqüentes políticas sociais a ela orientada em vários lugares do mundo.

Ela se diferencia de outras temáticas pela tônica que os valores e princípios éticos da solidariedade, cooperação e da autogestão imprimem quando da coletivização dos meios de produção e da propriedade de suas iniciativas; reafirmando e resignificando assim uma nova centralidade da categoria trabalho.

O advento da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego em 2003, representa para o movimento social brasileiro uma "conquista" particularmente em relação a sua legitimação no campo dos direito ao trabalho e a uma vida digna; para além da precariedade que a maioria de seus empreendimentos ainda hoje apresenta. A dinâmica da relação do movimento social em questão com o Estado é objetivo central deste trabalho dissertativo o qual busca por elementos que revelam limites e possibilidades de tal empreitada que, de todo modo, vale a pena ser vivida para além das contradições e dificuldades encontradas.

***

Foi neste contexto, que eu recém graduada em economia me familiarizei com o universo das iniciativas da economia solidária e de outras formas *alternativas* ao padrão hegemônico ao ingressar no Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS, onde atuei por mais de sete anos durante os quais pude ter a grata oportunidade de conviver com Marcos Arruda, certamente um dos mais ativos e renomados autores e militantes da socioeconomia solidária no mundo. A participação em debates, assessorias e pesquisas, assim como a equipe, os grupos, as redes, os fóruns e os espaços governamentais que integrei foram essenciais para minha formação pessoal e profissional.

Vale também destacar minha atuação "militante" no Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro e no Fórum Brasil do Orçamento o qual me oportunizou conhecer um pouco dos entraves e debates políticos e técnicos que "impedem" a máquina estatal de ser mais clara, transparente e permeável à atuação popular direta em sua gestão, onde se inclui a tramitação orçamentária que trata, em primeira e última instância dos recursos públicos.

Tais experiências, somadas às problematizações que o curso de especialização em Políticas Públicas e Governo e o mestrado ora finalizado, trouxeram-me algumas inquietações as quais procuro tratar neste trabalho dissertativo.

Convém ainda tratar do método utilizado para a escrita. Buscando um apropriado "distanciamento" do objeto de pesquisa, fator determinante de um bom desempenho acadêmico, apoiei-me em fontes primárias e secundárias.

Das fontes primárias posso destacar entrevistas com autores, atores e gestores do campo da economia solidária, dentre os quais destaco (e agradeço mais uma vez): Marcos Arruda, Rosemary Gomes, Luigi Verardi, Otniel de Aquino, Paul Singer, Ângela Maria Schwerngber, Alberi Petersen e Sérgio Kapron. Algumas delas estão sendo utilizadas pela segunda vez por mim já que advieram da produção da monografia da especialização retrocitada.

Também me apoiei em fontes secundárias ao utilizar uma série de obras nacionais e estrangeiras no campo de estudo da economia solidária disponíveis à público no Centro de Documentação em Socioeconomia Solidária do PACS; assim como de maior abrangência, onde se destaca a obra de István Mézsáros (1995) e de Robert Castel (1998).

Neste contexto, um registro ainda merece ser feito; trata-se do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES que ilustra o perfil e dinâmica do movimento social de economia solidária brasileiro ao longo de toda dissertação. Faz-se necessário ponderar que o mesmo não se caracteriza como um mapeamento de valor estatístico, mas sim como um cadastro "fotográfico" dos empreendimentos que em 2004 e 2005 se disseram atuantes e pertencentes aquele setor; isto é, trata-se de "um sistema de identificação e registro

de informações", um "banco de dados sobre a economia solidária no Brasil". (MTE; SENAES; SIES, 2006: 9)

Faz-se ainda importante informar que esta versão final procurou atender a certas pertinentes ponderações feitas por minha Banca a qual agradeço profundamente.

***

Uma vez situado nesta Introdução o contexto a partir do qual se dá a abordagem subseqüente sobre a prática e a discussão de natureza eminentemente teórica da economia solidária faz-se necessário apresentar a estruturação desta dissertação.

O Capítulo I é dedicado à apresentação inicial da economia solidária enquanto termo que abrange um campo de significados e práticas de um movimento social internacional que se diz "alternativo" à ordem hegemônica.

Neste sentido, em toda dissertação a economia solidária é contextualizada não apenas como um campo de estudo, mas sobretudo como identidade de um movimento social internacional que de alguma maneira busca retomar ou re-inverter a supremacia das mediações de primeira ordem sobre as de segunda ordem segundo a conceituação mezsariana.

Tal referência teórica é seminal para a compreensão do estágio atual do desenvolvimento do capitalismo. Segundo o autor, o metabolismo social do capital originou-se a partir de um processo historicamente constituído segundo o qual a divisão social hierárquica ocorrida operou em favor da subordinação do trabalho ao capital. Sendo assim estabelecida uma tal ordem relacional entre os indivíduos em um sistema de produção e de intercâmbio a qual sobrepôs as mediações de primeira ordem às de segunda ordem. As de primeira dizem respeito à preservação das funções vitais da reprodução individual e societal, a outra abrange os meios de produção alienados e suas personificações: o dinheiro, a produção para troca, a diversidade de formação do estado do capital em seu contexto global: o mercado mundial (MÉZSÁROS, 1995).

Neste universo, faz-se necessário resgatar o panorama histórico a partir do qual se observa a crise do trabalho assalariado, tido como um dos fatores determinantes - aliado à reestruturação produtiva do capital - para o crescimento de formas *alternativas* de produção; cenário, onde se compreende que a economia solidária ganha pujança. Sobre este enfoque específico Robert Castel (1995) em "Metamorfoses da questão social"[6] constitui sem dúvida

[6] Faz-se mister salientar que Robert Castel, apesar de admitir que seus estudos historiográficos enfoquem o mundo do trabalho francês e inglês, suas ponderações teóricas também são válidas para se compreender a América Latina mesmo que se tratem de países que não vivenciaram de forma alguma o Estado de Bem Estar Social europeu.

outra importante referência adotada principalmente por argumentar que o principal *vinculador social* da massa *supranumerária* é o trabalho, no caso, o assalariado.

Arruda é abordado ao fazer uma interessante contraposição ao apresentar a socioeconomia solidária segundo a qual os trabalhadores, de forma horizontal, superariam a relação capital-trabalho, para uma relação trabalho-trabalho. Neste contexto, Arruda reafirma a noção de *filiação* casteliana sob outra perspectiva, a de "um outro acordo coletivo; um novo paradigma", da "economia do trabalho emancipado" (ARRUDA, 2006).

As principais correntes teóricas são analisadas, segundo algumas categorias concebidas a partir de questões recorrentes nos debates que enfoca a economia solidária, mais particularmente sua afinidade com o movimento feminista; sua visão e "pretensões utópicas"; a "afirmação" sobre a centralidade do trabalho nos tempos atuais; e o papel do Estado em sua promoção.

Tal abordagem é, contudo, precedida de considerações sobre particularidades terminológicas e conceituais concernentes à economia solidária de modo a oferecer elementos que ajudam a compreender as raízes e contradições do movimento social. Embora, de modo gera, seja utilizado seu termo mais genérico no decorrer de todo trabalho, a economia solidária recebe, contudo, uma série de designações afins as quais não são ausentes de especificidades que variam de acordo com contextos, localidades e atores que as abraçam[7].

O primeiro capítulo é então finalizado com um *survey* sobre o papel do Estado frente à promoção e ao desenvolvimento da economia solidária a partir da óptica de alguns autores e do posicionamento de gestores de políticas públicas em economia solidária no Brasil.

Uma vez finalizada uma análise mais predominantemente teórica da economia solidária, o segundo capítulo enfoca a economia solidária no Brasil onde inicialmente tem-se a uma caracterização das iniciativas mais expressivas; quais sejam: associativismo e cooperativismo; grupos de produção e de oferta de serviços; empresas autogestionárias; grupos de trocas solidárias e criação de circulante local; redes de consumo ético e de comércio justo. Neste sentido, tradicionais práticas associativas são revisitadas, destacando-se a tríade - cooperação, solidariedade e autogestão – a qual parece ser seu principal alicerce, fato que sugere uma retomada do projeto socialista dentro de um marco conceitual e de contexto próprios.

[7] Em algum momento da leitura esta parte pode ser exaustiva. No entanto, por ter sido um tema recorrente nos debates nacionais, particularmente nas primeiras versões do Fórum Social Mundial, julgou-se importante tratar da questão terminológico-conceitual que não é neutra para as correntes do movimento social que se dinamizaram posteriormente.

Segue-se ainda com um panorama histórico da economia solidária no Brasil , onde se destaca a articulação dos atores em redes e fóruns; assim como o papel determinante que as versões dos Fóruns Sociais Mundiais, especialmente os realizadas no Brasil que terminam por incitar um processo dinâmico entre os atores da economia solidária que se encontram desarticulados nacional e politicamente frente ao Estado. Compreende-se de deriva daí a "conquista" de uma pasta governamental no Governo Lula e da concepção e implementação de políticas públicas sociais voltadas para o setor da economia solidária.

Como marco deste capítulo e em diálogo com o anterior, dentre outras considerações, tem-se que mesmo que "tímidas" e ainda muito "precarizadas", as iniciativas da economia solidária brasileiras sugerem não apenas a vigência de formas "alternativas" de sobrevivência e resistência de uma massa populacional "desvinculada" socialmente; como também dá margem à interpretação de que elas invertem, em nível microeconômico, a elaboração de Mézsáros acerca da supremacia das mediações de segunda ordem na dinâmica metabólica do capital.

O Capítulo III entitulado de "políticas sociais e participação popular no Brasil" se afasta um pouco do objeto de pesquisa propriamente dito, direcionando o campo de estudo para a natureza das políticas sociais, para a esfera governamental e para a relação entre o Estado e a sociedade. Embora tal seara seja um campo de estudo próprio da ciência política, pede-se licença para fazer tal empreitada que se justifica pela necessária busca de elementos analíticos para tratar do objetivo *mor* deste trabalho dissertativo – os limites e possibilidades da dinâmica relacional do Estado com o movimento social da economia solidária - o qual é tratado mais especificamente no capítulo subseqüente.

Além da utilização de fontes primárias, secundárias, foram também introduzidas impressões oriundas de experiências pessoais de participação em espaços públicos governamentais. Neste contexto, aborda-se ainda a participação popular na esfera pública, com especial atenção para a importância da implementação de mecanismos que primem pela lisura, transparência e controle social da gestão pública os quais foram impressos pela Constituição *Cidadã* de 1988. Merece ainda destaque o tratamento dado ao conceito de atores sociais e políticos os quais entende-se serem adequados à análise do processo histórico do movimento social da economia solidária no Brasil.

Como o objeto e objetivo deste trabalho estão intrinsecamente relacionados ao Governo Lula são abordados aspectos de sua eleição, assim como o universo de participação social e de práticas de democracia participativa implantadas em seus três primeiros anos de mandato.

Ao fim deste capítulo, fica patente que qualquer intencionalidade de implementar uma política social efetiva a qual prescinde da instauração de mecanismos de participação e controle social sobre o Estado fica sobremaneira prejudicada pela supremacia das questões financeiras e fiscais nas decisões de Governo, refletindo políticas restritivas orientada pela ortodoxia neoliberal.

O capítulo VI é dedicado ao universo da economia solidária nas políticas públicas governamentais, e de sua conseqüente relação Estado - movimento social, onde, como não poderia deixar de ser, as questões advindas da relação da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES ganham especial atenção. É deste cenário que o objetivo principal desta dissertação recebe suas principais considerações analíticas.

Mesmo que a pretensão deste trabalho não seja a de avaliar as políticas direcionadas à economia solidária, faz-se ainda necessário apresentar as principais diretrizes e ações da SENAES e de outros entes e instâncias governamentais que atuam no campo da economia solidária, para além do Ministério do Trabalho e Emprego que abriga aquela Secretaria. Por isto, inicialmente será visto como a economia solidária se apresenta no Plano Plurianual – PPA do Governo Lula; as principais diretrizes, planos de ação e políticas da SENAES de 2003 a 2005, assim como a sua conseqüente execução orçamentária.

Em uma seção seguinte, outros programas e ações em economia solidária no Governo Lula são expostas destacando às que estão sob a coordenação da SENAES, embora não sejam de sua responsabilidade direta já que se tratam de parceria de outros entes governamentais.

Trata-se ainda da dinâmica em torno do chamado marco legal da economia solidária. Neste contexto, não apenas a esfera pública federal é abordada, já que em praticamente todos estados da federação há referência à atuação junto a seus parlamentos de modo a buscar reconhecer, legitimar, e principalmente institucionalizar a economia solidária na agenda do Estado brasileiro. Neste sentido, adiciona-se ao cenário supracitado a dinâmica pela qual o Conselho Nacional de Economia Solidária vem sendo implantado.

Por fim, tem-se as considerações finais desta dissertação, dentre as quais fica patente a compreensão de que a partir da pujança da eleição de um governo sensível à sua causa popular do campo da economia solidária, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES parece “carregar” consigo marcas profundas desta relação as quais não são necessariamente benéficas diante das considerações acerca dos a implementação daqueles necessários mecanismos democráticos. Fato similar ocorre com os gestores públicos em economia

solidária que passaram a atuar na SENAES os quais carregam consigo idiossincrasias entre sentirem-se "militantes" daquele movimento e de serem de fato representantes do Governo.

Não obstante, considerando os princípios e valores éticos e democráticos evocados pela economia solidária no Brasil, o emergente movimento social em foco não deveria prescindir do pleito por mecanismos de participação, deliberação e controle efetivos para além do escopo que está atualmente dedicado à economia solidária no Governo Federal; isto é, para ação cujo poder é exercida em nome da população brasileira.

Longe de querer analisar a factibilidade ou não do projeto de sociedade preconizado pelo movimento social da economia solidária, revela-se importante a atuação do Estado no sentido de reconhecê-la, legitimá-la em sua agenda; assim como de procurar promovê-la e desenvolvê-la a partir de uma política macroeconômica que esteja em conformidade com uma política social abrangente, integrada, e coerente com os anseios de inclusão e de justiça social.

I A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Esse capítulo responde propriamente pela apresentação do objeto de pesquisa deste trabalho dissertativo; o da economia solidária. Neste sentido, no intuito de introduzir e, ao mesmo tempo, evidenciar a natureza da abordagem teórica proposta, a economia solidária pode ser compreendida a partir de uma definição abrangente a qual é apresentada por Cunca Bocayuva, para quem a economia solidária é um o campo de significados e práticas cujos projetos pretendem responder, num só tempo, à crise do trabalho assalariado e da reestruturação produtiva do capital a partir da reorganização laboral e de modos de apropriação da riqueza (CUNCA BOCAYUVA, 2003a).

A abordagem da economia solidária implica ainda a prerrogativa de que o termo detém uma noção que abarca inúmeras práticas, as quais indicariam vislumbrar com um sistema antagônico ao capitalismo, ainda que convivendo em princípio dentro dele. Não existindo um pensamento único sobre o seu significado, à economia solidária associam ações de consumo, comercialização, produção e serviços em que se defende, em graus variados, entre outros aspectos, a participação coletiva, a autogestão, a democracia, igualitarismo, a cooperação e a intercooperação, a auto-sustentação, a promoção do desenvolvimento humano, a responsabilidade social e a preservação do equilíbrio dos ecossistemas (MANCE, 2002). Logo, se sustenta que a economia solidária vem definir variadas formas de coletivização da propriedade e de gestão democrática.

Para fins de identificação no Sistema Nacional de Informação da Economia Solidária - SIES[8], ela foi assim definida:

> "conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária" (MTE; SENAES; SIES, 2006).

[8] O SIES é um cadastramento que abrange os empreendimentos econômicos solidários e as entidades de assessoria, fomento e pesquisa do campo da economia solidária no Brasil. Ele foi pela SENAES em parceria com os Fóruns Estaduais que compõem o Fórum Brasileiro de Economia Solidária durante o ano de 2004 e de 2005.

Convém ainda apresentar a abrangência da economia solidária a partir do SIES que se configura como o cadastro mais fiel e atualizado deste universo.

Foram identificados em 41% dos municípios brasileiros cerca de 15 mil empreendimentos econômicos solidários. Sendo que a maior concentração é a nordestina (44%), sendo estes seguidos pelas regiões Sul (17%), Sudeste (14%), Norte (13%) e Centro-Oeste (12%) (MTE; SENAES; SIES, 2006).

Quanto à organização, os empreendimentos identificados no SIES são distribuídos em cooperativas, associações, grupos informais e outros (sociedades mercantis etc). As associações que se dizem pertencentes à economia solidária são as mais numerosas no Brasil (54%), seguidas por grupos informais (33%) e cooperativas (11%). Interessante notar, no entanto, que sua distribuição é muito diversificada para cada região. Por exemplo, seguem a característica nacional as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Já na Sudeste há maior participação de grupos informais (51%).

Quando questionados sobre o motivos que os levaram à ingressar em um atividades do campo da economia solidária a maioria das respostas foi "como alternativa ao desemprego"; correspondendo à 45% do universo. Apenas na região Sul é que houve diferença desta predominância. O motivo principal foi a "possibilidade de obter maiores ganhos" (48%).

Considerando ainda que o SIES revelou que é nos pequenos empreendimentos – com menos de 10 (dez) sócios - que é maior a participação das mulheres (63%), ainda que de forma geral a presença de homens é mais significativa nacionalmente, 64%.

Vale ainda apresentar um outro dado do SIES igualmente relevante. Trata-se do grau de compromisso, de responsabilidade e de participação social dos empreendimentos econômicos solidários. A grande maioria, 67% daqueles afirmou se preocupar com a qualidade de vida dos consumidores de seus produtos e 58% compromisso social ou comunitário. Do total de empreendimentos pesquisados, 59% participa diretamente de movimentos sociais e populares e 42% de redes e fóruns de economia solidária.

Não obstante, pode-se afirmar que os produtos mais citados pelos empreendimentos são os ligados às atividades agropecuárias (42%); extrativistas e pesca (42%); alimentos e bebidas (18%); e uma grande variedade de produtos artesanais (13%). Sendo que a metade dos empreendimentos atua exclusivamente no meio rural.

Convém tecer alguns comentários sobre os dados supracitados. Mesmo com a ressalva de que o SIES não é um "mapeamento" – vale salientar que embora a economia solidária se mostre mais expressiva no meio rural, ela segue podendo se configurar como uma resposta de parte dos "desfiliados" à crise do crise do trabalho que, por sua vez, se trata de um fenômeno estrutural do sistema de metabolismo do capital. Logo, não se restringe absolutamente aos centros urbanos do país. Tampouco seus efeitos são sentidos apenas no Brasil, ou na América Latina. Em todo lugar do mundo pode-se identificá-los sob as mais variadas formas de representações.

Após esta breve introdução ao tema-foco deste trabalho, Castel (1998) e Mészáros (1995) são abordados de forma a trazerem conceitos e idéias-força que estão presentes ao longo de toda dissertação. O primeiro auxilia sobremaneira a construção de um panorama histórico da crise do trabalho assalariado em nível mundial, fator determinante para o crescimento de formas *alternativas* de produção, desenhando o cenário, onde se compreende que a economia solidária ganhou pujança. O segundo autor traz contribuições importantes ao identificar elementos da dinâmica do capitalismo os quais possibilitam um enquadramento interessante de como a economia solidária pode ser compreendida atualmente, assim como, onde ela "pretende chegar".

I.1 A DINÂMICA DAS RELAÇÕES LABORAIS E A SUPREMACIA DAS MEDIAÇÕES DE SEGUNDA ORDEM

Ao longo da história, a análise da dinâmica das relações laborais pode, em parte, explicar o cenário nefasto de exclusão e desfiliação social com o qual se depara há algumas décadas. Por outro lado, pode também apontar para perspectivas que reafirmam a centralidade do trabalho mesmo na chamada Era da Informação e da Comunicação.

Robert Castel se destaca nesta questão sobre a evolução histórica da sociedade salarial moderna. Ele analisa que da Idade Média ao final do Século XX presenciou-se a "incerteza dos estatutos, a fragilidade do vínculo social e seus itinerários cujas trajetórias tremeram" (CASTEL, 1995: 23).

Faz-se *mister* salientar que Castel, apesar de admitir que seus estudos historiográficos enfoquem o mundo do trabalho francês e inglês, suas ponderações teóricas também são válidas para se compreender a América Latina mesmo que se tratem de países que não

vivenciaram de forma alguma o Estado de Bem Estar Social europeu. Esta e outras argumentações justificam a escolha deste autor para tratar tão importante questão.

O estudioso francês dimensionou um novo dado contemporâneo: a presença, cada vez maior, de indivíduos em situação de flutuação na estrutura social, constituindo uma massa populacional excluída, à margem do trabalho assalariado, os que vivem "nas fronteiras da troca socialmente consagrada".

Considerando a identidade do trabalho o "suporte privilegiado de inscrição na estrutura social", Castel repousa sua principal hipótese na correlação entre o lugar ocupado na divisão social do trabalho e a participação nas redes de sociabilidade e nos sistemas de proteção que "cobrem" um indivíduo diante dos acasos da existência, onde se constroem "zonas" de coesão social. Assim, para o cientista francês o trabalho social estável é uma área de integração; e, inversamente, a falta de participação em alguma atividade produtiva e o isolamento relacional tem como seus efeitos negativos a produção de exclusão, a desfiliação (CASTEL, 1995: 29).

Sempre com um olhar na dinâmica história, particularmente sobre a francesa, Castel entende que houve mudança no modo de lidar com a população marginalizada. Antes a questão dada era como "torná-los sujeitos plenos" (segundo ele, tornando-se demandantes de políticas de integração). Atualmente [final do século XX] a questão é como amenizá-los, como torná-los "discretos" aos olhares da sociedade (demandantes de uma nova política social, a de inserção).

Quanto à solidariedade, Castel se apóia em Durkerheim e outros republicanos do século XIX, para os quais o termo seria caracterizado como o vínculo problemático que assegura a complementariedade dos componentes de uma sociedade a despeito da complexidade crescente de sua organização; fundamentando o Pacto Social. Lembremo-nos de que para Durkerheim "a divisão do trabalho produz a solidariedade, não apenas por fazer de cada indivíduo um trocador [...], mas para criar entre os homens um sistema completo de direitos e deveres que os unem uns aos outros de modo durável. [...] a divisão social do trabalho dá origem às regras que garantem o concurso pacífico e regular das funções divididas" (DURKERHEIM, 1999).

Para Castel, a partir dos anos 1970, há uma perda da centralidade do trabalho, em que mesmo a qualificação coordenada pelo Estado não garante a empregabilidade e os jovens são os mais afetados. Observa ainda a necessidade da atuação do setor privado, das empresas, no enfrentamento de tal cenário; assinalando, porém, que "a problemática da coesão social não é

do mercado, a solidariedade não se constrói em termos de competitividade e rentabilidade" (CASTEL, 1995: 523).

Através de sua abordagem a *nova questão social* não é apenas constitutiva de uma periferia precária, mas também da "desestabilização dos [antes] estáveis", da instalação na precariedade (vigência de trabalho aleatório) e do déficit de lugares ocupáveis na sociedade salarial. De acordo com esse horizonte, a identidade do trabalho estaria perdida.

Robert Castel segue sua argumentação identificando a existência de dois tipos de políticas sociais orientadas para aquela massa desvinculada socialmente. Tal tema é mais detalhadamente tratado no capítulo seguinte. Não obstante, optou-se por antecipar a visão de Castel de forma a mais bem compreender seu raciocino lógico historicamente enfocado.

Para ele, anteriormente, a hegemonia era das *políticas de integração* que tratavam a questão social com vistas à homogeneização, ao equilíbrio da sociedade. Mas, a partir dos anos 1970, e mais especialmente dos anos 1980, passa a vigorar as *políticas de inserção* direcionadas a parte da sociedade, a massa *supranumerária* (termo que parece ter mais sentido na língua francesa). Observa ainda uma mudança da natureza espacial das políticas nos novos tempos. Sugere haver tendência de ênfase às *políticas descentralizadas,* que terminam por transferir para a gestão local (município), via políticas territoriais, o enfrentamento da nova questão social [que têm caráter macroeconômico em sua origem]; ou, sob outra designação para a questão urbana.

> "Se a gestão do emprego é confiada à esfera local, é porque não encontrou sua solução alhures, no plano das políticas globais. Corre o risco, então, de se tornar a gestão do não-emprego através da implantação de atividades que se inserem nessa ausência e tentam esquecê-la (CASTEL, 1995: 551)".

As políticas sociais de inserção teriam ainda uma particularidade, seriam também normalmente imbricadas a projetos fato que retrataria a "imposição" do empreendedorismo individual em relação aos direitos sociais.

Segundo Castel, apenas o Estado pode ser a ponte entre dois tipos de individualismo, o negativo e o positivo, que se confrontam nos períodos mais recentes. O primeiro advém da subtração em relação ao "encastramento em coletivos"; seria como um individualismo de mercado em que o indivíduo é um ser moral, independente; logo, não-social. Já o individualismo positivo "impõe-se ao tentar recompor o conjunto da sociedade sobre uma

base contratual", [...] onde se *exige* que os indivíduos carentes ajam como indivíduos autônomos (idem: 596-598).

Neste contexto, o Estado teria um papel estratégico, impondo o mínimo de coesão social à sociedade, a qual só se daria necessariamente com mecanismos de proteção social. O Estado deveria intervir no sentido de "acompanhar o processo de individualização, desarmar seus pontos de tensão, evitar suas rupturas e reconciliar os que caíram aquém da linha de flutuação" (idem: 610).

Trazendo este debate para os dias atuais, temos que antigos pressupostos concernentes ao mundo laboral são postos em cheque diante da atual organização mundial do trabalho. As novas tecnologias de comunicação e da informação privilegiam, de forma cada vez mais intensa, o caráter qualitativo do trabalho cujas competências não podem ser atendidas pela maioria dos trabalhadores.

Ao tratar igualmente da natureza, da origem e das manifestações das formas de (des)sociabilização contemporâneas, Mézsáros (1995) muito contribui para o debate em foco. Ele afirma que tais tecnologias conformam algumas das diversas formas de "fetichização" das representações das novas dimensões das sociedades contemporâneas. Outras seriam as que identificam o reino do ócio criativo, do tempo livre ou mesmo do fim do trabalho. Adiciona-se ainda a este cenário o acirramento das outras *facetas* do novo liberalismo: a hipertrofia da esfera financeira, a monopolização e oligopolização dos capitais, a diminuição da atuação do Estado na economia e o crescente estímulo ao consumo à revelia da (indispensável) sustentabilidade ambiental.

Neste contexto, o metabolismo social do capital originou-se a partir de um processo historicamente constituído segundo o qual a divisão social hierárquica ocorrida operou em favor da subordinação do trabalho ao capital, ainda que tal processo possa vir a ser alterável. Foi assim estabelecida uma tal ordem relacional entre os indivíduos em um sistema de produção e de intercâmbio que terminou por transformar a ordem "natural" das coisas, sobrepondo as mediações primárias às de segunda ordem (MÉZSÁROS, 1995). Quanto a tais mediações vale a pena destacar a seguintes considerações:

> "As mediações de segunda ordem do capital – isto é, os meios de produção alienado e suas ´personificações`: dinheiro; produção para troca; a diversidade de formação do Estado do capital em seu contexto global; o mercado mundial – sobrepõem-se, na própria realidade, à atividade produtiva essencial dos indivíduos sociais e à mediação primária existente entre eles. Somente um exame crítico radical desse sistema historicamente especifico de mediações de segunda ordem pode oferecer uma saída para esse labirinto conceitual fetichizado. Por contraste, entretanto, a aceitação acrítica do sistema dado, historicamente contingente mas efetivamente poderoso, como o horizonte absoluto reprodutor da vida humana em geral torna impossível a compreensão da natureza real da mediação. A prevalência das mediações de segunda ordem oblitera a própria consciência das relações mediadoras primárias e se apresenta em sua ´eterna presencialidade` (Hegel) como o necessário ponto de partida, que é também simultaneamente um ponto final insuperável. [...] (MÉZSÁROS, 1995: 17-18)"

A partir de suas argumentações, sobressai que foi a inversão da lógica societal que cristalizou as mediações de segunda ordem como elementos fundantes do sistema de metabolismo social do capital, tal que o capital assumisse um esquema em que o valor de troca das coisas fosse preterido absolutamente ao valor de uso dos bens.

Um dos efeitos diretos do "império" das mediações secundárias é observado nas novas formas de "sociabilização" as quais pragmaticamente "excluem" uma grande massa populacional, relegando-a a sua própria sorte. Praticamente um terço da população mundial vive em condições precárias. Cerca um bilhão de pessoas sobrevivem atualmente com apenas menos de um dólar por dia, e algo em torno de 2,7 bilhões com o equivalente a dois dólares. Estes conformam os "desfiliados" de que trata Castel (1998); ou os "perdedores de reflexividade" de S. LASH (1997); os "subsociabilizados" de Mézsáros (1995); os "subproletarizados" que configuram a "classe-que-vive-do-trabalho" de Ricardo Antunes (2002); os que "teimam em sobreviver" segundo Dowbor (1997); etc.

Não obstante, a partir da ótica mezsariana, tal massa populacional ganha uma nova complexidade. Deriva que dela pode-se compreender particularmente que o "lugar" ocupado pelo movimento da economia solidária quando de suas "pretensões" utópicas de projeto alternativo de sociedade forja uma tal subversão à "ordem" metabólica do capitalismo ao trazer – ou retomar - para o primeiro plano as mediações de primeira ordem, a lógica da sobrevivência, a lógica humana.

Ricardo Antunes (2002) – tido como "discípulo" de Mézsáros - , em sua obra que trata dos sentidos da categoria trabalho, argumenta que é necessário complexificar mais o debate sobre a perda da centralidade da categoria trabalho na sociedade contemporânea. Ao trazer importantes contribuições sobre este tema concernente a reafirmação daquela categoria num contexto mais complexo, Antunes apresenta o que ele diz ser uma questão "mais pertinente, instigante e de enorme importância" (idem: p. 216), qual seja:

> "nos embates desencadeados pelos trabalhadores e pelos segmentos socialmente excluídos, que o mundo tem presenciado, é possível detectar mais potencialidade e mesmo centralidade nos estratos mais qualificados da classe trabalhadora, naqueles que vivenciam uma situação mais ´estável´´e que têm, conseqüentemente, maior participação no processo de criação de valor? Ou, pelo contrário, o pólo mais fértil da ação encontra-se exatamente naqueles segmentos sociais mais excluídos, nos estratos mais subproletarizados?"

O autor segue sua argumentação afirmando que os setores mais qualificados são os que sofrem mais intensamente o processo de manipulação no interior do espaço produtivo e laboral. Vivenciam, subjetivamente, um maior envolvimento e subordinação pelo capital, do qual a tentativa de manipulação elaborada pelo taylorismo seria a melhor expressão.

Por outro lado, a condição dos desfiliados revela o potencial do sujeito social que é capaz de assumir ações mais ousadas, já que nada têm a perder; sendo sua subjetividade mais propensa à rebeldia (ANTUNES, 2002).

Ladislau Dowbor acredita que aquela população excluída "teima em sobreviver ainda que formalmente não haja lugar para elas" (1997). Afirma que existe uma massa significativa de pessoas no mundo que opta pelo trabalho ilegal, "numa progressiva deterioração social que desarticula a sociedade por baixo, enquanto batemos palmas para a reengenharia minoritária no topo..." (DOWBOR, 1997).

Longe de viverem num ambiente propício ao ócio criativo tampouco de estarem confinados à subjetividade do trabalho imaterial, aquelas pessoas utilizam sua criatividade para sobreviver, e, com apresentado, para se rebelar.

Pode-se dizer que alguns daqueles "teimosos" encontram-se desenvolvendo formas alternativas de sobrevivência e terminam por re-figurar uma relação capital/trabalho, conformando "campo da práxis social baseada na reorganização da propriedade e apropriação coletiva dos meios de produção e gestão" (CUNCA BOCAYUVA, 2005).

Entretanto, em consonância com Boaventura de Sousa Santos, há de se considerar que:

> "qualquer análise que procure sublinhar e avaliar o potencial emancipatório das propostas e experiências econômicas não capitalistas que tem sido feitas por todo o mundo deve ter em conta que, face ao seu caráter anti-sistêmico, essas experiências e propostas são frágeis e incipientes (SANTOS, 2002)".

Não obstante, Santos acredita ser possível que a economia solidária "vá mais além da missão principal que cumpriu até agora, isto é, aliviar a situação generalizada de desemprego associada aos efeitos da globalização neoliberal no Brasil" (SANTOS, 2002).

Neste contexto, tem-se que dos valores e práticas do movimento social da economia solidária sobressai a tríade composta pela solidariedade, cooperação e autogestão como peças-chave na análise aqui esboçada. Isto porque se entende que tem sido principalmente a partir dela que "a reprodução ampliada da vida" CORAGGIO (2000) tem se revelado uma *nova práxis social*, onde se percebe que a busca e a vigência do "bem-viver" dos sujeitos individuais e coletivos (MANCE, 2003) dos que conformam a economia solidária. Diante desta consideração, pode-se, por exemplo, supor que a tais práticas, inverte de alguma maneira a lógica da supremacia das mediações de segunda ordem na dinâmica metabólica do capital nos dias atuais; parafraseando Mézsáros.

Dito isto, uma outra abordagem teórica faz-se necessária, desta vez enfocada nas principais correntes da própria economia solidária sob a ótica de algumas categorias de análise escolhidas.

I.2 CORRENTES TEÓRICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA SEGUNDO ALGUMAS CATEGORIAS DE ANÁLISE

Ainda que pouco propagado no Brasil., o debate acadêmico em torno da economia solidária é vasto na América Latina[9] e na Europa. Não obstante, nos últimos anos, este quadro tem apresentado mudanças haja vista a economia solidária ter sido legitimada enquanto objeto de políticas públicas na agenda política brasileira.

[9] Recomenda-se "Red de Investigadores latino-Americanos en Economía Social y Solidária" na Internet: http://www.riless.org

Dito isto, esta seção pretende fazer um "sobrevôo" teórico em torno de algumas certas categorias analíticas tidas como recorrentes nos debates do campo da economia solidária. Entende-se que elas se configuram relevantes para as pretensões desta dissertação.

I.2.1 NOÇÕES, CONCEITOS E DENOMINAÇÕES RELATIVAS À ECONOMIA SOLIDÁRIA.

Tem-se a chamada economia solidária como um novo campo do conhecimento cientifico o qual notadamente apresenta raízes em projetos de cunho socialista.

Não obstante, trata-se de um processo não consolidado, razão pela qual se justifica a subseqüente divagação em torno de certas noções, conceitos, denominações que circundam a economia solidária.

Em algum momento da leitura este trecho dissertativo pode ser demasiado exaustivo. No entanto, por ter sido um tema recorrente nos debates nacionais, particularmente nas primeiras versões do Fórum Social Mundial que foram realizados no Brasil, que não é neutro para as correntes do movimento social que se dinamizaram posteriormente.

São várias as formas de se nomear o que aqui se convenciona chamar genericamente de economia solidária. Dentre elas pode-se destacar: economia social (mais utilizada na Europa em um contexto histórico específico e datado), economia social e solidária, socioeconomia solidária, economia do trabalho, economia popular, economia popular e solidária, economia dos setores populares, economia do feminino criador, economia da dávida, economia do trabalho, humano-economia, entre outras.

Há ainda movimentos sociais de base religiosa que apresentam denominações e características afins. Como exemplo, o movimento focolar[10] ligado à Igreja Católica o qual preconiza a chamada economia da comunhão e se contrapõe a elementos fundantes da ordem sistêmica vigente. A partir de seu fundador, Chiara Lubich, pode-se identificar tal afinidade:

[10] Para aprofundar conhecimento: http://www.focolare.org

> "Ao contrário da economia consumista, baseada na cultura do 'ter', a Economia de comunhão é a economia da partilha. Isso pode parecer difícil, árduo, heróico. Mas não é assim, pois o homem, criado à imagem de Deus, que é Amor, encontra a sua realização justamente no amor, na partilha. Esta exigência reside no mais íntimo do seu ser, quer ele tenha fé ou não. E é nesta constatação, comprovada pela nossa experiência, que está a esperança de uma difusão universal da economia de comunhão (LUBICH, 2006)".

Alguns daqueles termos serão aqui aprofundados dados sua importância junto ao movimento social da economia solidária da América Latina, mais especialmente no Brasil. José Luis Coraggio aborda, correlaciona e defende alguns deles.

Para o autor, as conseqüências sociais da reestruturação produtiva do capital trouxeram consigo ausência de expectativas: "as pessoas passam a procurar ´algum emprego, um emprego qualquer, para fazer qualquer coisa, mesmo que não tenha nada que ver com suas capacidades e sua trajetória como trabalhador". Deste fato, segundo o economista argentino, deriva ainda que um considerável número de atividades econômicas dos setores populares está sendo empurrado para a ilegalidade (CORAGGIO, 2000: 92).

Diante deste quadro, Coraggio dá enfoque à caracterização da economia popular que deve ser analisada sob o ponto de vista da unidade familiar. Isto porque Coraggio entende, em consonância com Razeto (1987) que:

> "A fim de que se possa analisar e reconstruir conceitualmente este mundo da economia popular – essa economia que emerge das rupturas contínuas impostas repetidamente ao cotidiano popular pela reconstrução global do capital, e dos comportamentos reativos da população trabalhadora em luta por reproduzir a sua vida – é muito importante advertir que a unidade de análise econômica que se deve tomar não deve ser nem a do indivíduo que trabalha por conta própria, nem, tampouco, a da microempresa. Se a perspectiva dessa economia é da reprodução da vida, a unidade de análise mais conveniente vem a ser aquela que os antropólogos denominam unidade doméstica. A modalidade de unidade doméstica mais generalizada – mesmo que não a única - é a família, nuclear ou extensa, e com base em relações de consangüinidade e de afinidade (CORAGGIO, 2000: 94)".

A unidade doméstica constituiria a microunidade de organização dos sistemas de reprodução, a célula de tal economia popular. Podendo ser formada tanto por pessoas com vínculo de consangüinidade, unipessoal, ou multifamiliar, ou mesmo por amigos, por comunidades étnicas, por vizinhos, por grupos que se unem livremente para cooperar, ou agregações solidárias de outro tipo qualquer que compartilhem recursos e articulem estratégias comuns, de forma explícita ou implícita; buscando reproduzir sua vida coletiva.

Estas unidades contariam com alguns meios de produção ou de reprodução da vida próprios (maquinário, instrumentos de trabalho etc.), assim como disporiam do que Coraggio chamou de "fundo de trabalho" o qual seria o conjunto das capacidades dos membros de cada unidade mensurado pelo que estes são capazes de fazer para satisfazer suas necessidades, seja pelo trabalho em conseguí-los diretamente ou via intercambio com outros trabalhos ou produtos. Levando-se ainda em consideração que unidade doméstica pode tomar a forma *ad hoc* de um microempreendimento, individual ou coletivo, sendo este uma extensão daquela unidade doméstica (CORAGGIO, 2000: 95 - 96).

Dos trabalhadores dependeria a realização contínua de sua força de trabalho, do fundo de trabalho para a sua reprodução da vida, quer seja no nível simples ou no ampliado:

> "Vamos chamar de reprodução simples ao mantimento da vida dos membros de uma unidade doméstica a um nível historicamente variável mais que, em cada época e cultura, é o moralmente aceito como o mínimo para a reprodução destas famílias ou unidades domésticas. O conceito de reprodução ampliada, por outro lado, denota que há uma melhoria estrutural da qualidade de vida. Isto costuma implicar em aumento de receitas ou num acesso maior a bens quase públicos (educação, saúde etc.), por outras vias. Mas a reprodução ampliada não implica, necessariamente, em se ter acesso a maiores ganhos monetários nem, sequer, a uma massa maior de bens materiais (op cit: 104)".

Coraggio passa então a conceituar de "economia do trabalho[11]" o que aqui se entende por economia solidária, revelando o que é mais marcante em sua obra. Assim ele se justifica:

> "porque está centralizada no trabalho como seu principal recurso, ainda que não seja o único. Um subsistema cuja lógica não é a de acumulação nem do capital monetário nem do capital político, mas do capital humano: a reprodução ampliada da vida de todos. Não estamos mais falando de uma unidade doméstica que esteja centrada na reprodução da vida dos seus membros particulares; nem, tampouco, estamos falando do conjunto de tais células de reprodução. Um setor da economia que esteja estruturado, organizado e auto-

[11] Convém notar que na ciência econômica há uma disciplina com igual nomeação; não confundir.

> regulado para obter a reprodução ampliada de todos os membros da sociedade (CORAGGIO, 2000)".

A "economia do trabalho" de Coraggio se diz centrada nas capacidades dos trabalhadores e na lógica da reprodução de suas vidas, negando a lógica da reprodução do capital, ou do poder político. Tal sistema teria então um componente associativo de solidariedade da classe trabalhadora.

Coraggio, assim como a maioria dos autores no tema, dá ênfase à cultura solidária que se daria no aprender contínuo das tarefas laborais, e para além destas. Tal conhecimento constitui, para ele, um recurso fundamental para a economia solidária - do trabalho-, porque anuncia o desafio de um novo paradigma tecnológico, de novas formas de produção as quais teriam um menor teor de matéria-prima, e um maior teor simbólico, de conhecimento e de informação, e fundamentalmente, de relações humanas. Ele entende que:

> "Este é, pois, um projeto profundamente político: não pode haver outra economia sem democracia e não pode haver democracia sem outra economia (CORAGGIO, 2002: 43)".

Vale salientar que a questão democrática é matéria "cara" a este trabalho dissertativo já que se compreende que também o é para o próprio movimento social em foco; dentre outros motivos. Esta problematização é tratada com atenção especial nos dois capítulos vindouros, reaparecendo nas conclusões finais.

A contribuição de Marcos Arruda à economia solidária é igualmente importante em vários aspectos. Um dos primeiros a teorizar e realizar trabalhos no contexto da educação popular (legado de Paulo Freire com quem conviveu por muitos anos), Arruda ajudou a "*cunhar"* o termo socioeconomia solidária no Brasil através de sua participação na equipe coordenadora do Pólo de Socioeconomia Solidária. Para ele, assim são concebidas as diferenciações terminológicas:

> "Os que defendem a expressão socioeconomia solidária propõem esta noção abrangente com o melhor para identificar o objetivo maior da atividade econômica, e acrescentam o adjetivo a partir da necessidade que sentem de identificar o calor central que identifica o conceito e informa sua prática. (...) Sentido idêntico à proposta da `humanoeconomia`, feita pelo economista tcheco Eugen Loebl (1978: uma economia a serviço do humano). Economia solidária é a forma simplificada de referência à socioeconomia solidária. Razeto (1985) é um dos primeiros autores latino-americanos a utilizar esta expressão e dar-lhe um vigoroso conteúdo ético: a frugalidade (organização racional do consumo no tempo) mais a generosidade (doação dos ativos excedentes), mais a cooperação (livre associação para trabalhar e justa distribuição) resulta em crescimento (bem-estar coletivo e qualidade de vida individual)... (ARRUDA, 2003a)".

Armando de Melo Lisboa, em consonância com Arruda, afirma que a economia solidária enquanto um modo de produção alternativo é mais bem conceituado como socioeconomia: são formas de trabalho distintas do individualismo econômico, que não buscam exclusivamente a valorização e o acúmulo incessante, mas a cidadania e a realização humana. Segundo ele, "recupera-se aqui o sentido original da palavra economia: o cuidado da casa" (MELO LISBOA, 2003).

Euclides Mance, outro teórico que sustenta este termo, apresenta um conceito a ele correlacionado: "redes de colaboração solidária", entendidas como uma estratégia de articulação em redes da socioeconomia solidária cujo "objetivo principal seria gerar trabalho e renda para as pessoas que estão desempregadas e marginalizadas, melhorar o padrão de consumo de todos os que dela participam, proteger o meio ambiente e construir uma nova sociedade em que não haja a exploração das pessoas ou a destruição da natureza". (MANCE, 2000)

As redes integrariam grupos de consumidores, de produtores e de prestadores de serviço em uma mesma organização os quais se proporiam a praticar o consumo solidário, isto é, comprar produtos e serviços da própria rede para garantir trabalho e renda aos seus membros e para preservar o meio ambiente. Parte do excedente obtido nelas seria reinvestido nela própria para gerar mais cooperativas, grupos de produção e microempresas, a fim de criar novos postos de trabalho e aumentar a oferta solidária de produtos e serviços. Esta estratégia, segundo Mance, permitiria incrementar o consumo de todos, ao mesmo tempo em que diminuiria volume e o número de itens que a rede ainda compra no mercado capitalista, evitando com isso que a riqueza produzida na

rede seja acumulada pelos capitalistas. O objetivo maior da rede é produzir tudo o que as pessoas necessitam para realizar o bem viver de cada um (*op cit*, 2000).

Quanto ao termo *popular* que ora é acrescentado à designação tanto de políticas públicas quanto de redes do campo da economia solidária (economia popular e solidária; economia popular, social e solidária), ora é utilizado de forma mais direcionada (economia popular, economia dos setores populares); convém algumas linhas adicionais para mais bem contextualizá-lo.

Alguns compreendem a economia popular a etapa mais dura e nefasta da provisão econômica, social e cultural; é o termo mais próximo da economia de sobrevivência advindos da economia de mercado; e é quando há a busca de condições de satisfação das necessidades – sempre novas – dos seres humanos, na perspectiva do bem viver de todos e para todos (CARBONARI, 2003).

Para Singer (2004), ela seria composta por produtores, intermediários e consumidores que pertencem às classes populares pobres. Já a economia solidária seria um conceito que congrega agrupamentos cooperativos que repartem igualitariamente o poder de decisão e os ganhos entre seus membros. A diferenciação entre ambas seria de grau já que na pequena produção também existem práticas solidárias, como a ajuda mútua entre microempresários. Singer segue sua argumentação apontando que na economia solidária, a cooperação e ajuda mútua são praticadas sistematicamente, sendo a principal razão de ser das sociedades. Finaliza afirmando que é por este motivo que é possível falar em economia popular e solidária a qual teria como base comum o pertencimento às bases populares.

No contexto da chamada socioeconomia solidária, Arruda afirma que para alcança-la é necessário antes vivenciar a economia popular ou a economia dos setores populares. A diferença em relação às teorias e práticas do socialismo é que a centralidade da gestão não está no Estado, mas sim nas organizações democráticas populares (ARRUDA, 2003a).

Tiriba recusa-se a classificar o conjunto dos empreendimentos da economia popular como pertencentes à economia ´informal`, ´subterrânea`, ou ´invisível`; tal qual sugerem alguns autores. Ressalva que não podemos idealizar a economia popular tampouco a economia solidária. As relações internas entre os sujeitos econômicos, integrantes das organizações econômicas populares podem manifestar distintos graus de solidariedade em termos do processo de trabalho e da distribuição dos grupos do trabalho entre aqueles que são sócios do empreendimento.

As condutas, as normas e regras de convivência que os atores-protagonistas daquelas organizações estabelecem no cotidiano de trabalho são o indicativo de uma economia popular de solidariedade. No entanto, as novas relações sociais de convivência podem ficar restritas às ´quatro paredes´ do próprio empreendimento. Com propriedade Tiriba diz existir diferentes níveis de vínculo entre a organização econômica e a comunidade local; sendo que a definição do se vai produzir não tem, necessariamente, como referência às necessidades mais sentidas da comunidade local (TIRIBA, 2001).

Já Euclides Mance sustenta que a economia solidária não possui argumentação conceitual precisa já que sua unidade básica de sustentação – cooperativa-, assim como sua concepção geral baseia-se apenas em propostas econômicas.

Ele sugere então a noção de 'colaboração solidária', elemento fundante de sua concepção de rede cujo objetivo seria assim definido:

> "Garantir a todas as pessoas as melhores condições materiais, políticas, educativas e informacionais para o exercício de sua liberdade, promovendo assim o bem viver de todos e de cada um. Não se trata apenas de uma proposta econômica para gerar empregos e distribuir renda. É mais do que isso. Trata-se de uma compreensão filosófica da existência humana segundo a qual o exercício da liberdade privada só é legitimo quando deseja a liberdade pública, quando deseja que cada outro possa viver eticamente a sua singularidade dispondo das mediações que lhe sejam necessárias para realizar - nas melhores condições possíveis - a sua humanidade, exercendo a sua própria liberdade. Igualmente sob esta mesma compreensão, a liberdade pública somente é exercida de modo ético quando promover a ética realização da liberdade privada. (MANCE, 2000: 179)".

Interessante ainda observar que no caso da terminologia utilizada na África, segundo Guéye, houve uma tentativa de importar o termo economia social e solidária o qual teria feito seus caminhos no contexto estadunidense e europeu; não tendo tido, porém, ressonância naquele continente. Guéye argumenta que "ele é estrangeiro no discurso dos autores de desenvolvimento nesta região africana que é bastante marcada pela influência dos credores do desenvolvimento (GUÉYE, 2003: 109)".

Da África à América, é interessante observar que a aproximação ocorrida entre o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e o Ministério da Economia Popular do governo da Venezuela em 2005 teve exatamente esta questão como primeiro ponto de pauta relevante – a diferenciação e afinação conceitual de que entre ambas articulações, brasileira e venezuelana. O Fórum compreendeu que o termo utilizado no Governo Chávez equivaleria à definição do

que o Fórum chama de economia solidária. Por isto, se consensuou que, durante o FSM policêntrico de 2006, seria utilizado o termo economia popular e solidária para que os venezuelanos – anfitriões do evento - pudessem mais bem se identificar. O mesmo termo é muito utilizado por entes da federação brasileira que desenvolvem ações e/ou que têm instâncias (pastas) governamentais de economia popular e solidária, os quais trazem elementos igualmente importantes para esta abordagem.

Segundo Alberi Petersen[12], então coordenador da equipe de cooperativismo habitacional da Prefeitura de Porto Alegre/RS, em 2003:

> "... os movimentos sociais, ONG´s (progressistas) e governos democráticos e populares optaram por usar a expressão de economia popular solidária, que definia exatamente um campo e um conjunto de ações, que pensavam a inclusão social, especialmente a partir do fator econômico. Achávamos fundamental demarcar claramente esta questão, sendo que foi aí então que entrou o termo ´popular´ ... que dava uma conotação de classe e de projeto; ou seja, ... definia o campo democrático e popular. Avaliou-se como importante associar a palavra `economia´, que era por onde seria dada a partida. a idéia de ´solidária´, que traduzia uma idéia de coletivo, autogestão e de mudança de paradigma. Assim eu definiria a expressão de economia popular solidária, amplamente usada no Rio Grande do Sul, pela maioria das organizações e governos democráticos e populares"

A Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária criada em 2003, vem utilizando o termo já consagrado procurando orientar sua atuação para "*proporcionar interlocução, interação, sistematização, proposição de políticas públicas governamentais e realização de projetos comuns para o fomento e desenvolvimento da economia popular solidária"* (RGPPES, 2003).

Uma outra definição é dada no termo de referência do Sistema de Informação da Economia Solidária consensuada de forma conjunta pela SENAES e pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES, fato que faz dela uma definição importante já que foi concebida no intuito de identificar para o Estado os integrantes de tal setor que serão beneficiados por políticas. Dito isto, a economia solidária compreende:

[12] Entrevista concedida em 2003.

> "a) Organizações coletivas (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), supra-familiares, cujos sócios/as são trabalhadores/as urbanos/as e rurais. Os que trabalham no empreendimento são, na sua quase totalidade, proprietários/as ou co-proprietários/as, exercendo a gestão coletiva das atividades e da alocação dos seus resultados.
> b) Organizações permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, deve-se incluir empreendimentos em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído definido sua atividade econômica.
> c) Organizações que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização.
> d) Organizações que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (incluindo as cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares administrados pelos próprios sócios/as trabalhadores/as), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a `razão de ser´ da organização.
> e) Organizações econômicas singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares."

Atualmente, no Brasil, a questão conceitual parece estar aparentemente "superada" pelo movimento social da economia solidária caso considerada a pauta mais recente de seus debates nacionais e internacionais – particularmente nos Fóruns Sociais Mundiais. Entretanto, como é mais bem aprofundado posteriormente[13], no âmbito governamental a relevância desta temática vigora e persistirá por algum tempo. Isto porque, como exemplo, a formulação de um marco legal para o setor carece sobremaneira de uma demarcação conceitual.

De todo modo, pela centralidade observada da questão da propriedade e da gestão concernentes à economia solidária; compreende-se como interessantes o enfoque e a definição apresentados por Cunca Bocayuva segundo a qual economia solidária pode ser identificada como o:

[13] No Capítulo III.

> "campo de significados e práticas cujos projetos pretendem responder, num só tempo, à crise do trabalho assalariado e da reestruturação produtiva do capital a partir da reorganização laboral e de modos de apropriação da riqueza. O que implica construir, a partir de movimentos e lutas coletivas, novas mediações, espaços e políticas públicas, novas práticas e mecanismos associativos, que unifiquem produtores e consumidores através de estratégias de transformação do estatuto da propriedade e dos mecanismos de acumulação de capital" (CUNCA BOCAYUVA, 2003a).

Neste contexto, um ponto a se destacar é de que dentre os vários princípios e valores da economia solidária a cooperação, a solidariedade e a autogestão conformando uma tríade[14] que sustenta seu direcionamento, seus pleitos e que o diferencia de outras práticas sociais.

Esta seção procurou responder à identificação de certos termos afins ao campo da economia solidária. Pode-se então depreender que tais designações não são "neutras" ou mesmo ausentes de disputas político-ideológicas. Elas demarcam características específicas de "correntes" existentes no seio de um emergente movimento social.

Não obstante, ao longo desta dissertação, é utilizada a designação mais "genérica" para tratar do setor, do campo teórico e do movimento social em foco, salvo quando se fizer necessário identificar alguma particularidade relevante para alguma análise.

[14] A tríade aqui apresentada é mais bem tratada na próxima seção que aborda as mais diversas iniciativas da economia solidária no Brasil.

I.2.2 A IMPORTÂNCIA DO FEMINISMO À ECONOMIA SOLIDÁRIA

A dinâmica histórica da ciência econômica aos longos dos séculos é duramente criticada pelas economistas feministas por ter contribuído definitivamente para a universalização de idéias que não reconhecem experiências particulares, individuais ou de grupos.

> "Esse mecanismo que é público [como trata do espaço exterior ao ambiente doméstico entendido como masculino], mercantil, econômico, racional como pertencentes ´naturalmente` ao universo masculino, excluindo o restante, que no caso são as mulheres que praticam outra forma de produção não necessariamente monetária e/ou mercantil, é prática corrente em toda a construção da história do pensamento econômico (LOPES, 2004; grifo da autora)".

Tais estudiosas e ativistas procuram estudar a história do pensamento econômico em uma dupla vertente: a critica à invisibilidade das mulheres no pensamento clássico e neoclássico, e a denúncia do caráter marcantemente feminino da pobreza e da exclusão social em todo mundo ao longo da história da Humanidade (LOPES, 2004).

A tese da invisibilidade do trabalho feminino advém de constatações diversas. Os indicadores do mundo do trabalho doméstico – cultural e universalmente destinados às mulheres - simplesmente não são considerados, valorados ou contabilizados nas contas nacionais dos países. As tarefas domésticas que têm a ver com a atenção ao outro ou a um agrupamento são facilmente identificadas com o gênero feminino: da manutenção do lar ao cuidado com crianças e idosos; e economia do cuidado.

Razeto expõe percepção idêntica ao afirmar que a economia doméstica é invisível aos olhos da ciência econômica predominante, principalmente pelo fato de se caracterizar por um tipo de trabalho normalmente feminino (RAZETO, 1987).

Hildete Pereira vai mais além. Ela advoga que a partir de uma análise não-economicista do capitalismo pode-se afirmar que o "trabalho é cego ao sexo" na medida em que a sociedade mercantil se baseia na concorrência intra e inter capitalista com os trabalhadores. Junto com a raça e a educação consistiria em um dos fatores de clivagem daquela concorrência; álibi para discriminação (PEREIRA DE MELO; CONSIDERA; SABATTO, 2005).

Vale lembrar de que, desde os tempos mais remotos, sabe-se da participação decisiva da mulher na integração e no desenvolvimento de suas comunidades e sociedades, assim como na resistência aos processos de exclusão quando desenvolvem iniciativas criativas e viáveis a baixo custo[15] (GUILLEN, 2002).

Quanto ao debate acerca da economia em si, tem-se que tal ciência foi concebida a partir de um ponto-de-vista limitado. Não contemplou em suas fundamentações o trabalho reprodutivo: o de conceber, cuidar e manter a vida.

A partir de vários prismas, pode depreender que o movimento social da economia solidária procura abranger desde a associação laborativa tal prerrogativa a qual coincide com a natureza do que Mészáros chama de mediações de primeira ordem. Ainda que, por vezes, haja contradições. Por exemplo, em atividades como costura ou quando da produção de alimentos, alguns "cargos" de maior *status* sejam dedicados aos homens; respectivamente, o de corte e a figura do *chef* de cozinha – tal qual se dá por fora da economia solidária.

Sandra Quintela Lopes entende que "assim como a economia feminista, a economia solidária busca criar e recriar a economia, na prática e na teoria, de forma que ela seja centrada no trabalho, na cooperação e na solidariedade" (LOPES, 2004).

Em consonância com Quintela, Arruda relaciona-a com o que chamou de "economia do feminino criador" (ARRUDA, 2000), compreendendo que esta:

[15] Mais recentemente, tal aptidão tem sido conhecido por "tecnologia social". No Capítulo III, tal termo será mais bem trabalhado a partir da apresentação da rede de tecnologia social que integra as ações governamentais ali enfocadas.

"... não aceita estar divorciada do social, do humano, do afetivo, do intuitivo. Ela visa promover transações integralmente humanas, inclusive o comércio, a comunicação e a comunhão de projetos, interesses e sentimento entre as pessoas. Ela valoriza a diversidade e a singularidade de cada uma e um dos seus filhos (todos os cidadãos e cidadãs enquanto agentes socioeconômicos individualmente criativos) e busca construir unanimidades (´almas em comum`, projetos e vontades em comum) a partir daquela diversidade, e sem sacrificá-la".

Não é difícil observar que a maioria das redes e articulações da economia solidária[16] trata de questões específicas da economia do cuidado e do trabalho reprodutivo em diversos aspectos. Por exemplo, este tema constitui um dos grupos de estudos do Polo de Socioeconomia Solidária - PSES, compreendendo assim a inserção da mulher na economia:

"Las asociaciones de mujeres desarrollan iniciativas para satisfacer necesidades fundamentales: comida, alojamiento, alfabetización, educación, necesidades relacionales, servicios y cuidados esenciales y servicios que permiten verdaderas elecciones. Crean actividades que les permiten a la vez asegurar unos ingresos y utilizar sus diferentes conocimientos y competencias a menudo adquiridos en condiciones de existencia difíciles donde se debe movilizar toda su energía y sus fuerzas para sobrevivir. Estos proyectos favorecen el refuerzo de las capacidades de las mujeres y su emancipación social y profesional. (PSES, 2006).

Miriam Nobre, ativista e pesquisadora do movimento feminista, discorre sobre a participação das mulheres na economia solidária a qual teria se iniciado a partir da consciência da própria invisibilidade e marginalização supracitadas; assim como do não reconhecimento do protagonismo das mulheres na sociedade.

"Muitos grupos de mulheres populares em algum momento de sua existência se empenharam em gerar renda, nem que fosse apenas para garantirem o funcionamento do próprio grupo ou para justificarem para si e sua família as tardes em que se ausentavam de casa para estarem com as companheiras (NOBRE, 2003)".

[16] Mais adiante, tais articulações são enfocadas.

Arruda complementa de alguma forma tal tese ao levar o debate para um campo mais abrangente. Ele afirma que a socioeconomia solidária é a economia do feminino criador onde:

> "... as relações são estariam limitadas aos atos de vender, ocupar, penetrar, controlar (atributos masculinos) mas também de dar, acolher, receber, compartilhar (atributos femininos). Uma economia da reciprocidade, do acolhimento, da gratuidade, da partilha e do afeto já não é mais apenas economia, mas socioeconomia... uma economia não apenas no masculino, mas também no feminino, não apenas no singular, mas também no plural (ARRUDA, 2000)".

Nobre incita, positivamente, o questionamento sobre as contradições entre teoria e prática dos valores do movimento da economia solidária. A identidade do homem trabalhador estaria ligada ao assalariamento formalizado. As representações dominantes sobre a identidade feminina ligariam as mulheres a grupos que se reúnem na vizinhança do espaço doméstico as quais são operadas por lógicas e valores mais próximos aos seus costumes. Ela lembra ainda que a economia solidária é uma prática muito próxima ao trabalho comunitário – território genuinamente feminino -, sendo portanto, vivida de forma negativa pelos homens.

O próprio trabalho domiciliar poderia ser visto tal qual uma forma de trabalho autônomo, emancipado. Sua conotação, no entanto, não é a mesma para o espaço privado – o lar em si – e para o público – representação do espaço para além da casa, ou, mais especificamente, no mercado de trabalho propriamente dito.

No entanto, sabe-se não existir fronteiras intransponíveis entre o público e o privado os quais variam no espaço e no tempo, mesclando-se no cotidiano. O padrão familiar de que o pai é o provedor e a mãe a "dona-do-lar" tem perdido terreno frente à inserção da mulher no mercado de trabalho.

Quando considerado a implementação do "Estado Mínimo" desde o final do último século, a partir da onda da ideologia e de governos neoliberais, a diminuição dos recursos os serviços públicos do campo do "cuidado" (saúde, educação, assistência) sobrecarregam ainda mais a vida das mulheres, deixando-as ainda suscetíveis a uma inserção laboral inconstante e/ou informal[17]. Mesmo as mulheres que têm galgado e conquistado espaço no mercado de trabalho formal acumulam as tarefas domésticas caracterizando uma segunda jornada de trabalho.

A "visibilidade" e relevância das tarefas do cuidado e a busca da igualdade de gênero nas relações sociais e laborais impressas pela economia solidária em suas diretrizes e práticas – mesmo com as contradições retrocitadas dentre outras-, conformam elementos válidos que merecem ser exaltados e replicados e aproximam-na no movimento social feminista.

I.2.3 PRETENSÕES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA; ENTRE A UTOPIA E A REALIDADE[18]

Como observado, enquanto movimento social, a econômica solidária compreende um vasto conjunto de práticas e discursos que terminam por conformar certas vertentes correspondentes. Não obstante, pode-se afirmar que, de modo geral, trata-se de uma temática que se coloca como um modo de produção *alternativo* à ordem capitalista, a mesma que relega as mediações de primeira ordem às de segunda quando do metabolismo social do capital na formulação de Mészáros.

As "pretensões" deste movimento social estão diretamente relacionadas com a subversão e/ou reversão de tal "ordem", ainda que seu campo de atuação seja – ainda - muito limitado, o que não é um demérito algum. Sua dimensão microeconômica que não chega a integrar indicadores macroeconômicos convencionais, sendo apenas indiretamente nas taxas de desemprego, desocupação etc; salvo o inovador esforço do atual governo brasileiro de viabilizar o cadastro dos atores da economia solidária[19].

[17] Tal argumentação pode dar elementos para se entender o porquê que o Sistema de Informação da Economia Solidária – SIES apontou que quanto menor o tamanho do empreendimento econômico solidário no Brasil maior a participação relativa das mulheres. (SIES, 2005)

[18] Este termo faz referência ao principal argumento de um seminário realizado em Salvador/BA entitulado: "Economia dos setores populares: entre a utopia e a realidade"; um livro de mesmo título foi gerado pela Editora Vozes, 2000.

[19] Trata-se do SIES, 2005.

O fato é que parcela significativa da população não é assalariada e provavelmente nunca será; não detém qualquer tipo de mecanismo de proteção social, estando à margem da sociedade, sem vínculos sociais evidentes a não ser sua própria rede de solidariedade a qual lhes oferece algum mercado para seus precários produtos e serviços oferecidos. São os que "teimam em sobreviver" a partir de sua força de trabalho, elegendo princípios e valores éticos que têm, ainda que timidamente, imprimido uma lógica adversa ao sistema econômico.

O chileno Luis Razeto afirma ser ela uma forma econômica alternativa para a crise que afeta as distintas dimensões da vida humana, sendo ainda invisível – tal qual o trabalho doméstico do cuidado - por razão de:

> *"Como se ve y se descubre capitalismo en todas partes, desaparece de la percepción el carácter alternativo de algunos tipos de comportamiento y organización económica" El bosque no deja ver los árbores: con la idea de que se trata de un bosque de pinos, no se observa que coexisten con ellos otras varias especies de árbores y seres vivientes.(...) se mira la realidad con modelos y teorías que reflejan la economía dominante con sus intereses y dinamismo propios, y que sirven para reproducirla; todo lo distinto, especialmente si tiene la fuerza moral para cuestionarla en sus valores y en sus modos de ser, simplemente es descartado como precario, utópico, ineficaz, carente de interés* (RAZETO, 1987: 8)".

Segundo o estudioso, para se definir e construir o alternativo no terreno econômico não é necessário sonhar ou construir nenhum modelo de empreendimento correspondendo a um novo modo de fazer economia. Para ele, trata-se sobretudo, de observar e descobrir, na realidade, certos modos de comportamento econômico, certos atores segundo os quais já se pode ver a semente do "novo", ainda que sejam práticas mescladas com o "velho". Isto porque, completa ele, o alternativo já está se desenvolvendo, emergindo da crise (RAZETO, 1987).

Neste contexto, Altagracia Villareal, assessora da Coalición Rural México - Estados Unidos[20] e integrante da Rede Mexicana de Socioeconomia Solidária, de certo modo, dá um alerta às venturas acadêmicas em torno da questão:

[20] A Coalición Rural integra a iniciativa no campo da economia solidária conhecida por comércio justo. Par saber mais: www.ruralco.org

> "com os indígenas, aprendi a conhecer a realidade, a valorizar nossa cultura, aprendi que se os estudos não estão ligados a um processo organizativo não ajudam e, ao contrário, distanciam-nos das comunidades e suas organizações (VILLAREAL, 2002)."

O debate sobre o "modo alternativo de produção" ou "sistema alternativo de produção" não é tema recente. Segundo Quijano (2002), modelos alternativos surgiram no início do século XIX na Europa, tendo adquirido reconhecimento na civilização moderna em meados do século XX. Estando sempre presente no debate e nos conflitos sociais mundiais, ainda que tenha sido o capitalismo a conferir sentido à idéia de "alternativo" para quaisquer modos ou sistemas de produção que visavam substituí-lo ou eliminá-lo das raízes sociais e condições históricas da exploração e da dominação social (QUIJANO, 2002: 478).

O autor reforça, portanto, o questionamento proposto por Santos sobre o adjetivo que confronta o sistema hegemônico: "alternativo a quê?", formulando três características negativas das economias capitalistas, onde encontraríamos respostas: 1. produção sistemática de desigualdades de recursos e de poder; 2. Relações de concorrências do mercado produzem formas de sociabilidade empobrecidas baseadas no benefício pessoal em detrimento da solidariedade; 3. a exploração crescente dos recursos naturais coloca em risco as condições ambientais do planeta (SANTOS, 2002: 27-28).

Com o advento da globalização, Quijano entende que a questão do que é ser alternativo permanece, já que as mudanças ocorridas revelam nada novo quanto ao padrão de poder do capitalismo. O que seria inovador seria a existência de um novo imaginário anti-capitalista que não apenas se contrapõe ao sistema hegemônico do capital, como também parece se contrapor à idéia de nacionalização da economia. Ainda que o Estado continue sendo o instrumento dos dominadores, que siga sendo a arena de lutas sociais pelos limites, as condições e as modalidades de dominação e exploração (QUIJANO, 2002: 478 - 482).

Razeto[21] entende que parte do que se considera "economia alternativa" ou "economia da solidariedade" refere-se, especificamente, aos diferentes tipos de unidades econômicas alternativas e aos fatores, relações e processos que as configuram; inserindo-a no campo microeconômico (RAZETO, 1987: 9),

Em sua compreensão, a família desempenha papel absolutamente relevante, como se depreende da afirmação abaixo:

[21] O próprio autor mantém um portal na Internet – campus virtual - sobre o tema e sua obra: http://www.economiasolidaria.net

> *"... la familia (o el grupo familiar) puede ser considerada como una unidad económica, como sujeto que realiza actividades de consumo, distribución, y producción. Con tales actividades se establecen relaciones económicas al interior del hogar y hacia fuera, con la economía global, así como también relaciones de propiedad sobre distintos factores y bienes económicos* (RAZETO, 1987: 65)".

Ele critica a visão econômica que considera as famílias - e ao seu conjunto – um sujeito econômico importante enquanto unidades de consumo de bens e serviços das empresas. Sua argumentação se dirige, portanto, à noção usual que analisa o setor "famílias".

Singer é outro importante autor que trata também desta questão, o qual pode ser identificado como um dos que trata da economia solidária dotando-a de sentido socialista, entendendo que há uma "ligação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo." (SINGER, 1998). Ele salienta também ainda que:

> "A economia solidária não é criação intelectual de alguém, embora os grandes autores socialistas denominados utópicos da primeira metade do século XIX (Owen, Fourier, Buchez, Proudhon etc.) tenham dado contribuições decisivas ao seu desenvolvimento, a economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Como tal, ela não poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como sombra, em toda a sua evolução (SINGER, 2000: 13)".

Singer, para quem a economia solidária é o projeto socialista renovado, aponta para o deslocamento da perspectiva revolucionária na direção de uma "verdadeira revolução cultural". Para ele, o protagonismo do trabalho coletivo é primordial no processo de socialização e do controle dos meios de produção pelos trabalhadores. Completa que a superação do capitalismo se dá pelo processo de transformação da força-de-trabalho social do capital em sujeito coletivo do trabalho (SINGER, 2002).

Está presente nele a idéia marxista de "revolução social" quando repensa sobre as novas possibilidades de um sistema, onde iniciativas de economia solidária seriam impressas. Reconhece, no entanto, existir uma convivência transitória entre modos de produção de uma mesma formação social; justificando a luta dos trabalhadores e inserindo-os como partícipes de um movimento civilizatório da modernidade já que aquelas iniciativas já estão se desenvolvendo por dentro do sistema hegemônico vigente (SINGER, 1998).

Segundo o atual secretário nacional da economia solidária:

> "a economia solidária constitui um modo de produção que, ao lado de diversos outros modos de produção – o capitalismo, a pequena produção de mercadorias, a produção estatal de bens e serviços, a produção privada sem fins de lucro – compõem a formação social capitalista (SINGER, 2002)".

Singer "aposta" na emergência do cooperativismo enquanto principal forma de luta contra a exploração e como proposição alternativa ao capitalismo no campo da economia solidária.

> "A unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperados não é demasiado) ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação excedente anual (denominado ´sobras`) também por critérios acertados entre todos os cooperadores. A cota básica do capital de cada cooperador não é remunerada, somas adicionais emprestadas à cooperativa proporcionam a menor taxa de juros do mercado (SINGER, 2000: 13)."

Singer conclui depositando naquelas uma perspectiva revolucionária já que ele compreende que a cooperativa "permite e compele diretamente os interessados a participar das discussões e negociações sobre questões de seu interesse"; derivando daí a idéia de que a economia solidária só será de fato uma alternativa superior ao capitalismo quando apresentar, à parcela crescente da população, oportunidades concretas de auto-sustento, proporcionando a seus trabalhadores o mesmo bem-estar médio que o emprego assalariado oferece (*apud* LOPES PINTO, 2004).

O economista acredita ainda que o sistema capitalista não impede a co-existência de outros modos de produção, já que este se mostra incapaz de abranger toda população economicamente ativa. A economia solidária tenderia a crescer e a se viabilizar na medida em que "a maioria da sociedade, que não é proprietária do capital, se conscientiza de que é de seu interesse organizar a produção de um modo em que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar produto social" (*op cit*: p. 87).

Orlando Nuñez está em consonância com Singer na medida em que acredita que não se pode conceber uma "economia popular, associativa e autogestionária" sem um contexto maior de um projeto revolucionário. Vai mais longe, afirma não ser preciso esperar pela tomada do poder para que ocorram avanços, isto porque a existência daquela economia é, ela mesma, parte da tomada do poder político; integra uma revolução que ruma para a construção do socialismo (NUÑEZ, 1997: 50).

Par Razeto as iniciativas produtivas vivenciadas no seio das unidades familiares podem ser consideradas como uma espécie de prolongamento da economia doméstica mediante a qual se estabelecem relações com o mercado, invariavelmente em nível local. Tais iniciativas mantêm características que permitem associá-las às formas econômicas alternativas, sendo uma de suas expressões. Estas iniciativas associativas têm no fator trabalho o mote para a organização de sua unidade econômica, segundo a qual:

> "a propriedade dos meios e recursos de produção são de caráter familiar; as relações econômicas internas que predominam são as de comensalidade[22] e cooperação; as relações de troca estabelecidas com o mercado não estão marcadas pelo afã do lucro, mas sim pela necessidade de manutenção dos vínculos estáveis com a clientela local e com trabalhadores dispostos a serem contratados em ocasião de aumento de demanda, onde se exige que as relações sejam justas e suscitem recíproca confiança (RAZETO, 1987: 74)."

Dificilmente aquelas unidades econômicas experimentariam acelerados processos de acumulação de capital, tendo um ponto de equilíbrio no nível de reprodução simples de seus fatores de produção.

No entanto, após apresentar vários tipos identificados como iniciativas produtivas alternativas, Razeto identifica que há nelas características comuns fundadas em sua forma de organização e de ação conjunta por pessoas que cooperam entre si para melhorar suas condições de vida, e em muitos casos, para desencadear um efeito positivo sobre a comunidade, onde se desenvolvem. Tal ação e gestão conjunta ocasionariam efeitos tangíveis e resultados concretos considerados para o autor como "*um verdadero factor económico*" que devem ser reconhecidos na sua própria produtividade, de forma igual aos demais fatores que participam da geração de produto (*op cit*: 141 - 142).

[22] Razeto entende que as relações de comensalidade seriam aquelas que compreendem o consumo de alimentos em família; o uso em comum da habitação, mobiliário etc.; o financiamento de gastos em educação, saúde, recreação etc.; a realização de atos sociais que implicam utilizar e consumir em comum distintos bens econômicos por parte de grupos formais ou informais; entre outros. (*op cit*: p. 47).

> *"A tal nuevo factor económico, lo denominaremos de Factor C, ateniéndonos a la letra con que inician en el nuestro y en varios otros idiomas, varios de los términos que designan las diferentes modalidades de acción conjunta, a saber: Cooperación, Comunidad, Colectividad, Coordinación, Colaboración* (*op cit*: 142)*."*

Dentre os demais teóricos, certamente Arruda é um dos que mais se dedica à elaboração do que seria para ele uma globalização sobre os auspícios de uma socioeconomia solidária a qual não deveria prescindir de enfrentar as questões políticas macroeconômicas para sua efetiva vigência as quais seriam inerentes e indissociáveis do projeto de sociedade alternativo por ele também preconizado.

Arruda e outros autores entendem que o principal fundamento dos valores que norteiam a economia solidária é a ética, vivida diariamente nas relações interpessoais. Uma ética dialética baseada nas idéias de Martin Buber, "do eu e do nós", ao mesmo tempo, permeando toda campo de ação (ARRUDA, entrevista em 2006):

> "os nossos valores, atitudes, comportamentos e modos de relação herdados dessa cultura do eu sem nós. [...] esta luta para construção da socioeconomia só será vitoriosa se em cada momento, cada um de nos estiver lutando para superar o velho eu dentro de nós, e construir um novo eu que é ao mesmo tempo eu e nós (idem)."

A revisão bibliográfica aqui apresentada objetivou centrar-se no enfrentamento político-ideológico que as práticas "alternativas" e "subversivas" do campo da economia solidária em relação à ordem vigente e hegemônica que aqui se convenciona identificar como os ditames das mediações de segundo ordem do metabolismo do capital; parafraseando Mézsáros.

Da existência das iniciativas econômicas solidárias às "bandeiras" que conclamam valores éticos nas relações sociais e laborativas levantadas pelo movimento social que as carregam, fazem deste objeto de estudo uma temática importante. Ainda mais quando se reafirma a centralidade da categoria trabalho na contra-mão de pensamentos contemporâneos adversos.

I.2.4 DA CENTRALIDADE DO TRABALHO

Há relativo tempo está em voga o debate em torno da suposta perda da centralidade da categoria trabalho, idéia reforçada a partir da crise do trabalho assalariado, assim como pelo advento da chamada Era do Conhecimento e da Comunicação; tal qual um suposto triunfo da tecnologia sobre o trabalho.

É fato que a reestruturação produtiva do capital e a supremacia das mediações de segunda ordem impôs severos efeitos ao mercado de trabalho, mais especificamente para o grande contingente populacional com pouca qualificação. Estes são sujeitos a toda sorte de relação laboral.

Pelo menos nos países pobres ou em vias de desenvolvimento, não parece plausível antever que a sociedade rume para tempos de trabalho livre, para o ócio criativo. Tampouco as taxas de desemprego dos países desenvolvidos e as polêmicas questões conseqüentes sobre a força-de-trabalho de imigrantes fazem reforçar tal afirmação.

Um outro conceito que merece dedicação neste contexto é o de trabalho imaterial o qual é assim definido por definido por Hardt e Negri:

> "Como a produção de serviços não resulta em bem material e durável, definimos o trabalho envolvido nessa produção como trabalho imaterial − ou seja, trabalho que produz um bem imaterial, como serviço, produto cultural, conhecimento ou comunicação (HARDT; NEGRI, 2001: 311).”

Sua noção, segundo alguns autores, seria o mais adequado para dar conta das dimensões pós-industriais e das mudanças no regime de acumulação que caracterizam o capitalismo atual (NEGRI, 1991; LAZZAROTTO, 2001, COCCO, 1999; BOCAYUVA, 2001).

Entendida como uma superação da dicotomia trabalho intelectual-trabalho manual, a dimensão imaterial não é uma característica dos "produtos" - vale para os tangíveis e os intangíveis, vale para a agricultura, a indústria, os serviços e o mundo financeiro, vale para os setores "não-econômicos" ou "não-mercantis". O trabalho imaterial é a condição de produção de bens e serviços e, portanto, não se opõe ao material. É simplesmente uma característica do trabalho vivo, que existe como processo e como ato, no compartilhamento de informações e linguagens (COCCO, 1999).

A noção do trabalho imaterial encontra-se ainda associada à idéia de que a cooperação seria inerente ao processo de trabalho. Hardt e Negri entendem que a cooperação no trabalho "não é mais imposta ou organizada de fora", tal como ocorria na manufatura e na grande indústria.

> "... em cada forma de trabalho imaterial a cooperação é totalmente inerente ao trabalho. O trabalho imaterial envolve de imediato a interação e a cooperação sociais. Em outras palavras, o aspecto cooperativo do trabalho imaterial não é imposto e organizado de fora, como ocorria em formas anteriores de trabalho, mas a cooperação é totalmente imanente à própria atividade laboral. Esse fato põe em questão a velha noção (comum à economia clássica e à economia política marxista) segundo a qual a força de trabalho é concebida como ´capital variável`, isto é, uma força ativada e tornada coerente apenas pelo capital, porque os poderes cooperativos da força de trabalho (particularmente da força de trabalho imaterial) dão ao trabalho a possibilidade de se valorizarem. Cérebros e corpos ainda precisam de outros para produzir valor, mas os outros de que eles necessitam não são fornecidos obrigatoriamente pelo capital e por sua capacidade de orquestrar a produção. A produtividade, a riqueza e a criação de superávits sociais hoje em dia tomam a forma de interatividade cooperativa mediante redes lingüísticas, de comunicação e afetivas. Na expressão de suas próprias energias criativas, o trabalho imaterial parece, dessa forma, fornecer o potencial de um tipo de comunismo espontâneo e elementar (HARDT; NEGRI, 2001: 315)."

Pode-se depreender que mesmo admitindo-se a supremacia/pujança do trabalho imaterial sob das demais formas existentes, estaria ainda a categoria trabalho centralmente alocada tanto no campo do conhecimento, assim como permaneceria sendo ele – o trabalho humano, elemento determinante das relações societais. Ou, como apropriadamente Castel classifica: principal vinculador social (CASTEL, 1998).

Uma vez explicitadas – mesmo que superficialmente - algumas questões que circundam a problematizarão acerca da centralidade da categoria trabalho nos tempos atuais, sugere-se trazer o universo da economia solidária para o debate.

Como já abordado, Coraggio se destaca dentre os demais autores ao compreender a economia solidária como a "*economia do trabalho*", pois "*está centralizada no trabalho como seu principal recurso, ainda que não seja o único";* estaria tanto centrada nas capacidades de trabalho dos indivíduos, como na lógica da reprodução de suas próprias vidas (CORAGGIO, 2000).

Em entrevista concedida para esta dissertação[23], Arruda diz ampliar o conceito de economia do trabalho de Coraggio quando concebe a "*economia do trabalho emancipado"* em sua visão de um horizonte alternativo no centro de uma sociedade que conquistou o poder e o saber necessários para gerir seu próprio desenvolvimento e construir um sujeito pleno e sua própria história (ARRUDA, 2006).

Por esta via, Arruda não reforça apenas a centralidade do trabalho, mas de um novo conceito de trabalho na medida em que acredita que os trabalhadores passam a se relacionar com outros trabalhadores, de forma horizontal, superando a relação capital-trabalho, para uma relação trabalho-trabalho (idem).

Sob este prisma, Marcos Arruda contrapõe-se de forma interessante à Castel já que para este a filiação social se dá em um contexto de trabalho assalariado. Arruda valoriza a mesma noção de filiação casteliana sob a perspectiva de "um outro acordo coletivo; um novo paradigma". Ele segue sua argumentação afirmando que no neoliberalismo a ideologia conclama uma sociedade individualista, em um esquema do tipo "eu sem nós" (idem).

Pode-se observar que Arruda trata do mesmo cenário caracterizado por Durkheim quanto à solidariedade orgânica advinda da sociedade pós-industrial e cuja individualização dos "eus" fragiliza a consciência coletiva gerando anomia social (DURKHEIM, 1960).

O socioeconomista, como prefere ser chamado, segue afirmando em sua entrevista que os socialistas coletivistas inverteram aquela lógica, idealizando uma sociedade de um "nós sem eu". Arruda então conclui que a única possibilidade de resgate do ser humano é concebendo os dois ao mesmo tempo; "eu e o nós", em um só, tal qual o conceito marxista sobre o "indivíduo social", categoria que Marx teria enfocado desde seus Manuscritos de 1844 à consagrada obra entitulada "O Capital".

[23] Entrevista concedida à autora por via digital em 2006.

Uma questão destoante dos demais teóricos e o enfoque na categoria trabalho emancipado. Arruda diz tratar-se de um outro "paradigma de análise, onde o trabalho não está mais submetido e subordinado ao emprego, ao salarial, e, portanto, ao capital; mas um trabalho autônomo em que cada pessoa se relaciona com as outras de uma forma igualitária em termos de direitos, e todos têm um objetivo comum, que é gradualmente reduzir o tempo de trabalho necessário para a sobrevivência, de modo a aumentar cada vez mais o tempo disponível para o trabalho de desenvolvimento das capacidades."

No contexto aqui explicitado, pode-se observar que o trabalho segue sendo categoria central na análise de quaisquer dimensões da sociedade e, principalmente das ciências humanas. Assim, não poderia deixar de ser abordada a atuação do Estado frente às questões sociais advindas das relações laborais - universo em que a economia solidária está intrinsecamente imbricada.

Uma vez finalizada esta seção conceitual, passa-se às práticas do campo da economia solidária a partir de uma breve caracterização das iniciativas tidas como as mais expressivas deste setor no Brasil.

I.3 O PAPEL DO ESTADO EM RELAÇÃO À ECONOMIA SOLIDÁRIA

Para concluir este Capítulo introdutório do principal objeto analítico desta dissertação, resta fazer uma breve revisão bibliográfica dos autores que dão sustentação teórica à economia solidária, com vistas a evidenciar seus enfoques acerca do papel do Estado na implementação de políticas públicas a ela orientadas.

Adicionalmente, esta seção também se justifica pelo fato de que o movimento social da economia solidária aponta não poder – ou querer - prescindir de seu reconhecimento frente ao Estado, tanto por sua legítima reivindicação no campo dos direitos sociais – principalmente ao trabalho e à vida digna, como por seu ideário "contra-hegemônica" em relação à ordem estabelecida pelo metabolismo do capital onde aquele ator tem papel determinante tanto em sua manutenção como também como agente transformador.

De modo geral, segundo a lógica impressa em seus valores, a economia solidária parece caminhar ao encontro da argumentação de que ela perderia seu caráter de projeto *alternativo* de sociedade ao conformar-se, por exemplo, com políticas assistenciais, compensatórias etc; ou quando estão circunscritas a alguma pasta governamental tida como "secundária" perante aquelas que dirigem e orientam a administração pública e o planejamento de um governo. Pode-se afirmar que enquanto as mediações de segunda ordem – aqui nas expressas como os ditames do financeiro na esfera pública - dominarem sobremaneira toda esfera societal – pública e privada em sentido *lato* – as políticas públicas serão invariavelmente de caráter compensatório. Isto porque se entende que a pobreza - e suas mazelas que conformam a questão social - está diretamente imbricada com o modo em que a riqueza é apropriada e concentrada.

Euclides Mance de certa forma comunga com tal argumentação. Ele coordenou a elaboração de uma publicação que oferece um elenco de propostas estrategicamente concebidas que possibilitariam uma articulação dos programas de transferência de renda com a transformação estrutural da realidade de maneira socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável. Para o filósofo não é possível pensar em um plano de desenvolvimento sustentável sem considerar a socioeconomia solidária a qual permeia praticamente todas as dimensões da vida, inclusive no ato de consumir:

> "... assegurar aos cidadãos o direito a consumir produtos materiais e imateriais solidariamente elaborados e serviços congêneres é um dever do Estado, tanto quanto zelar pela qualidade técnica e ambiental destes, resguardando a saúde pública e o equilíbrio dinâmico dos ecossistemas. O Estado cumpre esse dever ao gerar uma ambiência adequada ao crescimento e fortalecimento da economia solidária e ao implementar políticas públicas com esse fim (MANCE, 2004: 217)".

De maneira similar, Carbonari (2003) afirma que o Estado faz-se imprescindível na construção da economia solidária visando a efetivação da auto-organização livre dos produtores e consumidores. Ao criticar a natureza burocrata do Estado weberiano, visualiza sua superação em detrimento da concepção de espaço público de enfrentamento de interesses privados e privatistas. Tal Estado seria tal qual um palco de busca de soluções públicas coletivas que reduzem a voracidade individualista em prol da satisfação de todos e de cada um individualmente. Para ele, sem que a sociedade esteja organizada de maneira autônoma, "qualquer ação do Estado na perspectiva da economia popular solidária deporá contra ela,

destruirá suas bases pelo paternalismo". Quanto à burocracia, cabe que ela ofereça "suporte à auto-organização; nunca patrociná-la ou substituí-la" (CARBONARI, 2003).

A partir destas incursões prévias já é possível identificar algumas contradições que são colocadas às próprias iniciativas da economia solidária, as quais implicam na necessidade de viabilizá-las socioeconomicamente. Tal fato que evidencia mais uma razão para atuação do Estado na implementação de políticas e na criação de um marco legal apropriado ao setor. Neste contexto, vale destacar que as unidades econômicas de que trata a economia solidária têm origem e caráter notadamente local, limitado a uma esfera microeconômica. Seu crescimento põe em cheque a possibilidade de atender às prerrogativas de seu pertencimento àquele setor, ou no mínimo as inviabiliza financeiramente. Isto porque, por um lado, há uma elevada carga tributária para que um grupo de produção ou de oferta de serviço se formalize como cooperativa, por exemplo. Por outro lado, também como ilustração, o custo e a dificuldade de manter um alto nível de participação nas decisões internas por parte de uma cooperativa popular de grande porte.

Mesmo sem dar respostas a todas problematizações que possam surgir sobre a factibilidade do projeto de sociedade que o movimento social da economia solidária pleiteia, sua estratégia de expansão a partir de redes e com o apoio do Estado, tal qual algumas articulações do campo da economia solidária advogam, sugere procurar equacioná-las:

> "a chave da estratégia é a compreensão de que, por um lado, iniciativas cooperativas isoladas (nível micro) não têm poder transformador efetivo ou potencial; é necessário tecer redes cooperativas e solidárias de intercâmbio comercial, técnico, financeiro, cultura e afetivo (nível meso) nos espaços local, nacional, regional e global; guiados por um projeto nacional e global que seja ao mesmo tempo socioeconômico, político e cultural (nível macro). [...] o desafio de democratizar o poder político inclui trabalhar em diversas frentes, desde o empoderamento dos cidadãos e de suas comunidades, até a democratização do Estado (ARRUDA, 2006: 116)."

Uma outra questão latente é quanto à manutenção dos valores e a garantia da autonomia dos atores da economia solidária quando atuam politicamente na esfera governamental que se mostra sensível a sua causa. Interessante observar o posicionamento dos próprios gestores de políticas públicas para tal setor. Indagado sobre o papel que o Estado deve ter quando da implementação de ações em economia solidária, Paul Singer – que, na época desta entrevista estava há um ano à frente da SENAES - assim respondeu:

> "O Estado deve apoiar a construção da economia solidária sem pretender definir-lhe os rumos. A economia solidária, para não perder sua autenticidade, tem de permanecer independente de todas as entidades que lhe dão apoio, sobretudo do Estado. Como a economia solidária oferece soluções efetivas e viáveis à crise social, é perfeitamente justificável que ela receba verbas públicas e apoio político do Estado. Espero sinceramente que o governo brasileiro esteja trilhando este caminho (PACS, 2004)".

Já Ângela Maria Schwerngber[24], então coordenadora do programa oportunidade solidária de São Paulo/SP (2000-2003) afirma que o papel do Estado é de regular e criar instrumentos de gestão pública que proporcionem acesso justo e eqüitativo pelos cidadãos aos recursos produzidos socialmente para permitir seu pleno desenvolvimento. Para ela, governos democráticos devem contribuir para a democratização do Estado tornando possível tal regulação e tais instrumentos. Isto porque se trata de uma luta política pela publicização de um Estado que foi privatizado por uma elite econômica e política. Schwerngber contribui ainda quando aponta qual é o setor governamental mais adequado para políticas de economia solidária:

[24] Entrevista concedida à autora por via digital em 2004.

> "Quanto ao órgão de governo mais adequado para gerir políticas de economia solidária, depende de cada arranjo institucional. Idealmente talvez devesse ser um órgão próprio, capaz de promover políticas transversais do governo, já que a economia solidária comporta uma visão integral de desenvolvimento. Na realidade de cada governo, há que se estudar de que ponto é mais viável esta ação transversal, dada a fragmentação histórica que temos no Estado e nos governos".

Em consonância com Ângela, Sérgio Kapron entende ser necessário um desenvolvimento descentralizador que dê espaço para a economia solidária sob um caráter público; não restrito ao Estado. O então diretor do Departamento de Economia Popular Solidária do Governo do Rio Grande do Sul de 1998-2002 defende ainda que o Estado é o principal indutor da constituição de serviços que permitam a capacitação, a qualificação, a informação, a formação, a educação dos trabalhadores e da sociedade, a pesquisa e a inovação; promotor de condições de infra-estrutura e tecnologia para viabilizar ganhos na escala de produção das iniciativas da economia solidária; articulador de agentes sociais[25].

Um posicionamento mais firme e mais centrado na atualidade da economia solidária no Brasil, é obtido a partir das palavras de Ademar Bertucci, coordenador da Cáritas e membro da coordenação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES. Ele assim se pronunciou às vésperas da instauração do Conselho Nacional de Economia Solidária, em junho de 2006:

> "Defendemos que o espaço de definição do governo sobre economia solidária esteja em outro patamar, não o de uma secretaria de terceiro escalão dentro do Ministério do Trabalho. Não vamos dizer se queremos uma secretaria ou um ministério, mas um novo governo deve elevar a economia solidária a um patamar superior. Ela não pode ser vista mais como ação compensatória ou assistencial, mas como uma política de desenvolvimento, abrangendo vários ministérios" (BERTUCCI, 2006).

[25] Entrevista concedida à autora por via digital em 2004.

Caminho semelhante sugere Lopes Pinto, para quem o "tratamento das outras formas de trabalho não-assalariadas precisa ganhar o relevo e a importância pública correspondentes com a dimensão econômica e política assumida por esse segmento". Segue ele sugerindo então a criação de ministério para a economia solidária já que entende que "o desafio vai além da gestão do ambiente macroeconômico através de políticas fiscais e monetárias menos restritivas" (LOPES PINTO, 2006).

Até mesmo Aloísio Mercadante, economista do Partido dos Trabalhadores e um dos principais articuladores do Governo no Congresso Nacional, afirmou ser necessário um Ministério de Economia Solidária no Brasil que pudesse ser tal qual uma "porta de saída" dos programas sociais do Governo Lula (JORNAL SUPERÁVIT, 2004).

Como pode ser visto, a atuação do Estado na implementação de políticas voltadas à economia solidária não apenas é perseguida pelos atores que carregam tal bandeira, como também é defendida por seus gestores de forma eloqüente. Quanto à alocação mais adequada do tratamento deste setor em nível governamental, sugere-se que sejam instâncias que tratem de toda uma esfera administrativa, pragmática que nem sempre é factível diante da correlação que forças que atuam internamente aos governos e administrações públicas.

Não obstante, independente da pasta ou do *status* que lhe couber no nível governamental, faz-se necessário que tal investida prime pela preservação da autonomia e a capacidade crítica daquele ator político; assim como deve procurar zelar pela efetividade e transparência das ações implementadas a seu favor e em toda gestão pública.

I.4 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Fez-se uma leitura abrangente do universo que constitui a economia solidária cujo marco referencial está diretamente ligado à crise do trabalho assalariado, acentuada no fim do século passado.

De modo geral, pode-se conceber as práticas daquele setor como soluções *alternativas* de transformação dos padrões de organização do trabalho e da articulação social da vida produtiva, por serem iniciativas que oportunizam trabalho e renda para parcela da população tida como "desfiliada" socialmente.

Ao exercerem o direito ao trabalho, os "desfiliados" do campo da economia revelam uma estratégia de sobrevivência e resistência coletivas que transcenderem a dimensão estritamente econômica. Deriva-se que é perfeitamente possível conceber que, enquanto integrantes de um movimento social da natureza da economia solidária, parcela de tais "desfiliados" passam a deter um novo elo de vinculação à sociedade cujo processo os transforma de atores sociais a sujeitos políticos[26].

Por hora, pode-se afirmar que enquanto as mediações de segunda ordem – aqui nas expressas como os ditames do financeiro na esfera pública - dominarem sobremaneira toda esfera societal – pública e privada em sentido lato – as políticas públicas serão invariavelmente de caráter compensatório. Isto porque, dentre outros motivos, o processo em que o empobrecimento se manifesta está diretamente imbricada com o modo em que a riqueza é apropriada e concentrada.

[26] A questão dos atores sociais e atores políticas é tratada no próximo Capítulo.

II ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Após apresentar algumas questões concernentes ao debate acadêmico da economia solidária, popõe-se a abordar a economia solidária em sua expressão brasileira a partir de algumas categorias analíticas. Inicialmente, optou-se por apresentar as principais características das iniciativas mais representativas sob o ponto-de-vista quantitativo e político. Em seguida enfoca-se o processo histórico de iniciativas de geração de trabalho e renda em vigor no final do Século XX. Destaca-se o processo de criação e de articulação em redes de economia solidária, particularmente impulsionadas pelas versões dos Fóruns Sociais Mundiais levadas a cabo em Porto Alegre/RS, estado de forte tradição cooperativista de implementação de mecanismos de participação popular na esfera pública.

II.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA A PARTIR DE SUAS INICIATIVAS

Neste sentido, serão destacadas algumas iniciativas econômicas e sociais no meio urbano e rural, dentre as quais: cooperativas, associações, empresas autogestionárias, redes de cooperação e complexos cooperativos os quais realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas e criação de moeda própria, e as redes de comércio justo e consumo solidário.

Deste universo, destacam-se ainda entidades que oferecem apoio, assessoria e fomento àquelas iniciativas, desenvolvendo ações de apoio direto, capacitação, incubação, assistência técnica e de gestão. São organizações não-governamentais, entidades religiosas, incubadoras universitárias, as quais, quase sempre. Estas procuram seguir os preceitos da economia solidária; integram-se em redes e fóruns e; procuram consumir e estimular o consumo solidário. Isto é, buscam suprir suas próprias necessidades de consumo através da comercialização com aqueles empreendimentos. Logo, não parece razoável compreendê-las de forma separada tal qual a dinâmica do FBES tem imprimido desde sua criação.

O Sistema de Informação da Economia Solidária – SIES indica que a metade do universo dos empreendimentos econômicos solidários cadastrados no Sistema atua na área urbana. Em nível regional, ocorre que no Sudeste a maioria atua na área urbana. Já nas regiões Nordeste e Norte é expressiva a presença de empreendimentos que dizem atuar apenas na área rural; 63% e 57%, respectivamente. A produção agropecuária, extrativismo e a pesca respondem conjuntamente por 43% das atividades dos empreendimentos econômicos solidários (MTE; SENAES; SIES, 2006).

Tais indicadores se devem, principalmente, à forte expressão da agricultura familiar no Brasil cuja definição explica *per si* sua natural identificação com o conceito e prática da economia solidária. Ela é caracterizada como a atividade produtiva em que tanto a gestão quanto o trabalho é predominantemente familiar, de modo direto, com ou sem o auxílio de terceiros; constituindo ainda uma unidade de produção e de consumo; de produção e de reprodução social. E, enquanto atividade econômica, é tida como "fundamental para o desenvolvimento socioeconômico sustentado do meio rural" (PRONAF, 2006).

Não obstante, vale lembrar que a agricultura familiar já não responde apenas pelas famílias cujas atividades são exclusivamente agrícolas. É neste contexto que a noção de pluriatividade ganha terreno. Trata-se do "conjunto de atividades não-agrícolas, remuneradas, exercidas por um ou mais membros das unidades familiares agrícolas"; enfatizando a flexibilização do trabalho daqueles atores (CARNEIRO, 2005).

> "[...] a produção agrícola já não é mais a única e, em muitos casos, nem a principal fonte de renda das famílias que vivem no espaço rural. Esse terreno abriga um significativo conjunto de atividades não-agrícolas e um grande número de agricultores familiares vem encontrando na pluriatividade um recurso cada vez mais utilizado (DENARDI, 2001)".

Pode-se notar que a agricultura familiar detém estreita afinidade com o conceito de economia da solidariedade de base familiar de Razeto (1987) e a chamada *economia do trabalho* de Coraggio (2000) para os quais as organizações coletivas de populações carentes visam à própria reprodução da vida e estão baseados em laços de solidariedade a partir de relações domésticas, familiares, consangüíneas ou de afinidade.

Talvez isto explique porque 50% dos empreendimentos da economia solidária atuam apenas na apenas rural, 33% exclusivamente na área urbana, e 17% dizem atuar em ambas (MTE; SENAES; SIES, 2006).

Peraci (2000) faz uma interessante análise acerca da diferenciação que se deve primar em fazer quanto à manifestação da economia solidária no meio urbano e no rural. Isto porque:

> "diferente do meio urbano, o debate sobre socioeconomia solidária no meio rural não deve se prender a aspectos da ocupação formal (emprego), pois as famílias rurais vivem no ´pleno emprego/ocupação`, em que a inexistência de políticas estruturais – geração de renda, financiamento da produção, habitação, educação/capacitação, saúde, seguro agrícola, reforma agrária e outras – são fatores limitantes para a continuidade na atividade. Ou seja, o trabalhador urbano está subordinado/submetido a um processo produtivo de rotina que lhe permite pouco ou nenhum princípio de gestão sobre o capital e seu trabalho, daí a origem constante do conflito capital e trabalho coordenados pelos sindicatos urbanos."

Uma das principais organizações brasileiras que representam os trabalhadores da agricultura familiar no Brasil é a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG. Sua aproximação com o movimento da economia solidária é recente, mas contundente. Isto pode ser visto a partir da afirmação do então presidente da CONTAG:

> "a agricultura familiar só se viabiliza a partir de uma economia solidária; [...] sendo necessário que a gestão coletiva da produção se apresente como uma alternativa concreta, através da prática da cooperação combinando o uso de novas tecnologias e diversificação dos meios tradicionais de produção (DOS SANTOS, 2006)."

Em 2004, a articulação de cooperativas de agricultura familiar, federações sindicais e associações rurais criaram a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES. Em 2005, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária aprovou a integração da UNICAFES a sua coordenação nacional.

Pode-se notar a economia solidária abrange uma diversidade importante de iniciativas a despeito de resguardarem particularidades que explicam sua identificação com o movimento social em foco.

A tríade que norteia seus princípios

No enfoque aqui desenvolvido, três conceitos são entendidos como fundantes do campo da economia solidária, quais sejam: a cooperação, a solidariedade e a autogestão. Compreende-se que esta tríade traz idéias-força que tratam do *modus operandi* de tais práticas diferenciando-as sobremaneira de outras práticas laborativas e relacionais.

Não obstante, convém salientar que os princípios e os valores éticos adotados pelo movimento da economia solidária não se restringem às iniciativas aqui apresentadas. Eles permeiam outros universos e tampouco são incompatíveis com a cultura individualista ou com a visão empresarial. Por isto, deve-se desde logo salientar que tais práticas e carregam consigo contradições inerentes a quaisquer dimensões que tratam do ser humano. Tal fato ameniza o caráter "purista" que a economia solidária pode representar para muito em primeira instância.

Sabe-se, por exemplo, que certas empresas utilizam entre si mecanismos alternativos de circulante para fugir de tributação, ou que por vezes estes se associam para competir ou para angariar benefícios mútuos como nicho de mercado.

Os três termos são práticas que, por vezes, terão sentido afins; em outras qualificarão processos sociais com certas particularidades. Enquanto prática social econômica ou produtiva têm origens tão antigas quanto variada, podendo ser percebidas por impressões híbridas ou "puras".

A noção de cooperação remete à história da própria humanidade já que as civilizações dos primórdios se caracterizavam pela vida coletiva, "comunidades naturais", onde os indivíduos encontravam em seus agrupamentos a proteção necessária para lhes garantir a própria sobrevivência.

No século XV, há vestígios que comprovam a existência de grandes civilizações avançadas na América que detinham a característica da cooperação nas mais diversas formas de manifestações culturais.

Os astecas, os maias e a civilização incaica viviam sob um regime de organização agrária, onde a cooperação e a solidariedade estavam presentes, ainda que houvesse um soberano que mantivesse as terras repartindo-as entre os súditos para a exploração e usufruto, na modalidade de propriedade familiar que passava de geração em geração, mediante o cumprimento de normas que garantiriam, de certa forma, uma repartição proporcional ao trabalho de cada um.

Segundo Georges Lasserre, àquelas comunidades não gozavam de direitos, tampouco de uma existência jurídica, fazendo predominar um pensamento conformista, segundo o qual o abuso de poder por parte dos chefes e das castas dirigentes oprime as demais pessoas e opunham clãs, nações e impérios (*apud* JESUS; TIRIBA, 2002).

Lasserre traz ainda uma interessante concepção sobre como o coletivismo foi pouco a pouco sendo substituído pelo individualismo, passando a se cristalizar através de várias revoluções ao longo da história da Humanidade, quais sejam:

> "revolução econômica (quando os indivíduos se separam da economia familiar para ter uma vida econômica independente); revolução intelectual (no Renascimento, quando o homem descobre o uso da razão, do pensamento livre e laico, tornando a ciência possível); revolução espiritual (cuja Reforma ´possibilitou a conquista mais preciosa da era individualista: a liberdade de consciência´), a revolução agrícola (camponeses se liberando de formas coletivas e dos direitos feudais), revolução política (democracia favorecendo a conquista das liberdades individuais fundamentais) e revolução industrial (capitalismo moderno e progresso material rápido) (*apud* JESUS; TIRIBA, 2002: p. 50)."

Conforme Silveira e Mello salientam (2002), o tratamento do conceito de cooperação atrai quase que fatalmente, tanto no senso comum quanto em trabalhos científicos, a questão da competição. Tal discussão está presente, especialmente nos últimos anos, tanto no campo da biologia quanto das teorias sociais.

Há o debate das biologias da evolução baseadas na competição e na cooperação, ao mesmo tempo em que há teorias sociais (ou sobre sistemas sociais) mais próximas de uma ou de outras. Sem perder de vista a especificidade das distintas ciências, ou de seus campos teóricos, há analogias sendo construídas, de modo que, segundo os autores, não se deve simplesmente ignorá-las ou descartá-las.

Para eles, a cooperação ocasiona um esquema em que a soma de dois mais dois nunca é apenas quatro. Sua caracterização principal não estaria centrada na ajuda mútua e suas implicações práticas e teóricas, mas sim em uma sinergia positiva entre os atores em seus territórios socioeconomicamente definidos (SILVEIRA; MELLO, 2004).

Luis Razeto ao categorizar vários tipos de relação econômica existentes na sociedade aponta a existência da relação de cooperação que seria constitutivo da organização econômica que assume características cooperativas. Esta relação teria valores éticos implicados: de comunidade, de trabalho comum, ajuda mútua e de solidariedade (RAZETO, 1987: 49).

A SENAES e o FBES entendem que a cooperação é uma das quatro características que se destacam no conjunto das atividades e formas de organização da economia solidária no Brasil; além da autogestão, da viabilidade econômica[27] e da solidariedade. Aqueles atores entendem que, embora sejam características complementares, nunca funcionam de forma isolada, sendo observadas e compreendidas objetivamente como categorias analíticas diferentes, sempre presentes no universo em questão (MTE; SENAES; SIES, 2006). A partir do universo exclusivo da economia solidária sugerem que a cooperação seja assim caracterizada:

> "[quando da] existência de interesses e objetivos comuns, união dos esforços e capacidades, propriedade coletiva parcial ou total de bens, partilha de resultados e responsabilidade solidária diante da dificuldade (SIES, 2005: 12; grifo da autora)."

Quanto à noção de solidariedade, pode-se afirmar que esta se transforma histórica e espacialmente. O termo *solidarismo* que etimologicamente designa do grego *"in solidarium"* referindo-se a uma "obrigação com pluralidade de sujeitos e identidade de objeto". (GUSMÃO, 2000).

[27] Entende-se que a SENAES enganou-se por considerar a viabilidade como característica dos empreendimentos da economia solidária. Tem-se que tal termo refere-se mais a um de seus principais desafios tanto pela ótica econômica como na ótica da própria gestão democrática daqueles. Tal tema é muito bem abordado desde 2003 nos processos formativos entitulados de "Curso de Extensão em Viabilidade econômica e gestão democrática de empreendimentos associativos", implementados pela Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa - CAPINA em parceria com a Universidade Católica do Salvador. Para saber mais: www.capina.org.br

Rute Gusmão analisa que em alguns momentos da história brasileira, a noção de solidariedade se opôs à de individualismo, citando como exemplo a ideologia da Ação da Cidadania contra a Fome a Miséria e pela Vida (comumente chamada de Campanha do Betinho) em que se propagou uma nova consciência de cidadania, uma nova cultura democrática[28]; como também revelou a pesquisa realizada em 1994 durante a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, onde os entrevistados foram indagados sobre os aspectos positivos da Ação da Cidadania, e cerca de 70% responderam: para promover a solidariedade (*apud* GUSMÃO, 2000).

Durkheim classificou dois tipos de solidariedade que muito contribuem para o pensamento cientifico. Por *mecânica* ele classificou a solidariedade em sua forma mais simples de expressão, sendo determinada nas sociedades pré-industriais em que os trabalhadores se identificariam pela família, religião, costumes etc; tais indivíduos se identificam com a consciência coletiva[29], que os conectam a um todo social (DURKHEIM, 1960).

Em uma sociedade moderna, a solidariedade do tipo orgânica que se daria a partir da identificação das tarefas laborais advindas da divisão social do trabalho. No entanto, Durkheim também identifica a perda da referência do trabalhador em relação ao resultado final de sua força de trabalho que pode originar um processo de desfiliação ou mesmo de anomia social. Na sociedade orgânica ocorre uma individualização dos "eus", provocando uma fragilização da consciência coletiva. Por isso, a possibilidade de anomia, que seria a ausência de coesão social no seio da sociedade.

Como já salientado, a SENAES e o FBES também elegeram a noção de solidariedade como característica central das atividades da economia solidária. Uma interessante conceituação do termo no contexto da economia solidária é assim apresentado:

[28] Hebert de. "A palavra é solidariedade" Jornal da Cidadania, n. 8. Rio de janeiro. Ibase, jan. 1995, p. 9.

[29] Por consciência coletiva Durkheim entende o conjunto de crenças e sentimentos comuns entre indivíduos de uma mesma sociedade, formando um sistema determinado que tem vida própria, de forma difusa que atravesse gerações. (DURKHEIM, 1960)

> "preocupação permanente com a justa distribuição dos resultados e a melhoria das condições de vida dos participantes, comprometimento com o meio ambiente saudável e com a comunidade, com movimentos emancipatórios e com o bem estar de trabalhadores e consumidores (MTE; SENAES; SIES, 2006: 12)."

Constata-se pois, que a solidariedade, assim como a cooperação se mostra vinculada ao processo produtivo dos empreendimentos do campo da economia solidária. Também a autogestão se insere neste universo, a qual não deve ser entendida apenas como uma tecnologia de gestão. Sendo mais um:

> "sistema de organização das atividades sociais desenvolvidas mediante a ação intencional e convergente de várias pessoas (atividades produtivas, de serviços,administrativas), em que as decisões relativas aos destinos do grupo são diretamente tomadas por quantos participam, com base na atribuição do poder decisório das coletividades definidas por cada uma das estruturas especificas de atividade (ALBUQUERQUE, 2003)."

As noções de autonomia e autogestão são substancialmente parecidas. No entanto, seu sentido amplo constitui "o conjunto de práticas que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão que propicia a autonomia de um `coletivo´" (*op cit*, 2003).

Enquanto forma de organização produtiva, a autogestão esteve presente em vários momentos históricos revolucionários que ansiaram por modos ou sistemas alternativos de produção; destacando-se os falanstérios[30], sovietes da Revolução Russa, as iniciativas na Comuna de Paris, as propostas anarquistas.

Vale lembrar ainda que a autogestão detém características multidimensionais – social, econômica, política, técnica-, tendo acompanhado a história da prática da cooperação no mundo do trabalho ao longo dos tempos; sendo sua prática o princípio básico do próprio cooperativismo e do associativismo.

Para o FBES e SENAES a autogestão é o exercício de práticas participativas de autogestão nos processos de trabalho, assim como nas definições estratégicas e diárias dos atores da economia solidária; sendo determinante para a direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses (MTE; SENAES; SIES, 2006).

A partir do levantamento de elementos tidos como centrais quando da análise de práticas e propostas da economia solidária oportuniza-se a apresentação das iniciativas mais expressivas da economia solidária brasileira.

II.1.1 ASSOCIATIVISMO/COOPERATIVISMO

- Cooperativismo

Data de 1844 a primeira cooperativa formalmente constituída, uma cooperativa de consumo criada por trabalhadores de Rochdale, na região de Lancaster, na Inglaterra (RECH, 1995). Os chamados "Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale" estabeleceram princípios que passaram a referenciar o *cooperativismo* em todo mundo.

[30] Falanstérios eram colônias socialistas agroindustriais onde todos integrantes desempenhariam suas tarefas em proveito da comunidade, segundo o plano de Charles Fourier.

A Sociedade dos Probos orientou a estrutura e o funcionamento da Associação Cooperativa Internacional - ACI, respectivamente em 1937 e em 1966 quando de seus congressos internacionais.

Pode-se elencar os princípios herdados do modelo pioneiro inglês - seriam seis, os quais foram, posteriormente, acrescidos de mais dois pela ACI, totalizando oito princípios, quais sejam: livre acesso e adesão voluntária; controle, organização e gestão democrática; juros limitados ao capital; distribuição dos excedentes ou das sobras para o desenvolvimento da cooperativa para os serviços comuns e entre os sócios na proporção de suas operações; constituição de um fundo para a educação entre os membros; cooperação entre as cooperativas em âmbito local, nacional e internacional; aspiração de conquista ou expansão constante; autonomia (RECH, 1995).

Logo, pode afirmar que as cooperativas são empresas privadas de gestão coletiva. Os proprietários são também os gestores e os usuários. Presno advoga que "em princípio, a contribuição dos sociais na forma de fator de produção capital não é a chave para se entender a lógica das cooperativas;" é o seu trabalho e/ou fidelidade à cooperativa o que conta", sendo ainda doutrinas delas um dos determinantes da sua *´perfomance`* (PRESNO, 2001).

Para os chamados *socialistas utópicos* a cooperativa era um dos caminhos para uma outra ordem social e econômica. Segundo Cole, cerca da metade dos pioneiros de Rochdale vinham de uma corrente do movimento socialista orquestrado pelo inglês Robert Owen: "podemos afirmar, portanto, que Rochdale é fruto da decepção de uma parte de owenistas com o seu líder." (COLE, 1944).

O papel das cooperativas nos países socialistas foi muito exaltado, particularmente em meio à exploração dos trabalhadores do campo. Segundo Engels:

> "Nosso dever para o pequeno camponês é, em primeiro lugar, o de fazer passar sua propriedade e a sua exploração individual à exploração cooperativa." (ENGELS, 1894)

No entanto, mesmo Marx se mostrou reticente em relação à prática cooperativa a qual não deveria prescindir de um projeto maior que fosse capaz de fazer frente à dinâmica dos monopólios do sistema capitalista, uma vez que:

> ".... enquanto permanecer limitada a um círculo reduzido, enquanto apenas alguns operários se esforçarem, (...) a cooperação dos trabalhadores não será capaz de libertar as massas, nem mesmo aliviar de modo sensível o fardo de sua miséria (MARX, 1864) [31]".

Vale dizer, que está presente, para alguns autores, a relação do cooperativismo com o socialismo no novo contexto, onde a economia solidária emergiu. Em um de seus livros "Uma utopia militante - repensando o socialismo", é analisada a questão acerca da implantação de cooperativas e de outras instituições de cunho socialista em um processo que poderia vir a desembocar em uma revolução social-socialista[32] (SINGER, 1998).

Já para Reginaldo Magalhães, então secretário executivo da Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores – ADS/CUT, o cooperativismo brasileiro já tem uma história de quase um século, tendo estado pouco vinculado a um projeto socialista de sociedade. Magalhães acredita que "a esquerda brasileira, em raros momentos, encontrou no cooperativismo um papel revolucionário. Precisamente, apenas no início do movimento operário brasileiro, sindicatos e cooperativas se encontraram unidos em um mesmo projeto político." (CUT, 2006)[33].

[31] Discurso em 1864 durante o congresso da associação internacional do trabalho; mimeo.
[32] SINGER, Paul "Uma utopia militante: repensando o socialismo". Vozes, Petrópolis, 1998.
[33] Vale lembrar de que a história do cooperativismo no Brasil remonta o cooperativismo rural controlado por grandes produtores voltados à exportação de produtos primários, tendo sido tutelado pelo Estado e incorporado, inicialmente, grande parcela da produção da agricultura familiar. Embora aqueles produtores, em sua maioria representados pela Organização das Cooperativas do Brasil - OCB, mantivessem um discurso que valorizava os princípios da autogestão, sua gestão de fato era centralizada e de caráter empresarial.

Para Quijano, o cooperativismo só sobreviveu à *avalanche*[34] às custas de fortes adaptações, tendo sido protegido na Europa pela social-democracia européia e por correntes democráticas nacionalistas contra a aliança oligárquico-imperialista na Ásia e na América Latina. Quando estas lutas foram reduzidas às reformas do sistema capitalista, o cooperativismo também teria sido vinculado à concepção e à prática reformistas, ficando à margem dos projetos "revolucionários". Fato que, para Quijano, dava certa razão à Marx para quem o cooperativismo não era em si uma alternativa, mas um relevante suporte à auto-educação dos trabalhadores na época de se reapropriarem do controle do seu trabalho contra o despotismo do capital (QUIJANO, 2002: 479).

Como não deveria deixar de ser, a história do cooperativismo acompanhou a dinâmica do mundo do trabalho, notadamente das várias facetas do capitalismo ao longo da história. A competição, força-motriz daquele sistema, pressionou sobremaneira as formas cooperativistas mais genuínas que tiveram vez no seio da Revolução Industrial inglesa.

João Roberto Lopes Pinto advoga que a evolução das diferentes formas de cooperativismo variou no tempo e no espaço. De um lado, segundo ele, a competição capitalista, particularmente no pós-guerra, fez surgir uma tendência de recuo dos experimentos cooperativos, descaracterizando-os pela incidência de cooperativas com elevado grau de burocratização e até de relações de assalariamento. No entanto, foi em meio à crise do último quartel do século XX, que houve um resgate do sentido da "solidariedade democrática" em velhas ou novas formas de empreendimento associado. Lopes argumenta ainda que, por outro lado, conforme o ambiente nacional, observa-se tipos de empreendimentos coletivos mais incidentes (LOPES PINTO, 2004: 15).

Para Oliveira (2003), existem de modo claro, pelo menos três grandes correntes analíticas do cooperativismo, quais sejam:

[34] Quijano refere-se á derrocada dos projetos revolucionários anti-capitalistas, particularmente como a "desintegração do bloco socialista europeu em 1989". (QUIJANO, 2002: 479)

> "1) que ele representa um fim em si – defendida pela maioria dos integrantes do sistema liderado internacionalmente pela Aliança Internacional Cooperativista;
>
> 2) que ele é um instrumento para reforçar os princípios liberais – representada por líderes cooperativistas das chamadas cooperativas agropecuárias brasileiras, por exemplo; e,
>
> 3) que ele é um instrumento para negar a ordem liberal e servir como fundamento para a construção de fontes alternativas aos efeitos negativos causados pelo capitalismo globalizado (*op cit*: 62)."

Seria a última citada a variante que mais se aproximaria do chamado cooperativismo popular, segundo o qual Oliveira pressupõe aproximar-se do exercício dos princípios fundamentais da cooperação, da prática da autogestão e da busca da composição de alianças estratégicas contra a pobreza e a exclusão social; assim como diz tratar-se de um tipo de cooperativismo que se aproxima de uma certa articulação com os movimentos de luta pelo exercício fundamental da cidadania (idem: 63).

Sobre cooperativismo popular[35], requer-se apresentar a definição adotada pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCPs, a saber:

[35] Para saber mais: http://www.cooperativismopopular.ufrj.br e http://www.fcprj.org.br/

> ” ... é uma releitura da ideologia cooperativista, criada no século XIX, na Europa, em defesa de um modelo de produção e de sociedade que se contrapõe à exploração do modelo capitalista. Tal como o cooperativismo, que surgiu em conseqüência da revolução industrial, seu desenvolvimento ocorre, no Brasil, nos anos 1990, em resposta ao modelo econômico então implantado - terceira revolução. Nesse contexto, buscou-se promover a mobilização e a formação de lideranças para gerar trabalho e renda e possibilitar a transformação da realidade social excludente. O que diferencia as Cooperativas Populares de outras experiências de organização sócio-econômica cooperativista é fundamentalmente a situação de exclusão vivenciada por seus associados, assim como a predominância de um modelo de gestão democrático e participativo, mais voltado para o bem comum do que para o lucro (ITCP, 2005).”

As ITCPs entendem o cooperativismo popular mais do que um modelo de organização econômica para subsistência, tratando-se de um movimento de luta de trabalhadores para a transformação da realidade e construção de um modelo de desenvolvimento que combata as causas estruturais da pobreza.

Vale apresentar ainda a definição adotada pelo Fórum de Desenvolvimento do Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro – FCP[36], articulação política que existe desde 1996, através da qual este conceito se diferencia em absoluto “do cooperativismo que vem sendo praticado por grupos econômicos cujo interesse principal é escapar de suas responsabilidades fiscais e trabalhistas e cuja conseqüência imediata é o agravamento da crise do desemprego e precarização das relações de trabalho” (FCP, 2006).

Na Carta de Princípios do Fórum de Cooperativismo pode-se destacar:

[36] Para saber mais: http://www.fcprj.org.br

> "Assim, o cooperativismo popular surge como alternativa baseada em valores comprometidos com outra cultura econômica e com a formação integral da cidadã e do cidadão, para que busque sua inserção no mercado de trabalho e/ou outras formas emancipadas de relações econômicas. Dessa forma, não admitimos a reprodução de práticas de administração que não estejam coadunadas com os princípios de autogestão que compreendemos como a capacidade de tomar decisões e manejar o próprio desenvolvimento, como pessoa, iniciativa e sociedade (FCP, 2006)."

Coelho entende que a cooperativismo popular, enquanto movimento por uma organização das cadeias produtivas, rompeu com o modelo rígido do cooperativismo clássico; abrindo caminho para novos modelos dos qual resultou a idéia de uma economia solidária, ultrapassando o outrora cooperativismo servil de base rural (COELHO, 2006:3).

Do ponto de visto normativo, são vários tipos de cooperativas no Brasil, sendo as mais conhecidas: de crédito, de consumo, agrárias, de trabalho, de pesca, habitacionais, escolares, eletrificação rural[37] (RECH, 1995).

Vale salientar que a maioria das chamadas cooperativas fraudulentas se caracteriza como de trabalho. A Organização Internacional do Trabalho – OIT (OIT, 2002) aprovou uma moção através da qual se comprometeu a fazer um cerco a elas, por entenderem que violam os direitos trabalhistas.

Tais cooperativas, também chamadas pejorativamente de *coopergatos*, são normalmente constituídas por empregadores e intermediários de mão-de-obra, que utilizam a forma legal de uma cooperativa para esconder uma relação de subordinação e precarização dos direitos do trabalhador.

Antes da criação do SIES, era praticamente impossível ter alguma estatística oficial das iniciativas que compõem a economia solidária no Brasil, a não ser dos números do cooperativismo "oficial" que a Organização das Cooperativas do Brasil – OCB detém o poder de registro até o presente momento. Tais dados afirmam a existência de cerca de 8 mil cooperativas, classificadas por treze categorias, como apresentado na Tabela 1, a seguir.

TABELA 1, COOPERATIVISMO DO BRASIL POR RAMO DE ATIVIDADE[38]

[37] Uma classificação técnica pode ser assim apresentada simplificadamente: segundo sua natureza (de distribuição ou de serviços; de colocação da produção; de trabalho), variedade de funções (unifuncionais; multifuncionais; e integrais) e quanto ao nível de organização (singulares; ou centrais/federações). (RECH, 1995)

[38] Fonte: OCB, 2005.

RAMO DE ATIVIDADE	COOPERATIVAS	ASSOCIADOS	EMPREGADOS
Agropecuário	1.514	879.918	123.368
Consumo	147 2	181.112	6.938
Crédito	1.101	2.164.499	20.555
Educacional	319	73.951	3.144
Especial	10	529	-
Habitacional	355	91.299	1.562
Infra-estrutura	160	600.399	5.213
Mineral	44	15.212	52
Produção	173	17.569	323
Saúde	899	287.868	28.599
Trabalho	1.994	425.181	6.506
Transporte	783	50.600	3.411
Turismo e lazer	19	2.917	9
TOTAIS	**7.518**	**6.791.054**	**199.680**

Os dados da OCB informam ainda que o cooperativismo abrange cerca de 7 milhões de pessoas, empregando cerca de 200 mil pessoas. A maior parte das cooperativas brasileiras está concentrada em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, e Minas Gerais, respectivamente (OCB, 2005).

Não obstante, vale lembrar que tais dados não respondem pela economia solidária no Brasil, mesmo limitando o escopo ao setor cooperativista. Isto porque, parte significativa das iniciativas do campo da economia solidária opera em condições precárias, atuando no mercado informal e em outras zonas de vulnerabilidade que não são facilmente capituladas. Outra razão é que parcela das cooperativas existentes no Brasil, por compreenderem ser inconstitucional a obrigatoriedade e a unicidade de representação deste órgão, não se encontra registrada na OCB [39].

- Associativismo

O associativismo qualifica um conjunto de práticas sociais a partir de um agrupamento de pessoas. O termo é amplo e pode compreender um sem número de iniciativas, dentre elas o próprio cooperativismo.

[39] Este tema será mais bem tratado no II Capítulo.

Uma associação civil é uma pessoa jurídica de direito privado. O antigo Código Civil de 1916 não definia claramente suas características, o que fez com que juristas, o senso comum e outras leis definissem uma associação como a união de pessoas em torno de uma finalidade não-lucrativa. Contudo, o novo código civil, em vigor desde 11 de janeiro de 2002, define associações como a união de pessoas que se organizem para fins não econômicos (ABONG, 2006).

O associativismo designa o processo pelo qual um agrupamento se organiza no afã de realizar ações comuns, de forma regular, mas não necessariamente contínua. Já sua faceta normativa no novo Código Civil brasileiro é que determina "as associações são uniões de pessoas para fins não econômicos", e não mais lucrativos. A mudança se deu, dentre outros argumentos, sob a lógica de que elas seriam organizadas por pessoas interessadas em perseguir finalidades que não tivessem por objetivo a partilha futura de lucros (CÓDIGO CIVIL, 2002; Art. 53).

As associações são a figura jurídica mais relevante no universo da economia solidária do Brasil. Tanto por sua representatividade dentre os empreendimentos econômicos solidários no Brasil (55%); como também pela das entidades de apoio, assessoria e fomento cadastradas no Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária – SIES, segundo o qual as Organizações Não Governamentais – ONGs de natureza jurídica de associação representam a maioria das entidades (46%), seguidas por Fundações (13%) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs (12%) (MTE; SENAES; SIES, 2006).

Já as cooperativas, seriam as sociedades civis ou comerciais sem fins lucrativos "cuja finalidade é desenvolver atividades de consumo, produção, crédito, prestação de serviços e comercialização, de acordo com os interesses dos participantes." (ALBUQUERQUE, 2003).

De qualquer forma, como dito, o cooperativismo e o associativismo não são as únicas iniciativas que têm na cooperação, autogestão e solidariedade sua principal expressão concernente ao campo de estudo da economia solidária. Os grupos de produção e de oferta de serviços serão apresentados a seguir.

I.1.2 GRUPOS DE PRODUÇÃO E DE OFERTA DE SERVIÇOS

Esta categoria não detém quaisquer mecanismos de proteção social por parte do Estado, constituindo a segunda maior representação dos empreendimentos que se dizem integrantes do movimento social da economia solidária no Brasil (MTE; SENAES; SIES, 2006). Em alguns estados, como no do Rio de Janeiro, representam a maioria, 61% do total identificado (SIES/RJ, 2005).

Trata-se de grupos vulneráveis do ponto de vista legal e de seu caráter difuso. Operam no mercado informal e detém baixa relação capital-trabalho. Isto mesmo representando a maioria – 55% - das iniciativas do campo da economia solidária no Brasil (MTE; SENAES; SIES, 2006). Por vezes a associação se dá na produção de bens com baixo valor agregado ora a associação se justifica para facilitar a comercialização de indivíduos. Há ainda os grupos que se associam informalmente visando à compra coletiva de produtos de primeira necessidade; de matéria-prima e insumos para posterior produção familiar ou individual; para obtenção conjunta de financiamento para seus empreendimentos etc.

Por sua precariedade e dificuldade de se legalizar formalmente, não chegam a ser atendidos por programas governamentais. Dentre as demais iniciativas, esta carece mais especialmente de mecanismos de financiamento de suas atividades. De modo geral, angariam recursos para capital de giro ou de investimento com familiares e agiotas.

As atividades mais corriqueiras dos grupos são artesanato, confecção, reciclagem, alimentação, serviços em geral – atividades tidas como simples que não exigem recursos técnicos ou financeiros específicos.

Esta categoria é majoritariamente feminina e geralmente constitui-se de grupos de até 20 pessoas (MTE; SENAES; SIES, 2006). Sabe-se que trabalham longas jornadas, ainda que detenham autonomia sobre seu tempo, já que em última instância também são autônomos.

> "os meios encontrados pelas camadas empobrecidas da sociedade são aqueles criados a partir do trabalho diário. O que fazem ´fora´ do trabalho é parte constituinte do próprio reino da necessidade; seu tempo livre é o tempo para renovar-se como homem [e mulher] e ter forças para criar novas formas de sobreviver. Entre uma atividade laboriosa e outra e ainda em meio a cada uma delas, também é tempo para jogar bola, para sorrir, para buscar uma forma, mesmo que simples, de lazer (TIRIBA, 2001: 79; grifo da autora)."

Como Razeto e Coraggio argumentam, trata-se de agrupamentos com graus de consangüinidade ou têm alguma relação de vizinhança entre seus associados.

As entidades de apoio, assessoria e fomento – maioria composta por organizações não-governamentais e entidades religiosas - costumam atender, assistir e apoiar a formação de tais grupos. Ora incitando a própria organização produtiva associativa, ora fazendo um plano de negócios e estudo de viabilidade socioeconômica de seus empreendimentos, visando em última instância que estes se fortaleçam, consigam mercados para seus produtos e que se formalizem legalmente.

I.1.3 EMPRESAS AUTOGESTIONÁRIAS

As empresas autogeridas têm sua representação principal no Brasil através da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG[40].

[40] A ANTEAG foi criada "a partir de experiências que surgiram no contexto da crise de desemprego e de falência das empresas como resultado das políticas federais, dos anos 90, de abertura internacional dos mercados às importações". (ANTEAG, 2005) Para saber mais: www.ANTEAG.org.br

Elas advêm de empresas falidas ou em processo falimentar, surgindo quando os trabalhadores decidem trocar seus créditos/direitos trabalhistas pelo arrendamento e controle do empreendimento – sob regime cooperativo ou mesmo de sociedades anônimas ou empresas limitadas[41]. Nesta seção será dado enfoque às iniciativas que optam por este último tipo de organização produtiva associativa.

A educação orientada para a autogestão tem sido uma questão importante para os técnicos da ANTEAG os quais têm procurado promover metodologias que orientem tanto questões subjetivas quanto objetivas, já que entendem que:

> "as empresas e empreendimentos autogestionárias enfrentam, no mercado convencional, uma situação extremamente adversa. São determinantes fatores como baixa escolaridade, precária qualificação profissional, inexistência de tecnologia adequada; predomínio de uma organização do trabalho ainda nos moldes tradicionais (paradigma taylorista/fordista); resistência à mudança por parte de muitos trabalhadores para uma nova forma de organização do trabalho; desconfiança por parte de alguns com relação àqueles que assumam a direção da fabrica; entre outras questões (ANTEAG, 2005)."

Lopes Pinto contribui com o tema na medida em que afirma serem necessários parâmetros claros e objetivos que definiriam a autogestão. Ele propõe um esquema em que um conjunto de variáveis tanto institucionais quanto comportamentais serviriam como categoria de análise para a aplicação de alguns indicadores (ANTEAG, 2004: 51), isto porque:

> "são comuns na literatura sobre o associativismo abordagens que tendem a tomar, sem maiores questionamentos, a solidariedade e autogestão como supostos da associação voluntária voltada a objetivos comuns.Em tais abordagens, se esquece que há sempre o risco de as associações assumirem estruturas hierárquicas, se fixarem em objetivos cristalizados, e mesmo se orientarem por um egoísmo de grupo. Ao mesmo tempo, os comportamentos são tomados como cooperativos e participativos sem a preocupação de qualifica-los em termos das mudanças valorativas que estariam em jogo (ANTEAG, 2004: 51)."

[41] De acordo com a ANTEAG são mais de 300 empresas, responsáveis por 32 mil postos de trabalho diretos..

Dentre as variáveis institucionais que impactariam em favor da cooperação e participação, Lopes Pinto cita o início do empreendimento ou "momento inaugural"; o regime de propriedade escolhido; as divisões de papéis dentro do empreendimento; e os meios de participação e informação. Quanto às variáveis comportamentais seriam as principais destacadas: cooperação, empenho, liberdade e participação. Lopes Pinto alerta, com propriedade, que tais comportamentos "não são incompatíveis com a cultura individualista, fundada na auto-referência e na relação instrumental e competitiva com o `outro`". (*op cit*: 54)

Desde sua origem, a ANTEAG[42] mostra especial interesse em relação à adequação da tecnologia ao modo de produção associativa e autogestionária, uma vez que se entende que:

> "a concepção de tecnologia surge como ciência aplicada, estreitamente vinculada à produção industrial e à transformação no trabalho (ANTEAG, 2004: 33)."

Desta forma, distingui-se a tecnologia convencional da tecnologia social. Compreendem que a primeira estaria voltada para as grandes empresas e industrias e para a concentração de capital. Objetiva, dentre outras coisas, a diminuição de custos poupando força de trabalho. Ocupa-se da manutenção do controle social e da coerção no trabalho. A segunda teria assim uma concepção mais ampla, integrada aos valores da economia solidária, a qual superaria a fragmentação entre a teoria, técnica e as relações sociais de autogestão e os saberes práticos. Ocuparia-se também das condições de trabalho, com a sustentabilidade, não estando apenas preocupada com a produção em massa, mas também com a pequena produção.

> "Essa é uma tecnologia de organização social, de articulação política que, contemplando a diversidade de atores, produzindo e se apropriando de conhecimento, promove o desenvolvimento de uma outra sociedade. A produção tecnológica necessita estar envolvida em uma nova forma de cooperação e ter propósitos emancipatórios (*op cit*: 38)."

[42] Posteriormente outras iniciativas também passam a enfocar a tecnologia, especialmente quanto esta passar a integrar a pauta do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Vale observar que a ANTEAG tem reivindicado mecanismos diferenciados em matéria fiscal, tributária, trabalhista e creditícia, assim como mudanças na própria lei que regulamenta os processos de falências de empresas.

I.1.4 GRUPOS DE TROCAS SOLIDÁRIAS E DE CRIAÇÃO DE MEIO CIRCULANTE LOCAL

"Dizem que o dinheiro não tem coração,
não tem alma, não tem consciência e não tem pátria,
só conhece a ganância. É chegado a hora de darmos um chão,
um espírito, um coração a nossa moeda local. (VILLAREAL, 2002)"

As iniciativas das redes de trocas solidárias compreendem os agrupamentos que criam seu próprio mecanismo de intermediação de produtos e serviços[43] em nível local, gerido de forma participativa por seus integrantes, abdicando da utilização da moeda de curso forçado pelo Banco Central.

Vale dizer que não são todas as iniciativas de trocas e de criação de moeda no mundo que se dizem pertencentes ao movimento social da economia solidária.

No entanto, grande parte dele - particularmente no Brasil, onde tem havido uma aproximação e fortalecimento nacional dos grupos existentes - segue os mesmos princípios daquele movimento, mais especificamente quanto à procura em trabalhar os componentes da autogestão, cooperação e a solidariedade.

O Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS no Rio de Janeiro tem se destacado enquanto entidade que investiga e oferece uma metodologia de formação/educação popular voltada à troca e à criação de moeda[44].

Robson Patrocínio, um dos integrantes da equipe de pesquisa e formação do PACS, diz que a criação de uma moeda tem uma forte função pedagógica para os que se dispõem a utilizá-la, sejam eles vizinhos, integrantes de um grupo de produção, de um movimento ambientalista, de um grupo de mães e de amigos etc; sendo pontencializador naqueles agrupamentos, onde já se discute e pratica os preceitos da socioeconomia solidária (PACS, 2005: 42-45).

Este relato sugere estar em consonância com Silvana Parente, para quem as trocas compreendem um "sistema econômico local que completa a economia oficial, gerando fluxo

[43] Alguns grupos de trocas, especialmente os da França, dizem trocar também *saberes*, referindo-se ao intercâmbio de aptidões e conhecimento acumulado, individual e/ou coletivo.
[44] Para aprofundar conhecimento recomenda-se a leitura "Moeda Social e Trocas Solidárias: experiências e desafios para ações transformadoras" em MELLO, 2003d.

e intercambio de produtos, serviços e saberes que não costumam ser encontrados no mercado formal ou aos quais nem todas pessoas podem ter acesso devido às precárias condições sociais e financeiras, dependendo seu sucesso do nível de ´capital social[45]` e de confiança que a comunidade deposita no sistema." (PARENTE, 2002).

Por sua natureza autônoma e diversa, os grupos de trocas diferem muito entre si, sob vários aspectos. No entanto, após visitar e estudar alguns grupos existentes Brasil e no exterior[46] pode-se aventurar em tecer considerações a partir de certas leituras.

A prática do escambo é comum, sendo possível e, por vezes, recomendável quando da transação de serviços e produtos. No entanto, pelo mesmo motivo em que foram criados meios de facilitação das trocas nos tempos remotos, os grupos de trocas têm, em sua maioria, uma moeda própria, sendo ela um simples vale, bônus de circulação restrita ao local dos encontros e entre as pessoas que aderem aos grupos mediante algum nível de formalização coletiva[47].

Cabe ainda destacar que há iniciativas de trocas que não têm a figura da moeda, mas sim um sistema simples de cálculo individual, onde todos os integrantes do grupo têm acesso a qualquer momento. É o caso dos *Systèmes d'Echange Local* – SEL, originado oficialmente em 1994 na França, onde, mais recentemente calculava-se que mais de 60 mil pessoas participavam de tais iniciativas, tanto no meio campesino quanto no urbano (LAACHER, 2003).

No Rio de Janeiro, há registros da existência de grupos de trocas desde 1999, como se constatou quando da realização de uma oficina de viabilidade socioeconomia promovida pelo PACS e pela Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa - CAPINA[48] aos membros do Fórum de Desenvolvimento do Cooperativismo do Estado do Rio de Janeiro - FCP/RJ, o qual, por sua vez, se inspirou na experiência mexicana e argentina. (PACS, 2005: 36).

Naquela oportunidade foi então criado o Mutirão Quilombo, cuja dinâmica se deu fora do FCP, tendo tomado base territorial posteriormente no bairro do Catete, no Rio de Janeiro. Alguns anos depois, em 2001, foi criada a Rede Estadual de Trocas Solidárias do

[45] Sobre capital social recomenda-se as argumentações afins sobre "**necessidades e capacidades"** (Sen, 1993, 2000, 2001), **diversidade** (Maluf, 2000), e **empoderamento** (Bebbington, 1999; Romano, 2002).

[46] Desde 1999, tenho conhecimento de grupos de trocas do Brasil e do exterior. Tive oportunidade de pesquisar, vivenciar e produzir artigos sobre algumas destas iniciativas, particularmente no Brasil, na Argentina, Chile, Peru, México, França, Inglaterra, Tailândia e Japão.

[47] Na maioria dos grupos pesquisados existe uma carta de princípios que deve ser firmada por todos participantes. Há iniciativas que só aceitam novos integrantes a partir da apresentação coletiva de algum de seus membros, passando a se "responsabilizar" por ele durante certo tempo, até que todos depositem nele confiança.

[48] Para saber mais: http://www.capina.org.br

Rio de Janeiro, onde sete grupos interagiam e se articulavam politicamente, visando seu próprio fortalecimento e o atendimento a comunidades que pleiteavam informação e apoio na criação de outros grupos de trocas. (MELLO, 2003d)

Vale apresentar alguns trechos da Carta de Princípios do Mutirão Quilombo os quais revelam a estreita aproximação dos valores e princípios das trocas com o movimento social da economia solidária:

> "- Nossa realização como seres humanos não precisa estar condicionada pelo dinheiro";
> - Nosso primeiro objetivo é ajudar-nos mutuamente e alcançar um sentido de vida superior, através do trabalho, do conhecimento e do intercâmbio justo fundado na confiança. A promoção de bens e serviços é apenas um meio para isto;
> - Estamos convencidos/as de que é possível substituir a competição estéril, o lucro e a especulação pela cooperação, a reciprocidade e a solidariedade entre as pessoas;
> - É importante que nossos atos, produtos e serviços respondam muito mais a normas éticas e ecológicas do que aos ditames do mercado capitalista, ao consumismo e à busca de ganhos de curto prazo;.
> Nossa responsabilidade abrange a eficiência quantitativa e qualitativa dos nossos empreendimentos individuais e coletivos, e simultaneamente a eficiência da Rede como um todo.
> Concebemos o progresso como conseqüência do bem estar sustentável, solidário e responsável da totalidade das pessoas que compõem a sociedade (NUNES, 2001)".

Alguns grupos fazem o cálculo dos valores de seu meio circulante e dos preços de suas mercadorias mediante a idéia do cômputo das horas de trabalho social despendidas para a realização de um serviço ou de um produto ofertado. Pode-se dizer que esta racionalidade, mesmo de forma não consciente, sobrepõe a importância do valor de uso ao chamado valor de troca de uma mercadoria.

Como abordado, a determinação dos preços nos grupos de trocas pode se dar de várias formas. Alguns ofertantes chegam a expor a memória de cálculo de seu produto. Assim justificam suas horas de trabalho e outros custos embutidos: matéria-prima, insumos, custos de transporte etc. Estes itens citados podem, inclusive, ser apresentados na moeda nacional, sendo então transformado seu valor para a moeda local já que nos espaços e momentos destinados à troca não se pode comercializar em moeda de curso forçado. (MELLO, 2003d)

Laacher, sociólogo que estuda as trocas na França, afirma que "os preços são determinados de acordo com a qualidade das relações, das afinidades psicológicas e sociais..." (LAACHER, 1999).

Certos grupos elegem formas singulares de determinação da paridade de sua moeda, sendo mais encontrada a forma mais simples, em que uma unidade da moeda social equivale a uma unidade da moeda de cunho forçado nacional. (MELLO, 2003d)

O Clube de Trocas de São Paulo é um bom exemplo. Tido como o precursor da iniciativa em foco, tem em cada bônus – sua moeda local, a equivalência de um Real (R$ 1,00). A razão dada para este escolha é que se trata de uma forma simples de se calcular considerando a existência de integrantes humildes e sem muita instrução.

Em um outro extremo, pode-se citar o Mutirão Quilombo que detém um cálculo deveras complexo que revela , em parte, uma decisão firme em torno da importância do tema em seu projeto político de sociedade *vis-à-vis* integrarem e promoverem a socioeconomia solidária. Trata-se da determinação da paridade do tupi, nome de sua moeda, em relação ao Real. Ela é calculada à luz do valor do salário mínimo determinado literalmente pela Constituição Federal Brasileira de 1988[49], o qual, por sua vez, deveria responder pela garantia "das necessidades básicas das famílias brasileiras"[50].

Vale ainda citar um grupo de Santiago do Chile que determina o valor da sua unidade de moeda equivalendo-o ao valor, em moeda oficial, de um quilo de alimento de amplo consumo popular (MELLO, 2003d).

Um caso interessante de destaque no Brasil ocorre em Fortaleza, desde 2000. No Conjunto Palmeira, bairro popular da capital cearense, a associação de moradores local criou um projeto de finanças solidárias conhecido por Banco Palmas[51].

O Banco Palmas é tido como um ícone dentre as experiências brasileiras existentes por concentrar uma série de projetos ligados ao desenvolvimento local e à chamada socioeconomia solidária. Dentre elas está a criação de uma moeda social, um circulante local, com validade restrita ao Conjunto Palmeiras. A moeda chama-se Palmas e o grupo o Clube de Trocas Palmares. Este, posteriormente deu sustentação à criação de um sistema maior abrangendo todo o bairro, inclusive os comerciantes locais do Conjunto Palmeira. Tal grupo

[49] Dos Direitos Sociais; Artigo 7º, inciso IV: "salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo; vedada sua vinculação para qualquer fim".

[50] O Mutirão Quilombo recorre ao estudo do DIEESE que têm, dentre seus indicadores relacionados à luta sindical, o do salarial mínimo constitucional.

[51] Vale informar que o termo Banco é apenas nome fantasia. Tal empreendimento na verdade é uma organização não-governamental chamada Instituto Banco Palmas.

utiliza uma moeda social com lastro em reais e que pode eventualmente ser trocada por moeda (SEGUNDO; MAGALHAES, 2005).

Para se ter uma idéia da natureza e magnitude do projeto, convém apresentar o depoimento de Carlos Fernando de Almeida, coordenador das vans da região as quais integram o sistema:

> "Para nós está sendo muito importante essa parceria com o Banco Palmas, com o Sistema de Moeda Social porque assim ajudamos no desenvolvimento da comunidade. Podemos pegar um empréstimo em moeda social, Agar em 30 dias sem nenhum juro, e isso faz com que aumente a circulação da moeda. Abastecemos nossos carros com um custo menor pagando em Palmas, sem falar que toda a comunidade pode pagar a passagem com a diferença de R$ 0,15 centavos também (*op cit*, 2005)."

Seja qual for a forma organizacional dos grupos de trocas, o fato é que estes têm despertado atenção de estudiosos e da grande mídia, mesmo após a vertiginosa diminuição dos *nodos*[52] na Argentina, país que era referência no tema já que abrangiam uma considerável parte da população[53] (NUNES, 2001).

Razeto acredita que do ponto de visto ético, está em jogo o mesmo valor de justiça e de equidade tanto nas trocas como em qualquer relação de troca monetarizada da economia. Interessante análise que pode ser ilustrada com a tese de que é factível pensar que nos grupos de trocas solidárias tais valores apresentam-se explícitos considerando que as feiras de trocas comumente são precedidas por processos coletivos de aprendizagem acerca de temas como aqueles.

O filósofo chileno entende que, em ambos os casos, no nível estrutural manifestam um mesmo padrão de conduta e constituem um modo similar de proceder à distribuição e de atribuição de bens e recursos na chamada divisão social do trabalho (RAZETO, 1987: 46).

No Brasil, mais recentemente, os grupos de troca passaram a ser reconhecidos na agenda política a partir da integração de alguns grupos às articulações locais de economia solidária que, por sua vez têm representatividade junto ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES[54]; muito embora não tenham requerido formalmente integração à sua

[52] Trata-se de um dos termos usados em Buenos Aires para designar os clubes de trocas locais.

[53] Os grupos da Argentina datam de 2000, tendo crescido o número de iniciativas ao longo da crise econômico-financeira posterior. Embora desde 2004 tenha havido uma crise política que quase acabou com todos clubes existentes, sabe-se que mais de 500 mil pessoas participavam dos nodos, que chegou a movimentar cerca de US$ 3 bilhões ao ano. Impostos e pensões alimentícias eram pagas em moeda social, uma vez acordado com o juiz de direito. (NUNES, 2001) Sobre a crise interna: PRIMAVERA, 2005.

[54] Como vimos o Fórum Brasileiro de Economia Solidária é tido como um interlocutor privilegiado junto à Secretaria Nacional de Economia Solidária/MTE.

coordenação em 2005 – data em que poderiam ter se postulado e sido aprovados na reunião de Coordenação do FBES.

I.1.6 REDES DE CONSUMO ÉTICO E COMÉRCIO JUSTO

Esta experiência tem natureza distinta das demais apresentadas. Trata-se mais de uma articulação política temática de um pujante movimento social internacional que conjuga o lado da produção e o consumo em uma conformação de atores em torno de um tema amplo; é mais do que uma iniciativa.

Inicialmente, convém apresentar uma definição precisa sobre *fair trade*; qual seja:

> "Comércio justo consiste em uma parceria comercial, baseada em diálogo, transparência e respeito, que busca maior eqüidade no comércio internacional. Ele contribui para o desenvolvimento sustentável através do oferecimento a produtores marginalizados de melhores condições de troca e maiores garantias de seus direitos (IFAT[55], 2001)".

Tal qual a própria nomenclatura informa, são redes que congregam consumidores conscientes/responsáveis e produtores (na maioria das vezes agroecológicos) que estabelecem relações comerciais de um novo tipo, normalmente a partir de redes locais, existindo também experiências para além das fronteiras nacionais. Como organismo que se diferencia pode-se identificar a RELACC - Rede Latioamericana de Comercialização Comunitária[56] que congrega redes nacionais de mais de 16 países da América Latina e realizando negócios entre seus associados.

Enquanto movimento social tais redes – quando não nascem no seio do movimento de economia solidária local - tem tido relação crescente com a economia solidária, comungando de alguns de seus princípios e valores. Como exemplo vale a pena se deter a esta citação:

[55] IFAT - International Fair Trade Association. Para mais informações: http://www.ifat.org/

[56] A RELACC tem sede em Quito/Equador, mas tem ampla articulação internacional. Para saber mais: http://www.relacc.org/

> "*RELACC guía su accionar en un conjunto de valores y principios de la economía y la comercialización solidarias, con el objetivo de provocar compromiso y mística con el pueblo marginado y reforzar la práctica de la solidaridad en el comercio* (RELACC, 2006)".

John Wilkinson entende que a noção de *fair trade* é particularmente potente por que pragmaticamente toda relação comercial deveria ser justa por princípio. Tal constatação, para ele evidencia a importância deste movimento enquanto um modelo normativo para a incorporação de padrões de regulação comercial global (WILKINSON, 2003).

Tendo surgido na Europa e na América do Norte na década de 1960, o movimento social do comércio justo promove o enfrentamento das desigualdades estruturais do comércio internacional, particularmente dos países ditos em desenvolvimento que notadamente especializaram-se na produção de *commodities* agrícolas, mais especificamente de produtos tropicais – café, banana, cacau, chá.

> *"[...] el surgimiento del comercio justo está anclado dentro del contexto del crecimiento del comercio internacional que, por una parte, ha acrecentado las desigualdades y la inseguridad y, por otra, no ha respondido a las expectaciones en materia de desarrollo tal y como lo prometía.* (PSES, 2005)".

A essência da proposta do movimento é de apoiar pequenos produtores daqueles países no sentido de obter condições comerciais mais justas, assim como estabelecer mercados em suas próprias comunidades. Neste contexto, procura-se dispensar a figura do atravessador, primando pela compra direta dos produtores a preços mais competitivos.

Pela divisão internacional do trabalho, os países fortemente pautados pela produção primária no comércio internacional tendo como referência às idéias de vantagens comparativas de David Ricardo, ficariam restritos. Por exemplo, o Brasil a exploração de seus recursos naturais, do solo e de sua força de trabalho não-especializada. O enfoque agro-exportador seria o resultado mais provável já que trata-se de um país cujo meio-ambiente é adequado para produção de bens homogêneos e de baixo valor agregado no mercado internacional; as chamadas *commodities*.

Um dos critérios das redes de comércio justo é o estabelecimento de preços mínimos das vendas que cobririam não apenas os custos de produção ou a margem de lucro dos investimentos. Visariam ainda a estabilidade econômico-financeira das famílias produtoras na medida em que há o pré-financiamento da produção e uma relação de contratual de longa duração.

A conscientização do consumo é tarefa essencial dos promotores do comércio justo. Para ganhar a adesão de uma faixa da população e formar um mercado consumidor (particularmente nos país do Hemisfério Norte), tais atores elaboraram ferramentas educativas chegando as quais hoje tem um grau de sofisticação tal que, como exemplo, na Bélgica hás as *Magazin* ligadas à OXFAM[57] (rede de lojas de comércio justo), onde máquinas modernas automatizadas são abastecidas de produtos do comércio justo (barras de chocolates, sucos de frutas tropicais, castanhas etc.). Comumente são estabelecidas dentro de cada escola pública naquele país. Essas lojas são, em sua maioria, associações de bairros ou federações de associações (como a Federação Artesãos do Mundo, na França) que vão periodicamente reabastecer os produtos nas máquinas as quais conformam uma franquia com uma empresa de responsabilidade social que aluga os equipamentos para as escolas com a devida permissão concedida pelas autoridades da área de educação local.

As redes buscam certificar seus produtos oferecendo aos consumidores informações acerca da origem e da descrição das condições de produção e do processo de desenvolvimento dos produtores.

O grupo de países do Hemisfério Sul que integram a rede de comércio justo almejam terem suas próprias certificadoras nacionais[58] já que a única forma de certificação atual para os produtos comercializados entre o Hemisfério Norte com Sul é via FLO - *Fairtrade Labelling Organizations International* que concedem e controlam o selo do comércio justo.

Os distribuidores licenciados para comercialização vão desde redes de supermercados à lojas especializadas ou lojas "solidárias" de todo o mundo.

Em relação ao comércio internacional como um todo, a parcela que responde pelo comércio justo é pífia, mas tem tido uma trajetória crescente devido a pressão da demanda. No entanto, ela envolve atores de quase todos países do mundo, especialmente na Europa e países do chamado Terceiro Mundo.

[57] O Comitê de Oxford pelo Alívio da Fome – OFXAM trata-se de uma organização não-governamental de atuação internacional.
[58] Apenas o México detém uma certificadora de controle nacional, a CERTIMEX que tem reconhecimento internacional.

> "Data de quase meio século a prática do comércio justo, ou *´fair trade`*, que envolve hoje mercados nacionais e internacionais, cinco centenas de produtores do hemisfério sul e mais de quatro mil lojas de comercialização de exportadores e importantes na Europa..." (GOMES, 2006).

Dados de uma pesquisa do SEBRAE revela que o chamado comércio justo certificado tem crescido a taxas anuais acima de 20%, para o período de 1997 a 2003, chegando em 2005, a uma movimentação internacional de 18 países da ordem de US$ 500 milhões. Aproximadamente 800 mil famílias africanas, latino-americanas e asiáticas foram as mais beneficiadas neste mercado. Elas conjuntamente obtiveram como pagamento extra (conhecido por *premium*) mais de US$ 38,8 milhões. Atualmente, tem-se que o principal mercado é o suíço. Já a França, a Áustria e a Noruega são os países com as taxas de crescimento mais expressivos para este segmento. Tal pesquisa prevê que o mercado continue crescendo a taxas de 20 a 25% em volume e valor podendo chegar a atingir um nível de 150 mil toneladas, equivalente à US$ 1 bilhão no varejo, em 2007 (SEBRAE, 2004).

Raynolds (2002) identifica, a partir de informações da Associação do *Fair Trade* da Europa, a existência de mais de 800 organizações produtoras em mais de 45 países que integram as redes de *fair trade*.

Gomes (2005) afirma que vigoram duas estratégias do movimento do comércio justo. De um lado está o processo de comercialização integrando redes e lojas específicas. Por outro, a distribuição em grandes e médios supermercados, estratégias estas relacionadas com a ampliação e repercussão das redes de economia solidária, na Europa e na América Latina, e pelo investimento europeu recente em comunicação social.

Pode-se apresentar, em breves linhas alguns critérios importantes para as redes de comércio justo, quais sejam:

- Contato direto entre produtores e mercado consumidor;
- Transparência dentro da cadeia produtiva e comercial;
- Transferência de informações do mercado para os produtores;
- Preço mínimo para o produto;
- Produtores reunidos democraticamente;
- Beneficio da comercialização para toda a comunidade produtora; e
- Leis trabalhistas nacionais e internacionais respeitadas.

Resumidamente, podemos citar como objetivos estratégicos do comércio justo o trabalho com produtores e trabalhadores marginalizados visando a mudança da situação de

vulnerabilidade para a auto-suficiência econômica; e a consecução de um papel maior daqueles na arena internacional na busca pela equidade no comércio internacional. (apud WILKINSON, 2003).

O grupo de discussão sobre comércio justo do Pólo de Socioeconomia Solidária – PSES, traz uma importante análise sobre o perigo para o movimento do *fair trade* advindos das divisões internas entre as certificadoras e a rede de grande distribuição. Para tal grupo, os "transformadores" seguem sendo um movimento puramente social, só que não são atores do comércio justo nem da economia solidária: *"se trata, pues, tanto de un movimiento económico como de un movimiento social"* (PSES, 2005).

No Brasil, tal debate proporcionou o surgimento de um grupo de instituições – constituídos por organizações não-governamentais brasileiras e estrangeiras, representantes governamentais, empresas, representações de trabalhadores e prestadores de serviços - que visam consolidar um novo conceito e um mercado dos produtos nacionais "justos, éticos e solidários".

Em novembro de 2002, em um de seus encontros, aquele grupo passou a se identificar como Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário do Brasil - FACES[59] do Brasil cujo objetivo principal passou a ser o de "fomentar a criação de um ambiente favorável à construção e implementação de um sistema brasileiro de comércio ético e solidário, promovendo a equidade e a inclusão social" (FACES, 2006).

Para o Faces do Brasil, o comércio ético e solidário é entendido como a:

[59] Atualmente, o FACES é uma *marca fantasia* de uma ONG que tem na sua estrutura um conselho gestor e um conselho político que permite admitir entre seus sócios pessoas físicas e jurídicas.

> "forma de empoderamento dos trabalhadores assalariados, produtores e agricultores familiares, que estão em desvantagem ou marginalizados pelo sistema convencional de comércio. Este comércio possui as seguintes características: é baseado em relações éticas, transparentes e co-responsáveis entre diversos atores da cadeia produtiva; pressupõe uma remuneração justa e contribui para a construção de relações solidárias no interior da economia e respeita as diversidades culturais e históricas, além de reconhecer o valor do conhecimento e imagem das comunidades tradicionais." (*op cit*, 2006).

A aproximação do FACES com o movimento de economia solidária vem sendo cada vez mais estreita. Aquele foi inclusive convidado em 2005 a compor um dos grupos de trabalho – de produção, comercialização e consumo solidário - do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, tendo sido também indicado por este Fórum como uma das entidades da sociedade civil para compor o Conselho Nacional de Economia Solidária (a ser constituído em junho de 2006).

Mais recentemente, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES representado pelo "GT de Produção, Comercialização e Consumo Solidários", a Articulação Organização de Produtores da Agricultura Familiar e Comércio Justo, e o FACES declaram que:

> "... se comprometem a contribuir para que o processo de construção do Sistema Público de Comércio Justo e Solidário Brasileiro, seja feita de forma radicalmente participativa, por meio de sua divulgação, e, da promoção de debates, consultas populares e encaminhamento de proposições, nos vários encontros e feiras da Economia Solidária e Agricultura Familiar, e, nas Conferências de Economia Solidária, tanto Estaduais, Regionais como na Nacional" (FACES, 2006).

Iniciativas de comércio justo como às brasileiras estão se consolidando cada vez mais a partir de natureza e pujança distintas da concepção do Norte; ainda mais com a recente proximidade com o movimento de economia solidária.

Como bem salienta Wilkinson (2003), a importância destas redes alternativas de comércio advém de diversos pontos de vista. Segundo o estudioso, elas têm definido fronteiras emergentes, ainda que de forma pouco coordenada.

> "... por um lado, dentro da segmentação geral do mercado que lida com a demanda de ´qualidade especial` e, por outro têm atuado indistintamente para ´novas políticas´, identificadas por *Beck* e outros, como boicotar a *Starbucks* ou fazer *lobby* por forma de regulação e legislação social e ambientalmente orientadas" (WILKINSON, 2003).

Neste contexto, infelizmente não é difícil perceber que há uma certa desconexão – consciente pelos atores ou não – existente entre as redes e consumidores do *Fair Trade* em relação ao movimento social da economia solidária.

II.4 PANORAMA HISTÓRICO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Seria uma obviedade afirmar que a economia popular sempre existiu no Brasil e no mundo uma vez que se entende que sua conceituação caracteriza a forma pela qual se dá a reprodução simples da vida de parcela significada da população mundial. Tem-se que sua magnitude tem ganhado importância relativa nos países, particularmente os pobres e endividados.

Já o que se caracteriza como economia solidária teria alguma determinação histórica. Uma possível análise acerca de sua *gênesis* pode ser obtida a partir da criação de projetos de geração e trabalho e renda que eram desenvolvidos no Brasil com apoio da cooperação internacional e de movimentos religiosos. Outra opção é acompanhar a criação de redes e articulações políticas que ao longo daquela mesma década surgiam e fortaleciam seu conceito e sua prática.

A realização de investigações detalhadas sobre iniciativas de trabalho e renda voltadas à população socioeconomicamente desfavorecida, enquanto campo específico de análise no Brasil, tem início na segunda metade da década de 1980.

Autor de uma das pioneiras obras no assunto[60], Ricardo Mello aponta que "*naquela época falava-se de geração de emprego e renda para iniciativas, experiências e projetos sociais (desenvolvidos principalmente por Organizações Não-Governamentais – Ongs, cooperativas, associações, grupos de produção), com características muito próximas às que hoje se associam àqueles empreendimentos que passaram a ser inserir na economia solidária*".[61]

Na referida obra, Mello e Silveira apresentam os resultados da pesquisa "Projetos de Apoio ao Setor Informal Urbano: classificação geral e exames de experiências selecionadas[62]", onde foram identificados e sistematizados pouco mais de 300 registros de projetos e entidades que apoiavam experiências urbanas de geração de emprego e renda, naquela conjuntura (SILVEIRA; MELLO, 1990).

Mesmo com diferenças tão significativas em relação à época, quanto à envergadura da investigação, aquele universo se comparado com dados do Sistema de Informação da Economia Solidária – SIES[63], de 2005, revela uma dinâmica crescente daquelas práticas, em apenas uma década e meia. Isto porque foram identificadas pouco mais de mil entidades de apoio, assessoria e fomento à economia solidária em todo Brasil (MTE; SENAES; SIES, 2006).

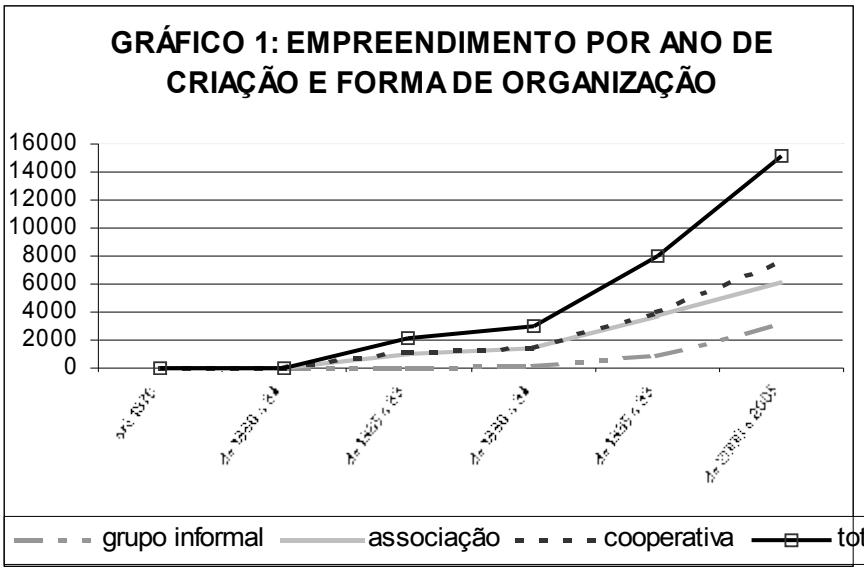
Ainda segundo o SIES, conforme se pode identificar nos dois gráficos que seguem, a grande maioria dos empreendimentos identificados em 2005 surgiu na década de 1990 com gradativa expansão no século atual (MTE; SENAES; SIES, 2006).

[60] MELLO; SILVEIRA, 1990.

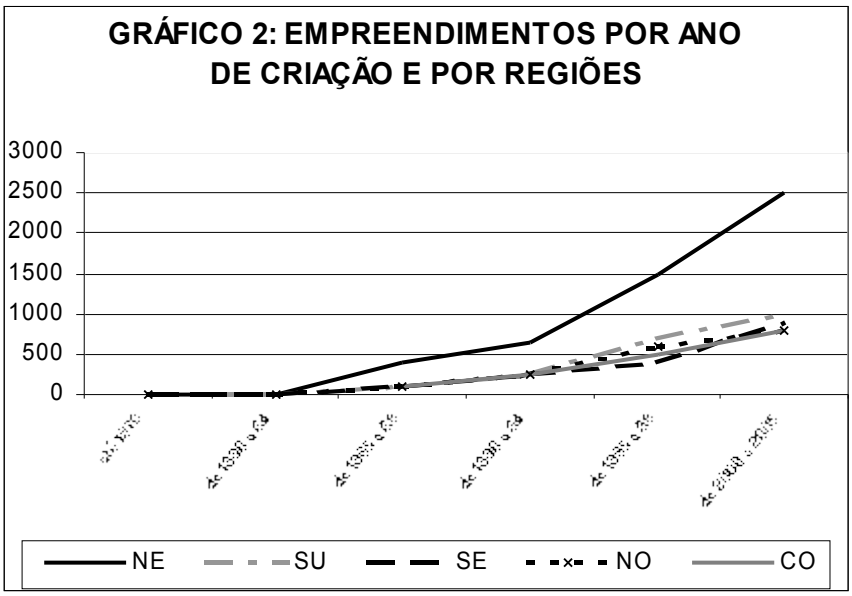
[61] Entrevista concedida em 2 de julho de 2003.

[62] Tratou-se de uma pesquisa de amplitude nacional, tendo sido promovida pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE, Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social de Minas Gerais - SETAS/MG e Sociedade Alemã de Cooperação Técnica - GTZ.

[63] Pesquisa nacional realizada durante os anos de 2003 e 2004 através de uma parceria entre a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES/MTE e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES. Vale lembrar de que o SIES não é um senso dos empreendimentos solidários do campo da economia solidária e das entidades de apoio, assessoria e fomento. Mas sim um cadastro nacional daquele atores. Mais à frente, a metodologia do SIES será mais bem abordada.



fonte: (MTE; SENAES; SIES, 2006).



fonte: (MTE; SENAES; SIES, 2006).

Quanto à forma de organização, tem-se que os grupos informais são os que mais crescem em números principalmente após 1999. No mesmo período há estabilidade do número de novas cooperativas no Brasil e as associações têm relativo decréscimo de sua trajetória de expansão.

Quando se faz análise da dinâmica de criação de novos empreendimentos econômicos solidários por grandes regiões brasileiras, SIES revela que a região nordestina apresenta significativo peso na representação dos empreendimentos de todo Brasil; seguidos – ainda que de longe - pelas regiões Sudeste e Sul (MTE; SENAES; SIES, 2006).

Ao enfocar a *gênesis* do movimento social que se reconhece partícipe da economia solidária, não há como não relacioná-la à dinâmica internacional do tema e de suas correspondentes correntes. Assim como não há como não contextualizá-la sem considerar que a economia solidária nascia e se conformava sob a forma de redes em meio ao ressurgimento dos movimentos sociais após o regime militar.

Na década de 1980 surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e suas cooperativas agro-pecuárias nos assentamentos de reforma agrária; assim como a Cáritas Brasileira[64] cria os Projetos Alternativos Comunitários sob o lema "solidariedade liberta":

> "Nos anos 80, a seca do Nordeste propiciou reação da CNBB [Conferência Nacional dos Bispos do Brasil] que, em conjunto com a cooperação internacional, desenvolveu amplo trabalho de constituição de fundos para apoio a mini-projetos (ou PACS – Projetos Alternativos Comunitários). Tendo a Cáritas Brasileira, organismo da CNBB, como seu principal agente, esse programa se estendeu por todo o país, como alternativa de sobrevivência, resposta à falta absoluta de políticas públicas, enfim, ação de resistência democrática, fortalecendo espaços associativos autônomos" (BERTUCCI, 2002; *grifo da autora*).

Não obstante, um movimento social mais amplo do ponto-de-vista da heterogeneidade de sua composição, assim como de sua abrangência internacional, surgia na mesma época. No final da década de 1980 até a década de 1990, são relatados intercâmbios e visitas mútuas entre trabalhadores e assessores ligados à iniciativas produção associativa e autogestionária de entidades latino-americanas e européias, onde particularmente destacava-se o Brasil, a Venezuela, o México, a França e a Espanha. Estes foram sucedidos por encontros internacionais sobre autogestão e economia popular solidária. (PACS, 2000).

Esta articulação se propunha a avançar na perspectiva de construir uma Rede Global, integrando sob múltiplas formas experiências locais de socioeconomia solidária no Brasil em escala internacional, tendo em vista romper definitivamente com o isolamento da atuação nacional daqueles países (PACS, 2000).

[64] A Cáritas Brasileira faz parte da Rede *Cáritas Internationalis*, rede da Igreja Católica de atuação social composta; e é organismo da CNBB.

Em 1998, em Porto Alegre/RS, no Encontro Latino Americano de Cultura e Socioeconomia Solidárias, brasileiros juntaram-se a delegações do México, Peru, Nicarágua, Bolívia, Espanha e Argentina para identificar semelhanças e diferenças de conceitos e práticas do campo da economia solidária, assim como para iniciar um processo de construção de uma agenda internacional comum. Vale dizer que este evento foi organizado pelo Fórum de Desenvolvimento Cooperativismo Popular do Estado do Rio de Janeiro[65] e pelo Coletivo Autônomo de Solidariedade Autogestionária – CASA, do Rio Grande do Sul, estados tidos como precursores do movimento social da economia solidária no Brasil.

Daquele encontro foi redigido um documento em que conceitos, estratégias e táticas anunciavam passos subseqüentes na organização de uma rede para a região, a partir de redes nacionais a serem criadas. Havia então uma estratégia de articulação de cada país ali presente e outros a serem contatados.

Anos depois, duas redes nacionais de socioeconomia solidária foram criadas: uma brasileira e uma mexicana. A primeira se deu a partir das resoluções do I Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidárias, de 2000. Posteriormente, em 2002, com apoio de integrantes da Rede Brasileira, ,foram realizados sucessivos eventos no México que articularam iniciativas locais, especialmente de comércio justo em comunidades indígenas, os quais configuraram a *Red Mexicana de Socioeconomia Solidaria* e a *Red Mexicana de Investigación y Estudio de la Economía Social y Solidaria* (PACS, 2000).

Mas foi somente em 2001, durante o I Fórum Social Mundial, que foi criada a Rede Global de Socioeconomia Solidária com a participação de 21 movimentos e instituições internacionais que assinaram a "Carta de Porto Alegre", a qual fazia referência a um evento internacional realizado em 2000, em Santa Maria/RS. Eis um trecho da carta:

[65] O Fórum em questão é tido por muitos como a primeira articulação estadual de economia solidária no Brasil, tendo surgido em 1996. Para mais informações: http://www.fcprj.org.br/

> *"Personas de diversas organizaciones de consumo, producción, comercialización y financieras, provenientes de América Latina y Europa, reunidos en Santa Maria/RS en julio de 2000, considerando que existen en el mundo diversas redes de socioeconomia solidaria actuando de manera insuficientemente coordinada entre si, propusieron la construcción de una Red Global de Socioeconomia Solidaria, con el objetivo de avanzar en la integración e intercambio de informaciones, productos, servicios y valores, contribuyendo a la consolidación de todas las organizaciones de economía solidaria que compartan estos principios básicos y a la elaboración colectiva de un nuevo paradigma socioeconómico, político y cultural fundamentado en la solidaridad. Ahora, en el Foro Social Mundial, Organizaciones y redes de economía solidaria de todo el mundo aquí presentes, en este histórico momento de convergencias, de todos aquellos que queremos construir un nuevo mundo, justo, solidario y sustentable, reconociendo la diversidad de las prácticas solidarias en los campos económico, cultural y político como una riqueza a ser compartida e integrada en el espíritu de colaboración, invitamos a todas las organizaciones y personas a integrarse con nosotros en esta iniciativa de estrechar lazos económicos, informativos y culturales"* (RBSES, 2006b)

Vale dizer que a Rede Global tem uma gestão compartilhada em que se destaca a atuação espanhola através da *Red de Redes de Economía Alternativa y Solidaria* – REAS[66] e da *Xarxa d'Economía Solidaria*, da Catalunya[67]; seguida pela francesa através do *Mouvement pour une Économie Solidaire* – MES[68].

II.2.1 ARTICULAÇÃO EM REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Certas particularidades das articulações entre as redes de economia solidária valem a pena ser destacar para uma aproximação mais fiel do universo aqui enfocado. Por este motivo, algumas destas redes serão brevemente apresentadas a partir de uma perspectiva histórica cujo enfoque principal será em torno de conceitos e terminologias utilizadas, assim como suas estratégias de expansão.

[66] A REAS foi criada formalmente em 1995; em 2000, através de modificação estatutária passou a ser configurar enquanto uma Rede de Redes, agrupando tanto a redes territoriais e setoriais. Interessante observar que na rede espanhola coexistem várias formas jurídicas e empresariais. Sendo as chamadas "economia social" (cooperativas e sociedades trabalhistas) representam cerca de 30% do total. A fórmulas sociais (Associações e Fundações) somam mais de 50% (deste percentual as entidades não lucrativas são 83%). Para mais informações: http://www.reasnet.com

[67] Para saber mais da rede catalã de economia solidária que se constitui em 2003 a partir de décadas de proximidade do cooperativismo local com o brasileiro: http://www.xarxaecosol.org

[68] O MES é uma federação que agrupa diferentes iniciativas do campo do comércio justo, turismo solidário, serviços de proximidade, luta contra o desemprego, exclusão e solidariedade internacional.

Como dito anteriormente, em 2000 foi constituída a primeira articulação nacional em economia solidária: a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária – RBSES que, desde então, têm promovido a criação e fortalecimento de articulações estaduais (mais expressivamente no Ceará, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Norte), investindo na disseminação de uma percepção estratégica sobre o fortalecimento de cadeias produtivas de vários setores em nível local, tal qual pode-se ver em um trecho dos anais do Encontro que trata dos anseios e estratégias da Rede Brasileira:

> *"*[Incentivo à] expansão através da construção de cadeias produtivas integradas vertical e horizontalmente, de redes de produtores-consumidores que atuam de forma cooperativa e solidária, e constituem um espaço crescente de socioeconomia solidária no interior do próprio capitalismo em oposição a ele." (PACS, 2000; *grifo da autora*)

Vale notar que a Rede utiliza o termo *sócio* agregando-o ao adjetivo que detona solidariedade, o que evidencia por si só que este campo de pesquisa não é neutro, tampouco homogêneo em sua natureza e pretensões. Por isto a segunda seção deste capítulo se dedica a enfocar mais detidamente esta questão.

No sentido, porém, de trazer uma definição que possa ajudar a distinguir o tratamento conceitual adotado por esta articulação da socioeconomia solidária, Marcos Arruda, um de seus principais ideólogos, esclarece que a socioeconomia solidária qualifica a etimologia da palavra economia (*oikos* = casa, corpo, cidade, planeta; *nomos* = normas, regras) com a palavra *sócio* (significando a quem pertence sua gestão). Para este autor, na maioria dos casos, para se alcançar a socioeconomia solidária é necessário antes vivenciar a economia popular ou a economia dos setores populares. Arruda afirma ainda que a diferença em relação às teorias e práticas do socialismo é que a centralidade da gestão não está no Estado, mas sim nas organizações democráticas populares (ARRUDA, 2003).

Além da atuação da rede global e brasileira de socioeconomia solidária, há uma iniciativa em curso, intercontinental, de economia social e solidária que foi iniciada em 1997, no Peru. Na ocasião foi realizado o I Encontro da Globalização da Solidariedade, reunindo em Lima cerca de 200 representantes de organizações populares, de grupos de apoio, de coalizões e de redes de desenvolvimento local de mais de 32 países. Ali definiram o termo da economia social e solidária como:

> *"el conjunto de actividades y prácticas económicas con finalidad social que contribuyen por la construcció de una nueva manera de pensar y vivir la economía"* (RIPESS, 2006).

Em outubro de 2001, as chamadas inter-redes de economia solidária da França e as redes nacionais do movimento de Economia social da província do Québec, no Canadá, promoveram o II Encontro com o tema: *Resistir y construir*. Nele estiveram presentes cerca de 300 pessoas de mais de 37 países do Hemisfério Norte e Sul. Esse movimento se diz comprometido com o *"desenvolvimento de respostas inovadoras para os problemas elevados por internacionalização"* (RIPESS, 2006), de modo a contribuir para uma globalização solidária.

Aquela articulação daria então origem à Rede Intercontinental pela Promoção da Economia Social e Solidária – RIPESS[69], a qual mais recentemente, em novembro de 2005, realizou o III Encontro Internacional sobre a Globalização da Solidariedade, em Dakar/Senegal, onde cerca de mil pessoas de diversas localizadas do mundo estiveram presentes para traçar estratégias e definir uma agenda comum para os anos vindouros. Vale informar que esta articulação também oportunizou a constituição do *Grupo Red de Economía Solidaria del Perú* – GRESP[70], em 1997.

Paralelamente a estes acontecimentos e ainda no campo internacional da economia solidária, há uma articulação peculiar em relação às demais, a qual tem forte influência no Brasil, particularmente junto à Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária e à Rede Global supracitadas. Trata-se do Pólo de Socioeconomia Solidária[71] que é assim identificado: "rede internacional de debate entre trabalhadores, investigadores e pessoas comprometidas que, coletivamente geram e promovem propostas e estratégias de transformação social e econômica" (PSES, 2006).

Desde sua criação em 1998, o Pólo reuniu aproximadamente 900 pessoas de quatro continentes, tendo produzido cerca de 15 Cadernos de Propostas visando a implementação da socioeconomia solidária em diferentes níveis e âmbitos. Aqueles cadernos circulam em quatro línguas diferentes em distintos lugares do planeta.

[69] Para saber mais da RIPESS: http://www.ripess.net
[70] Para mais informações sobre o GRESP: http://www.gresp.org.pe
[71] Sobre o Pólo de Socioeconomia Solidária - PSES: http://www.socioeco.org/en/

O Pólo integra uma rede mais ampla: a Aliança para um Mundo Responsável, Plural e Solidário, apoiada desde sua criação pela Fundação Charles Léopold Mayer, da França. Seus objetivos envolvem a construção de um diálogo participativo e intercultural, unindo diferentes atores sociais em uma rede aberta de colaboradores e aliados em nível local, nacional, continental e global; animação de oficinas de debate, através de fóruns eletrônicos e reuniões internacionais de trabalho; redação, publicação e difusão de propostas e estratégias; intercâmbios de informações sobre experiências em socioeconomia solidária, assim como a implementação de estudos de caso sobre a temática e o *lobby* com responsáveis da definição de políticas econômicas em todos níveis, entre outros (PSES, 2006).

Apesar da existência de articulações políticas nacionais e internacionais no campo da economia solidária, ficava evidente a diversidade das iniciativas existentes, fato que certamente colaborou para a dispersão e desarticulação do movimento social que emergia no Brasil até então.

Não obstante, tal descontinuidade foi de certa maneira sendo "vencida" a partir das várias versões do Fórum Social Mundial - FSM. Fato que justifica mudar o enfoque da análise ora iniciado rumo à explicitação de alguns aspectos revelados nas versões anuais dos FSMs.

Desde o anúncio do I FSM protagonistas do campo da economia solidária no Brasil em articulação internacional reuniram-se para organizar eventos que viriam a dar visibilidade e organicidade crescente ao movimento social em foco. Ainda mais considerando que foram as organizações e redes brasileiras que ficaram à frente da representação internacional junto ao Comitê Internacional do FSM e da operacionalidade local – Porto Alegre/RS, dos vários eventos organizados conjuntamente com as redes internacionais. (MELLO, 2003d)

De tal importância deriva traz a necessidade de uma apresentação mais detalhada de como esta dinâmica se deu. Longe de pretender dar conta de toda da complexidade dos fatos; da pluralidade dos atores envolvidos; e da totalidade e diversidade dos eventos em torno dos FSMs; etc. Por isto, requer-se que a seção seguinte deve ser lida considerando que se trata de uma das leituras possíveis deste processo.

II.2.2 O PAPEL DOS FORUNS SOCIAIS MUNDIAIS

Em consonância com Delgado e Romano, compreende-se que o Forum Social Mundial tem se constituído como "um espaço de tradução da diversidade de lutas e de movimentos sociais contra a globalização neoliberal, no sentido de que cria a oportunidade para que o esforço político de compreensão das diferentes lutas seja exercido coletivamente e para que o diálogo entre distintos atores com visões, características e propósitos diversos possa ser construído sem que seja necessária a imposição de uma mesma língua". (DELGADO; ROMANO, 2003, p: 1)

Como ilustração deste fato, pode-se tranqüilamente afirmar o advento dos Fóruns Sociais Mundiais dinamizou e fortaleceu sobremaneira as redes nacionais de economia solidária, tendo sido inclusive ao longo de suas versões que algumas delas foram geminadas[72].

Adicionalmente, como será visto posteriormente, advoga-se que foi a partir da preparação conjunta dos eventos dos Fóruns por parte dos diversos atores internacionais daquelas redes uma tal ambiência foi gerada de modo a apresentar como principal efeito no Brasil a criação da SENAES.

A partir de um recorte temático acerca do que pautavam tais redes nos Fóruns pode-se destacar que no IFSM houve uma certa supremacia do enfoque na delimitação e identificação de conceitos, de práticas e de atores nas diversas realidades. (MELLO, 2003d)

Com relação aos temas postulados pelos atores da economia solidária nos FSMs posteriores, foram recorrentes os temas das finanças solidárias; as redes de comércio justo e consumo ético; as práticas inovadoras e a autogestão; e da relação do movimento social da economia solidária com o Estado e na formulação de públicas políticas. (idem)

Mais recentemente, a agenda daquelas redes reflete a busca por uni-la com a de outros movimentos sociais da *alterglobalização*.

Vale apontar outros elementos não menos importantes que são observados ao longos da realização dos Fóruns: o número crescente aumento do número de redes nacionais e temáticas que passaram a se relacionar e organizar conjuntamente atividades nos Fóruns; a força dos consensos terminológicos ao longo dos Fóruns e da utilização cada vez mais

[72] O tratamento prioritário será em torno das versões "gerais" dos FSMs, e não das regionais ou temáticas ocorridas.

marcante do termo "economia solidária"; o crescente poder de barganha das redes de economia solidária frente à comissão internacional que organiza o FSM; entre outros.

Como visto, desde os anos 1980 entidades da sociedade civil que tinham projetos de geração de trabalho e renda na perspectiva da economia solidária passaram gradativamente a ser conformar politicamente em redes, locais, nacionais e internacionais - a tal ponto que, alguns anos depois propuseram organizar eventos conjuntamente e representar internacionalmente a economia solidária no I FSM.

Vale dizer que aqueles atores foram somados aos gestores públicos de governos[73] que já detinham políticas públicas orientadas para a promoção e apoio à economia solidária; destacando-se aí a prefeitura de São Paulo/SP, Porto Alegre/RS e de Recite/PE. Certamente por este fato, o termo "economia popular e solidária" ter sido utilizado nas publicações que circularam durante o Fórum cuja produção foi coordenada por aquele amplo grupo nacional conhecido por GT Brasileiro[74]. O mesmo é bem apresentado por palavras de Gomes:

[73] Posteriormente estes passariam a se organizar em uma rede própria, a Rede de Gestores de Políticas Públicas em Economia Solidária.

[74] O GT era assim composto: Rede Brasileira da Socioeconomia Solidária – RBSES, Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária - ANTEAG, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE, Cáritas Brasileira, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE, Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul - PACS, Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores - ADS/CUT, Governo do Rio Grande do Sul (1999-2002), Prefeitura de Porto Alegre (2000-2004). Vale dizer que a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil - CONCRAB também integrava o GT Brasileiro, ainda que com pouca participação efetiva. A Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - ITCPs e as prefeituras de São Paulo e de Recife passaram a integrar o GT Brasileiro a partir de 2002. Já a Rede Unitrabalho e a Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito, Crédito Popular Solidário e Entidades Similares – ABCRED fariam parte do GT passaram a fazer parte do GT a partir de janeiro de 2003.

> "O grupo de trabalho brasileiro tinha na sua origem o objetivo principal de aglutinar as entidades com atuação nacional, que trabalhassem com a temática da economia solidária. Depois do I FSM, resolvemos nos reunir para, primeiro, incorporar integrantes e instituições, reconhecendo e valorizando as diferenças das naturezas institucionais, das estruturas e das formas de atuação dessas várias organizações que representam o campo da economia solidária no Brasil. [...] O objetivo original desse grupo de trabalho era garantir junto ao conjunto de organizadores do Fórum que o movimento e as experiências de economia solidária fossem reconhecidas como contribuições para o outro mundo possível. [...] O outro, era garantir que em cada edição do Fórum Social Mundial, a proposição e organização de um conjunto de redes internacionais dessa temática nos conteúdos dos painéis e mais uma série de eventos..." (FBES, 2006e)

Seu principal elo de comunicação com os atores internacionais se deu a partir de uma lista de discussão virtual criada pelo Pólo de Socioeconomia Solidária e de seu principal articulador no Brasil, a partir do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS, assim como das articulações internacionais da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE.

Pode-se observar que desde aquele ano até o presente, a estruturação dos eventos é planejada de modo a não sobrepor à agenda dos participantes com eventos correlacionados do campo da economia solidária. Sua ordenação segue uma lógica pré-determinada que sempre acaba com uma reunião geral das redes internacionais que promovem a economia solidária nos FSMs a qual objetiva sintetizar os debates teóricos que ocorreram ao longo do Fórum e organizar ações estratégicas conjuntas.

Desde o I FSM, a economia solidária se afirmava enquanto uma alternativa frente às políticas neoliberais e ao próprio sistema capitalista hegemônico. Ratificava a razão de ser do próprio projeto que idealizou o advento do Fórum Social Mundial, compreensão que pode ser obtida a partir de um texto obtido na página eletrônica do Pólo de Socioeconomia Solidária (2006) após o processo ao longo dos FSM e logo após a realização do FSM Policêntrico em 2006:

> *"¿Y las redes de economía solidaria? Una primera y significativa victoria: los organizadores del FSM entendieron que la economía solidaria era el movimiento más capaz de dar cuenta - de forma concreta - de este "otro mundo posible". Es por ello que el Comité Organizador pidió al FBSES, el movimiento de Economía Solidaria Brasilero, dar una dimensión práctica y transversal al Foro en su conjunto, y ya no simplemente a sus propias actividades. Y, naturalmente, este proceso necesitaba ser emprendido en colaboración con las redes de economía solidaria de otros países y continentes. Esto implica varias ventajas para nuestras redes: 1. la economía solidaria se ha convertido en un elemento fundamental de los Foros Sociales; 2. la economía solidaria está percibida como un elemento fundamental de este "otro mundo posible"; las prácticas de economía solidaria han recibido un papel más importante y estarán presentes a lo largo de todo el sitio del FSM. Estas actividades incluyen: la adopción de una moneda social que será utilizada por los participantes del FSM/05 durante la semana, un desayuno solidario, una Ronda de Negocios Solidarios* etc. *Un máximo de los bienes y servicios usados durante el FSM, incluyendo alimentación y papel, provendrá de la economía solidaria o del sector público"* (PSES, 2006).

Em 2001, a economia solidária contemplava algumas dezenas de atividades no FSM coordenadas por redes e organizações de todo mundo as quais pareciam querer buscar um nivelamento de noções conceituais e percepções sobre a compreensão de termos como: economia popular solidária, economia social, economia dos setores populares, socioeconomia solidária, humano-economia, economia do feminino criador etc; oportunizando o reconhecimento mútuo entre os atores e de suas distintas atuações.

Vale lembrar de que o I Fórum abrigou o lançamento da Rede Global de Socioeconomia Solidária, primeira articulação internacional do campo da economia solidária.

Interessante observar que, desde o I FSM, o termo escolhido para designar de forma única as redes articuladas era "economia solidária". No entanto, com a justificativa de problemas de comunicação com os comunicólogos que idealizaram as publicações[75] naquele Fórum, o termo usado foi "economia popular e solidária", tal que era utilizado na prefeitura de Porto Alegre/RS. O sentimento que os atores da economia solidária partiram de Porto Alegre/RS naquele verão parece ser bem expressado em:

[75] Fala-se aqui principalmente da publicação multi-língue que as redes internacionais de economia solidária produziram para ser distribuída durante o Fórum cujo objetivo era principalmente dar visibilidade à agenda comum daqueles atores dentre as centenas de atividades programadas para o FSM.

> "Estes eventos [os do FSM de 2001] demonstraram o grande interesse social, o profundo potencial transformador e uma inequívoca identidade da economia solidária como princípios e objetivos do FSM – de que ´um outro mundo é possível`-, reconhecido pelo próprio Comitê Organizador do FSM. Isso permitiu um grande avanço político e organizacional das atividades da economia solidária no II FSM." (FBES, 2006).

No ano de 2002, fala-se em dezessete redes internacionais que se organizaram novamente, tendo como um de seus principais desafios se aproximar dos integrantes do Conselho Internacional do FSM a fim de pleitear melhores espaços e *status* dos principais eventos promovidos conjuntamente. Lograram no sentido de terem sido contempladas com a realização de uma conferência oficial[76] a qual atraiu um público de cerca de 2 mil pessoas (MELLO, 2003d).

As atividades daquele Fórum também foram coordenadas pelo GT Brasileiro, já que Porto Alegre mais uma vez sediaria o evento. Os temas de maior visibilidade procuraram afirmar a economia popular e solidária como alternativa concreta de radicalização da democracia.

As iniciativas relacionadas às trocas solidárias e à criação de moeda social detiveram grande visibilidade em todo Fórum. Fato suscitado pelo espantoso crescimento destes grupos quando da crise econômico-financeira da Argentina.

No Fórum de 2003, a principal temática debatida apontou que a economia solidária é elemento estratégico de desenvolvimento - local, nacional e global - para os povos; tendo sido convencionado que a terminologia a ser utilizada seria a da economia solidária, tida como mais universal dentre as demais possíveis. A esta altura sabia-se da existência de dezenove redes internacionais de economia solidária envolvidas com o FSM, maior que as treze redes registradas no ano anterior. Elas propuseram e realizaram 130 atividades no III FSM (PSES, 2003).

[76] Por *oficial* entende-se o evento de maior *status* que o Conselho Internacional do FSM dá destaque.

"... this third World Social Forum was marked on the whole by clear progress in collective work in terms of organization, comparing views, summarization, and the articulation among topics. This is the most significant impression produced by the main events, the Controversy and Dialogue Round Tables, and the Panels, and it was fully felt in the events on the economy of solidarity, be they Seminars or Workshops. Of course, we know that we still have a lot of work to do in this direction, but we did progress a lot this year. We will now take up with optimism the challenge of India 2004" (PSES, 2003).

O Fórum Social Mundial realizado fora do Brasil reuniu, mais uma vez, significativa quantidade de redes em economia solidária. A versão oriental do Fórum contribuiu para a identificação, promoção e desenvolvimento da economia solidária na Ásia e na África, países que tinham muitas dificuldades em participar nas versões do Fórum no Brasil, assim como não conheciam a economia solidária. As observações de Marcos Arruda sobre o evento proporcionam uma visão bastante abrangente, na qual se inserem as atividades de economia solidária, ocorridas em Mumbai/Índia:

"As conferências e painéis ocorreram em grandes salões, com 4000 a 10000 lugares, mas os participantes preferiam estar se manifestando nas ruas que ouvindo os debatedores. Estiveram no Fórum de Mumbai pelo menos 150 mil pessoas. Escolha acertada, a de fazer um rodízio do FSM. A Conferência sobre a ´Água, Terra e Alimento´ atraiu grande número de populares. São os assuntos aparentemente mais dramáticos para os mais de um bilhão de indianos. Os temas da economia do povo/economia solidária atraíram apenas indianos que já estão envolvidos em atividades de comércio justo, produção cooperativa, finanças solidárias, agricultura familiar e desenvolvimento local participativo e sustentável. As apresentações e os debates foram de ótima qualidade e progrediram em relação a 2002. Um seminário dedicado à economia do povo/solidária na Ásia focalizou experiências na Índia, Tailândia, Paquistão, e com elas contrastamos práticas do Brasil, da província canadense de Québec e da França. Promovemos mais de 100 eventos sobre comércio justo. Ao todo, estimamos ter alcançado umas 8000 pessoas" (PACS, 2004).

Para aquele ano, as redes convencionaram chamar a economia solidária de "economia do povo" (*people´s economy*) uma vez que sua versão para a língua inglesa (*solidarity economy)* – mais utilizada como meio de comunicação deste Fórum, confundia mais que informava aos que majoritariamente fariam presença nos debates (os indianos) e ocidentais em geral.

No ano seguinte, o Fórum volta a se realizar em Porto Alegre/RS, onde se calcula que mais 50 redes e organizações temáticas internacionais de economia solidária planejaram, de forma coordenada, mais de 100 atividades durante os cinco dias do V FSM, dentre elas um painel – evento oficial do FSM, chamado: "Economia solidária: desenvolvimento soberano e sustentável", cuja mesa foi coordenada por Ignácio Ramonet, diretor do jornal francês *Le Monde Diplomatique*. A articulação brasileira obteve êxito em propor e organizar uma metodologia de criação de uma moeda para o Fórum[77], o Txai, que procurava seguir os preceitos da economia solidária, mais especificamente de uma de suas iniciativas mais expressivas: a experiências das redes de trocas solidárias e de criação de moeda (NUNES[78], 2005).

Neste Fórum, a economia solidária foi "desafiada a gerir o abastecimento, a comercialização, a moeda social, as rodadas de negócios, a campanha pelo consumo consciente, contra os produtos nocivos das transnacionais, e a realizar os debates articulados entre as redes nacionais e internacionais" (FBES, 2006).

Cerca de setecentos trabalhadores do campo da economia solidária de todo Brasil se organizaram conjuntamente para confeccionar as bolsas do V FSM. A partir desta demanda pontual foi criado um sistema organizado em torno da cadeia do algodão agregando mais de 2.000 pessoas, com a marca Justa Trama.

Desde janeiro de 2004, o movimento internacional da economia solidária presente nos FSMs, passou a contemplar em sua agenda de luta temas da agenda de outro movimento no campo da alterglobalização[79]. Dentre elas a campanha pelo cancelamento das dívidas dos países pobres e empobrecidos, e a luta pelo reconhecimento da dívida ecológica dos países; articulação pelo *software* livre; promoção de boicote a produtos de empresas transnacionais; etc.

[77] Ainda neste capítulo será apresentada esta iniciativa que se insere no campo da economia solidária.
[78] Vale dizer que NUNES é minha referência bibliográfica até fevereiro de 2005, data em que passo a ter o sobrenome de casada MELLO.
[79] Termo usado entre participantes dos Fóruns para designar, de forma generalizada, os movimentos sociais que contestam e propõem uma outra globalização distinta da existência.

Em 2006, o Fórum foi policêntrico, tendo ocorrido de forma descentralizada, em diferentes lugares do mundo. No continente latino-americano aconteceu em Caracas/Venezuela. A organização em torno das atividades em economia solidária foi feita com algum grau de articulação internacional, ainda que notadamente menor que nos anos anteriores. No entanto, os protagonistas latino-americanos da economia solidária viram no VI FSM um momento oportuno para se fortalecerem mutuamente. Verificou-se forte presença do governo venezuelano em torno da preparação do Fórum, principalmente nas atividades que poderiam dar visibilidade às políticas do governo de Hugo Chávez, em especial no Ministério da Economia Popular[80].

Foi realizada uma grande feira de comercialização e exposição de produtos advindos da produção de empreendimentos econômicos solidários de todo mundo. Ocorreram seis seminários organizados pelas redes internacionais.

Interessante notar que a partir da visita de integrantes do Ministério supracitado ao Brasil, em 2005, percebeu-se distinções terminológicas que foram anunciadas:

> "... enquanto que para nós a 'economia popular' está vinculada diretamente a atividades como a dos camelôs (de cunho majoritariamente familiar, sem necessariamente ter o elemento da solidariedade ou da atividade produtiva suprafamiliar), na Venezuela se trata de um conceito com características emancipatórias, claramente afinada com nosso conceito de economia solidária. Portanto, para afinarmos discursos, temos que nos lembrar desta variação cultural de significados para o termo economia popular nos dois países, interpretando que o que é, para eles, 'economia popular', aproxima-se muito do que para nós é a 'economia solidária'" (FBES, 2006a).

[80] Apesar do termo usado na Venezuela ser a "economia popular", após aproximação do GT de Relações Internacionais do FBES com representantes do governo venezuelano,em outubro de 2004, foi observado que equivaleria à definição do FBES para a economia solidária. Por isto, ficou consensuada que seria utilizado no VI FSM o termo economia popular e solidária para que os venezuelanos pudessem melhor se identificar. Tem Vale salientar que no Brasil, o termo economia popular ou economia dos setores populares não se assemelha ao da economia solidária. Estas delimitações serão mais bem analisadas na seção subseqüente.

Para o Fórum policêntrico das Américas, acordou-se voltar a utilizar o termo "economia popular e solidária" em respeito ao público venezuelano que poderiam mais facilmente relaciona-lo às políticas promovidos pelo Ministério do Governo Chávez. O mesmo fato justifica um novo enfoque as discussões em torno da temática do *desenvolvimento endógeno* (idem).

> "As redes internacionais, por sua vez, organizaram seis grandes painéis, dentre os quais, pela primeira vez, passaram a abranger temas específicos latino-americanos de cunho macroeconômicos, onde se pode destacar a questão do comércio, integração e cooperação regionais (idem)".

Brevemente, no Capítulo III será observado que a dinâmica das redes de economia solidária nos Fóruns Sociais Mundiais aqui tratada é determinante para se compreender a formação da articulação brasileira que logrou a criação de um espaço institucional governamental exclusivo para promover políticas sociais voltadas à economia solidária.

II.3 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Como visto, as iniciativas brasileiras apresentadas abrangem uma grande diversidade de empreendimentos regidos pelos princípios conformados na tríade autogestão - cooperação – solidariedade, e pela busca de uma conscientização ética nas práticas relacionais. Assim, diferenciam-se de outras experiências do campo hegemônico das mediações de segunda ordem ao mesmo tempo em que se identificam mutuamente em torno de uma nova identidade comum: o da economia solidária.

Vale relembrar, entretanto, que formas associativas de produção sempre existiram, assim como práticas *alternativas* de produção. De igual modo, sempre houve movimentos sociais "contra-hegemônicos" que praticam ou se dizem seguidores de práticas democráticas - nas mais diversas dimensões da vida - que visam o bem-comum. Por estes motivos, mesmo com suas particularidades, a economia solidária observada no Brasil pode ser vista (*por que não?)* como um novo projeto socialista com um marco conceitual próprio.

A perspectiva histórica em que o movimento de economia solidária brasileiro foi apresentado neste capítulo objetivou evidenciar a dinâmica desencadeada particularmente pelas versões dos Fóruns Sociais Mundiais, assim como buscou abordar a características dos atores daquele campo quanto a sua conformação em redes de articulação política e econômica[81].

O advento da SENAES e da implementação de políticas nacionais em economia solidária revelam importantes elementos presentes na relação do movimento social da economia solidária com o Estado, por sua vez, objetivo central deste trabalho dissertativo. Tais elementos ensejam considerações acerca das possibilidades e limites daquela relação, assim como da efetividade das políticas sociais direcionadas à promoção daquele setor.

Percebe-se que muitas das problematizações aqui tecidas não são estranhas a outras temáticas sociais tratadas na esfera governamental, assim como sobre a inter-relação dos atores envolvidos.

Por isto, a implementação de políticas sociais – como as do campo da economia solidária - que buscam promover a justiça social e consolidar mecanismos democráticos de participação e de controle popular na esfera governamental são fatores extremamente importantes neste cenário os quais têm forte afinidade com os princípios e valores preconizados pela própria economia solidária. Estas são questões tratadas no Capítulo III.

III POLÍTICAS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO POPULAR NO BRASIL

[81] A óptica econômica a que se refere este trecho diz respeito a retroalimentação dos fluxos de produção entre os atores produtores e/ou consumidores de tais redes.

Este Capítulo direciona o campo de estudo para a esfera das políticas sociais. Para isto, são utilizadas fontes primárias, secundárias e introduzidas impressões oriundas de experiências pessoais de participação em espaços públicos governamentais[82].

A pretensão, definitivamente, não é o aprofundamento de elementos que são genuínos do campo da sociologia, da ciência política ou da antropologia; tampouco se pretende esgotar tema algum. Busca-se mais levantar algumas problematizações sobre a dinâmica do Estado brasileiro e das políticas por ele concebidas para que, no Capítulo subseqüente, o objetivo central deste trabalho seja mais bem tratado.

Por isto, inicia-se com uma seção que aborda a supremacia do financeiro sobre o social refletida na esfera governamental. Posteriormente, tem-se uma breve incursão em torno de elementos constitutivos das políticas em si, mais particularmente, quanto ao modo de concepção de políticas sociais no Brasil e a dinâmica da redemocratização da esfera pública. Nesta seção Robert Castel (1998) é retomado por trazer elementos fundamentais sobre o campo de tipologias de políticas sociais por ele categorizadas ao longo da trajetória do trabalho assalariado desde a Revolução Industrial.

Em seguida, aborda-se a participação popular na esfera governamental algo de suma importância que ganhou institucionalidade especial a partir da Constituição de 1998. Neste cenário, a publicação da ação governamental (de forma clara e acessível a qualquer cidadão), assim como a implementação de mecanismos de controle e de monitoramento social sobre a gestão publica ganham destaque, trazendo consigo a relevância das pelas orçamentárias públicas.

Faz-se ainda necessário tratar e diferenciar o conceito de atores sociais e atores políticos dando espaço para uma compreensão da noção de movimento social mais adequada à que se entende que a economia solidária compartilha em sua perspectiva histórica brasileira.

[82] Coordenação nacional do Fórum Brasileiro de Economia Solidária representando o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul - PACS; no processo de participação popular no Plano Plurianual do Governo Lula; Coordenação executiva do Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro; delegada do Orçamento Participativo do Governo do Estado do Rio de Janeiro (2000-2001); dentre outras.

Não menos importantes são as considerações subseqüentes sobre certas características da atuação do Governo Lula - cenário onde se busca problematizar o objeto de pesquisa desta dissertação. Um enfoque especial é dado ao universo de participação popular e de práticas de democracia participativa ocorridas em seus primeiros anos de mandato.

É em tal incursão que sobressai a análise da relação que o movimento social da economia solidária vem construindo com o Estado. Estas e outras questões suscitadas ao longo deste capítulo são tratadas nas Considerações Gerais (seção II.5), assim como nas Conclusões Finais.

III.1.1 SUPREMACIA DO FINANCEIRO SOBRE O SOCIAL

Há décadas, constantes imposições de credores externos vêm pressionando os espaços de decisão dos governos dos países do chamado Terceiro Mundo, pressionando aqueles países em adotar como estratégia político-econômica a priorização das questões financeiras em detrimento das sociais.

Não é difícil observar como tal dinâmica se dá no Brasil. A política econômica dos últimos três mandatos presidenciais tem se caracterizado por um expressivo aumento da carga tributária[83] (atualmente gira em torno de 37% do PIB) e por sistemáticos cortes nos gastos públicos que atingem negativamente parcela significativa da população no país. Por outro lado, tal período mostra elevação dos recursos destinados ao pagamento das dívidas – interna e externa – beneficiando diretamente banqueiros e rentistas – nacionais e estrangeiros. Para se ter uma idéia, em 2005, os bancos apresentaram lucros recordes, atingindo R$ 28,3 bilhões os quais sabe-se terem sido obtidos através da transferência de renda por meio da alta taxa de juros praticada no período e sustentada por recursos públicos. (BCB, 2006).

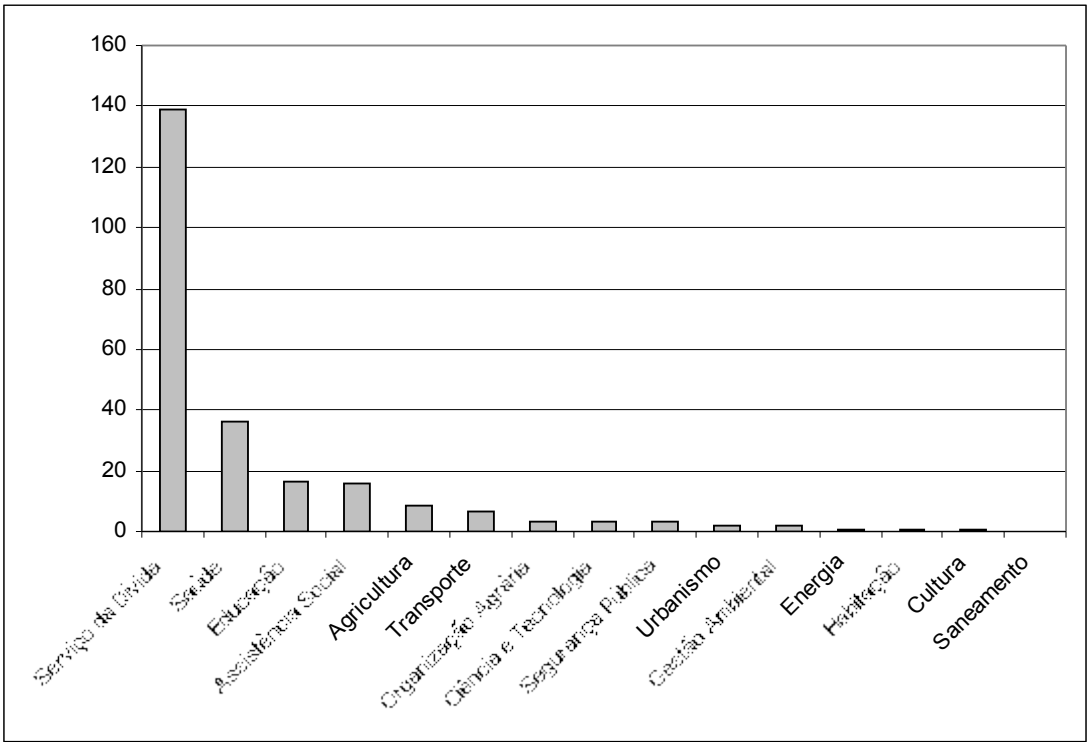
[83] Deve-se considerar ainda o crescimento dos tributos que incidem sobre o consumo e pelo menor crescimento verificado naqueles incidentes sobre a renda e patrimônio.

A visão ortodoxa e financista da política econômica explica substancialmente a impossibilidade de se priorizar as políticas sociais que possa vir a promover o resgate da dívida social brasileira. Por trás disto, está a falácia de que apenas através da economia é que se poder enfrentar as desigualdades já que o mercado por si só tenderia a solucionar a questão. Em outras palavras, é como se afirmassem que não há espaço para a política, ou pior, como que a economia fosse uma ciência neutra, apolítica.

O *mainstream* da ciência e da política econômica impõe na agenda governamental a contenção dos gastos públicos, a diminuição da relação Dívida/Produto Interno Bruto – PIB. Caso contrário o risco país sobre e a estabilidade monetária fica em xeque.

A partir da tabela a seguir pode-se ainda obter maior precisão sobre o montante do gasto público federal, realizado em 2005, direcionado para o pagamento do serviço da dívida interna e externa – juros e amortização. O primeiro foi da ordem de R$ 139 bilhões de reais; já a soma de todos gastos sociais naquele ano foi da ordem (pífia) de R$ 99 bilhões.

TABELA 2: GASTOS SOCIAIS X SERVIÇO DA DÍVIDA REALIZADO EM 2005, EM R$ BILHÕES



Fonte: Relatório resumido da execução orçamentária do Governo Federal – www.stn.fazenda.gov.br

O pilar dessa política é o chamado superávit primário – imposto ao Brasil e a outros países pelo Fundo Monetário Internacional – FMI. No caso brasileiro, seu sustentáculo jurídico está impresso na Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar n. 101/2000.

Uma recente pesquisa do economista Márcio Pochmann merece também ser citada, Tabela 3. Ela trata do gasto *per capta* verificado para o período de 2001-2005 o qual abrange os dois últimos anos do Governo Cardoso e os três subseqüentes sob a coordenação do Governo Lula.

TABELA 3: GASTOS SOCIAIS DO GOV. FED. *PER CAPTA*, 2001-2005; REAIS*.

GASTO \ ANO	2001	2002	2003	2004	2005
Gasto *per capta*	1.521,52	1.546,02	1.414,15	1.522,68	1.539,03

valor em reais de 2006, atualizado pelo IGP-D/FGV.
Fonte: Folha de São Paulo, 22 de março de 2006.

Observa-se que o gasto médio *per capta* caiu nos primeiros três anos do Governo Lula em comparação com os dois últimos do Governo Cardoso. De 2003 a 2005, tal valor foi da ordem de R$ 1.492 contra R$ 1.534 no período de 2001-2002.

O esforço de ambas gestões governamentais em atingir as metas de superávits fiscais cada vez maiores vem comprometendo não apenas os gastos sociais, como também o próprio investimento do governo federal. De acordo com a mesma pesquisa de Pochmann, entre 2001 e 2002 o nível de investimento federal era da ordem de R$ 115 por habitante; no período de 2003-2005 caiu para R$ 63.

Não obstante, a despeito do "esforço" feito para a consecução dos superávits, tem-se que estes terminam por ser superiores às metas pré-estabelecidas com as agências multilaterais de investimento. Mesmo assim, os recursos que vem sendo "reservados" pela conta do superávit primário ao pagamento da dívida pública não são nem mesmo suficientes para pagar o serviço da dívida ao longo dos últimos anos devido às altas taxas praticadas no país.

III.1 ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Apesar da recente melhora em alguns indicadores macroeconômicos brasileiros, as taxas de desemprego e desigualdade seguem muito altas.

Tal cenário é ainda mais acentuado pela ideologia "empresarial" que domina a concepção das políticas públicas e a administração pública e cuja identificação se dá partir de diversos aspectos. Dentre eles está o fato de que em diversos contratos firmados com instituições financeiros multilaterais, o Brasil tem sido impelido a firmar compromissos que costumeiramente implicam na manutenção da austeridade fiscal. Adicionalmente, opta-se pela mensuração do desempenho das ações governamentais exclusivamente pelo exame de variáveis econômico-financeiras.

Quanto aos direitos sociais, há um marco normativo brasileiro advindo da Constituição Federal de 1988 que mudou sobremaneira a relação Estado-sociedade, ampliando os deveres e responsabilidades do Estado – principal produtor dos direitos sociais e promotor de bem estar social. A questão social passa a deter um capítulo especial que determina que um indivíduo poderia fazer recurso específico junto ao Poder Judiciário – mandato de injunção – para garantir os direitos sociais ali dispostos.

Invariavelmente atribui-se como objetivo central da política social a "garantia de acesso". Ao Estado caberia formular e implementar um conjunto de ações necessárias para garantir o acesso de todos aos direitos sociais básico.

Neste contexto, vale salientar que a questão social surge para o ocidente no seio das relações laborais - da falta de ocupação produtiva ou da incapacidade em exercê-la - que afloraram mais explicitamente quando da Revolução Industrial. Sua concepção está inerentemente relacionada ao risco que o pauperismo imprime à sociedade.

> "A ´questão social´ é uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura" (CASTEL, 1998).

Dito isto, faz-se interessante tratar do recorrente debate em torno da universalização e/ou focalização das políticas públicas sociais a fim de propor um esforço no sentido de concebê-los de modo complementar.

Barros e Carvalho se propuseram a fazer uma avaliação geral acerca da política social brasileira em relação a sua efetividade no combate à extrema pobreza e à desigualdade de renda, e assim concluíram:

> "A pequena atenção dispensada à focalização nos mais carentes, a quase inexistência de avaliações de impacto dos programas e a ausência de integração, entre outros aspectos, são identificados como potenciais causas da baixa efetividade" (BARROS; CARVALHO, 2003).

O direcionamento da ação governamental no tratamento da questão social é tema recorrentemente polemico há longa data. Normalmente, radicaliza-se o posicionamento político na polarização entre estar a favor das políticas focalizadas ou das universais.

Por um lado, justifica-se que tratar de forma igual o que é desigual pode vir a produzir mais desigualdade. Como exemplo, esta argumentação tem justificado a implementação de "políticas afirmativas" para temas correlacionados à pobreza e à desigualdade cujos fatores sabe-se deter fortes marcas de discriminação de gênero, raça, etnia etc.

A partir de uma interessante abordagem em torno de temas relacionados à democracia participativa, Moroni contribui para a defesa daquela vertente ao entender que a cidadania é fruto de aspirações, desejos e vontades dos diferentes segmentos, estando associada ao modo como esses "grupos" se percebem como cidadãos. (MORONI, 2005).

> "não existe uma cidadania única, metafísica, pois isto seria uniformizar o que não é igual, desconhecendo, por exemplo, os elementos fundantes e estruturantes da nossa cultura, que são o racismo e o sexismo. Existem grupos sociais com construções próprias – entre os quais podem ser citados as crianças e adolescente, mulheres, indígenas, negros(as), homossexuais masculinos e femininos, pessoas portadoras de deficiência-, que ao longo da história, vêm se constituindo como sujeitos políticos." (MORONI, 2005: 5).

O mesmo autor posteriormente usa de um jogo de palavras para continuar sua ponderação afirmando que, do ponto-de-vista ético-político, a cidadania é o combate a todas formas de discriminação, é a promoção da igualdade de condições e de oportunidades entre os indivíduos diferentes que foram tornados pela sociedade "desiguais". Neste sentido, "universalizar significa estender a todos as pessoas a cobertura dos mesmos direitos e, também, responsabilizar todos e todas pela efetivação desses direitos".

No entanto, é necessário também garantir que a focalização não seja subterfúgio para a não universalização das políticas as quais poderiam vir a "desobrigar" o Estado de cumprir as funções constitucionais de proteger socialmente o conjunto da população. Até porque certamente um dos grandes avanços da Constituição Federal de 1988 foi em relação aos direitos sociais; fato que de alguma forma determinou de forma clara a construção de um Estado de Bem-Estar provedor da universalização dos direitos sociais (MORONI, 2005).

A observância da existência de políticas que apropriadamente apresentam – ou alternam - ambas perspectivas; as focalizadas e as universalistas. Não obstante, o debate não parece esgotado, ainda mais com os recentes embates sobre as políticas de cotas para negros nas universidades públicas.

Concernentes às ações governamentais em economia solidária, elas quais podem ser compreendidas como políticas direcionadas ao universo dos atores que constituem o movimento social da economia solidária do Brasil. No contexto de exclusão e de desfiliação provocada pela crise estrutural do trabalho assalariado fazem com que os integrantes do movimento social da economia solidária – particularmente, os empreendimentos econômicas solidários – sejam o principal público-alvo das políticas orientadas no Governo Lula.

Como será visto, em praticamente todas políticas públicas federais em economia solidárias há a preocupação de conceituar o que é que se entende por economia solidária, especialmente por suas práticas produtivas no sentido de delimitar e de oferecer critérios para aportes públicos.

Quanto às políticas tidas como assistenciais, estas são tidas como importantes para a consecução do enfrentamento das grandes questões sociais em todo o mundo.

Tem-se que é na origem das desigualdades que se pode promover justiça social mediante o enfrentamento com ações de caráter estrutural ao passo que o "bolo" cresce, e não depois de ter crescido. Ideal que estas venham "casadas" a ações que procurem modificar a origem e manutenção do *status quo*, caso contrário são acertadamente chamadas de políticas paliativas ou compensatórias.

O imperativo da transversalidade e integralidade das políticas praticadas é devido à necessidade especial de se atender parcelas da população e territórios que demandam "nivelamento" para se desenvolverem autonomamente; tal qual toda política intencionada ao desenvolvimento local e ao empoderamento dos atores individuais e coletivos – caso da economia solidária.

Márcio Pochmann entende que um dos efeitos da implementação das políticas sociais e laborais ancoradas nas premissas de flexibilidade, empreendedorismo, qualificação permanente, a partir da década de 1990, é a transformação das próprias vítimas do modelo econômico excludente em responsáveis diretos por sua condição sócio-econômica. Segue afirmando ainda que aqueles resultados rompem com a perspectiva universalista que a

própria cidadania evoca, fazendo com que se restrinja ainda mais a efetividade de tais ações (POCHMANN, 2002: 49).

Como visto no Capítulo I, Robert Castel (1998) traça uma interessante análise histórica sobre as metamorfoses da questão social a qual muito contribui para a compreensão da classificação das políticas orientadas para seu enfrentamento. Ele entende que, antes de 1970, as políticas sociais tinham majoritariamente o caráter de *integração*, onde a questão social se resumia a objetivar sua homogeneização, preconizando um suposto equilíbrio da sociedade. A partir daquela data, e mais especialmente desde os anos 1980, passam a vigorar as políticas de *inserção* direcionadas à parte da sociedade, os "supranumerários". As políticas de inserção teriam ainda uma particularidade já que estariam atreladas a projetos que retratam a imposição do empreendedorismo individual aos direitos sociais (CASTEL, 1998: 605).

Os diferentes enfoques das políticas sociais devem ser menos identificados como contraditórios do que complementares. Longe de defender este ou aquele posicionamento, faz-se *mister* apoiar e direcionar os esforços para as políticas de longo prazo de caráter estruturante as quais seriam voltadas à mudança de determinantes e condicionantes das mazelas sociais, particularmente políticas que ofereçam oportunidade de trabalho e renda para os "desvinculados" da sociedade; assim como distribuição de renda e riqueza.

Para isto, ações de efeitos longevos que busquem imprimir uma participação efetiva da população em sua trajetória consolidariam sua própria intencionalidade estrutural, para além da dinâmica dos mandatos eleitorais.

Não obstante, para implementar políticas sociais sérias, o poder executivo – especialmente o federal - não deveria prescindir de sua soberania quanto à implementação de um projeto de desenvolvimento nacional concebido de forma ampla no seio da sociedade. Caminho oposto é obtido ao se cristalizar o divórcio das questões socio-políticas das questões macroeconômicas; ao eleger as mediações de segunda ordem às de primeira; especialmente quando se considera que aquelas mediações são "ditadas" majoritariamente pelos países ditos desenvolvidos.

III.2.1 POLÍTICAS SOCIAIS E A DINÂMICA DA REDEMOCRATIZAÇÃO DA ESFERA GOVERNAMENTAL

A partir da constatação de que qualquer propósito de resolução de problemas sociais vem sendo subordinado ao equilíbrio fiscal, convém imergir no universo em que as políticas sociais são concebidas no Brasil.

A forma de se fazer política é identificada pela manutenção de formas *clientelistas* e fisiológicas que atravessam a história do país, revelando rupturas e permanências com o cenário em que Victor Nunes Leal escreveu a clássica obra "Coronelismo, enxada e voto - o município e o regime representativo no Brasil", em 1949.

Em tempos mais recentes, Graziano (1976; 1983) trata dos vínculos existentes entre os partidos políticos modernos e o caráter do novo clientelismo de massa e identifica a *patronagem* segundo a qual os partidos articulam novas clientelas (profissionais, coalizões de interesse, grupos de empregados etc.) através de "troca de favores de massa" direcionadas a grupos ou mesmo a comunidades inteiras.

No entanto, o Brasil obviamente não é o único país a se defrontar com aquela prática que corrompe as mais diversas formas de relações de poder. Soma-se a este fato as disputas que se sabe existir internamente às alianças firmadas para consecução de um mandato político e/ou entre as múltiplas correntes internas aos partidos que as compõem.

Ademais, quando se fala na implementação de políticas sociais no contexto dos países do chamado Terceiro Mundo, faz-se necessário reconhecer que:

> "mais além das preferências ideológicas, a combinação que herdamos de um Estado que une autoritarismo com clientelismo, hipertrofia com opacidade, insulamento com intervencionismo, deficitarismo com megalomania não atende nem ao projeto da direita nem ao projeto da esquerda brasileira, em especial à [qualquer] estratégia de inclusão social". (POCHMANN, 2002: 54; *grifo da autora*).

A trajetória da reabertura democrática no Brasil revelou uma demanda crescente por direitos de cidadania. Pochmann advoga que esta dinâmica é dissonante da ocorrida na administração pública, fato que vem mantendo inalteradas características autoritárias e centralizadoras, dentre as quais a "concentração de poder e de ´capacidades` para governar

nas áreas ´meio`; típicas das administrações tradicionalmente conservadoras e sua flagrante insuficiência nas áreas voltadas ao governo das políticas sociais" (POCHMANN, 2002: 55).

Há alguns elementos neste universo a serem considerados e firmados como premissas quando da concepção de políticas públicas. Um deles reside no fato de que é sempre almejável que uma política seja estruturante, e que perdure para além dos mandatos eleitorais – sejam de longo prazo. Outro elemento - e certamente o mais relevante - é a emergência de participação popular na esfera pública; para além da forma representativa (via partidos e processo eleitoral).

> "...o movimento social traz para o processo [constituinte], além da democratização e publicização do Estado, a necessidade do controle social, em cinco dimensões: formulação, deliberação, monitoramento, avaliação e financiamento das políticas públicas (orçamento público). A Constituição de 1988 transformou essas questões em diretrizes de diversas políticas, especialmente as chamadas políticas sociais. Na regulamentação dessas diretrizes, incorporam-se os conselhos e as conferências como mecanismos de democratização e de controle social, no que chamamos de sistema descentralizado e participativo. Vale ressaltar que, na política econômica, não se criou nenhum mecanismo institucionalizado e público de participação, bem como nas políticas que definem o` modelo de desenvolvimento´" (MORONI, 2005; grifo da autora).

A efetiva participação popular na *rés-pública* - tal qual imprimiu com mais vigor a última Constituição brasileira – deve ser algo a ser buscado já que tende a garantir que as ações governamentais sejam mais acertadamente direcionadas às necessidades da população; assim como aumenta a chamada transparência das ações - reduzindo a possibilidade de corrupção -, e constitui elemento fundamental para assegurar eficiência e sustentabilidade a quaisquer intervenções governamentais.

Pelas questões supracitadas, um dos desafios da implantação das políticas sociais é a necessidade de integrá-las sob diversas perspectivas. Trata-se de conceber as políticas que tratam das questões sociais em conformidade com as políticas macroeconômicas – nesta ordem. Tem-se ainda a necessidade de ajustá-las o ponto-de-vista interno da administração pública; como também é imprescindível que o Estado firmes alianças e parcerias com outros atores de fora da órbita estatal os quais possam complementar tais políticas, mas não substituí-lo.

Neste contexto, Pochmann advoga com propriedade que com o advento do neoliberalismo o Estado foi alvo de reformas que objetivavam a ampliação de sua *governança*[84], anunciando a superação (que afinal não aconteceu) do arranjo institucional racional-legal ou burocrático classificado por Weber. Ao Estado restava então a formulação e avaliação de políticas públicas. Mas não necessariamente sua implementação a qual deveria ser realizada por ONGs ou mesmo por empresas.

Vale ainda salientar que a principal responsabilidade sobre as grandes questões sociais é do governo federal. Mesmo com a descentralização promovida pela Constituição de 1988, a União permanece sendo o ente da federação que mais tem recursos para promover gastos com esta finalidade. Este fato é referendado pela pesquisa da Secretaria de Política Econômica, do Ministério da Fazenda, em um documento intitulado *Gasto Social do Governo Central: 2001 – 2003.* Observa-se que o maior gasto público social no Brasil é oriundo do governo federal. Considerando que a carga tributária nacional equivale aos países desenvolvidos admite-se que "grande parte da população ainda não tem acesso a recursos suficientes para satisfazer necessidades básicas e onde a distribuição de renda é uma das mais desiguais do mundo" (MF, 2003).

Estudiosos apontam ainda três desafios para a política social contemporânea, quais sejam: a necessidade de uma política social flexível já que a solução da pobreza encontra-se normalmente em nível local; a busca de se elevar o grau de cooperação e engajamento da população pobre beneficiada; que o Estado apresente clara opção pelos mais pobres, já que considera que sem a garantia de prioridade para esse grupo é que a política social brasileira não será capaz de ter o impacto sobre a extrema pobreza que todos nós esperamos (BARROS; CARVALHO, 2003).

[84] Conceito do Banco Mundial inspirado nos princípios de eficiência e concorrência empresarial.

De todo modo, sabe-se que é da proximidade do Estado com a população – através de mecanismos de democracia participativa - que se obtém efeitos longevos e mais perfilados à real demanda, carência ou necessidade dos cidadãos. Tais mecanismos são tidos como relevantes para esta dissertação, merecendo ser mais bem enfocados.

III.3 PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ESFERA GOVERNAMENTAL

É de longa data que se tem a problematização da representação e participação do povo na esfera pública; certamente desde a própria concepção da idéia de Estado. Suas instâncias de manifestação constituem parte orgânica da cadeia de decisão das políticas e do controle social sobre elas.

Inúmeras são as linhas convergentes de argumentação em torno da defesa de que a participação da sociedade civil e a articulação de atores individuais e coletivos são essenciais na questão de desenvolvimento.

Nesta linha de pensamento, como exemplo pode-se citar a chamada escola dos chamados "democratas clássicos", inspirada em autores como Rousseau, J. S. Mill, Tocqueville. Segundo Storch (1985), postula-se que as pessoas somente adquirem comportamentos democráticos caso estejam em ambientes encorajadores a participar de seu próprio governo, em todos os níveis, e em todas as esferas. Assim como são inúmeras também as razões contra-argumentadas concernentes à democratização das decisões, Davigno compila algumas:

> "o predomínio de uma razão técnico-burocrática, o excesso de `papelada´, a lentidão, a ineficiência, a `falta de sensibilidade e o despreparo´ da burocracia estatal; a falta de recursos; a instabilidade dos projetos que resultam de parcerias com o Estado na medida em que estão submetidos aa rotatividade do exercício do poder, a falta de transparência que dificulta o acesso a informações etc." (DAVIGNO, 2002: 28).

Não obstante, como bem advoga Victor Vincent Valla, o conceito de participação popular relaciona-se diretamente à distribuição de recursos públicos pelos governantes e às necessidades básicas das classes populares (VALLA, 1998).

Completa Valla, citando Moisés (1985) esta discussão data nos anos de 1930 e 40, revelando estreita relação com o próprio surgimento das políticas públicas que, por sua vez, refere-se "à participação do Estado na montagem da infra-estrutura necessária à superconcentração de atividades produtivas nas grandes metrópoles brasileiras." (*apud* VALLA, 1998).

Em tal processo, teriam surgido contradições urbanas que por um lado advinha da necessidade da intervenção do poder estatal para garantir a constante e crescente reprodução capitalista e, de outro, da necessidade de suprir serviços de infra-estrutura para as massas de população que fizeram aumentar a "*urbanização por expansão de periferias*". Uma das principais contradições teria sido a fraca capacidade ou mesmo interesse do capital em investir em algo que não deveria gerar um nível de lucro imediato satisfatório. Surgia então a noção do "Estado como 'provedor' de toda a população que poderia vir a resolver a problemática urbana, que parecia crescer sempre mais" (*apud* VALLA, 1998).

Dito isto, tem-se que a importância da participação se justifica por inúmeras razões que tratam de uma relação positiva Estado-sociedade; dentre as quais podemos citar: a inibição da corrupção e o clientelismo de modo geral; e o aumenta do poder de fiscalização e controle social sobre os gastos públicos.

Adicionalmente, tanto um Estado autoritário como outro qualquer que seja "fechado" a práticas democráticas de participação popular podem ser assim analisados; tal qual fez o "centenário" jornalista Barbosa Lima Sobrinho:

> "... sem ativa participação [popular], a democracia passa a ser um mero jogo eleitoral, onde disputas paroquiais influem negativamente nos verdadeiros interesses da coletividade" (FPO, 2001; *grifo da autora*).

Logo, faz *mister* "adotar um novo paradigma de administração pública significa revolucionar por dentro a máquina do Estado, como se organiza e como se presta o serviço público, colocando no centro o cidadão". Uma reforma administrativa voltada à afirmação da cidadania supõe a implementação de mecanismos e canais de participação popular, contrapondo-se a tendência de privatização e de esvaziamento do espaço público. Deriva então que a modernização do poder público implica na participação da sociedade na definição das políticas de governo. (FNPP, 2006)

Quando há um ano de meio de vigência do Governo Lula, importantes movimentos sociais e organizações da sociedade civil promoveram o Seminário "Os Sentidos da Democracia e da Participação", realizando em São Paulo. Aqueles atores – dentre os quais o Fórum Nacional de Participação Popular – FNPP analisaram elementos importantes desta seara e elaboraram uma carta aos candidatos das eleições de 2004 requerendo o compromisso com a participação cidadã a qual vale a pena apresentar alguns trechos por se tratar de um teor e seu conteúdo tão "caro" aqueles atores políticos e sociais; qual seja:

- Defender a participação popular como forma de radicalização da democracia - partilha efetiva de poder entre o Estado e a Sociedade - e de promoção da justiça social – combate à desigualdade e promoção da eqüidade.
- Respeitar e promover os canais participativos já existentes como os conselhos gestores de políticas públicas (ou o Orçamento Participativo, se ele existir no seu município), garantindo que os representantes do governo sejam pessoas comprometidas com a participação e que tenham poder de fato para representar o governo.
- Criar novos canais participativos, se forem demandados pela sociedade, especialmente canais que visem o debate sobre o conjunto do orçamento, como o Orçamento Participativo.
- Garantir o pleno acesso da população às informações necessárias, com linguagem acessível, sobre a distribuição de equipamentos e recursos públicos pela cidade, favorecendo assim a tomada de decisões.
- Respeitar a autonomia dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil.
- Promover a transparência do orçamento, permitindo o acesso da população às informações sobre receitas e despesas públicas, facilitando a linguagem de apresentação dos dados orçamentários, disponibilizando-os de forma clara, precisa e objetiva nas audiências públicas obrigatórias e divulgando essas informações através de instrumentos como a internet e boletins.
- Estimular, apoiar e promover a criação de espaços formativos e ações sistemáticas de educação para o exercício da cidadania ativa.
- Discutir e implementar as mais diversas formas de consulta direta aos cidadãos, como por exemplo, a utilização dos instrumentos do plebiscito e referendo popular. (FNPP, 2006b)

Evelina Davigno elabora um interessante retrato da participação da sociedade civil brasileira, apoiada na análise de uma série de estudos de casos. Concluiu a autora tanto que o processo de construção democrática não é linear, mas sim contraditório e fragmentado; assim como que tal processo está vinculado a uma multiplicidade de fatores, eliminando "qualquer possibilidade de conceber a sociedade civil como o demiurgo do aprofundamento democrático" (DAVIGNO, 2002: 279).

A multiplicidade que trata Davigno compreende dois fatores principalmente: 1. o próprio Estado enquanto conjunto de forças que ocupam o poder nos mais diferentes níveis; 2. a estrutura estatal "cujo desenho autoritário permanece largamente intocado e resistente aos impulsos participativos" (*idem*).

Davigno contribui ainda ao identificar que da natureza das relações entre o Estado e a sociedade civil – normalmente identificadas como conflituosas - possibilitam hipóteses como as que afirmam existir tensões naquela relação que se mostram com maior ou menor intensidade em função do quanto ambos compartilham e/como centralizam as partes envolvidas. Sob esta linha de pensamento, ela completa que:

> "A aparente obviedade dessa hipótese se dilui quando reconhecemos que, em algumas interpretações, a distinção entre o Estado e a sociedade civil [...] não é só freqüentemente tomada como um dado irredutível da realidade, mas também acaba se convertendo em uma relação de oposição `natural [...] A reconhecida e bem difundida visão de que da sociedade civil como ´polo de virtude´ e do Estado como a `encarnação do mal´ faz parte desse reducionismo" (DAVIGNO, 2002: 281).

Dito isto, fica patente que a relação entre o Estado e a sociedade civil se transforma sobremaneira positivamente quando dos processos de participação que, no caso brasileiro ganhou um apoio importante a partir da determinação legal impressa na carta maior de sua república, a Constituição Federal de 1988.

III.3.1 A *CONSTITUIÇÃO CIDADÃ:* MARCO PARA A PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO

A Constituição brasileira em vigência data de 1988 e reflete, particularmente, a luta por participação social incitada sobremaneira pelas décadas de autoritarismo militar do final do século passado. Neste contexto, no Brasil surgiram mecanismos de participação popular na esfera pública os quais passaram a dar vez e voz aos "conselhos populares", tanto "dentro" quanto "fora" do Estado; respondendo ainda pela busca de sua publicização e democratização (MORONI, 2005).

De algum modo, pode-ser afirmar que a Constituição de 1988 refletiu em parte aqueles anseios, transformando estas questões em diretrizes de diversas políticas sociais cuja regulamentação incorporaram conselhos e conferências que se configuram como um sistema descentralizado e participativo por natureza. Além daqueles mecanismos de democracia representativa impressos na Carta maior da república brasileira, foram ainda introduzidos instrumentos de democracia direta - plebiscito, referendo, iniciativa – os quais, infelizmente, são raramente utilizados.

É fato que há diferentes níveis e graus de participação popular, assim como são diversas as formas institucionais para se transformar as relações com a população no exercício do poder compartilhado. Esses canais podem ser permanentes, eventuais, setoriais, globais, regulamentados, normatizados, deliberativos, consultivos etc. (FNFP, 1991).

A Carta Magna em questão trouxe consigo o princípio da descentralização político-administrativo, distribuindo competências entre os entes federais. Tal feito certamente contribui para que nos níveis municipais tenha sido gerado maior um maior estímulo à participação de coletividades locais.

Não obstante, como bem advoga Moroni, a Constituição de 1988 não avançou muito quanto à ordem econômica e ao sistema político em si. (MORONI, 2005:2) Além do mais, foi ela mesma que também institui o instrumento das Medidas Provisórias que terminam por retratar uma "hiper-atividade decisória" por parte do poder executivo (DINIZ, 2003).

Também quanto aos mecanismos de planejamento da gestão pública de um ponto-de-vista mais amplo, a Constituição Cidadã deixou muito a desejar. Este aspecto é apenas timidamente tratado de forma difusa no artigo 29, inciso XII que determina que o "planejamento municipal tenha a cooperação de associações representativas".

Não obstante, vieram outros dispositivos legais, dentre os quais destaca-se os relacionados ao processo orçamentário, onde sobressaem ainda a Lei Complementar de número 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal[85]; a Lei nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade[86]; além de leis orgânicas estaduais e municipais; planos diretores e leis ordinárias que determinam e regulam a implementação de processo de "orçamento participativo".

III.3.2 PARTICIPAÇÃO POPULAR NA TRAMITAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Mecanismos de monitoramento e do controle sobre o Estado caminham juntos na busca da chamada *accountability*[87]. Tais questões permeiam toda esfera pública e ganham destaque especial quando atreladas a processos de participação política popular. Isto porque a implementação de ações oriundas de deliberação popular depende de seu planejamento financeiro-orçamentário – processo de tramitação da Lei Orçamentária Anual para todos os entes da federação; assim como de sua efetiva realização na vigência daquele plano – quando da execução orçamentária.

O orçamento público surgiu formalmente na Inglaterra em 1912 com a função de limitar o poder discriminatório do Rei em tributar. Ao longo dos anos ganhou *status* de principal instrumento norteador da ação governamental.

Tem-se que o orçamento público constitui peça-síntese e determinante para a definição de quaisquer políticas públicas, sendo a lei mais importante votada nos parlamentos em todos entes da federação a cada ano. Expressão monetária de um planejamento, sua tramitação é constante e infelizmente usada como moeda-de-troca entre os poderes, partidos, empresas, políticos, eleitores etc.

[85] Art. 48: assegura o acesso aos dados orçamentários e a participação na elaboração do orçamento.
[86] Art. 4, inciso III, alínea f: adota a gestão orçamentária participativa.

[87] Termo em inglês que designa a prática de prestação de contas de forma transparente e permeável na consecução de determinadas finalidades pré-determinadas, segundo determinadas regras de conduta. (CAMPOS, 1983). Daí subentende-se que a forma pela qual se apresentam tais ações deve ser a mais facilmente acessível e compreensível para a maioria das pessoas; no caso, dos cidadãos.

Mas orçamento público não é "dinheiro". Diferente do caráter *mandatório* de alguns países, no Brasil, a Lei Orçamentária Anual – LOA expressa a *autorização* de gasto anual que o Poder Legislativo aprova para que o Poder Executivo implemente por um ano. Isto traz inúmeras implicações sobre a correlação de forças entre os principais atores públicos e – por que não dizer – entre estes o os agentes privados. Um deles é o fato de que todas intenções – leia-se programas e projetos - aprovadas pelo legislativo não precisam necessariamente ser executadas ao longo do ano; mas, por outro lado, o que não estiver ali determinado não poderá ser implementado, salvo solicitação expressa ao Poder Legislativo. Neste e em outros casos, uma tensão que reflete um processo de disputa temático e/ou temporal chega a seu ápice. Pode-se imaginar que os governantes (tendencialmente situacionistas) prefiram sempre garantir amarrações normativas.

O Orçamento Público se constitui como o mais importante instrumento de controle do poder executivo já que é ao longo dele que se avaliam os resultados das políticas econômica e social implementada. Entretanto, não é difícil encontrar quem advogue inclusive inconstitucionalidade quando da participação direta da população em sua tramitação. Estudiosos identificam tais questões como "mitos" que rodeiam os mecanismos democráticos de participação direta da população sobre o Estado.

Em um contexto geral, Moroni argumenta que o próprio Estado criou alguns deles. Ele cita três: 1. O mito da incapacidade da sociedade em participar estaria baseado na idéia de que "a burocracia e/ou o/a político/a detêm o saber e a delegação para a decisão; 2. o mito de que o momento da participação se restringe ao do voto - concepção privatizante do Estado; 3. o mito de que a sociedade é um elemento que dificulta as decisões por motivo temporal (demora do processo democrático consultivo e deliberativo) e por questão de excesso ou falta de posicionamento crítico." (MORONI, 2005: 8).

Tais mitos "dialogam" com outros exclusivos da questão orçamentária os quais Calmon (2002) apropriadamente apresenta como:

- Da racionalidade: "Orçamento é o instrumento de planejamento racional das atividades governamentais. Se a alocação dos recursos públicos for determinada politicamente, guiada pelos políticos ou pela população, grandes distorções na política fiscal ocorrerão, comprometendo o desenvolvimento da economia brasileira". Tal qual Behnken salienta, os arautos da racionalidade tecnocrática deixam transparecer que sabem que se trata de processo acima de tudo político (BEHNKEN, 2002).
- Da irrelevância: "Em um país de grande instabilidade econômica não é possível fazer a programação financeira das atividades do governo. O orçamento não passa de uma

farsa, uma declaração de intenções que não serão cumpridas, sendo assim, a participação do parlamento ou da população deve ser simbólica, já que orçamento é irrelevante do ponto-de-vista prático" (idem).

- Da complexidade: "A confecção do orçamento é extremamente complexa. São centenas de decisões que precisam ser feitas em um curto espaço de tempo, embora a participação dos parlamentares e da sociedade seja desejável, ela não é factível. Estes não têm a capacidade de participar do processo orçamentário".

Para se ter uma idéia de como estes mitos surgem na prática, convém ilustrar com um caso, no mínimo, pitoresco. Recentemente, o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Cesar Maia, informou que vetaria uma lei que determinava que o FINCON – sistema *on line* da execução orçamentária do município – fosse disponibilizado para qualquer cidadão via *Internet*. Espantosamente o prefeito assim se justificou:

> "Se os representantes do povo têm acesso, o povo tem. Basta ir ao gabinete de um vereador. Esta lei afeta a autoridade dos vereadores e tenho que vetá-la" (O DIA, 2006).

A força política do poder executivo advém, dentre outros motivos, do fato de que é ele que detém a competência privativa de concepção da peça orçamentária. É da sua "vontade política" em abdicar de parte deste seu poder que se pode por em prática o chamado orçamento participativo – expressão máxima de participação popular na Lei Orçamentária Anual.

O grau da delegação à participação direta da população de tal poder se reflete principalmente nos percentuais dos investimentos públicos destinados àquela prática democrática; sendo ainda importante destacar outros elementos como a ampla divulgação do processo em si; a metodologia escolhida; a forma de participação da população na fiscalização; o apoio do poder legislativo; entre outros. Isto porque:

> "A diversidade de formatos e das metodologias de implementação demonstradas também são uma fonte de riqueza para o avanço geral da prática do orçamento participativo, sempre que ela esteja ancorada em uma vontade política verdadeira e efetiva da parte dos governos e dos atores da sociedade civil." (TEXEIRA et all, 2005).

A implementação de instrumentos de consecução de orçamento público democrático vai além das práticas brasileiras mundialmente conhecidas por orçamento participativo.

Sabe-se da existência de processos de intervenção popular no orçamento mesmo onde não existem quaisquer processos de abertura por parte dos poderes executivos ou legislativos locais. Talvez por isto mesmo tais casos surjam[88].

III.3.3 SITUANDO OS MOVIMENTOS SOCIAIS COMO ATORES SOCIAIS E/OU POLÍTICOS

Não é difícil identificar a diferença da natureza, dinâmica e organização específicas dos movimentos sociais em relação a outros atores como sindicatos ou os partidos políticos surjam também implicações e expectativas distintas quando de sua relação com o Estado.

Uma das razões de sua diferenciação advém de certas particularidades relevantes. Sergio Costa aponta algumas, a saber: "perfis organizativos próprios, inserção específica na tessitura social e articulações particulares com o arcabouço político-institucional" (COSTA, 1997). Ao defender que os estudos sobre estes atores devem procurar evitar o comumente "clamor por mais institucionalidade", Costa contribui ainda mais afirmando que:

> "As contribuições democratizantes desses movimentos não podem ser enxergadas unicamente a partir das instâncias institucionais, esperando-se deles o aperfeiçoamento dos mecanismos de intermediação de interesses ou a renovação da vida partidária, minada em países como o Brasil pelas velhas práticas autoritárias e pelos novos casuísmos. Suas possibilidades residem precisamente em seu ´enraizamento` em esferas sociais que são, do ponto de vista institucional, pré-políticas. E é no nível de tais órbitas e da articulação que os movimentos sociais estabelecem entre estas e as arenas institucionais que podem emergir os impulsos mais promissores para a construção da democracia" (COSTA, 1997).

[88] O caso pioneiro é do Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro/RJ que há mais de dez anos vem atuando na capital fluminense junto ao movimento social e a entidades de categoria de classe profissional. Exemplos semelhantes podem ser encontrados em São Paulo/SP, Niterói/RJ, Salgueiro/PE, Curituba/PR; Manaus/AM; entre outros.

Ora, se o termo movimento social não diz respeito exatamente aos processos não institucionalizados, designando - ainda e também - os grupos que os desencadeiam. Já os termos sujeitos políticos e sujeitos sociais são uma das formas possíveis de classificação de agrupamentos coletivos que se identificam ou que são identificados sob uma roupagem "única, uma identidade própria tal qual se deu com a economia solidária. Tais termos surgem da perspectiva de uma abordagem analítica dos que representam o povo ou parte da sociedade.

Ambas denominações podem ser compreendidas sob a ótica marxista de classe - hegemônica no ideário dos que fazem política – em seu sentido amplo. O primeiro termo, dos sujeitos políticos diz respeito àqueles com que o Estado pode contar para uma participação mais efetiva. Tal argumentação carrega consigo, por outro lado, uma noção de demérito para com o termo sujeito social.

Moroni, de certa forma comunga com esta visão ao afirmar que a relação capital-trabalho faz com que sejam reconhecidos como atores políticos somente empresários e trabalhadores sindicalizados, pois somente eles atuam sobre essa relação (MORONI, 2005).

Um efeito daquela concepção é que o Estado nem sempre reconhece ou entende que a estrutura organizativa de um sindicato é distinta da dos movimentos sociais como um todo, tal como foi sugerido anteriormente por Costa (1997). Movimentos sociais são comumente ditos como instâncias difusas no campo normativo e organizativo; não apresentam personalidade jurídica e sua gestão é descentralizada. Trata-se de uma identidade coletiva, comunitária; na perspectiva casteliana poder-se-ia compreender também como uma identidade que vincula socialmente.

Ademais, como bem lembra Moroni, sabe-se que organizações e movimentos sociais tem pautado sistematicamente e há algum tempo a participação em suas agendas políticas; diferentemente do sindicalismo que nunca demonstrou ser ela uma demanda política estratégica. Desta argumentação deriva que a sociedade não `enxerga´ a imensa massa de homens e mulheres que estão na economia informal (MORONI, 2005); assim como se dá com a economia solidária no meio sindical[89], por exemplo.

Quando do enfoque de como e quando o termo sujeito político surgiu, Maria Célia Paoli e Eder Sader argumentam que os trabalhos do campo da sociologia da década de 1980

[89] Esta questão é tratada com mais vagar no anterior e no precedente.

estabeleciam uma ruptura interpretativa com trabalhos anteriores os quais teriam cristalizado a idéia de uma "classe" – no caso classe popular. Para eles:

> "os trabalhadores, operários, subalternos, os populares, os habitantes de periferia, favelas e subúrbios, os migrantes, os mobilizados em sindicatos e os participantes de movimentos sociais urbano (estariam) reunidos como um corpo de pessoas e grupos que, juntos formariam uma 'categoria', uma 'estrutura' ou uma 'prática coletiva' no interior de relações com outros grupos que lhe são antagônicos" (PAOLI; SADER, 1986: 39).

Neste período, diferentes autores passaram a considerar que "a utilização acrítica do paradigma histórico-estrutural leva à redução da realidade à lógica do capital e ao tradicional conflito de classes, em uma perspectiva histórica determinística" (PEPPER, 1994: 35x).

Outras abordagens surgiam colocando o sujeito social em substituição à categoria de classe social, bem como a de movimento popular/movimento social em detrimento a luta de classe.

> "Ao invés de revolução, transformações culturais substantivas a partir do cotidiano são as valorizadas [.....] o agente social capaz de responder a esta mudança deve ser considerado em sua pluralidade, dependente das várias posições do sujeito no âmbito das formas discursivas, através das quais ele constituiria uma nova identidade e uma nova forma de se organizar" (DAMASCENO, 1994: 15).

O fato é que os movimentos sociais passam a ser, cada vez mais protagonistas de uma "contra-manutenção" do status quo e da ordem estabelecida. O modo com que vêm atuando - conformando-se em redes e fóruns; promovendo encontros que ensejam a integrando e fortalecimento de suas agendas políticas - é notório. Ainda mais se considerado o declínio da força política dos sindicados com a crise do emprego formal.

Talvez o grande desafio do Estado democrático do século XXI seja, dentre outros o de dialogar e responder aos anseios da complexidade de ambos atores – sociais e políticos; assim como freiar o atendimento das minorias, as elites, que muito contribuem para as orientações e pressões em prol das mediações de segunda ordem.

II.4 PARTICIPAÇÃO POPULAR NO GOVERNO LULA (2003-2005)

Não há como negar que a implementação de uma diversidade de mecanismos de participação popular instaurados em vários setores/áreas temáticas durante o Governo Lula. Não obstante, tal reconhecimento deve ser apenas o primeiro passo para uma análise mais complexa da questão.

Vale lembrar que Lula foi eleito a partir de uma ampla coalizão partidária que terminou por reunir não apenas os votos do campo progressista mais tradicionalmente ligada a ele e a seu partido: o Partidos dos Trabalhadores – PT. Lula foi eleito com cerca de 61% dos votos válidos contra 38% de seu adversário no segundo turno das eleições presidenciais de 2002.

O Governo Lula começou com grande anseio popular por mudanças estruturais; a despeito do conteúdo impresso em seu plano de governo durante o período eleitoral, assim como na "Carla ao povo brasileiro", nome do discurso proferido em sua posse.

Desde então, pode-se notar sinais mais identificados como de continuidade do que de rupturas em relação aos posicionamentos de seu antecessor à Presidência da República.A política macroeconômica passa então a nortear toda e qualquer outra ação governamental e é a que mais claramente apresenta continuidade e, até mesmo mais contundente, que o período precedente. Seu forte viés ortodoxo-monetarista é refletivo nas metas de estabilidade e de ajuste fiscal[90]; tal qual tratado na seção que trata da hegemonia das relações de segunda ordem sobre as de primeira (MÉZSÁROS, 1995).

Durante toda sua gestão, percebe-se o insulamento do comando da política macroeconômica no Ministério da Fazenda, no Tesouro Nacional e no Banco Central do Brasil; fato que constantemente é alvo de críticas da opinião pública mas que não se vê

[90] As linhas mestras daquelas políticas podem ser identificadas no documento Política Econômica e Reformas Estruturais, do Ministério da Fazendo, abril de 2003; ou nas cartas de intenções ao Fundo Monetário Internacional – FMI.

refletida na popularidade do presidente – mesmo mais recentemente com a crise instaurada de ordem político-institicional.

As contradições presentes na própria sociedade brasileira estão também refletidas no Governo Lula. Em sua estrutura organizacional de ordem política e institucional vê-se co-existir uma pasta ministerial que trata de interesses do *agribusiness*; é o Ministério Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Em outra pasta de mesmo status está o Ministério de Desenvolvimento Agrário dedicado à reforma agrária e à agricultura familiar.

Igualmente, como aponta Moroni, o Governo Lula tem contradições quanto à própria "cultura política da não-participação":

> "O Governo Lula trouxe para o seu interior setores que nunca tiveram qualquer compromisso com a participação ou que a tinham unicamente como instrumento de chegada ao poder; não como uma força política capaz de provocar transformações sociais e políticas" (MORONI, 2005: 11).

As contradições são vistas por todo lado, podendo ser ilustradas brevemente quando da análise da dinâmica da implementação do "**Plano Plurianual - PPA Participativo**" - uma espécie de orçamento participativo em nível federal. Tal ação foi tida inicialmente como um audacioso processo de participação política em nível federal

Como determinado pela Constituição de 1998, o PPA estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para períodos específicos de quatro anos; no caso para o período de 2004 a 2007. Logo, a elaboração do PPA implica em decidir os investimentos mais importantes dentro de um projeto de desenvolvimento; de longo prazo.

Para Eli Diniz, o PPA participativo do Governo Lula representou um esforço na retomada do conceito de desenvolvimento para além da idéia de crescimento econômico (DINIZ, 2003: 15). Para ela, nos termos em que foi divulgado pelo próprio Governo Federal, o PPA caminhou na direção de abrir o leque de demandas e ouvir a sociedade.

Sob a coordenação da Secretaria Geral da Presidência da República, foi realizado durante o ano de 2003, tendo abrangido consultas aos 26 Estados da federação brasileira e ao Distrito Federal, envolvendo mais de 2.170 (duas mil cento e setenta) organizações.

Moroni apresenta um posicionamento crítico quanto a este processo que envolveu também, a ABONG e a Inter-Redes. Segundo ele, ambos importantes atores da sociedade

civil organizada brasileira aceitaram participar do processo mesmo sabendo de antemão de seus limites, particularmente quanto ao tempo exíguo para realização das audiências em todo Brasil e em relação ao tempo em que os ministérios tinham para entregar as propostas e para o governo encaminhar ao Congresso. Ele completa dizendo que havia ainda um outro fator, a própria natureza do objeto de análise nas audiências, que se restringiam à análise dos objetivos, e não o detalhamento dos programas. (MORONI, 2005: 15).

Mesmo assim decidiram por integrar e apoiar o processo se três condicionantes fossem atendidas; quais sejam:

> "Os acordos eram: criação de espaço institucional para a continuidade do processo (fórum permanente de acompanhamento do processo orçamentário), criação de indicadores desagregados por região, gênero, etnia (grupo de trabalho no Ministério do Planejamento) e acesso universal aos sistemas de informações do orçamento (como o Sistema Integrado de Administração Financeira/Siafi, o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento/Sigplan etc.)" (MORONI, 2005: 15).

Não obstante, Moroni mesmo reconhece que, segundo um estudo realizado pela Inter-Redes, evidenciou-se que questões periféricas que ajudavam a melhorar o desenho/enunciado dos mega-objetivos do PPA foram incorporadas como fruto da participação popular. E reforça sua tese com o argumento de que nada mudou a lógica das políticas que constituía o cerne das demandas mais presente nas audiências.

Também a **promoção de conselhos e a realização de conferências** nas mais diversas áreas de forma conjunta com movimentos sociais e organizações da sociedade civil marcaram o Governo Lula até 2005.

Ao final daquele mesmo ano, pelas palavras de Luiz Dulci – então ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República – mais de um milhão de brasileiros e brasileiras já haviam participado de conferência as quais se propunham espaços coletivos de formulação de políticas públicas (SGPR, 2005). Em abril de 2006, o mesmo contabilizava mais de dois milhões de pessoas envolvidas em mais de 32 conferencias nacionais (SGPR, 2006: 3).

Muito embora não estejam reunidos e organizados dados para uma análise mais detalhada, é possível encontrar algum nível de informação nas páginas eletrônicas governamentais dos respectivos órgãos promotores das conferências e dos conselhos, desde 2003.

Logo no primeiro ano do Governo em foco, ocorreram pelo menos oito conferências; quais sejam: Criança e adolescente; Cidades; Medicamentos e assistência farmacêutica; Políticas para as mulheres; Meio Ambiente; Pesca; Saúde e Assistência social. Em 2004, foram três; dentre as quais a de Segurança Alimentar, e de Direitos Humanos. Há registro ainda de que em 2005 ocorreu a I Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Quão rico seria analisar com profundidade tais processos democráticos, particularmente sobre a reedição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA - diretamente relacionado ao principal programa social do Governo Lula: o Fome Zero. Este prima pelo direito "humano à alimentação adequada, priorizando as pessoas com dificuldade de acesso aos alimentos" e tem como estratégia a promoção da segurança alimentar e nutricional e a contribuição para a erradicação da extrema pobreza e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome.

Uma outra instância que merece destaque advém da concepção do inovador – no Brasil – do Ministério das Cidades e de seus processos locais de articulação com a sociedade civil. Até 2005, já foram realizadas duas Conferências das Cidades que lograram em envolver mais da metade dos municípios existentes no Brasil.

Entretanto, esta não é esta a pretensão deste trabalho dissertativo. Ainda assim, vale a pena tecer algumas considerações a partir das principais linhas de argumentação que dão sustentação à próxima abordagem que trata do universo da economia solidária na esfera pública.

III.4 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Este capítulo procurou abordar alguns elementos constitutivos da natureza da relação do Estado com os movimentos sociais e a sociedade civil. Não obstante, como já salientado, trata-se de uma seara propícia ao campo da ciência política. Por isto, reconhece-se a limitação dos argumentos dispostos ao longo deste Capítulo. Vale lembrar que tal pretensão foi devida ao fato de que esses elementos qualificam a análise do principal objetivo desta dissertação a ser enfocado mais detidamente no Capítulo III.

Tem-se que a emergência do movimento social da economia solidária está associada à crise do trabalho assalariado e da reestruturação produtiva do capital. Isto faz com que os integrantes daquele movimento sejam atores sociais que resistem ao processo de desvinculação subseqüente. Quando se fortalecem também como atores políticos legitimam seus direitos e "conquistam" tanto um espaço institucional em nível federal (SENAES), e passam a ser objetivo de políticas públicas dentre outras de caráter social.

Procurou-se demonstrar que por trás de toda discussão dos processos de participação, tem-se a questão do poder e de sua efetiva partilha. Esta deriva, por um lado, da vontade política para tal; e de outro, da pressão que a sociedade faz por conquistá-lo, para além das práticas mais comuns da democracia participativa.

Fez-se ainda uma breve análise do Governo Lula no que tange os instrumentos de participação social implementados e da variedade de espaços de interlocução criados, em que pese as análises críticas bem fundamentadas de alguns autores acerca do modo em que tais processos efetivamente se deram, assim como em relação a seus efeitos sobre a agenda governamental; por exemplo. Neste contexto, considera-se em concordância com Eli Diniz que:

> "a observação da história política do Brasil nos ensina que o ponto de estrangulamento na esfera da ação governamental está não na incapacidade de formulação de propostas, mas na incapacidade de implementação do Estado" (DINIZ, 2003: 16).

De toda sorte, a promoção dos valores éticos e autogestionários como os propostos pela economia solidária devem ser perseguidos, tal qual advogam Franco e Oliveira (2000) para quem o desafio para os responsáveis das políticas públicas consiste em articular a oferta de programas e serviços públicos com a identificação e mobilização daqueles valores em nível local de modo que os destinatários e beneficiários participem da implementação das ações propostas.

Quanto à questão do localismo das ações governamentais, Castel qualifica o debate ao afirmar que há uma tendência de se enfatizar as políticas descentralizadas as quais terminam por transferir para a gestão local - via políticas territoriais - o enfrentamento da questão social [que têm caráter macroeconômico em sua origem]; ou, sob outra designação para a questão urbana.

> "Se a gestão do emprego é confiada à esfera local, é porque não encontrou sua solução alhures, no plano das políticas globais. Corre o risco, então, de se tornar a gestão do não-emprego através da implantação de atividades que se inserem nessa ausência e tentam esquecê-la" (CASTEL, 1995: 551).

De qualquer modo, pode-se concluir por hora que a efetividade de quaisquer instrumentos de participação política fica sobremaneira prejudicada pela política restritiva orientada pela ortodoxia monetarista anunciada como "intocada"; tal qual sua tecnicidade evoca e/ou reflete a visão falaciosa de que é ciência economia é apolítica.

Foi por entender que as ações governamentais do campo da economia solidária constituem políticas sociais que este Capítulo foi produzido. A partir do levantamento de alguns elementos que constituem tal escopo pretende-se então enfocar aquelas ações.

VI ECONOMIA SOLIDÁRIA: DE MOVIMENTO SOCIAL À OBJETO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O objetivo deste capítulo é o da análise da economia solidária enquanto objeto de políticas sociais e de elementos de sua conseqüente relação Estado - movimento social/sociedade civil.

Procura-se tratar das questões advindas especialmente da relação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, tido como seu "principal interlocutor" segundo palavras de seu próprio secretário (SINGER, 2003). Isto porque ambos atores representam bem ambas esferas, muito embora qualquer agrupamento peque pelas generalizações que se pode fazer de forma a não refletir a complexidade da dinâmica e das relações existentes as quais tal abstração mascara.

O tratamento da relação Estado – movimento social ganha vida a partir da "micro-óptica" circunscrita à economia solidária já contextualizada e de cuja imersão analítica sobressaem elementos importantes que ora ilustram ora contrastam abordagens teóricas analisadas no Capítulo anterior.

Neste contexto, a perspectiva histórica do movimento social da economia solidária no Brasil é retomada de forma a oferecer luz ao processo ocorrido no interior daquele movimento social cujo principal efeito foi a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES; tal qual pode ser também identificado em trecho da Plataforma de Políticas Públicas em Economia Solidária onde o FBES pleiteia explicitamente:

> "Criar uma Secretaria Nacional de Economia Solidária, responsável por – em diálogo com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – elaborar políticas de forma interdisciplinar, transversal, intersetorial, adequadas à expansão e fortalecimento da Economia Solidária no país e executá-las de maneira estratégica, particularmente no que se refere ao marco legal, finanças solidárias, redes de produção, comercialização e consumo, democratização do conhecimento e tecnologia, educação e comunicação". (FBES, 2006b)

Mostra-se ainda importante apresentar e tecer comentários sobre o Programa "Economia Solidária em Desenvolvimento" que integra o Plano Plurianual – PPA (2004-2007) concebido primeiro ano do Governo Lula; sobre as principais diretrizes da atuação da SENAES; assim como a execução orçamentária daquele Programa.

Como a própria SENAES se empenhou, desde sua criação, na procura e consecução de ações para além do Ministério que o abriga – MTE; também se julgou importante dar algum tratamento às principais delas; dentre as quais ao "Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC " e a atuação do "Departamento de Economia Solidária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES".

Neste universo da esfera governamental e das políticas sociais, não poderia também deixar de tratar do marco legal da economia solidária; o atual (que trata principalmente do mundo cooperativista), e o que o movimento social em questão pretende imprimir diante das dificuldades encontradas e dos anseios da diversidade de seus atores.

Dentre outras considerações importantes, o que se torna explícito, ao final deste Capítulo, é que, pelos princípios e valores democráticos evocados pela economia solidária este movimento social não deveria prescindir de lutar por efetivos mecanismos participativos de deliberação e por crescentes e eficazes instrumentos de monitoramento e de controle da gestão pública governamental mesmo que o ator político em questão possa se sentir parte orgânica do governo; e/ou que os "seus" gestores públicos se entendam também como militantes daquele movimento.

IV.1 SENAES E O FBES: CRIAÇÃO E INTER-RELAÇÃO

Como abordado anteriormente (seção I.4), no segundo semestre de 2002, o GT Brasileiro além de estar organizando o III FSM, assumiria ainda a articulação pela representação da economia solidária na campanha presidencial daquele ano, quando próximo ao segundo turno das eleições presidenciais, o movimento social em questão se viu instigado a pleitear um espaço institucional para promover políticas em seu favor. Isto porque percebiam a oportunidade de apoiar um candidato teoricamente identificado com as camadas populares e com as causas progressistas, Luis Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores – PT, apesar da coligação com partidos do campo conservador, dentre os quais, o Partido Liberal – PL e o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB.

De todo modo, o entusiasmo da articulação com o mandato que se iniciaria em janeiro de 2003 fica explícito em:

> "Deste modo, com a confirmação da eleição de um novo governo comprometido com os anseios da sociedade organizada, o GT Brasileiro assumiu o desafio de entabular a interlocução com representantes do novo governo, leia-se a equipe de transição criada no período de novembro a dezembro daquele ano [2002], a fim de assegurar a presença da economia solidária com força no governo de que montava" (FASE, 2003).

Para tanto, o GT Brasileiro escreveu uma Carta ao Governo Lula, apontando diretrizes gerais para o desenvolvimento da economia solidária, bem como pleiteando a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, onde também era indicado o nome de Paul Singer para coordená-la.

A Carta foi amplamente divulgada, objetivando a adesão de militantes do movimento de economia solidária, convocando-os à organização de uma plenária para construção de uma "agenda de interesse comum para o conjunto do movimento de economia solidária" (FASE, 2003).

Foi então realizada a I Plenária Nacional de Economia Solidária, em dezembro de 2003, em São Paulo, onde cerca de 200 pessoas de todo país, com participação mais expressiva de representantes de São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco, cujas administrações de capitais encontravam-se sob a gestão do PT.

A II Plenária foi agendada para acontecer durante o III FSM, previsto para Porto Alegre/RS, ao final do mês de janeiro de 2003. Nela ficou deliberado que, até maio, haveria uma grande processo de mobilização popular em todos estados da federação para o debate sobre a identidade da economia solidária no Brasil (dando origem ao que seria posteriormente a Carta de Princípios do FBES); sobre uma Plataforma de Políticas Públicas[91] (documento que viria a fazer parte do Plano de Ação da SENAES); e sobre o caráter e a composição de um Fórum Nacional, a ser criado ainda aquele ano (FBES, 2005).

Mais de 18 estados promoveram plenárias de economia solidária em um processo que culminaria na III Plenária Nacional, ocorrida em Brasília, em junho de 2003. Calcula-se que mais de 800 pessoas de todo Brasil participaram da Plenária na capital federal, onde foi constituído o Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES. Em sua origem foi composto majoritariamente por trabalhadores dos empreendimentos da economia solidária. As agências de fomento, de pesquisa, de incubação, de assessoria e de gestão pública compuseram o restante de sua representação. Esse Fórum teria, desde sua concepção, assento no Conselho Nacional de Economia Solidária, e seria um dos principais articuladores junto à SENAES.

Para Lopes Pinto (2004), tal articulação estaria voltada, "de um lado, a dar visibilidade pública ao setor de economia solidária como forma de promover o reconhecimento e a promoção do direito ao trabalho associado. De outro, pretende ser um espaço de mobilização e construção de estratégias de integração no território dos empreendimentos solidários, através da construção de redes de produção, comercialização, crédito e consumo".

A grande articulação em prol da constituição do FBES resultou na formação ou consolidação de articulações estaduais e regionais de economia solidária em todos os 27 estados da federação brasileira. Vale dizer, porém, que alguns estados não tinham tradição alguma em economia solidária, mas trabalhadores e trabalhadoras que tinham na cooperação e na solidariedade o alicerce para a reprodução de suas vidas se reconheceram no movimento social da economia solidária a partir de investidas de assessores e formadores, assim como de gestores públicos dos estados mais articulados os quais se propuseram a tal tarefa naquele momento.

[91] A Plataforma e a Carta de Princípios estão disponíveis em http://www.fbes.org.br, no elo "Sobre o Fórum".

> "... Este processo de construção permitiu a realização do I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária com trabalhadores advindos de todos os estados, atingindo um total de 2.500 pessoas nos dias 13, 14 e 15 de agosto de 2004, em Brasília" (FBES, 2005).

Devido a problemas de ordem jurídico-normativa, a SENAES só foi formalmente instaurada em junho de 2003, através de um Decreto Presidencial[92]. A SENAES estaria então atrelada a um dos ministérios mais antigos da administração pública brasileira - o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, e certamente um dos mais importantes para um governo dito popular, com forte e tradicional poder de articulação com o meio sindical.

Para bem ilustrar este cenário, vale ter em conta as palavras de Jacques Vagner, então Ministro do MTE quando da posse do Professor Paul Singer na SENAES:

> "A Secretaria Nacional de Economia Solidária é a única existente em nível de governo federal no mundo. Com a falência do atual modelo econômico, que não resolve os problemas da população, a criação da nova Secretaria Nacional de Economia Solidária abre espaço para que a sociedade batalhe suas próprias formas de superar a exclusão social. Essa é a cara da economia solidária. E como disse o professor Paul Singer, temos a tarefa que é o símbolo do governo do Presidente Lula, a de que a melhor política social é a inclusão pela via do trabalho, emprego e da renda. As políticas compensatórias devem ser passageiras. Queremos homens, mulheres, jovens, adultos, mais velhos trabalhando empregados ou em seus próprios negócios, ou nas suas cooperativas gerando a renda que vai lhes dar a dignidade de vida" (MTE, 2003).

No mesmo decreto de criação da SENAES, de junho de 2003, foi configurada ainda a instalação de um Conselho de Economia Solidária o qual deveria ser posteriormente composto e regulamentado[93].

Vale salientar que o FBES foi constituído de forma articulada com a própria SENAES, ganhando um *status* diferenciado às demais articulações de economia solidária existentes no Brasil; ainda que tal Fórum as abrangesse em sua composição.

Foi determinado que o FBES se constituiria pela composição de quatro segmentos: empreendimentos solidários; entidades de assessoria, apoio e fomento; gestores públicos em economia solidária; e outros movimentos próximos à economia solidária. Havia

[92] Diário Oficial da União - Seção 1 - Decreto n.º 4.764.
[93] Tal processo entrou em pauta definitivamente em 2005, assim como o processo que culminará em sua criação determinada para final do mês de junho de 2006.

diferenciação da proporcionalidade da representação de cada um deles, sendo o maior percentual destinado aos empreendimentos.

Enquanto sua principal instância de decisão, o FBES instituiu a chamada coordenação nacional[94] que definiu ser reunir duas vezes ao ano. Havia ainda uma coordenação executiva[95] nacional para exercer a gestão política cotidiana, a interlocução com outros movimentos e com o governo federal, e para dar suporte à secretaria executiva do FBES contratada em Brasília (FBES, 2006).

Foram definidos ainda Grupos de Trabalho - GT's, constituídos conforme a demanda de ações específicas do FBES, e para o avanço na implantação da plataforma de políticas públicas para a economia solidária. Até 2005 os GT's constituídos eram de: mapeamento (pautando principalmente a concepção e implementação do Sistema de Informação de Economia Solidária - SIES), finanças solidárias, marco legal, comunicação, políticas públicas, relações internacionais e produção, comercialização e consumo (FBES, 2005).

Vale dizer que o GT de Relações Internacionais – GTRI foi criado com a função de seguir organizando as atividades da economia solidária nos FSMs de forma a envolver os atores internacionais, principalmente quando as versões do Fórum tivessem lugar no Brasil. Este GT passava a exercer, de certa forma, as funções do GT Brasileiro.

Em novembro de 2005, aconteceu a V Reunião da Coordenação Nacional do FBES[96] a qual deliberou positivamente pela entrada de duas novas redes em sua coordenação executiva: a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES[97] e a União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil – UNISOL BRASIL[98].

[94] Composta por representantes das entidades e redes nacionais que antes compunham o GT Brasileiro, e por 3 representantes por Estado que tinham um fórum ou rede estadual de economia solidária – dentre os 3 representantes, 2 eram de empreendimentos e um era assessor ou gestor público local.

[95] Composta por 13 pessoas, sendo sete representantes de empreendimentos (dois da região Norte, dois do nordeste, e um representante para cada uma das demais regiões), cinco representantes das Entidades e Redes Nacionais de promoção à economia solidária, e um representante da Rede Nacional de Gestores Públicos em Economia Solidária. (FBES, 2006)

[96] Naquele mesmo evento, foi criada a instância da coordenação executiva do FBES que passava então a acumular as funções das três instâncias que se extinguiram (conselho interlocutor, a comissão de acompanhamento e a comissão de empreendimentos). A coordenação passou a ser composta por 13 pessoas, sendo sete representantes de empreendimentos (dois da região do norte, dois do nordeste, um de sudeste e sul e centro-oeste). Os outros seis membros da coordenação passaram a ser cinco representantes de entidades/redes nacionais de assessoria e fomento, quais sejam: a Cáritas Brasileira (suplência do Instituto Marista de Solidariedade – IMS); Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE (suplência do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE); Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária - ANTEAG (suplência da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária - RBSES); Agência de Desenvolvimento Solidária da CUT (suplência da UNICAFES); Incubadoras Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCPs (suplência da UNITRABALHO).

[97] Criada em abril de 2005 com a finalidade de promover o "fortalecimento do cooperativismo solidário - de base popular e comunitária, tida como um instrumento estratégico para a promoção do desenvolvimento local sustentável, a redução da pobreza e a inclusão sócio-econômica de milhões de brasileiros, que aspiram por oportunidades concretas de melhoria de suas condições de vida". (UNICAFES, 2005)

[98] Criada em 1º de agosto de 2004. Para saber mais: http://www.unisolbrasil.org.br

IV. CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A SENAES

Conforme apresentado na primeira seção deste capítulo, a articulação política e operacional em torno do Fórum Social Mundial de 2001 e 2002, em Porto Alegre/RS, culminou com a criação da SENAES e com a formação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES, notadamente germinado para ser o seu principal interlocutor ou sua *'inteligência política'* pelas palavras do próprio secretário da SENAES, Paul Singer:

> "A Secretaria foi uma conquista das cooperativas, agências de fomento, associações e redes, que durante o primeiro semestre de 2003 constituíram o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e desde então são nossos principais parceiros. Com eles elaboramos as políticas e com eles avaliamos os resultados. Elaboramos e executamos junto com o Fórum Brasileiro nossas políticas de fomento, desde a especificação dos projetos até os critérios de avaliação [...] A mais importante colaboração do Fórum Brasileiro às atividades da SENAES é o que eu chamaria de 'inteligência política', constituída pelo enorme acervo de informações que os companheiros coletam e processam nas lutas que travam nas mais diversas trincheiras da economia solidária. A sinergia entre as lideranças do Fórum com a equipe da SENAES permite uma atuação com alta probabilidade de sucesso" (PACS, 2004).

Uma breve incursão no interior desta instância governamental merece ser feita. Vale lembrar que o titular da pasta, Paul Singer, é um dos principais e mais respeitados teorizadores da economia solidária no Brasil e no mundo. O economista exerceu por muitos anos a coordenação acadêmica da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares na Universidade - ITCP de São Paulo – USP, instituição, onde é professor titular. É também um dos fundadores do PT.

Pode-se afirmar que Singer tem procurado dirigir a SENAES de forma articulada com os atores da economia solidária brasileira, particularmente com o FBES. O secretário tem se mostrado aberto em relação às variadas formas de manifestação da prática da economia solidária, não se restringindo a apoiar àquelas mais convencionais com as quais detinha maior aproximação (incubadoras, empresas autogestionárias etc) quando de sua militância no próprio movimento de economia solidária.

A composição da equipe da SENAES mudou pouco desde sua criação, sendo formada basicamente por pessoas que já atuavam no campo da economia solidária, especialmente ex-gestores públicos do setor oriundos de governos petistas. Pode-se dizer que ao redor de 30 pessoas integram toda a equipe da SENAES[99]. Além do mais, a Secretaria diz contar com todas Delegacias Regionais de Trabalho – DRTs as quais passaram a ter um setor de economia solidária com a qual diz atuar em estreita relação (SINGER, 2006: 2). Algumas destas DRTs passaram inclusive a sediar e/ou a ser a secretaria executiva dos Fóruns Estaduais de Economia Solidária especialmente onde não se existia tradição em economia solidária ou onde as iniciativas existentes não estavam ainda organizadas em torno da economia solidária. Não obstante, há casos também como o do Estado do Rio de Janeiro que mesmo com histórica tradição na prática e no tema aceitaram a oferta da DRT local em secretariar e sediar o fórum local.

A SENAES é dividida operacionalmente em dois departamentos: o de fomento da economia solidária e o de estudos e divulgação; além do Gabinete do Secretário. Há ainda as coordenadorias temáticas: microcrédito e comercialização; de desenvolvimento local solidário; formação em economia solidária; e estudos e divulgação.

Tal qual Singer afirmara, a SENAES instituiu um espaço de diálogo e parceria com o FBES em várias ações. Estas, por vezes, imprimiram contornos de contradições já que a secretaria executiva do FBES é apoiada financeiramente por recursos angariados a partir da "chancela" da SENAES junto a órgãos federais.

Uma outra contradição que pode ser citada é observada internamente ao próprio Ministério que abriga a SENAES. Pelo conhecido histórico de militância política no mundo sindical do Presidente Lula, não é de se estranhar que a conformação do Ministério do Trabalho e Emprego advenha de pessoas que atuaram no mesmo meio sindical, mais expressivamente o paulista. Sabe-se que esse campo não é unânime no apoio à economia solidária. Muito pelo contrário. O próprio Paul Singer (SINGER, 2002) que nos relata o porque deste receio sindical à economia solidária:

[99] A maioria de seus assessores de cargo comissionado é composta por homens, cuja origem principal pode ser assim listada: São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Pará e Brasília. – posição em 2003 e 2004.

> "Atingidos frontalmente pela crise do mundo do trabalho, que varre o país na década de 1990, os sindicatos começam a reagir pontualmente, já que sua prioridade inicial era proteger os direitos trabalhistas, ameaçados de revogação ou ´flexibilização` pelo Governo Collor e seus sucessores. Em todos os casos de transformação de empresas falidas ou em vias de falir em autogestão, o sindicato teve que assumir a liderança do processo, freqüentemente ao lado da ANTEAG. O êxito de diversas cooperativas formadas assim, possibilitando a preservação de numerosos postos de trabalho, levou cada vez mais sindicatos a se empenharem na luta pela criação de novas empresas solidárias. [...] Mas o apoio a cooperativas autogestionárias formadas por ex-assalariados sofreu resistência de sindicalistas, que identificavam o processo com a terceirização da mão-de-obra, que acontecia cada vez mais mediante a formação de pseudocooperativas, com a única finalidade de roubar dos trabalhadores seus direitos trabalhistas. Como esta identificação (de cooperativas autênticas com as falsas) é absurda, a questão pode ser esclarecida através do melhor conhecimento da natureza das cooperativas autenticas. Surgiu, no entanto, uma outra oposição à economia solidária, de natureza ideológica, que apontava a necessidade de reforçar o trabalho assalariado por ser a base social dos sindicatos e porque só a classe operária assalariada teria por missão histórica derrubar o capitalismo e de instaurar o socialismo. As cooperativas eliminariam o caráter de classe dos trabalhadores, tornando-os patrões e operários ao mesmo tempo" (SINGER, 2002: 124).

Entretanto, como visto anteriormente, o fato é que apesar da oposição sindical àquele setor, a Central Única dos Trabalhadores – CUT lançou o tema em nível nacional em 1998, e no ano seguinte foi constituída a Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS da CUT; e mais recentemente, em 2004, União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil - UNISOL BRASIL, criada por uma articulação entre a CUT, ADS e a Unisol Cooperativas. Tanto a ADS como a UNISOL BRASIL passaram a integrar o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, em novembro de 2004. Convém salientar que há uma desconfiança geral dentro do movimento social em questão que a criação da UNISOL pode ser determinante para um "esvaziamento" – conseqüente enfraquecimento do poder político - na ADS e/ou na ANTEAG.

Nestes anos de atuação, a SENAES também estabeleceu diálogo com atores do campo do Terceiro Setor e com organizações que representam o cooperativismo *oficial* brasileiro (que se diferencia do cooperativismo genuíno iniciado em Rochdale e do chamado cooperativismo popular)[100] como a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB.

[100] Sobre definição do cooperativismo popular, ver capítulo anterior.

Segundo as principais correntes do movimento em questão, a cooperativas ligadas às organizações supracitadas não integram o campo da economia solidária já que suas ações e princípios não objetivariam de emancipação social, tampouco seus empreendimentos cooperativos por eles apoiados seriam *genuínos* no sentido de cumprir com requisitos da autogestão e da democracia interna (FBES, 2003).

Um outro fato que gera atrito daqueles atores com os do campo da economia solidária é a suposta obrigatoriedade de representação e registro das cooperativas junto às instâncias estaduais da OCB. Assunto polêmico, já que contraria o direito à livre associação, garantido na Constituição Federal de 1988[101]. Sobre esta questão, Leonardo do Egito Coelho bem argumenta que:

> "questões específicas do cooperativismo teimam em causar divergências [...] Se, por um lado, há previsão constitucional para a não intervenção estatal no funcionamento de cooperativas e a liberdade de associação, por outro existe a OCB defendendo a unicidade de representação do sistema. Do mesmo modo, que nosso ordenamento jurídico possui previsão constitucional de apoio e estímulo ao cooperativismo para assegurar o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo (COELHO, 2006: 2)".

O problema advém no fato de que, foi durante o governo ditatorial de Getúlio Vargas que foram formuladas as primeiras leis que regulamentam o cooperativismo no Brasil hoje. E foi durante a ditadura militar da década de 1970[102] que foi definida a atual estrutura do sistema cooperativista cuja rigidez e centralismo do Estado através do "monopólio" da OCB é marcante.

De forma mais expressiva, a SENAES e o FBES estão presentes nos debates que seguem desta questão, que vislumbra a formulação de uma lei geral para o cooperativismo desencadeada em 2005. Neste sentido, no final daquele ano, ocorreram várias reuniões, tanto da Comissão Interministerial[103] a qual a SENAES integra, como também no Congresso Nacional em torno da questão da unicidade – único organismo de representação do cooperativismo no Brasil pela OCB determinado pela Lei 5.764 de 1971.

[101] A Constituição Federal de 1988, em seu Art 5º, inciso XX determina que: "ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.
[102] A lei que regulamenta o cooperativismo brasileiro é a lei 5.764 de 1971. Desde 2004 o Congresso Nacional está em vias de realizar suas primeiras mudanças.
[103] Sobre os trabalhos desta Comissão que também participam entidades da sociedade civil:

Uma outra questão que se adensa ao enfrentamento normativo é o "problema" das cooperativas de trabalho – mais facilmente identificadas como cooperativas fraudulentas - as quais têm sido alvos sistemáticos do Ministério Público do Trabalho – MPT que "chegou a firmar com a Advocacia Geral da União - AGU um ´pacto de ajuste de conduta´, comprometendo órgãos da administração pública direta e indireta da União a não mais contratar cooperativas..." (COELHO, 2006: 2).

Vale também destacar o diálogo da SENAES com as articulações que compõem o Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES. A articulação política que se articulou em torno das Plenárias que culminaram com a criação do FBES e da movimentação paralela em nível governamental que logrou com a implantação da SENAES não foi um processo necessariamente consensuado internamente ao movimento social da economia solidária, assim como não teve exatamente uma expressão nacional já que em muitos estados brasileiros a economia solidária não era representada ou manifestada – ainda - como tal.

Quando da existência da SENAES, no entanto, a questão da representatividade nacional parece ter sido uma ação estrategicamente planejada, tendo se manifestada em diversas ocasiões e nos programas da secretaria.

A dimensão quase que "continental" do Brasil enseja e justifica políticas daquela mesma amplitude as quais determinam a natureza e dinâmica da atuação do Governo Federal. A ação "massificadora" – no sentido de buscar a ampliação da economia solidária a partir da padronizadas de algumas iniciativas em nível nacional - das políticas da SENAES deu margem a críticas que enriquecem o debate sobre a atuação estatal frente aos movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

Ainda mais quando compreendo a economia solidária enquanto um movimento social relativamente novo – conseqüentemente frágil politicamente; com grande variedade de suas iniciativas e das particularidades, onde são manifestadas vis-à-vis a própria diversidade cultural brasileira.

Uma vez apresentado os dois principais atores brasileiros do campo da economia solidária e alguns elementos constitutivos de seu universo de inter-relação no que tange sua inserção na esfera pública governamental, faz-se mister ainda abordar um outro de igual importância e que surgiu antes mesmo daqueles supracitados.

IV.1.2 A REDE DE GESTORES PÚBLICOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Como dito anteriormente, não se pretende tratar do conjunto das ações do Governo Lula no campo da economia solidária. Busca-se mais abordar as principais ações da SENAES de outras instâncias governamentais de 2003 até dezembro de 2005. Enfoque especial é dado acerca de como tais ações foram concebidas e de como foi o papel do FBES e outros atores neste cenário.

Foi de tal ordem a dinâmica do movimento social da economia solidária e das políticas voltadas a ela que em 8 de agosto de 2003, foi criada a Rede de Gestores Públicos de Economia Solidária – RGPES que passou a ser um ator de extrema importância neste universo.

Ângela Schwengber é uma das principais interlocutora da rede supracitada. Ela coordenou o Programa Oportunidade Solidária na Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, no Município de São Paulo durante a gestão de Marta Suplicy e atualmente integra a Diretoria de Trabalho e Renda de Santo André/SP. Schwengber entende que a "economia solidária e as políticas públicas de fomento a esse setor, no Brasil, não são um universo separado do restante da sociedade brasileira, da sua cultura política, do seu contexto socioeconômico, das suas conquistas, suas contradições, sua institucionalidade. Portanto, o seu espaço de realização não é idílico e seu universo não é especulativo" (IPEA, 2005).

Schwengber advoga que o estabelecimento de políticas de fomento à economia solidária é parte importante na construção de um Estado Republicano e Democrático uma vez que há o reconhecimento de novos sujeitos sociais, novos direitos de cidadania e de novas formas de produção, reprodução e distribuição social. Tais políticas ainda propiciariam o acesso aos bens e recursos públicos para seu desenvolvimento.

A Rede é uma articulação de gestores de políticas de economia popular e solidária. Integraram, quando de sua criação em 2003, várias prefeituras (incluindo Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Aracajú e Belém), três governos estaduais (Paraná, Mato Grosso e Bahia) e alguns órgãos federais. As eleições municipais de 2004 mudaram substancialmente a configuração da Rede, especialmente com a derrota de candidatos petistas que dariam continuidade a seus mandatos, como exemplo pode-se citar as prefeituras de São Paulo/SP, Recife/PE e Belém/PA.

A proposta da Rede de Gestores é "proporcionar interlocução, interação, sistematização, proposição de políticas públicas governamentais e realização de projetos comuns para o fomento e desenvolvimento da economia popular solidária" (RGPES, 2004).

Se analisarmos sua composição, é possível notar que a grande maioria é de gestores ligados a mandatos de partidos políticos situados no campo da esquerda, especialmente do Partido dos Trabalhadores – PT. Muito embora também estejam presentes na Rede representantes de governos reconhecidamente situados à direita, como é o caso do governo do Estado da Bahia (Partido da Frente Liberal - PFL). Não obstante, vale observar que para requerer adesão à rede é necessário, dentre outras normas, aderir aos Princípios e à Plataforma do Fórum Brasileiro de Economia Solidária[104] e participar dos Fóruns Estaduais e Municipais de Economia Popular Solidária (RGPES, 2004).

Dentre os objetivos da Rede de Gestores, pode-se observar a convergência com valores e práticas que a economia solidária preconiza, especialmente o último listado:

> "Construir e desenvolver uma agenda comum para o fortalecimento de políticas públicas de economia popular solidária no país vinculada às estratégias de desenvolvimento sócio-econômico;
>
> Ampliar a articulação com outros atores da economia popular solidária com vistas à fortalecer um espaço comum para a discussão de políticas públicas neste campo;
>
> Fortalecer a interlocução entre os diferentes órgãos das três esferas de governo compartilhando estratégias de integração, programas e instrumentos que possam ser multiplicados no âmbito municipal e amplificados por políticas públicas estaduais e nacionais;
>
> Contribuir para legitimar e consolidar políticas públicas de economia solidária para além de iniciativas de governos;
>
> Estimular uma cultura governamental que compreenda a economia popular solidária como parte das estratégias de desenvolvimento sustentável institucionalizando instrumentos para sua viabilização e sustentabilidade;
>
> Aprofundar o debate sobre os princípios da economia popular solidária e desenvolver mecanismos para a socialização de conceitos contribuindo para o fomento de empreendimentos que incorporem com efetividade os fundamentos da economia popular solidária;
>
> Contribuir para a consolidação de políticas públicas efetivamente emancipatórias e que fortaleçam a organização social" (RGPES, 2004).

[104] A Plenária que instituiu o Fórum se deteve a um debate polêmico sobre a pertinência da participação da Rede de Gestores em sua composição. Após algumas defesas que sustentavam que, antes de serem gestores com mandatos determinados, se constituíam em militantes do movimento social de economia solidária, foi consensuada sua integração. (FBES, 2006)

A SENAES determinou como uma de suas missões "acompanhar e prestar apoio aos programas estaduais e municipais, que têm se revelado instrumento valioso no combate à pobreza e à exclusão social", integrando ações com a Rede de Gestores (MTE; SENAES, 2005).

No entanto, nem sempre a pretensão da SENAES se mostra efetiva, na medida em que nas reuniões ordinárias do Fórum Brasileiro de Economia Solidária há relatos de insatisfação de alguns membros da Rede de Gestores quanto à falta de participação efetiva da SENAES nesta rede[105].

IV.2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA EXPRESSA NO PPA FEDERAL

Conforme apresentado anteriormente, o Plano Plurianual – PPA é o principal instrumento de planejamento do poder público uma vez que define os programas governamentais para próximos quatro anos. Nele estão compreendidas as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para as despesas de capital e de programas de duração continuada. No caso, o PPA aprovado no primeiro ano do Governo Lula tem vigência até 2007.

A economia solidária recebeu um programa próprio no PPA em vigência, assim entitulado: "Economia Solidária em Desenvolvimento". Nele estão contidas as propostas a partir dais quais a SENAES se dispôs a implementar. Tal qual como a SENAES afirma, as grandes linhas de tal programa tiveram origem dos anais da I Plenária de Economia Solidária realizada em São Paulo, em dezembro de 2002, quando do início da articulação política nacional que rumou para o pleito de um espaço institucional no Governo que estava em vias de tomar posse (MTE; SENAES, 2005) Não obstante:

> "a finalização do Programa foi feita por meio da articulação daquelas propostas com o debate governamental a respeito do Plano Plurianual e das orientações estratégicas do Ministério do Trabalho e Emprego. Assim sendo, a atuação da SENAES está definida neste Programa que propõe um conjunto de ações com vistas ao fortalecimento da economia solidária" (MTE; SENAES, 2005: 13).

[105] Percepção da autora que de 2003 a 2005 integrou a coordenação nacional do FBES representando o PACS.

O objetivo geral do Programa é "Fortalecer e Divulgar a economia solidária nacional, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário" (MTE; SENAES, 2005). Já seus objetivos específicos são:

- "Elaborar e propor medidas para a articulação de Políticas de Finanças Solidárias, em suas múltiplas modalidades, ampliando a escala de suas operações, os serviços financeiros prestados e legitimando novas institucionalidades econômicas;
- Intervir na reformulação do arcabouço legal que regula as cooperativas e propor a adoção de um Estatuto do Empreendimento Autogestionário, que permita consolidar sua identidade, implementar um sistema de proteção a seus trabalhadores e orientar as ações de fiscalização;
- Difundir e fortalecer os empreendimentos autogestionários, com a promoção do desenvolvimento de tecnologia adequada; apoiar materialmente as agências de fomento da economia solidária; articular cadeias produtivas, ampliando a produção, distribuição e consumo dos produtos da economia solidária, apoiando o consumo ético e o comércio justo;
- Estimular e promover a produção de conhecimento voltado para a Economia Solidária, articulando para tanto políticas de educação e de pesquisa; definir um sistema de acompanhamento e de avaliação de seu desenvolvimento; disseminar experiências bem sucedidas e disponibilizar um sistema de informações;
- Fortalecer os espaços de organização e de participação da sociedade civil e dos demais entes governamentais, na formulação de políticas públicas para a economia solidária e implantar o Conselho Nacional de Economia Solidária"(PPA FEDERAL, 2003).

Em consonância com tais objetivos, os principais eixos que norteiam a atuação da SENAES são: finanças solidárias; marco legal; educação/formação; comunicação/informação; redes de produção, comercialização e de consumo; democratização do conhecimento e tecnologia; e organização social da economia solidária com destaque para a regulamentação do Conselho.

Quanto às políticas prioritárias destacam-se: as políticas de reconhecimento, publicização e de visibilidade da economia solidária; políticas de ação produtiva e segurança alimentar; formulação de políticas públicas que induzam a preservação do processo de organização de atividades de subsistência e de produção, levando em consideração a cultura endógena do modo de produção solidário e comunal; prioridade às famílias ao acesso aos programas sociais do Governo Federal; fomento à constituição de redes com os empreendimentos de

autogestão; fomento à constituição de empreendimentos e de cadeias produtivas solidárias, partindo das oportunidades e recursos existentes em outras políticas sociais e setoriais do Governo Federal (MTE; SENAES, 2005) Tais prioridades conformaram-se ainda em oito linhas de ação SENAES:

- Articulação de políticas de fortalecimento da economia solidária e estímulo à participação da sociedade civil na elaboração e avaliação dessas políticas;
- Articulação e integração de políticas públicas de economia solidária com Estados e Municípios;
- Integração da economia solidária com os processos estratégicos de desenvolvimento (local, regional e urbano), priorizando a organização de cadeias produtivas, envolvendo setores como: material reciclável, confecção, artesanato;
- Fomento e constituição de empreendimentos e de cadeias produtivas solidárias a partir das oportunidades e recursos existentes em outras políticas sociais e setoriais do Governo Federal;
- Fomento à constituição de redes a partir dos empreendimentos autogestionários, feiras, redes de distribuição e comércio justo;
- Articulação das políticas de finanças solidárias;
- Proposição de uma nova institucionalidade que crie mecanismos de proteção e garantia do direito ao trabalho associado;
- Promoção do debate público da economia solidária e elaboração de metodologias, diagnósticos e outros instrumentos de acompanhamento e avaliação da economia solidária (MTE; SENAES, 2004).

Em 2003, o MTE lançou uma publicação que é recorrentemente utilizada neste Capítulo. Nela a SENAES aponta qual seria o público-alvo do Programa por ela a ser implementado; qual seja: trabalhadores em risco de desemprego; desempregados; trabalhadores autônomos; trabalhadores informais; pequenos produtores familiares rurais e urbanos; redes de economia solidária; empreendimentos de economia solidária; agências de fomento da economia solidária; fóruns municipais e regionais de desenvolvimento; beneficiários dos programas governamentais de inclusão social (segurança alimentar, habitação, saneamento, reforma agrária, entre outros).

A partir das diretrizes e das linhas programáticas traçadas naquele PPA, vale discorrer – mais especificamente - acerca das ações da SENAES implementadas ao longo de seus dois anos e meio de existência (junho de 2003 a dezembro de 2005), uma vez que para a data programada para a finalização deste trabalho não poderia contemplar a totalidade do mandato, tampouco da vigência do PPA em questão.

IV.2.1 PRINCIPAIS DIRETRIZES DAS AÇÕES DA SENAES

O primeiro ano de atuação da SENAES foi curto[106], já que a Secretaria iniciou suas atividades oficialmente em julho. Naquele ano, segundo informações oficiais, a Secretaria buscou enfocar prioritariamente em sua estruturação interna; na interlocução com a sociedade civil (particularmente com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES, cuja Plataforma de Políticas foi a expressão das principais ações da SENAES em 2004), e com outros departamentos do próprio Ministério ao qual está vinculada; assim como com outros órgãos governamentais (MTE; SENAES, 2005).

De acordo com o Plano de Ação da SENAES para 2004 as seguintes prioridades foram elencadas: o funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária; o Fomento à Geração de Trabalho e Renda em Atividades de Economia Solidária; o Apoio às Políticas Públicas de Economia Solidária nos Estados e Municípios; a Promoção do Consumo Ético e Comércio Justo; a Assistência Técnica para a Geração de Finanças Solidárias; o Apoio na Geração e Desenvolvimento de Cooperativas atuantes com Resíduos Sólidos; Promoção de um Arcabouço Legal para a Economia Solidária; Desenvolvimento do Conhecimento e Formação em Economia Solidária; Mapeamento e Sistemas de Informação da Economia Solidária; e Comunicação e Divulgação da Economia Solidária.

Sob a justificativa do "aprendizado acumulado", em 2005, a SENAES reorganizou suas diretrizes internas e elencou ações prioritárias finalísticas; ações transversais; e ações estruturantes.

[106] A SENAES foi criada em junho de 2003.

Das ações prioritárias finalísticas merecem destaque os "Centros Públicos de Economia Solidária" que visam a integração de políticas de geração de trabalho e renda a partir da criação de uma rede de centros públicos como espaços de agregação de diversas iniciativas; a "Comercialização e Redes de Produção" que objetiva a promoção de feiras regionais e estaduais, onde sejam contemplados também cursos e seminários e rodada de negócios; e o "Desenvolvimento e Economia Solidária" que busca apoiar a organização de redes e/ou arranjos produtivos locais, a formação de monitores, multiplicadores e agentes de desenvolvimento solidário, e o fomento a empreendimentos solidários. Também constam daquelas prioridades a "Recuperação de Empresas pelos Trabalhadores em autogestão" ação que foi instituída em 2005 a partir da revisão do PPA; e a ação entitulada de "Projetos Especiais" que se propõe a apoiar projetos demandados pela sociedade civil e órgãos governamentais que são relacionados nas ações supracitadas (SENAES; 2006).

Quanto às ações transversais, a SENAES diz serem as constitutivas das anteriores as quais, em sua maioria, são desenvolvidas com outros órgãos públicos; quais sejam: o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC; Integração com Política Nacional de Saúde Mental; Bolsas de extensão em parceria com Ministério da Ciência e Tecnologia; Rede Tecnologia Social; e Integração com Bancos Públicos Federais; formação; divulgação; estudos (SENAES; 2006). Nota-se estas ações não constam no orçamento federal que a SENAES coordena; isto é, formalmente não integram o Programa "Economia Solidária em Desenvolvimento". Estas constituem algumas das ações extra-Ministério que o Governo Lula se propus a implementar sob a designação de serem do campo da economia solidária e que foram coordenadas e até mesmo "instigadas" pela SENAES.

Já como ações estruturantes, a SENAES elencou para 2005: "Finanças Solidárias e Crédito"; "Marco Jurídico"; "Conselho Nacional de Economia Solidária"; e o "Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES".

É certo que uma análise das principais diretrizes das ações em economia solidária do Governo Lula coloca diversos riscos. A limitação escolhida a seguir foi tomada de forma consciente a despeito da perda da riqueza e complexidade que uma outra abordagem suscitaria. Por isto, destaca-se o enfoque no apoio da comercialização dos empreendimentos econômicos solidários (promoção de feiras, exposição, *fair trade*, trocas solidárias, centros públicos etc), e ao fortalecimento e visibilidade da identidade da economia solidária "para dentro" e "para fora" do escopo delimitado do movimento social em foco. Não obstante,

eventualmente outras ações merecem atenção especial ora pela magnitude dos recursos aportados que revelam serem de fato prioridade, ora pela facilidade de obtenção das informações (diferentemente de outras ações) ou mesmo pela forma e pelas alianças com que foram implementadas.

Dito isto, o fomento às feiras de economia solidária é uma orientação da SENAES desde sua criação. No entanto, foi em 2005 que o Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária no Brasil passou a ser uma ação efetiva da Secretaria dentro da Política Nacional de Comercio Ético Solidário e do Consumo Responsável, a partir de um convênio firmado entre a SENAES/MTE, a Fundação Banco do Brasil – FBB e o Instituto Marista de Solidariedade – IMS (ONG membro do FBES).

O objetivo das feiras é a "afirmação de uma identidade nacional comum entre as diversas feiras que são realizadas no Brasil, no âmbito da economia solidária, bem como propiciar uma maior integração e sinergia entre estas diversas feiras".

Elas se constituíram principalmente como espaços de comercialização, aproveitando o aumento do ritmo econômico propiciado pelo fervor de consumo do final do segundo semestre, período em que ocorreu a maioria absoluta das feiras de 2005.

Apesar da diversidade cultural brasileira e da especificidade das iniciativas e do movimento social da economia solidária em nível local, a SENAES lançou, em abril de 2006, o manual "Como Organizar Feiras de Economia Solidária", cujo objetivo é o de ser um guia para a realização das feiras em todos estados. "O manual é direcionado aos interlocutores da SENAES, aos fóruns regionais e à sociedade civil e tem a função de facilitar a elaboração de projetos para a realização dos eventos" (MTE, 2006).

Segundo informações oficiais, em 2005, foram realizadas 17 feiras, com média de 100 empreendimentos solidários participantes por estado, entre cooperativas, empresas autogestionárias e de agricultura familiar, com um público médio de cinco mil pessoas e volume de comercialização chegando R$ 95 mil (Idem).

A estratégia de enfocar na identidade nacional da economia solidária pode ser observada a partir de várias ações da SENAES, e constituiu questão latente também no FBES sendo objeto de reflexão na III Plenária Nacional de Economia solidária, que, como visto, veio a criar formalmente este Fórum. Não é de estranhar que tenha sido esta a tática adotada pelo movimento já que o termo "economia solidária" em si não explica muito da ideologia, dos anseios etc, de um movimento social a despeito das práticas já serem

conhecidas há longa data. Pode-se analisar que o enfoque em torno da discussão sobre essa identidade tem pelo menos duas dimensões relevantes. Uma estaria voltada para o interior do próprio movimento social em questão, no sentido de pactuar com atores sociais e sujeitos coletivos – isolados desde o ponto-de-vista organizativo ou enquanto partícipes de outros movimentos - uma unidade social em torno daquela nomenclatura.

Vale considerar ainda, que quando da análise para aprovação de algum projeto do campo da economia solidária, a SENAES tinha como critério e recomendação os espaços e momentos dos eventos destinados à formação e informação aos empreendedores; difusão conceitual e filosófica da economia solidária para o público em geral que participa das feiras; realização de atividades artísticas e culturais relacionadas à economia solidária, entre outros (MTE; SENAES, 2005).

Uma outra dimensão é externa àquele movimento social e tem mais a ver com a publicização das práticas da economia solidária de forma a sensibilizar o grande público para o consumo consciente, tal qual é o enfoque das redes de comércio justo no mercado europeu e estadunidense. Esta dimensão foi de alguma maneira impressa na Campanha Nacional "Economia Solidária: Outra Economia Acontece[107]", promovida pela SENAES em parceria com o FBES. Foram produzidos vídeos (filmes e "programetes"); programas de rádios[108] (jingles e *spots*); e material gráfico (cartazes, folhetos e logomarca), divulgados nacionalmente a partir de meados de 2005. A consecução destas ações as quais foram concebidas conjuntamente pelo FBES e a SENAES, está também em conformidade com a Plataforma de Políticas Públicas em Economia Solidária, na seção sobre "comunicação".

> "Divulgar continuamente a cultura, as idéias e práticas da Economia Solidária junto à população, particularmente no que se refere ao consumo solidário (como modelo de educação), das vantagens sociais e éticas deste consumo quando os produtos são oriundos de empreendimentos solidários".(FBES, 2006c)

Como desafios para 2006, a SENAES refere-se à institucionalização e consolidação da Política Pública de Economia Solidária no MTE e no Governo Federal; articulação

[107] Vale lembrar que esta expressa foi escolhida como lema do próprio FBES.

[108] O conteúdo dos *programetes* e dos programas de rádio são assim classificados: economia solidária; consumo consciente; empreendimentos rurais; empreendimentos urbanos; finanças solidárias; desenvolvimento local; sustentabilidade sócio-ambiental; redes e cadeias solidárias; saúde mental; empresas recuperadas; empreendimentos culturais; feiras e comercialização solidária; fomento e apoio a empreendimentos; trocas solidárias. Todo material e histórico da Campanha está disponível em http://www.fbes.org.br

econômica dos empreendimentos nos Estados; o fomento a novos empreendimentos e consolidação dos existentes; o fortalecimento das Agências de Fomento à Economia Solidária; e a consolidação da Economia Solidária como um instrumento em estratégias de desenvolvimento local (MTE, 2006).

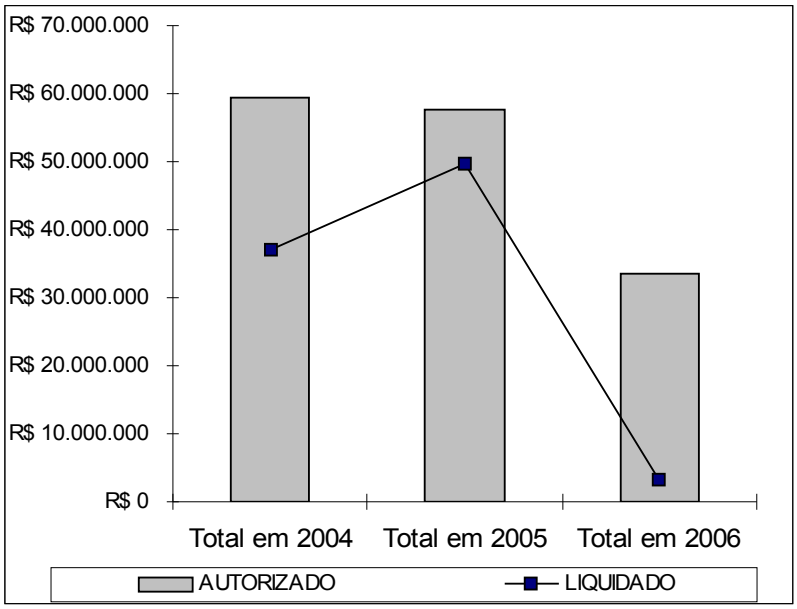
IV. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO

Uma vez tendo apresentado as linhas gerais do Programa que trata da economia solidária no Plano Plurianual do Governo Lula, convém apresentar sua tramitação orçamentária. Faz-se necessário, no entanto, registrar que as ações transversais idealizadas a partir de 2005 não podem ser identificadas no orçamento daquele Programa que elas foram implementadas com recursos de outros entes governamentais, dificultando em muito a clareza e disponibilidade dos gastos e prioridades da "Política Pública" em economia solidária do Governo Lula já que não são vistas em seu conjunto e pela dificuldade de se obter com cada ator envolvido os dados necessários para qualquer análise mais aprofundada.

Dito isto, a ação que se observa na execução orçamentária entitulada "Programa de Ações Emergenciais de Geração de Trabalho e Renda" formalizada, de algum modo, a relação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS com o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. No entanto, certamente por ter origem de um emenda parlamentar ela foi executada apenas no ano 2004 (MTE; SENAES, 2005).

Vale salientar que, como abordado antes, embora o ano de 2003 não compreende o período de vigência do Programa em questão (o PPA em destaque abrange o período de 2004-2007), a SENAES não teve orçamento próprio já que foi constituída no meio daquele ano. Os recursos utilizados no período foram repassados pela Secretaria Executiva do MTE, e foram gastos para a estruturação inicial da Secretaria e para doze "Encontros" nos estados em que o movimento social já estava estruturado (MTE; SENAES, 2005: 16).

Gráfico 3**: "ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO"**



fonte: SIAFI/STN

No Gráfico 3, pode-se visualizar a variação dos recursos orçamentários autorizados pelo Congresso Nacional pelas correspondentes Leis Orçamentárias Anuais em relação ao efetivamente liquidado[109] nos exercícios de 2004 a 2006 (até 11/07/2006).

Como visto no Capítulo II, o que é aprovado na Lei Orçamentária brasileira não é "dinheiro". Constitui uma autorização legal para execução de alguma determinada ação governamental. Por outro lado, tampouco as rubricas representam "obrigações" de gastos; configura a dotação inicial de recursos a qual pode ser modificada – aumenta, diminuída, contingenciada; ou mesmo "zerada" - durante a vigência daquela lei, do ano fiscal referente.

Diante destas considerações, pode-se dizer que no ano de 2005, os gestores da SENAES "souberam utilizar mais" os recursos previamente autorizados em relação a 2004. Isto porque, em 2005, cerca 86% dos recursos autorizados foram efetivamente liquidados, ao passo que no ano anterior tal percentual foi da ordem de 62%. Apesar de o orçamento inicial ser maior.

É necessário ainda ponderar que a execução de todo recurso orçado não é apenas de responsabilidade dos gestores, ainda mais quando tais recursos integram projetos e atividades de um departamento institucional que precisa receber projetos, aprova-los mediante critérios legais e outros estabelecidos em outras instancias etc; só então, inicia-se

[109] O termo liquidado refere-se à uma das etapas mais importantes da tramitação orçamentária em nível interno da administração pública. Ele designa o momento anterior ao pagamento de alguma compra efetuada ou serviço prestado; por exemplo. Para efeito da análise aqui pretendida é o termo mais apropriado.

toda a burocracia da tramitação orçamentária. Além do mais, como visto anteriormente, todo orçamento público é usado como "margem de manobra" política em diversos âmbitos; assim como normalmente, a implementação das políticas sociais está atrelada às "sobras" que o superávit fiscal "deixa passar".

Faz-se *mister* recordar que o Programa "Programa Economia Solidária em Desenvolvimento", tem o aporte de recursos orçamentários tanto do MTE quanto do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS[110]. A Tabela 4 mostra exatamente a proporção de cada Ministério no Programa para os anos de 2004 a 2006. Já a Tabela 5 apresenta os dados orçamentários para o período de 2004 a 2006.

Tabela 4: **PROGRAMA "ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO"**; **execução orçamentária por órgão, período de 2004 a 2006; em R$ 1.**

	AUTORIZADO	LIQUIDADO
Total em 2004	**R$ 59.396.656**	**R$ 36.924.555**
MTE	R$ 30.110.458	R$ 18.318.792
MDS	R$ 29.286.198	R$ 18.605.762
Total em 2005	**R$ 57.732.007**	**R$ 49.582.439**
MTE	R$ 13.220.400	R$ 10.230.559
MDS	R$ 44.511.607	R$ 39.351.879
Total em 2006	**R$ 33.537.174**	**R$ 3.354.433***
MTE	R$ 12.870.644	_
MDS	R$ 20.666.530	_

*Fonte: SIAFI/STN * dados da execução até 11/07/2006.*

[110] O MDS é tido como a instância que abriga a maioria dos recursos voltados para a área social do Governo Lula, principalmente o Programa "Fome Zero" e "Bolsa Família".

Tabela 5: **PROGRAMA "ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO"**; **execução orçamentária por projeto e atividade, período de 2004 a 2006; em R$ 1.**

Projeto ou Atividade / execução	Liquidado em 2004	Liquidado em 2005	Autorizado p/ 2006
Apoio à constituição e consolidação de políticas públicas em economia solidária	R$ 1.811.769	R$ 30.108	R$ 634.000
Gestão e administração do programa	R$ 1.446.139	R$ 382.815	R$ 400.000
Publicidade de utilidade pública	R$ 241.898	R$ 211.920	R$ 230.000
Funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária	R$ 396.398	R$ 344.680	*item não existente*
Fomento à geração de trabalho e renda da economia solidária	R$ 10.708.443	R$ 7.105.066	*item não existente*
Promoção do consumo ético e comércio justo	R$ 1.465.197	R$ 368.377	*item não existente*
Assistência técnica para geração de finanças solidárias	R$ 431.418	R$ 154.979	*item não existente*
Promoção da inclusão produtiva	R$ 15.459.110	R$ 27.905.440	R$ 20.660.530
Ações de Geração de renda para populações carentes	R$ 3.146.652	R$ 11.446.439	*item não existente*
Ações emergênciais de geração de trabalho e renda	R$ 1.817.530	R$ 0	*item não existente*
Recuperação de empresas por trabalhadores organizados em autogestão	*item não existente*	R$ 1.162.615	R$ 1.650.000
Sistema nacional de informações em economia solidária	*item não existente*	*item não existente*	R$ 700.000
Capacitação de Agentes de Desenvolv. Solidário	*item não existente*	*item não existente*	R$ 250.000
Fomento à geração de trabalho e renda da economia solidária	*item não existente*	*item não existente*	R$ 7.906.644
Fomento à redes de produção e comercialização de bens e serviços produzidos pela economia solidária	*item não existente*	*item não existente*	R$ 1.100.000
TOTAL	**R$ 36.924.555**	**R$ 49.582.439**	**R$ 33.537.374**

Percebe-se que alguns dos itens daquela Tabela não apresentam recursos ou por não terem sido criados à época de conclusão do PPA (logo passaram a compô-lo a partir das revisões anuais do Plano) ou por terem sido subtraídos posteriormente. É o caso já abordado da ação "Recuperação de Empresas por Trabalhadores Organizados em Autogestão" que passou a existir em 2005 quando a SENAES aproveitou o processo de revisão do PPA apresentando cinco ações adicionais ao Programa das quais apenas a supracitada foi incorporada. Caso inverso é observado para as ações "Funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária"; "Fomento à geração de trabalho e renda da economia solidária"; "Promoção do consumo ético e comércio justo"; e "Assistência técnica para geração de finanças solidárias". Elas foram criadas e implementadas desde 2004, tendo sido excluídas do plano de ação do Ministério em 2006.

Nota-se que a ação que tem recebido mais recursos do Programa "Economia Solidária em Desenvolvimento" em questão é o "Promoção da Inclusão Produtiva" a qual é realizada[111] em conjunto com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combata à Fome – MDS. Tal ação apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, e é destinada à instituições de ensino superior públicas e comunitárias. O mesmo visa a promover e apoiar o processo de inclusão produtiva de pessoas em situação de vulnerabilidade social e/ou econômica, prioritariamente jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, residentes em municípios acometidos por altos índices de violência e, em especial, as capitais e regiões metropolitanas[112] (MDS, 2006). Na próxima seção é visto que tanto esta seção que pertence ao escopo de ação direta da SENAES, em conjunto com o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC contam sobremaneira com as universidades públicas brasileiras para sua consecução em detrimento de outros atores do campo da economia solidária.

A atividade "Ações Emergências de Geração de Trabalho e Renda", como dito antes, é oriunda de emenda legislativa. Ela foi implementada apenas no ano de 2003 e "promoveu projetos em parcerias com entidades da sociedade civil e outras esferas de poder público, tendo sido ainda executada conjuntamente pelo Programa Trabalho e Cidadania da Fundação Banco do Brasil e que possibilitou a manutenção e criação de 3.000 postos de trabalho para trabalhadores organizados coletivamente" (MTE; SENAES, 2005: 9). Sua execução só aconteceu em 2004, tendo sido "zerada" em 2005; e, por fim excluída do Programa para o ano de 2006.

[111] Aqui o termo quer dizer que a ação é implementada em conjunto com o MDS.
[112] Para mais informações: www.mds.gov.br

De todo modo, os montantes do Programa têm apresentado oscilação ao longo dos anos fiscais. O ano de 2005 é o ano de maior gasto (R$ 49.582.439); ao passo que, em 2006, foi previsto para o Programa apenas R$ 33.537.374. Pode-se observar que a diferença advenha das várias ações excluídas do Programa para o ano de 2006, dentre as quais está a relacionada ao "Funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária". Interessante que a instauração do Conselho está agendada há para ser implementada em meados de 2006.

Uma vez tendo analisado a execução orçamentária das principais ações impressas no Programa "Economia Solidária em Desenvolvimento", convém tecer breves considerações igualmente importantes para este trabalho dissertativo.

Sabe-se que para se ter uma relação de igualdade e complementaridade em uma relação, faz-se *mister* que os atores envolvidos detenham as informações necessárias de seu campo de atuação por mais complexo e custoso que possam ser.

Deriva então que uma instância governamental – ou mesmo um governo em sua totalidade - que pretende promover a participação social em sua gestão não deve prescindir de oferecer a capacitação adequada a seus quadros, assim como de buscar incitar formas inovadores de prover a toda e qualquer hora de forma irrestrita o acesso tais informações.

Dito isto, cabe esclarecer que não houve êxito na obtenção de dados específicos do campo da economia solidária do Governo Lula por parte de seu principal executor deste tema, a SENAES.

Por este e outros motivos lacunas como as supracitadas ficam sem respostas. Como explicar apenas com os dados gerais disponibilizados publicamente no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI que mesmo com a exclusão da ação supracitada, que todo processo para realização da Conferência que instauraria o Conselho Nacional de Economia Solidária ocorreu? Da SENAES, poderíamos receber informações como a que internamente resolveram cancelar a ação para 2006 já que seus gestores galgaram recursos junto a alguma outra instância governamental ou empresarial. Poderia-se ainda ficar claro como e porque novas ações foram incluídas ou retiradas do Programa "Economia Solidária em Desenvolvimento", ou mesmo como as metas físicas de cada ação vêm sendo cumpridas...

De toda sorte, com as informações do SIAFI e com algumas publicações eventuais da SENAES sobre suas diretrizes e de posse de elementos "difusos" encontrados na página

eletrônica do MTE e no MDS foi possível cruzar dados e tecer as considerações aqui apresentadas.

IV OUTRAS AÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA DO GOVERNO LULA

IV.3.1 PROGRAMA NACIONAL DE INCUBADORAS DE COOPERATIVAS POPULARES – PRONINC

O Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares - PRONINC [113] teve início em 1998, através de uma ação articulada no âmbito do Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida - COEP. A partir da experiência tida como bem sucedida da Incubadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, foi assinado um convênio para a criação do Programa que atraiu mais universidades brasileiras.

Durante seus primeiros anos, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, o PRONINC investiu cerca de R$ 8 milhões em 6 incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, beneficiando 65 cooperativas. Ao final do segundo mandato de Cardoso, o PRONINC já não era mais tido como prioridade e teve seus recursos seriamente comprometidos.

No entanto, "apesar do fim do financiamento ao Programa, a partir destas seis incubadoras apoiadas surgiram outras nove ITCPs e diversos núcleos universitários inspirados nesta atividade. Assim, a idéia das ITCPs teve grande receptividade em diversos locais e muitas universidades assumiram esta iniciativa como uma atividade de extensão de grande importância" (PRONINC, 2006).

Em sua retomada, o Governo Lula iniciou um processo de avaliação das incubadoras interessadas em financiamentos na nova fase do PRONINC, cuja gestão passou a ser responsabilidade da SENAES/MTE, FINEP/MCT, Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, Banco do Brasil - BB, Fundação Banco do Brasil – FBB e duas redes nacionais de incubadoras (Rede Unitrabalho e Rede Universitária de ITCPs).

[113] Para saber mais: http://www.acompanhamentoproninc.org.br/

O PRONINC apóia incubadoras de cooperativas (sempre ligadas às universidades), com a função de contribuir para o êxito de iniciativas sócio-econômicas populares e coletivas, com expressivo potencial de geração de renda e trabalho. A maioria das incubadoras atualmente está relacionada à cadeia produtiva da reciclagem já que das 33 incubadoras apoiadas pelo Programa 25 desenvolvem ações de acompanhamento a um ou mais grupos de coleta seletiva ou efetuam alguma atividade relacionada à reciclagem. (MTE; SENAES; SIES, 2006).

Para Singer – que integrou a coordenação da Incubadora da Universidade de São Paulo por muitos anos o objetivo principal "é que incubadoras geridas por universidades capacitem os integrantes de cooperativas populares e promovam o resgate social conciliado ao desenvolvimento econômico." (FINEP, 2003).

O processo de incubagem é caracterizado pela "formação que percorre desde o surgimento da cooperativa até sua consolidação e que busca, através da troca de conhecimentos entre trabalhadores/Incubadora, fazer com que a cooperativa, no fim do processo, conquiste autonomia e possa garantir por si mesma tanto a democracia interna como sua existência mercantil" (TERMO DE REFERENCIA DA AVALIACAO E MONITORAMENTO DO PRONINC, 2006).

A Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE (ONG membro do FBES) foi contratada para avaliar e sistematizar as metodologias de incubação das universidades que integram o Programa, as relações das incubadoras com os grupos, a relação delas dentro das universidades e a sistematização dos saberes envolvidos diretamente na metodologia em si. Dentre os objetivos da avaliação encontra-se o de formular uma visão crítica que contribua para a evolução da economia solidária no Brasil nos próximos anos.

Em linhas gerais, o processo de avaliação do PRONINC é algo importante para se conhecer e para mensurar sua efetividade da metodologia aplicada pelas universidades na "incubagem" de empreendimentos autogestionários na lógica da economia solidária.

Não obstante, não deveria ser apenas as incubadoras universitárias que deveriam merecer atenção. Outros atores e outras metodologias são implementados há muito tempo por outros agentes que integram as entidades de apoio, assessoria e fomento, segundo a designação do Sistema Nacional de Economia Solidária – SIES. Dentre aquelas entidades a maioria atua no campo da "formação" (39%); seguidas por aquelas que se dizem atuantes no campo da "articulação e mobilização" (34%). Apenas 7% atua na área da "incubação". Vale ainda ilustrar que a maioria tem sede no Nordeste (51%) e tem mais atuação municipal (37%).

Em entrevista "virtual", Ana Paula de Moura Varanda, coordenadora técnica da avaliação, informou que "o PRONINC investiu no edital de 2003 (que é relativo aos projetos que acompanhamos) cerca de oito milhões de reais para financiar 33 incubadoras de cooperativas populares, incluindo a avaliação realizada pela FASE (que envolveu visita e aplicação de roteiros e questionários nas 33 incubadoras e a 95 empreendimentos incubados, além da realização -até o momento- de três seminários); são 315 empreendimentos incubados em diversas regiões do país".

IV.3.1.2 PROGRAMA DE APOIO A PROJETOS PRODUTIVOS SOLIDÁRIOS

Este programa pretende ampliar a parceria estabelecida da SENAES com o Banco do Nordeste do Brasil – BNB visando apoiar as experiências de fundos rotativos para crédito a empreendimentos econômico-solidários em fase de estruturação (MTE; SENAES, 2006).

O comitê gestor do projeto é composto por representantes do Mutirão de Combate à Fome da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, do FBES, da Articulação do Semi-Árido - ASA, do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional e de representantes do BNB e da SENAES.

O Governo entende que as 9 milhões de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família precisam de um instrumento de apoio para que possam construir as 'portas de saída', provendo auto-sustento e emancipação para os segmentos da população não economicamente ativa (FBES, 2006d)[114].

[114] Texto de Selvino Heck Assessor Especial do Presidente Março de 2006, produzido com colaboração de Haroldo Mendonça, da SENAES, e Ademar Bertucci, da Cáritas Brasileira e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. FBES, 2006, acesso em 5 de julho de 2006: www.fbes.org.br/index.php?option=com_

Trata-se de um programa seletivo já que há exigência de comprovação da permanência e viabilidade econômica do empreendimento no mercado.

A idéia do programa é oferecer recursos financeiros não reembolsáveis para viabilizar experiências de fundos rotativos solidários, projetos associativos e comunitários de produção de bens e serviços. A proposta é construir uma metodologia de retorno dos recursos, com compromisso voluntário de devolução, à medida que as iniciativas vão se consolidando e se auto-sustentando. O desafio que o Governo se vê instigado é de multiplicar a experiência em todas regiões do Brasil, criando uma rede nacional que representasse os grupos de geração de trabalho e renda e as iniciativas de economia solidária e fizesse a interlocução com as políticas de governo (FBES, 2006d).

Os recursos para o Programa podem vir tanto do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, de fundos de ação social, serem de origem orçamentária, como de bancos públicos (FBES, 2006). Tal programa contou em 2005 com R$ 1 milhão, para 2006 a previsão é de R$ 1,3 milhão e para 2007 R$ 4 milhões.

IV.3.1.3 CHAMADAS PÚBLICAS DE PROJETOS EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

Em parceria com algumas agências de fomento, dentre as quais a Fundação Banco do Brasil - FBB, com o Banco do Brasil – BB e com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, as chamadas públicas de projetos em economia solidária vêm sendo recorrentes desde 2004 (MTE; SENAES, 2006). Tais Chamadas podem ser compreendidas como outra importante ação governamental de apoio e visibilidade aos empreendimentos autogestionários da economia solidária.

Em 2005, destaca-se a Chamada Pública de Empreendimentos Solidários Agroalimentares promovidas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e a FINEP. Tal Chamada pretendeu integrar o insumo ciência, tecnologia e inovação aos esforços do Governo Federal no que diz respeito à garantia do direito humano à alimentação adequada e a segurança alimentar e

docman&task=doc_download&gid=227&Itemid=18.

nutricional, bem como incentivar a emancipação social e econômica da população em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Nesta Chamada foi oferecido apoio financeiro a projetos de incubação de empreendimentos solidários que resultaram da implementação de uma ou mais unidades produtivas de beneficiamento ou de equipamentos coletivos de comercialização de alimentos, na perspectiva da economia solidária e da segurança alimentar e nutricional, em municípios com mais de 100.000 habitantes.

Outra iniciativa foi a Chamada Pública de Incubação de Empreendimentos Solidários, promovida pelo MCT, FINEP, MDS e Caixa Econômica Federal e Rede de Tecnologia Social que selecionou propostas para apoio financeiro a projetos de reaplicação de tecnologia de incubação de empreendimentos solidários visando a geração de trabalho e renda na periferia de grandes centros urbanos. Eis alguns dos princípios daquela chamada pública e identificar como sugerem interagir com ações da SENAES antes citadas:

> "a) Articulação da ação da Rede de Tecnologia Social com políticas públicas, em especial com o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC;
>
> b) estimular a geração de trabalho e renda através da reaplicação da tecnologia social de incubação de empreendimentos solidários;
>
> c) implementar incubadoras de empreendimentos solidários através de ações de transferência e apropriação de tecnologia e métodos de gestão relacionados com as dinâmicas de produção de conhecimento e geração de tecnologias sociais;
>
> d) implementar metodologias comunitárias participativas, estimulando a cooperação entre Universidades, outras Instituições de Ensino e Pesquisa, Centros de Pesquisa, Associações Técnico-Científicas, Órgãos ou Empresas Públicas ou Privadas, Cooperativas e outras Organizações;
>
> e) promover a disponibilização e apropriação de tecnologias sociais com a valorização dos conhecimentos, insumos e produtos locais;

f) incentivar o protagonismo local dos envolvidos nos projetos de disponibilização e apropriação tecnológica visando ao desenvolvimento sustentável com autonomia das comunidades;

g) estimular a dinâmica inovadora nas suas dimensões técnica, sócio-organizacional e metodológica, voltada à incubação de empreendimentos solidários".

Foi determinado que todas as propostas apresentadas deveriam prever que 50% dos empreendimentos solidários a serem incubados obedecessem a uma das características a seguir: grupo formado por, no mínimo, 80% de mulheres; grupo formado por, no mínimo, 80% de beneficiários do Programa Bolsa Família; grupo de catadores de lixo e outras atividades ligadas ao reaproveitamento e reciclagem de resíduos; grupo que desenvolvesse atividades econômicas relacionadas à produção de alimentos; pessoas portadoras de deficiências. Já para esta Chamada, o conceito de empreendimento de economia solidária seria a organização que possuísse as características que dialogam sobremaneira com o Capítulo I deste trabalho dissertativo, particularmente quanto à forma coletiva de associação laboral, a preocupação com a propriedade e gestão dos empreendimentos; qual seja:

a) organizações coletivas (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção), suprafamiliares, cujos sócios/as são trabalhadores/as urbanos/as ou rurais. Os que trabalham no empreendimento são, na sua quase totalidade, proprietários/as ou co-proprietários/as, exercendo a gestão coletiva das atividades e da alocação dos seus resultados;

b) organizações permanentes (não eventuais);

c) organizações que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços e de comercialização. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais - "razão de ser" da organização;

d) organizações econômicas singulares ou complexas. Ou seja, consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares";

Embora não esteja sob a coordenação da SENAES, pelas pretensões deste trabalho, convém apresentar, ainda que em linhas gerais, o Departamento de Economia Solidária do BNDES e de suas atuação no mesmo período determinado como recorte histórico para as demais ações do Governo Lula direcionadas à economia solidária.

IV.3.2 DEPARTAMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO BNDES

Um importante executor de políticas públicas de economia solidária é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, criado em 1971. Ainda que uma de suas funções mais propagadas seja a de ser um agente financiador de empréstimos aos setores privados, convém salientar que o Banco é uma autarquia na categoria de empresa pública, sendo ainda um dos principais executores de investimento do Governo Federal.

Em 2003, o Banco adotou pela primeira vez em sua estrutura organizacional termo da economia solidária ao criar de um órgão específico: o Departamento de Economia Solidária – DESOL que substituiu a Gerência Executiva de Trabalho e Renda. O DESOL passou a ser responsável pelos programas de Microcrédito – em vigência anteriormente -, assim como o de Apoio à Consolidação de Empreendimentos Autogestionários; ambos operacionalizados com recursos reembolsáveis.

Apesar disto, ao analisar os aporte da área social do BNDES no período de 2000 a 2005, Tabela 6, é marcante a natureza oscilatória dos aportes para a economia solidária, tanto em valor desembolsado quanto em número de operações.

TABELA 6: APORTE DA ÁREA SOCIAL DO BNDES, de 2000 a 2005

ANO	N. OPERAÇÕES DO BANCO/VALOR TOTAL DAS OPERAÇÕES	SETOR DA ECONOMIA SOLIDÁRIA
2000	n. operações no ano	13
	Valor desembolsado no ano	R$ 9 milhões
2001	n. operações no ano	14
	Valor desembolsado no ano	R$ 7 milhões
2002	n. operações no ano	13
	Valor desembolsado no ano	R$ 13 milhões
2003	n. operações no ano	4
	Valor desembolsado no ano	R$ 26 milhões
2004	n. operações no ano	3
	Valor desembolsado no ano	R$ 6 milhões
2005*	n. operações no ano	1
	Valor desembolsado no ano	R$ 1,5

Fonte: Boletim de Desempenho do BNDES, resumo 2000 – 2004 e Boletim de Desempenho do BNDES, novembro 2005 (valor referente ao período de janeiro a novembro de 2005).

O somatório dos dados de 2000 a 2002 para a economia solidária, revela que 29 milhões foram aportados para 40 operações em economia solidária. Já no período subseqüente - de 2003 a 2005, houve um substancial decréscimo para a economia solidária uma vez que apenas ocorrem 8 operações que aportaram 33 milhes de reais do Banco. Importante ainda notar que no mesmo ano de criação da DESOL, em 2003, apenas quatro operações foram realizadas ainda que tenha sido desembolsado o equivalente ao somatório dos gastos dos três anos anteriores; isto é, houve concentração de recursos.

Questionada para esta pesquisa sobre tal dinâmica do aporte do Banco à economia solidária, Ana Cristina da Costa - chefe do DESOL - respondeu que:

> "O decréscimo é relativo aos desembolsos, pois o BNDES trabalha por demanda. Especificamente, entre 2003 e 2004, no âmbito da discussão do Governo Federal sobre microcrédito, o programa foi reformulado, contudo teve problemas operacionais. Com a revisão realizada em 2005, existem 09 projetos aprovados[115] pela Diretoria com perspectiva de novos desembolsos ao longo de 2006/2007. No caso da autogestão, o Programa foi aprovado em dezembro de 2005, com uma operação. Portanto, os desembolsos ocorrerão ao longo de 2006".

A reformulação supracitada está relacionada à instauração, em 2005, do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO[116] pelo Governo Federal no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego.

Foi com base na nova política nacional de microcrédito que passava então a ser baseada no PNMPO, foi criado o Programa de Microcrédito – PMC do BNDES o qual "busca a utilização do microcrédito como instrumento integrado e complementar às políticas públicas destinadas à promoção do desenvolvimento local e regional, bem como àquelas relacionadas ao fortalecimento de aglomerações produtivas" (BNDES, 2006).

[115] Faz necessário informar que embora ela afirme que foram aprovados não aparecem nos dados oficiais do Banco para aquele ano. Imagina-se que venham a ser somadas às perspectivas para 2006.
[116] A Medida Provisória – MP de Nº 226, de 29 de novembro de 2004 foi convertida na Lei nº 11.110, de 2005. Quanto ao que entende por "microcrédito produtivo orientado", no terceiro parágrafo da Lei referente ao PNMPO, tem-se que "... considera-se o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica."

Em resposta à questão sobre como avaliar o desempenho do BNDES na área específica do microcrédito e sobre quais são as principais dificuldades encontradas no que tange ao incremento do desembolso, Costa afirma que, desde 2005, o Banco tem buscado "superar fragilidades apontadas na avaliação dos programas anteriores, aumentar a capilaridade no repasse dos recursos e, em particular, apoiar o PNMPO" (IBASE, 17.06.2003). Admite que de fato houve dificuldades no período 2003 a 2004, mas prevê um aumento substancial para o ano de 2006:

> "A previsão de desembolso para o ano de 2006, considerando somente os 13 projetos aprovados até o momento, é de cerca de R$ 15 milhões. Se somarmos à previsão, os desembolsos previstos na carteira potencial (projetos em análise), o valor passa a R$ 20 milhões" (idem).

Para Costa, a maior dificuldade para a concretização dos desembolsos até o momento tem sido a baixa capacidade dos agentes repassadores em aplicar o mínimo de 80% do recurso repassado, conforme regra do PMC, em carteira de microcrédito de qualidade.

Quanto à resposta sobre que conceito e terminologia a DESOL se apoio para trabalhar com o setor da economia solidária, Costa responde que "o BNDES trabalha no sentido de apoiar as diretrizes emanadas do Governo Federal, no caso específico, procurando articular-se com a Secretaria Nacional de Economia Solidária".

Dito isto, vale lembrar de que o microcrédito é matéria "cara" ao movimento social da economia solidária; configurando-se como o elo que "complementa e dá vida" à cadeia produtiva de desenvolvimento de suas mais diversas iniciativas; sendo ainda determinante para sua auto-sustentabilidade das iniciativas produtivas em todo Brasil.

Neste contexto, percebe-se a importância de um estudo aprofundado da área de microcrédito do banco e das demais ações governamentais; não obstante, como dito anteriormente, não é este o objetivo deste trabalho; mesmo porque a complexidade e a

observada dificuldade de obtenção de informações[117] - também por parte do BNDES - dificulta em muito tal enfoque.

IV.4 MARCO LEGAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA[118]

Não apenas a busca da definição de conceitos em torno da economia solidária é uma questão importante ao movimento social da economia solidária, como também a delimitação de um marco legal. Até mesmo porque ambas temáticas têm estreita relação afirmativa a qual pode ser comprovada a partir da apreciação de alguns trechos da Plataforma de Políticas Públicas de Economia Solidária consolidado no interior do Fórum Brasileiro de Economia Solidária[119]; quais sejam:

> "Conceituar normativamente empresas de autogestão, cooperativas populares, bem como aquelas organizações de economia familiar; (e) Reconhecer legalmente e promover a difusão das diversas formas de Economia Solidária, tais como compras coletivas, lojas solidárias, cartões de crédito solidários, feiras, sistemas de trocas com moeda social, agricultura familiar orgânica, comércio justo etc.". (FBES, 2006b)

Até porque se sabe que uma forma encontrada para que políticas públicas tenham alguma continuidade para além dos mandatos eleitorais - e das tidas políticas de "governo" - é sua "institucionalização" a partir de uma série de mecanismos em que se destaca a formulação e a implementação de leis as quais conferem àquelas políticas maior legitimidade.

---

[117] Apesar da dificuldade de se obter dados de uma das principais agências de desenvolvimento do mundo – em 2005 o orçamento do BNDES foi maior que o do Bando Mundial -, faz-se *mister* assinalar que um importante processo de "abertura" e de proximidade com a sociedade civil organizada foi iniciado desde 2005 a partir do protagonismo da Rede Brasil por Instituições Multilaterais que reúne cerca de 80 organizações brasileiras. A partir de sua atuação, uma Portaria assinada em fevereiro de 2006 pelo então presidente do BNDES, Guido Mantega, originou um grupo de trabalho interno cujos principais objetivos são formular uma proposta de "política de informações" para o sistema BNDES e atuar como interlocutor junto a representantes da sociedade civil. Para saber mais: http://www.ibase.br/dvdn/conteudos/por_que_fazer.htm

[118] Sobre marco legal da economia solidária, especialmente do cooperativismo e do associativismo: http://www.locatio.com.br/gt8/marco_legal.html e http://www.portaldocooperativismo.org.br

[119] Localizado em www.fbes.org.br; "sobre o Fórum", "Plataforma" no item 2 e 7 da seção sobre "Marco Legal."

Para Tânia Barcelar, a principal limitação da economia solidária é o aparato institucional que está todo montado para outra economia. Por isto ela mesma argumenta que "temos [o movimento de economia solidária] que atuar com o padrão de economia que se organiza em torno de outros valores, de outras relações sociais e de produção, num ambiente que está organizado para a economia capitalista (IHU, 2006)".

No Brasil, há algumas leis recentes específicas que contemplam apoio ao campo da economia solidária. De modo geral, pode-se afirmar que estas leis não têm mais que cinco anos de existência, tendo dinâmica crescente já que há projetos de lei em pauta em alguns estados e municípios. Atores relevantes do movimento da economia solidária têm procurado estimular a criação de comissões para formulação de leis que são apresentadas a parlamentares ou a comissões relacionadas ao tema da economia solidária nos diversos níveis parlamentares.

Tem-se que um dos principais entraves para a comercialização dos produtos e serviços da economia solidária é em torno dos tributos que incorrem sobre suas iniciativas. No entanto, esta questão é de competência estritamente federal; para quaisquer mudanças é necessário formular e aprovar lei complementar à Constituição Federal. Logo, carecem de debates mais amplos e longevos no Congresso Nacional, e dependem da agenda política nacional que, nos últimos anos, tem estado mais voltada às recorrentes Comissões Parlamentares de Inquérito – CPI.

Uma exceção é a Lei do Cooperativismo, tida como a lei mais importante no campo da economia solidária: lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Ela define a Política Nacional de Cooperativismo, o regime jurídico das cooperativas, orienta sua constituição e seu funcionamento, determina o sistema de representação e órgãos de apoio; viabilizando o Sistema Brasileiro de Cooperativismo.

Há pelo menos quatro importantes projetos de lei substitutivos àquela lei. Uma delas está sendo pautada desde 2005 no Congresso Nacional. Trata-se do projeto de lei n. 171 de 1999[120] cuja autoria é do Senador Osmar Dias, a qual é a defendida pela – Organização das Cooperativas do Brasil - OCB.

A SENAES debruçou-se sobre o tema durante toda sua gestão, principalmente por "requisições insistentes" pela defesa das cooperativas de trabalho advindas de

[120] Este projeto trata do Sistema Cooperativista Nacional, que abrange as cooperativas e seus órgãos de representação. Para conhecer este projeto de lei e outros temas relacionados ao marco legal da economia solidária: http://www.locatio.com.br/gt8/marco_legal.html

representantes da OCB e a despeito do movimento social da economia solidária como um todo não se identificar com tal formato cooperativo. Neste cenário, vale ainda notar que dentre os principais atores sociais em torno do tema do cooperativismo destaca-se o então Ministro da Agricultura do Governo Lula: Roberto Rodrigues que se sabe que também atendem à bancada ruralista no Congresso Nacional.

A investida da Secretaria foi determinante para o êxito de pautar o tema dentre os atores interessados, tendo culminado com a apresentação – por parte do Ministério do Trabalho e Emprego - de um projeto de lei que busca assegurar os direitos sociais aos trabalhadores cooperados, argumento que vai ao encontro da determinação constitucional – em seu Art. 7º - que determinada a garantia de tais direitos a todo e qualquer trabalhador.

Leonardo do Egito Coelho, advogado e membro do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES argumenta que tal embora este projeto de lei é tido como tímido no tocante às contrapartidas para sua viabilidade econômica; não tendo agradado a todos, em especial ao segmento cooperativista representado pelo OCB.

> "Cogitou-se uma terceira via alternativa ao referido projeto, com a constituição de conselho representado por segmentos cooperativistas e outros da economia solidária, mas que não fecharam acordo (COELHO, 2006: 1)".

Como retrocitado, diferentes protagonistas do movimento da economia solidária têm se mobilizado na formulação de leis municipais e estaduais. Tanto a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária quanto o Fórum Brasileiro de Economia Solidária têm esta estratégia traçada, particularmente desde 2004 e 2005; respectivamente (RBSES, 2006) e (FBES, 2005).

Alguns gestores públicos também têm encontrado na formulação de leis a base para institucionalização de suas ações, seja pela orientação da participação popular seja pela garantia de recursos específicos para sua realização; dentre outros motivos. Como exemplo, temos a lei do Município de São Paulo/SP, que institui o Programa Oportunidade Solidária, estabelecendo princípios fundamentais e objetivos da Política de Fomento à Economia Popular Solidária do Município de São Paulo/SP, coordenado pela então Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade do Governo de Martha Suplicy (2000-2004), sob a coordenação de Márcio Pochmann. Vale dizer que o governo de José Serra, subseqüente, revogou tal lei e as ações da antiga secretaria.

Não obstante, há um outro ilustrativo que evidencia o esforço do movimento social na mesma "empreitada" legal. É o do Estado do Rio de Janeiro onde uma comissão de assessores de organizações não-governamentais formulou um projeto de lei a partir da identificação de demandas do movimento estadual obtida nos anais de eventos de economia solidária desde 1994. Ao final da elaboração tal comissão ampliou a consulta para atores que não participam do Fórum Estadual de Economia Solidária[121] chegando a um documento final o qual foi, por sua vez, sendo modificado[122], ao passo que negociavam sua aprovação na Assembléia Legislativa e com o próprio Governo do Estado. De forma inédita naquela casa de leis, o projeto de lei (nº 3373/2006) está em tramitação sob a autoria de líderes de bancada dos principais líderes partidários[123] da Assembléia; com caráter suprapartidário.

Em entrevista para este trabalho dissertativo, Otniel de Aquino apresentou um caso pitoresco que evidencia a "luta de braço" entre o cooperativismo oficial representado pelo sistema Organização das Cooperativas do Brasil – OCB e o a economia solidária foi vivenciado no Espírito Santo. Dois projetos de lei tramitavam na Assembléia capixaba no final do ano de 2005 com teores similares. Um deles oriundo de debates no interior do Fórum de Economia Solidária do Espírito Santo – FEES tendo tido ainda o apoio da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Espírito Santo – FETAES. O projeto de lei em questão visava instituir a "Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado

[121] Vale notar que tais assessores julgam que o Fórum Estadual de Economia Solidária - interlocutor principal junto à SENAES (sua criação foi estimulada por esta secretaria) e integrante do sistema que conforma o FBES – não responde por todo movimento estadual. Semelhante posicionamento pode ser também identificado por outros atores daquele mesmo estado, assim como pode ser observado no interior de outros fóruns estaduais instituídos a partir da criação do FBES e da SENAES. É o caso do Estado de Minas Gerais e do Paraná.

[122] A proposta original foi sendo modificada neste processo até que o projeto em questão determinou a criação de um conselho estadual – indicando sua composição - e de selo de economia solidária.

[123] Daquele momento político já que os representantes das bancadas e dos partidos nos parlamentos costumam mudar com certa freqüência.

do Espírito Santo" a qual inclui a criação de um conselho paritário de caráter deliberativo. O outro projeto de Lei foi encaminhado pela Organização das Cooperativas do Espírito Santo – OCES que tem forte expressão de cooperativas agropecuárias e de crédito do Estado. Fato é que o governador daquele Estado sofreu forte pressão da OCES. Por outro lado, até o bispo da Arquidiocese do Espírito Santo interceder pelo movimento social junto ao governador. Finalmente, ambos projetos de lei foram sancionados e receberam numeração seqüencial[124].

A partir de uma análise das leis e projetos de leis[125] dirigidas à economia solidária nos níveis estaduais, municipais e distrital, pode-se ainda identificar alguns elementos que valem um certo aprofundamento.

Não é difícil perceber que a maioria das leis em vigor e dos projetos de leis pautados nos diversos parlamentos analisados "investe" na criação de conselhos, fundos e certificações para empreendimentos e entidades de assessoria, pesquisa e fomento da economia solidária.

Pode-se notar que ele foi elaborado de forma a procurar evidenciar algumas categorias de análise, tais como: terminologia utilizada e conceituação do que aqui se entende por economia solidária; forma de tratamento da questão da informalidade de alguns empreendimentos; tratamento dos princípios e valores éticos que procuram delimitar as iniciativas de economia solidária; forma de abordagem do movimento social da economia solidária local; observações sobre tramitação e correspondente correlação de forças etc. No entanto, as colunas temáticas escolhidas não correspondem exatamente àquelas categorias; estão agrupadas em outras mais genéricas devido à densidade dos textos dos documentos em questão.

Pode-se identificar que a preocupação acerca da identificação dos empreendimentos do campo da economia solidária é evidente; sendo por vezes descrito o que não se considera iniciativas daquele campo. Adicionalmente, entidades de apoio e de assessoramento àqueles empreendimentos são apresentadas nos projetos de lei de forma a também lhes garantir recursos públicos.

[124] O projeto de lei defendido pelo FEES é de16 de janeiro e recebeu a numeração 8.256; sendo que o defendido pelo OCES é de 17 de janeiro de 2006, e seu número é o 8.257.
[125] Tal acervo pode ser encontrado na página eletrônica do FBES: www.fbes.org.br

De modo geral, percebe-se que a valorização do trabalho, a sustentabilidade ambiental, a busca pela equidade de gênero; a autogestão e prática de democracia participativa e respeito aos direitos humanos são recorrentes em praticamente todas projetos e leis analisados. Como dito, tem-se que a cidadania também é reforçada no direito que os trabalhadores da economia solidária têm em participar dos mecanismos de produção e distribuição da riqueza.

Muitos daqueles instrumentos legais determinam também a criação e a manutenção de um banco de dados dos empreendimentos e das entidades assessorias a fim de que recebam algum tratamento especial, particularmente o de serem alvo das políticas do setor da economia solidária.

Nota-se que quando não há legitimação na estrutura do poder executivo, costuma-se determinar a criação de fundos próprios a serem geridos por comissão gestora e/ou conselhos consultivos e deliberativos.

Mas os conselhos não vêm apenas quando do caso supracitado. Pode-se identifica-los quando é o poder executivo quem propõe um projeto de lei ao poder legislativo. O mesmo se dá com a determinação de um fundo próprio para a economia solidária.

O tratamento relativamente freqüente acerca da informalidade reflete a dura realidade – sua precariedade - de parte considerável dos empreendimentos, assim como evidencia a pretensão de mudança – tanto pelo lado dos trabalhadores quanto pelo Estado - rumo à sua legalização. Posicionamento maduro de ambos atores, particularmente por parte do Estado que de alguma maneira troca seu poder de vigiar e punir pelo de facilitar a legalização.

IV.5 CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Como visto, no mesmo Decreto em que o Presidente Lula instituiu a SENAES determinou também a criação de um Conselho Nacional de Economia Solidária[126] o qual deveria ser regulamentado por aquela Secretaria posteriormente.

Tal fato explica a série de medidas complementares a serem consensuadas entre membros do Governo Federal e da sociedade civil, entre elas a definição sobre sua composição, atribuições, competências, forma de organização e funcionamento. Sobre a natureza e os objetivos do Conselho a SENAES afirma que:

> "O CNES foi concebido como órgão consultivo e deliberativo de interlocução permanente entre a SENAES e os setores da Sociedade Civil e do Governo Federal que atuam em prol da economia solidária. Tem como atribuições principais a proposição de diretrizes para as políticas de economia solidária dos Ministérios e Secretarias que o integram e o acompanhamento da execução dessas políticas. As funções de Secretaria-Executiva do Conselho serão exercidas pela SENAES. Como esta está associada à maioria daquelas políticas, servirá de elo, sempre que for conveniente, entre o Conselho e os agentes do Governo Federal." (MTE, 2006).

Desde 2003, a SENAES passou a pautar insistentemente a questão junto ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Em 21 de fevereiro de 2005, duzentos representantes do FBES de 23 estados da federação debateram, utilizando a ferramenta de videoconferência, a implantação do Conselho. Naquele momento, pode-se afirmar que a consolidação do Conselho iniciou seu processo mesmo a despeito de certa resistência, particularmente pelos que acreditavam que o movimento deveria fortalecer os Conselhos já existentes, dentre os quais, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES.

Membros da SENAES, inclusive o próprio secretário, demonstravam acreditar que tal conselho daria suporte a uma política mais longeva e comprometida por parte do Governo Federal. Valmor Schiochet, então Diretor de Estudos e Divulgação da SENAES afirmou que:

> "(...) a discussão sobre a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária é uma reivindicação deste ator [o movimento social da economia solidária] para que, além de termos uma estrutura de gestão da política pública, que é a tarefa da SENAES e de outros órgãos governamentais, tenhamos um espaço de interlocução da sociedade civil com o governo. Estamos com isso ampliando a

[126] Lei n. 10.683, maio de 2003.

> interlocução do Estado com a sociedade civil a partir de um tema específico da economia solidária que envolve milhões de trabalhadores e trabalhadoras que se organizam economicamente tendo a auto-gestão, a solidariedade, a cooperação como central na sua forma de organização." (FBES, 2006f).

Ainda segundo Schiochet, o entendimento da SENAES é de que não só a discussão sobre a criação do Conselho, mas o processo de diálogo que a Secretaria faz junto ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária demonstra uma prática democrática de discussão e debate para a implementação das ações governamentais (FBES, 2006f).

A SENAES recorreu ao FBES também para pedir apoio sobre a composição do Conselho, sobre o qual sabia-se existir pressões por parte da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB para sua inclusão. Tal fato explica, em parte, o longo tempo em que o Conselho será de fato regulamentado. Ao fim de 2005, a SENAES e o FBES decidiram por um Conselho tripartite, sendo 1/3 composto pelo governo, 1/3 pela sociedade civil e 1/3 empreendimentos da economia solidária.

Quanto à composição, a SENAES terminou decidindo por incluir, a princípio de modo provisório[127], a OCB na composição do Conselho, mesmo à revelia da decisão contrária do FBES (documentada na ata da IV Reunião da Coordenação Nacional do FBES; p. 17). Ao passo que acontecia o processo de deliberação do caráter e da composição nos municípios e estado da federação foi dito pela SENAES que a indicação da OCB seria definitiva, devendo apenas ser ratificada na Conferência programada para junho de 2006.

Até o momento da escrita desta dissertação, acordou-se que o Conselho será composto por 56 entidades divididas entre três setores: Governo, empreendimentos de economia solidária e entidades não-governamentais de fomento e assessoria à economia solidária. Como pode ser visto abaixo, a relação das entidades que estarão representadas no Conselho é vasta[128]. Inclui os ministérios importantes, assim como representações nacionais do movimento em questão, dentre as quais a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE; assim como outras entidades igualmente não diretamente relacionadas, no caso religiosas como é o caso da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB e do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs – CONIC.

[127] Até junho de 2006, data da Conferência Nacional de Economia Solidária, ficaria a composição com caráter transitório. A partir daquela data, quando seria debatido pela última vez o tema, seria de caráter permanente.

Este fato revelou ainda mais descontentamentos no interior do FBES e em outros atores do movimento social da economia solidária. Não obstante, vale lembrar que a competência para indicar os representantes dos Conselhos de nível federal, em última instância, é mesmo do Governo Federal, tal qual analisou criticamente Moroni de forma mais genérica sobre os conselhos criados durante o Governo Lula (MORONI, 2005: 17).

Importante salientar que a Conferência responsável por instaurar oficialmente o Conselho tem o mote: "Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento", e um dos objetivos[129] destacados é a instauração de mecanismos de participação e controle social, tal qual julga-se aqui essencial para a relação com o Estado, assim como pertinente aos princípios e valores da economia solidária.

IV.6 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Este capítulo procurou "dar conta" de vários enfoques circunscrito ao âmbito governamental do campo da economia solidária.

Viu-se que a partir da perspectiva histórica de uma prática que aos poucos ganhou consistência de movimento social no Brasil e que "conquistou" – parafraseando Singer - um espaço institucional não apenas em governos municipais e estaduais da federação; como

[128] A representacao Governamental é a seguinte: SENAES/MTE; Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA, Ministério da Cultura - MC; Ministério do Meio Ambiente - MMA; Ministério de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA; Ministério do Desenvolvimento Social - MDS; Ministério da Fazenda - MF; Secretaria Geral da Presidência da República; Secretaria de Aqüicultura e Pesca; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR; Ministério da Integração Nacional - MIN; Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT; Ministério de Educação - MEC; BNDES; CEF; BB; Fórum Nacional de Secretarias de Trabalho - FONSET; e Rede de Gestores de Políticas de fomento à economia solidária. Quanto aos empreendimentos de Economia Solidária: Associação Nacional de Cooperativas de Crédito e Economia Solidária - ANCOSOL; ANTEAG; CONCRAB; UNISOL; UNICAFES; 15 representantes de empreendimentos econômicos indicados pelo FBES. Há ainda a categoria de "Outras organizações da Sociedade Civil e Serviços Sociais": Articulação do Semi-Árido - ASA; SEBRAE; Grupo de Trabalho da Amazônia - GTA; Conselho Nacional de Igrejas Cristãs - CONIC; Rede Cerrado; Rede Mulheres Economia; Rede Unitrabalho; Movimento Nacional de Catadores; Movimento Nacional Quilombolas; Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares; Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária; Cáritas Brasileira; Fórum de Comércio Ético e Solidário; Associação Brasileira de Entidades de Microcrédito - ABCRED; Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - ABONG; Pastoral Social da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB; OCB (MTE, 2006).

[129] Os demais objetivos são: a afirmação da economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento; a proposição de princípios e diretrizes para orientar uma Política Nacional de Economia Solidária; a identificação do estado atual e o potencial da economia solidária no país, tanto do ponto de vista da sua organização social quanto das políticas públicas desenvolvidas; a proposição de prioridades e estratégias de atuação para as políticas e programas de economia solidária.

também em nível federal com o advento de uma instância no interior da pasta ministerial que trata da questão do trabalho e do emprego. Seu conseqüente diálogo com aquele movimento social emergente, acabou propiciando elementos importantes e intrigantes, justificando sobremaneira o enfoque elegido nesta investigação acadêmica.

Apesar de elementos histórico-analíticos demonstrarem que foi a partir dos anos 1980 que a economia solidária surge no Brasil com forte articulação de iniciativas e redes de outros países, sua pujança de sua consolidação enquanto movimento social se deu a partir dos Fóruns Sociais Mundiais realizados em território nacional. Assim como - e mais especialmente – por sua legitimação quando da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, em 2003, a qual tem procurado desde então dialogar e se articular em torno daquele movimento.

Logo, não é a toa que a ratificação da economia solidária enquanto objeto de políticas públicas é tida como uma "conquista" do movimento social de economia solidária, fato que tem sido determinante para sua dinâmica ascendente no Brasil. Não obstante, como bem salienta Singer:

> "A economia solidária avançaria mesmo se não contasse com política de apoio por parte de governos locais, regionais e nacional. Mas, estas políticas são decisivas para ajudar os mais pobres a se auto-organizar para coletivamente desenvolver trabalho e obter renda. Só fundos públicos têm capacidade para estender o avanço da economia solidária aos que mais carecem dele" (SINGER, 2006: 6).

Da inquestionável necessidade de atuação do Estado na promoção do desenvolvimento da economia solidária, tem-se que o conseqüente e vivenciado avanço político-institucional da economia solidária traz consigo uma série de desafios e limites, dentre as quais destaca-se a adequação e efetividade das políticas sociais a ela direcionadas, assim como a manutenção da autonomia e dos valores e princípios daquele movimento.

Não deve ser menosprezada a estreita relação que a SENAES buscou ter com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES, instância que congrega a maioria das formas de expressão da economia solidária no Brasil e que de fato foi a principal instância interlocutora da Secretaria junto ao movimento social em questão. Assim como, não restam dúvidas de que a Plataforma de Políticas Públicas do FBES tem sido guia das políticas da SENAES.

No entanto, a natureza e especificidade de ambos atores faz com que a sua relação seja por vezes contraditória e assimétrica em inúmeros aspectos, ainda que isto não seja desejado. Tal fato é mais marcante quando se anuncia um universo de ampla participação, horizontalidade das decisões, assim como de clareza/transparência das ações governamentais mesmo a despeito da dificuldade de se implementar tais mecanismos democráticos. Neste sentido, fica patente neste Capítulo que há lacunas que impedem sobremaneira uma análise mais bem elaborada sobre a implementação daqueles mecanismos. Além do mais, há de se considerar que talvez este cenário derive da falta de preparo e da sensibilização dos gestores e técnicos da administração pública no sentido de garantir a efetividade a agilidade da "prestação de contas" do Estado, em seu sentido *lato*.

Mesmo que seja louvável a atuação da SENAES na busca por integrar e galgar esforços para além do escopo departamental e ministerial circunscrita àquela Secretaria e de sua conseqüente expressão orçamentária, fica clara a necessidade de se conhecer tanto a prioridade/peso que se imprimiu a cada atuação, como também é importante ter conhecimento sobre a proporção de cada "investida" frente aos demais programas sociais do governo federal. Munidos de tais informações, os diferentes atores que compõem o movimento social da economia solidária do Brasil poderiam mensurar sob os mais variados prismas a efetividade de sua participação, por exemplo.

Quanto às ações implementadas, em sua gestão, pode-se afirmar que a SENAES fortaleceu o movimento social dando visibilidade às suas diversas iniciativas principalmente na promoção feiras e de outros mecanismos de comercialização (*Fair Trade*, trocas solidárias, centros públicos) em todos estados da Federação. Tal ação constitui o elemento fundamental de parte significativa das políticas implementadas nestes dois anos de meio[130] de atuação.

[130] O recorte histórico escolhido neste trabalho: junho de 2003 - quando da criação da SENAES - a 2005.

Outro avanço que certamente marcou o futuro daquele setor foi a investida na consecução de um cadastro das iniciativas existentes no Brasil: o Sistema de Informação da Economia Solidária – SIES que foi utilizado ao longo deste trabalho. Tal registro poderá subsidiar a formulação de políticas públicas, a formulação de um marco jurídico adequado à economia solidária, e o desenvolvimento de pesquisas no tema; dentre outras finalidades. Deve-se ainda registrar que, para tanto, a SENAES atuou novamente em uma estreita parceria com o FBES.

Uma análise das ações governamentais para a economia solidária economia merece, no entanto, ser mais bem aprofundada. Não obstante, como dito anteriormente, este não foi este o objetivo deste trabalho dissertativo; até porque para isto julga-se ser necessário analisar o mandato inteiro (no caso de 2003 a 2006) e/ou da totalidade do Plano Plurianual que o abraça (2004-2007) para assim, ser possível cotejar as pretensões com as conseqüentes implementações com todo o instrumental e distanciamento temporal necessário. Procurou-se mais apresentar as linhas do Programa "Economia solidária em desenvolvimento" do PPA vigente, assim como das ações desta temática implantadas para além do escopo da atuação direta da Secretaria

Uma vez tendo feito uma breve conjugação dos benefícios dirigidos ao movimento social da economia solidária deve-se confrontá-la com uma avaliação mais crítica de ações e fatores não menos importantes, a serem abordados nas conclusões finais que seguem.

CONCLUSÕES FINAIS

A utopia está lá no horizonte.
Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos.
Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos.
Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei.
Para que serve a utopia? Serve para isso:
para que eu não deixe de caminhar.
Eduardo Galeano

O objetivo central desta dissertação foi o de fazer um levantamento bibliográfico da economia solidária sob diferentes aspectos buscando elementos que pudessem ajudar na análise dos limites e possibilidades de um movimento social emergente em relação a sua inter-relação com o Estado quando da implementação "conjunta" de políticas sociais para ele direcionados.

Como visto em vários momentos, na perspectiva mezsariana, a constituição do sistema do capital é idêntica à emergência de suas mediações de segunda ordem segundo a qual o capital nada mais é do que um modo e um meio totalizante de mediação reprodutiva; imperando absoluto tal qual um sistema de metabolismo social de mediação. Depreende-se que, uma das implicações da premência das mediações de segunda ordem sobre as de primeira é o distanciamento dos temas econômicos do campo da sociologia, da ciência política, da ecologia etc. Igualmente lamentável é que se pode afirmar que há um fosso entre os temas macroeconômicos e as questões sociais. Deriva daí o posicionamento de Fritjof Capra (1982) para quem é necessário evocar uma abordagem multidisciplinar para a ciência econômica.

Ainda que tenha um marco conceitual próprio, fica patente que a abrangência das "pretensões utópicas" do movimento social da economia solidária o aproxima do projeto de sociedade socialista. Tais "pretensões" e *práxis*, ainda que tímidas e precarizadas se comparadas às atividades sócio-econômicas hegemônicas, fazem da economia solidária uma das opções *alternativas* de produção e de relação societal que, de algum modo, *re-inverte* a lógica do metabolismo do capital, ao enfatizar as mediações diretamente relacionadas à vida e à sua manutenção tal qual conceitua Mézsáros quando se refere às mediações de primeira ordem.

Adicionalmente, enquanto partícipe de um movimento social que se legitima pelo direito ao trabalho e à vida digna, a economia solidária vem se destacando por seu caráter dinâmico e pela crescente importância na agenda pública nacional e internacional. Este fato por si só reforça o processo de vinculação social, sob a óptica casteliana, de forma não

desprezível por parte dos trabalhadores que integram tal movimento social frente à crise do trabalho assalariado e a reestruturação produtiva do capital.

Este, e outros movimentos sociais que integram o campo da *alterglobalização*[131] têm procurado responder a esta questão fundamental, indo ao encontro de Capra quando contextualizam suas lutas a partir de uma visão holística da realidade, especialmente a cultura, social, econômica e financeira. Neste contexto, o movimento social da economia solidária que tem se configurado gradativamente enquanto um importante ator social e político. Seus pleitos e embates tem se mostrado afins aos dos demais movimentos socais, os quais mantém coerência estratégico-política no enfrentamento das questões macroeconômicas.

Ao afirmar a centralidade da categoria trabalho, ao buscar implementar a coletivização dos meios de produção e da propriedade e, ao procurar agir mediante princípios éticos e democráticos para além das relações laborativas, a economia solidária se diferencia sobremaneira de outras práticas.

No contexto da crise político-institucional do Estado brasileiro vivenciada mais "midiaticamente" nos dois últimos anos, pode-se afirmar que a economia solidária tem a contribuir, mesmo sabendo que "nem tudo são flores" naquele setor. Entretanto, até mesmo a afirmação e intenção de valores éticos e virtuosos valem como ilustração para consecução de novos rumos; outros "prumos" para a vida política do país.

A questão midiática supracitada merece uns parênteses. Entende-se que sempre houve no sistema político brasileiro – e em muitos outros - abuso de poder, má fé, corrupção, troca de favores - independente dos partidos políticos, das instituições etc. Novos aliados – o Ministério Público, instrumentais da tecnologia da informação etc - oferecem um novo ambiente para o controle social. No entanto, os enfrentamentos daquelas questões parecem só ganhar relevo quando registradas e "abraçadas" pelos grandes meios de comunicação que não são – e nunca foram – neutros a despeito da categoria do campo da comunicação ser regida por princípios éticos e de imparcialidade.

Retomando o enfoque mais específico desta dissertação, fica explícito que, pelos princípios e valores democráticos evocados pela economia solidária na tríade – cooperação, solidariedade e autogestão – tal movimento social não deveria prescindir de lutar também por efetivos mecanismos participativos de deliberação e por crescentes e eficazes instrumentos de monitoramento e de controle da gestão pública governamental mesmo que o

[131] Os movimentos sociais do campo da *alterglobalização* são bem apresentados em "Multidões e o Império – entre a globalização da guerra e a universalização dos direitos", de Giuseppe Cocco e Graciela Hopstein, DP &A ed.

ator político em questão possa se sentir “parte orgânica” do governo; e/ou que os “seus" gestores públicos se entendam também como “militantes” daquele movimento já que pelo menos no caso da SENAES a grande maioria de seus gestores adveio de tal setor.

Tais fatos não parecem incomodar aos gestores da Secretaria, mas sim a alguns atores da economia solidária que apropriadamente pleiteiam a necessidade de independência político-financeira do FBES e da sua conseqüente e necessária manutenção da capacidade crítica frente à Secretaria, ao Governo Federal e, mais especificamente, à sua política macroeconômica que determina a natureza e o peso de quaisquer políticas sociais.

Tal posicionamento até como “inocente” – tanto por parte dos gestores quanto da maioria dos que integram o FBES - se não fossem os efeitos maléficos que carregam consigo. Como exemplo, por inúmeras vezes, os gestores públicos “teimam” em se fazerem presentes e se manifestarem quando dos momentos deliberativos do FBES. Além do mais, mesmo de forma inconsciente, terminam – os gestores, a SENAES, o Governo - por “ditar” a pauta e a dinâmica do próprio movimento social da economia solidária Brasil afora.

Além da busca por implementar mecanismos de democracia participativa, o gestor público deveria também primar pela qualidade e efetividade das políticas em qualquer área que atue; do início ao fim de uma ação governamental já que, como foi visto, sabe-se que tais mecanismos que inibem a corrupção e o clientelismo de forma geral; aumentando o poder de fiscalização e de controle social sobre os gastos públicos e adjetivações que caminham de mãos dadas com os princípios da própria economia solidária, assim como de um governo que se diz - e é visto por muitos - como popular.

Não obstante, é fato que qualquer intenção naquele sentido pode vir a esbarrar na burocracia da máquina estatal. Adicionalmente, a postura de gestores e de membros do corpo técnico do Estado, movidos por razões variadas, pode em muito se constituir como obstáculos não menos relevantes.

Atrela-se ainda a este cenário o fato de que tem sido notório o atrelamento da pauta governamental – particularmente da SENAES – na agenda do FBES e de suas instâncias municipais e estaduais. Mais complexo e “esquizofrênico” é este cenário quando o “tempo” de governo, de um mandato, “teima em querer se igualar” ao “tempo” dos movimentos sociais.

Além do mais, a “proximidade” dos gestores públicos com os atores daquele movimento parece contribuir para o “afrouxamento” da necessidade de se investir em transparência ou em garantir o monitoramento e controle. Não é difícil também imaginar que

os atores mais atuantes nos espaços de interlocução com a SENAES se sintam de fato "parte" do governo; perdendo o poder de crítica frente ao Estado.

Vale lembrar de que por ter sido concebido a partir da pujança da eleição de um governo sensível à sua causa popular do campo da economia solidária, o FBES também parece "carregar" consigo marcas profundas desta relação as quais não são necessariamente benéficas diante das considerações acerca dos a implementação daqueles necessários mecanismos democráticos.

A emergência de um projeto nacional coletivo sob a égide da justiça social e do desenvolvimento sustentável faz com que a democracia siga representando também a bandeira da institucionalidade. Neste sentido, um governo que se proponha a responder aos anseios de uma maioria populacional - a menos favorecida - deve se configurar enquanto instrumento de criação de condições estruturantes que balizem as rupturas necessárias. A recente implementação do Conselho Nacional de Economia Solidária parece caminhar neste sentido.

É certo que a sociedade é multifacetada, ainda mais com a conhecida diversidade da origem e da cultural brasileira. Por isto mesmo, como estratégia sustentável e estruturante de uma gestão pública deve optar por atuar para além da dimensão econômica ou social. É no diálogo que se plantam as raízes mais profundas...

Por isto, a prática da participação é algo de extrema importância para ficar à mercê de uma conjuntura político eleitoral, ou pior, "eleitoreira". Deve-se mais primar pela institucionalização dos espaços de deliberação - mas não dos atores que interagem com o Estado "cidadão". Buscando ainda ampliar e efetivar os espaços democráticos de participação nas decisões, desmistificando a tecnicidade que ronda os instrumentos de monitoramento e de controle social de forma contínua sobre sua eficácia, eficiência e efetividade.

A tônica da radicalização da democracia deve também permear a administração pública. A multisetorialidade de uma ação governamental e o enfrentamento das práticas tecnocráticas e exclusivistas pode vir a ensejar espaços de inovação de modelos e de rotinas administrativas.

Paralelo a tais considerações faz-se necessária a propagada Reforma do Estado, assim como a revolução dos valores tal qual a economia solidária – "purismos" à parte – muito contribui ao evocar sua intencionalidade e ao praticá-los mediante a complexidade do ser humano e dos tempos vigentes.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto. "Associativismo" *in:* A outra economia. Veraz ed., Porto Alegre, 2003.

ANTEAG - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE AUTOGESTÃO E PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA. **Autogestão e Economia Solidária – uma nova Metodologia**. São Paulo: ANTEAG, 2004.

----. **Empresa Social e Globalização**. São Paulo: ANTEAG, 1998.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho – ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** Ed. Boitempo, São Paulo: 2002. 258 p.

ARRUDA, Marcos. **Tornar real o possível: a formação do ser humano integral, economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho.** Petrópolis: Vozes, 2006. 365 p.

----. **Socioeconomia Solidária**. *In*: CATTANI, Antônio David. (Org.). A Outra economia. Porto Alegre: Ed. Veraz, 2003a.

----. Trabalho emancipado *in:* A outra economia. Veraz ed., Porto Alegre, 2003b.

----. **Humanizar o Infra-humano**: a formação do ser humano integral homo evolutivo, práxis e economia solidária. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003c. 263p.

----. Situando a economia solidária. *In:* FLEM - Fundação Luis Eduardo Magalhães (org.). **Economia Solidária**. Salvador: Ed: FLEM. 2003d. p. 19-31 (Série Cadernos FLEM, 5). (MFN: 00838).

----; BOFF, Leonardo. **Globalização**: desafios socioeconômicos, éticos e educativos, uma visão a partir do sul. 3. ed. Petrópolis: Ed, Editora Vozes. 2003e. 207p.

----; LOPES, Sandra Quintela. 2000a. Economia a partir do coração. In: SINGER, Paul; Souza, André Ricardo (org.). **A economia solidária no Brasil:** a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Editora Contexto, 2000, p. 317-332.

BARROS, Ricardo. P. de, CARVALHO, Mônica. (2003). *Desafios para a política social brasileira.* Rio de Janeiro, IPEA, outubro de 2003 (texto para discussão nº 985)

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Prefácio *in:* **A quarta via: a promoção do pleno emprego como imperativo da cidadania ampliada.** Texto Novo ed. Rio de Janeiro, 2000.

BENHKEN, Luiz Mário. **O orçamento sem mistérios**. *Revista Inscrita* n. 8 do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. CEFSS: 2004.

BERTUCCI, Ademar. (trecho de fala durante constituição do Conselho Nacional de Economia Solidária) Disponível em http://www.idec.org.br/noticia.asp?id=6769, em 20 de julho de 2006.

----; SILVA, Roberto Marinho Alves da. **20 anos de economia popular solidária** – trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS. 1º edição, maio de 2003.

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL. Boletim de desempenho do BNDES. Disponível em http://www.bndes.gov.br/empresa/desempenho/boletim/default.asp, acesso em 20 de julho de 2006

BÚRIGO, Fábio Luiz. **Moeda social e a circulação das riquezas na economia solidária.** Florianópolis, fevereiro de 2001.

CACCIAMALI, M.C. (1991) "As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda", em Camargo, J.M. e Giambiagi, F. (orgs) *Distribuição de Renda no Brasil*, Eitora Paz e Terra, SP.

CAMPOS, Anna Maria. "*Accountabilty*: quando poderemos traduzí-la?" *in:* Revista da Administração Pública n. 3, jul./set., 1983

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação – a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. Editora Cultrix 1982.

CARBONARI, Paulo César. **Economia Popular Solidária. Possibilidades e Limites.** Passo Fundo, RS, Dezembro, 1999.

---. **Economia popular solidária: possibilidades e limites**. Portal do Instituto de Filosofia da Libertação, acesso em 20 de julho de 2003.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário**. Ed. Vozes, Petrópolis, 1995.

COELHO, Leonardo do Egito. Fronteiras legais da economia solidária e do cooperativismo. (texto para discussão), Rio de Janeiro, julho de 2006.

COLE, G.D.H. ***A century of co-operation***. London, 1944.

CORAGGIO, José Luís. "Alternativas para o desenvolvimento humano em um mundo globalizado". In: revista proposta, RJ: FASE, n. 72, março-maio de 1997PINTAUDI, Silvana

Maria (Org.). Economia Solidária: um setor em desenvolvimento. São Paulo: Prefeitura de Rio Claro, 2002. Rio Claro/SP, 2002.

----. "Da economia dos setores populares à economia do trabalho. Questões debatidas" **in** KRAYCHETE, Gabriel, LARA, Francisco, e COSTA, Beatriz, org's. *Economia dos Setores Populares: Entre a Realidade e a Utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 91-141.

----. **A proposta de economia solidária ante a economia neoliberal** In: Coraggio, Jose Luis. *Del sector informal a la economia popular*. In: cuadernos de la Red., Madrid: Red cims, n. 2, 1994.

COSTA, Sergio. **Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais**. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Feb. 1997, vol.12, n..35. ISSN 0102-6909.

COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez; PEREIRA DA SILVA, Mirela Carvalho. "Desenvolvimento local e espaço público na Terceira Itália: questões para a realidade brasileira". In COCCO, Giuseppe; URANI, André e GALVÃO, Alexander Patez (Orgs). *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

CUNCA BOCAUYVA Cunha, Pedro Cláudio. "Economia Solidária e a nova Centralidade do Trabalho". Tese de Doutorado defendida em março de 2003a no IPPUR/UFRJ, *mimeo*.

----. **Transição, revolução social socialista e a economia solidária**. Revista Proposta, FASE, Rio de Janeiro, RJ, 2003b.

----. Desenvolvimento local e redes socioprodutivas. In: SILVEIRA, Caio Márcio e COSTA REIS, Liliane (orgs). *Desenvolvimento local - dinâmicas e estratégias*. Rio de Janeiro: Rits, 2001.

CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Sindicatos, cooperativas e socialismo.** Texto base para exposição de Reginaldo Magalhães em seminário interno da CUT em 7 de maio de 2001, disponível em http://www.ecosol.org.br/txt/sindic.doc acesso em 29 de julho de 2006.

DAVIGNO, Evelina (org.). (1995), "Os Movimentos Sociais e a Emergência de uma Nova Noção de Cidadania", *in Anos 90: política e sociedade no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1995.

---- (org.). Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2002.

DENARDI, Reni Antonio. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para agricultura rural sustentável. Porto Alegre, v. 2, n. 3, jul/set, 2001

DINIZ, Eli. Democracia e desenvolvimento: a relevância da dimensão política institucional. (texto apresentado na jornada "um ano de governo lula: oportunidade e desafios", Barcelona, em 01/12/2003). Disponível em http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/elidiniz_democracia_e_desenvolvimento.pdf, acesso em 20 de julho de 2006.

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTUDOS E ESTATÍSTICAS SOCIAIS E ECONÔMICAS; SEADE - FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. Pesquisas de Emprego **e Desemprego.** Disponível em http://www.dieese.org.br/ped/bd/mercadotrab.xml, acesso em 29 de junho de 2006.

DOS SANTOS, Manoel José dos Santos. **Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. Estud. av.**, São Paulo, v. 15, n. 43, 2001.

DOWBOR, Ladislau. **Desafios da globalização**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997

DURKERHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social. Ed. Martins Fontes. São Paulo, 1999.

EME, Bernard; LAVILLE, Jean-Louis; MARÉCHAL JeanPaul. **Economía solidaria: ilusión o vía de futuro?**; Documento sobre la realidad y debate de la economía solidaria en Francia. Arles, France: Universidad de Verano, 2002. 21p.

ENGELS, F. **O problema camponês na França e na Alemanha** [1894]. In: José Graziano da Silva e Verena Stolcke (org.). A Questão Agrária - Weber, Engels, Lenin, Kautsky, Chayanov, Stalin. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FACES - FORUM DE ARTICULACAO DO COMÉRCIO ÉTICO E SOLIDÁRIO. Disponível em http://www.facesdobrasil.org.br/fb/, acesso em 29 de julho de 2006.

FASE – FEDERAÇÃO DOS ORGAOS PARA ASSISTENCIA SOCIAL E EDUCACIONAL, programa trabalho e renda. (publicação dos anais da I Plenária Nacional de Economia Solidária, São Paulo, 2003), Ed. Grafthaly, 2003.

FBES - FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDARIA. **Visita do Ministro de Economia Popular da Venezuela** (relato do diálogo do Ministro de Economia Popular da Venezuela, Elías Jaua, com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Brasília, 26.10.2005). Disponível em www.fbes.org.br, no elo "Biblioteca", "GT de Relações Internacionais", acesso em 29 de julho de 2006.

----. **Plataforma de Políticas Públicas em Economia Solidária** (documento de trabalho do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Brasília, 2003). Disponível em www.fbes.org.br, no elo "Sobre o Fórum"/Plataforma", acesso em 29 de julho de 2006b.

----. **Carta de Princípios** (documento de trabalho do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2003). Disponível em www.fbes.org.br, no elo "Sobre o Fórum", seguido por "Carta de Princípios", acesso em 29 de julho de 2006c.

----. **Fundos Solidários/Rotativos: apoio a projetos produtivos solidários (**texto de subsídio para as conferências da economia solidária, Brasília **01 de junho de 2006).** Disponível em http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=870&Itemid=1, acesso em 29 de julho de 2006d.

----. **III Plenária Nacional de Economia Solidária** (exposição de Rosemary Gomes; sistematização oficial, Brasília, 27 de junho de 2003) disponível em http://coordinationsud.org/Abong1/IMG/doc/sistematizaC_ofinal_1_.doc, acesso em 29 de julho de 2006e.

----. **Governo e sociedade civil constroem novo espaço de dialogo sobre a economia solidária** *in:* Boletim do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, n. 1, 1º quinzena de março de 2005. Disponível em http://www.fbes.org.br/boletins/1.htm, acesso em 16 de maio de 2006f.

FCP – FORUM DE DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO POPULAR DO RIO DE JANEIRO. **Carta de Princípios.** Disponível em http://www.fcprj.org.br/ , acesso em 29 de julho de 2006.

FNPP - FORUM NACIONAL DE PARTICIPACAO POPULAR.**Carta do Recife** (Declaração do seminário nacional de para que participação social nos governos locais, nov., 1995). Disponível em http://www.participacaopopular.org.br/Participacao_Popular_nos_Governos_locais_Carta_Recife.doc, acesso em 20 de julho de 2006.

—. Carta aos candidatos e candidatas pelo compromisso com a participação cidadã (declaração para eleições de 2004). Disponível em http://www.participacaopopular.org.br/textos.htm, acesso em 20 de julho de 2006.

FSM II – SEGUNDO FORUM SOCIAL MUNDIAL. **Economia popular solidária**; alternativa concreta de radicalização da democracia, desenvolvimento humano, solidário e sustentável. Porto Alegre: 2002. 82p.

GESQ - GROUPE D´ECONOMIE SOLIDAIRE DU QUÉBEC. **A economia social e solidária: uma perspectiva Norte-Sul**; sínteses e conclusões do ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE A GLOBALIZAÇÃO DA SOLIDARIEDADE, 2001: Quebec, Canadá. **Tributação em Revista**, Brasília, 48p.

GRAZIANO, Luigi. ***A conceptual framework for the study of clientelistic behavior***. European Journal of political research, n. 4, 1976.

GOMES, Rosemary. **Comércio justo e solidariedade e a utopia in: o povo trama – a socioeconomia solidária.** SANTOS, Ranuzia dos (org.) Ed. Gráfica Popular, Curitiba: 2006.

GUÉYE, Cheikh. Economia Social. In: FLEM - Fundação Luis Eduardo Magalhães (org.). **Economia Solidária**. Salvador: Ed: FLEM. 2003. Brasil. p.19-31. (Série Cadernos FLEM, 5). (MFN: 00838), p. 107-114.

GUSMÃO, Rute. **A ideologia da solidariedade**. In: Serviço Social $ Sociedade. n. 62, ano XX, março, 2000. Cortez Ed.

HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. *Império.* Rio de Janeiro Record, 2001.

IFAT - INTERNATIONAL FEDERATION FOR ALTERNATIVE TRADE. 2001. Oxon, UK. The IFAT Directory 2001/2002.

IHU – INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **Quem traça o rumo é a política, não a teoria econômica** in: Cadernos IHU em formação, ano 2, n. 9. 2006. Disponível em http://www.unisinos.br/ihu/publicacoes/cadernos_formacao/edicao00009.pdf, acesso em 29 de julho de 2006. ISSN: 1807.7862

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA; MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. Mercado de trabalho – conjuntura e análise, n. 24. MTE e IPEA, agosto de 2004.

JORNAL O DIA, "**César promete vetar lei que abre contas da prefeitura**", RJ: 24/05/2006

LAACHER, Smain. **Les SEL – une utopie anticapitaliste en pratique**. Ed. La dispute, Collection Comptoire de la politique": 2003

----. **Critique De L'argent Et Morales Des Echanges - L'exemple des systèmes d'échange local.** Revue Les Temps Modernes, Agosto-setembro, n° 605, Paris, França: 1999.

LARA, Francisco; COSTA, Beatriz. **Economia dos setores populares:** entre a realidade e a utopia. RJ: Vozes, Capina; Salvador: CESE, UCSAL, 2000. p.199-224.

LASSERRE, Georges. **La cooperation**. Paris: PUF: 1967.

LOPES, Sandra Maria Quintela. **Mulheres para além do capital: Sinais de uma nova Economia**. Dissertação apresentada à COPPE/UFRJ para obtenção de grau de mestre em engenharia de produção. UFRJ, abril de 2004.

LOPES PINTO, João Roberto. **Um ministério para economia solidária**. Disponível em www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=279, acesso em 01/08/2006.

LUBICH, Chiara. 1991. Economia da comunhão é a economia do lar (*Rocca di papa*, 1991). Disponível em http://www.edc-online.org/br/x_lubich.htm, acesso em18 de abril de 2006.

----. Economia Solidária: Um Elogio à Associação em Tempos de Crise Tese doutoramento. IUPERJ. Rio de Janeiro, 2004. *mimeo*.

JESUS, Paulo de e TIRIBA, Lia. "Cooperação" in A outra economia. Veraz ed. 2002.

MALUF, Renato. Atribuindo sentido(s) ao desenvolvimento econômico. In: *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, n. 15, p 58-86, out. 2000.

MANCE, Euclides André. **Fome zero e economia solidária – desenvolvimento sustentável e a transformação estrutural do Brasil**. IFIL, Editora Gráfica Popular, Curitiba, 2004.

----. (org.) **Como organizar redes solidárias**. DP&A, FASE, IFIL, Rio de Janeiro, 2003.

----. **Redes de economia solidária e sustentabilidade** *Exposição realizada no II Fórum Socila Mundial* Porto Alegre, www.milenio.com.br/mance/fsm3.htm. Fevereiro, 2002a.

----. **Redes de colaboração solidária;** aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002b. 357p.

----. **A revolução das redes;** a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999. 220p.

MELLO, Ricardo Ferreira; SILVEIRA Caio Márcio. Desenvolvimento Local e Gestão de ONGs: SESI/DN e COPPE/UFRJ/LTDS, Brasília, 2005. 152p

----. **Projetos de Apoio ao Setor Informal Urbano: classificação geral e exames de experiências selecionadas.** Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE, Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social de Minas Gerais - SETAS/MG e Sociedade Alemã de Cooperação Técnica - GTZ. 1990.

MELLO, Ruth Espínola Soriano de. **Fair Trade como alternativa ao comércio internacional.** Disponível em http://www.equit.org.br/docs/artigos/RuthEspinola.pdf, julho de 2006

----. **A economia solidária de consolida no V FSM.** Informativo PACS, n. 11, p. 2, junho/julho, 2005.

MELO LISBOA, Armando. 2003. **Economia Solidária** in Revista trimestral de debates da FASE. Rio de Janeiro: FASE, v. 30, n.98, set/nov, 2003. Edição especial.

MEZSAROS, István. ***Beyond capital – towards a theory of transition.*** Merlin Press, Londres: 1995.

MORONI, José Antonio. **Participamos, e daí?** (texto para discussão) Observatório da cidadania, nov, 2005.

NEGRI, Antonio. Trabalho imaterial e subjetividade (1991). In NEGRI, Antonio, LAZZAROTO, Maurizio.*Trabalho imaterial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NOBRE, Miriam. **Mulheres na economia solidária**. In: CATTANI, Antônio David (Org.). A Outra economia. Porto Alegre: Ed. Veraz, 2003.

NUÑES, Orlando. **L'économie populaire et les noveaux sujets économiques: entre la logique du capital et celle des besoins.** Alternatives Sud, v. 4, n. 2 p. 41-57, 1997.

NUNES[132], Ruth Espínola Soriano de Souza. **Socioeconomia solidária: para o desenvolvimento integral, democrático e sustentável** (org.). Rio de Janeiro, Cedac. 2005.

----. **As trocas solidárias e as práticas de criação de moedas** *in:* Moeda social e trocas solidárias: experiências e desafios para ações transformadoras. Série semeando socioeconomia, n. 8. Rio de Janeiro, PACS, 2005b, p. 11-22

----. **A Solidarity Economy as a Strategy for Development** (activity type: panel activity in the WSF). Porto Alegre/RS: 2003a.

[132] Vale dizer que NUNES é minha referência bibliográfica até fevereiro de 2005, data em que passo a ter o sobrenome de casada MELLO.

----; BERTUCCI, Ademar; LOPES, João Roberto. 2003, Janeiro. **A Economia Solidária como Estratégia de Desenvolvimento.** Texto Síntese do Painel de Economia Solidária no Fórum Social Mundial de 2003b. 14 p.

----. **Socioeconomia solidária enquanto política pública.** 71f. Monografia (Curso de Especialização em Políticas Públicas e Governo). 2003c, *mimeo*.

----. **O novo mundo começa agora.** Informativo PACS, nº 3 (Edição especial sobre o III Fórum Social Mundial), março/maio, 2003d.

----. **Socioeconomia solidária enquanto alternativa sistêmica.** 17 p. *mimeo*. Nov, 2003d.

----. **Onde está o dinheiro? Pistas para a construção do Movimento Mosaico Monetário**. ARKEL Henk van; ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto; RAMADA Camilo; PRIMAVERA, Heloisa (Orgs.). Dacasa Editora.Porto Alegre/2002a.

----. Socioeconomia solidária. In: PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). **Economia solidária: um setor em desenvolvimento.** Rio Claro, SP: Prefeitura de Municipal de Rio Claro, SP. p. 59-67. 2002b.

----. **Informalidade como uma alternativa para emancipação do trabalho**, 6 p. *mimeo*. Disponível em http://www.PACS.org.br/biblioteca.htm#n, 2002c.

----. **The new economy of the solidarity networks.** 4 p. Disponível em http://www.PACS.org.br/biblioteca.htm#n, agosto, .2001.

----. **A nova economia das Redes Solidárias.** Artigo publicado no Jornal dos Economistas/RJ, 2 p. Agosto. 2001

----. ¿ **Es posible pensar alternativas a la política social neoliberal?** 2 p. 1999. Disponível em http://www.PACS.org.br/biblioteca.htm#n

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Recomendação 193** (90º Reunião da OIT, Genebra, 20 de junho de 2002). Disponível **em** http://www.ilo.org/images/empent/static/coop/pdf/Portuguese-Brazilian%20version.pdf.

OLIVEIRA, Benedito Anselmo Martins. **Economia Solidária e Cooperativismo Popular: da Gênese aos Desafios Atuais**. Revista Proposta, FASE, Rio de Janeiro, RJ, 2003.

PACS - INSTITUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL (Org.). **Moeda social e trocas solidárias: experiências e desafios para ações transformadoras**. Série semeando socioeconomia, n. 8. Rio de Janeiro, PACS, 2005. 92 p.

----. **Na teia** *In:* informativo PACS. (entrevista de MELLO com Paul Singer), PACS, jan/março de 2004. p. 2

----. **Construindo a rede brasileira de socioeconomia solidária,** 2000. Série semeando socioeconomia, n. 4, Rio de Janeiro, PACS, 2000. 64 p.

----. **Artigos de socioeconomia solidária.** Série semeando socioeconomia, n. 3. Rio de Janeiro, PACS, 2000. 16p.

----. **Construindo a democracia econômica.** Série semeando socioeconomia, n. 2 Rio de Janeiro, PACS, 2000. 32p.

----. **Encontro latino-americano de cultura e socioeconomia solidárias, 1998**. Série semeando socioeconomia, n. 1. Rio de Janeiro, PACS, 2000. 87 p.

PARENTE, Silvana. *Microfinanças: Saiba o que é um Banco do Povo*. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002.

PPA – PLANO PLURIANUAL (governo federal; vigência de 2004 a 2007). **Plano Brasil para todos, Brasília, 2003**. Disponível em http://www.planobrasil.gov.br, acesso em 16 de maio de 2006.

PAULI, Jandir e DA ROSA Enéias (Org.). **Consumo Crítico, Solidário e Coletivo.** Santa Maria, 2004.

PATROCÍNIO, Robson. **Rede de Trocas, avanços e desafios** in: Moeda social e trocas solidárias: experiências e desafios para ações transformadoras. Série semeando socioeconomia, n. 8. Rio de Janeiro, PACS, 2005. 35 – 48p.

PEREIRA DE MELO; CONSIDERA; SABATTO, 2005. **Os afazeres domésticos contam**. (textos para discussão n. 177, UFF/Economia) Set, 2005. ISSN: 1519.4612. *mimeo*.

POCHMAN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado**, São Paulo, Ed. Contexto, 1999.

----. **Sob Lula, gasto social cai e assistencial sobe, diz estudo** (artigo de Marcelo Billi). Folha de São Paulo - Dinheiro – 22/3/2006

POLANY, Karl. **A grande transformação.** Rio de Janeiro, Editora Campus, 1988.

PSES – POLO DE SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA. ***Economia Solidaria en el Foro Social Mundial***, Poro Alegre/RS, 2005, disponível em http://www.socioeco.org/es/fsm5.php, acesso em 29 de julho de 2006.

----. No link “about us” seguido por “what”. Disponível em http://www.socioeco.org/em, em 18 de abril de 2006.

QUIJANO, Aníbal. “Sistemas alternativos de produção?” **In** SANTOS, Boaventura de Sousa, org. *Produzir Para Viver: Os Caminhos da Produção não Capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 475-514.

RAZETO, Luis. **Economia de solidariedade e organização popular**. In: Gadotti, M. e Gutierrez, F. educação comunitária e economia popular. São Paulo: Cortez, 1993.

---. ***Las Empresas Alternativas***, Ediciones PET, Santiago, 1987.

---. ***Las Donaciones y La Economía de Solidaridad***, PET, Santiago, 1985.

RBSES – REDE BRASILEIRA DE SOCIOECONOMIA SOLIDARIA. Relatório do II Encontro Nacional de Cultura e Socioeconomia Solidárias. Disponível em http://www.redesolidaria.com.br/enrbses2004 , acesso em 29 de julho de 2006.

----. **Carta de Porto Alegre da Rede Global de Socioeconomia Solidária** (texto de lançamento da Red Global de Socioeconomia Solidária, Porto Alegre, 2001). Disponível em http://www.redesolidaria.com.br/, no *link* “Leituras Recomendadas”, acesso em 20 de julho de 2006b.

RECH, Daniel. **Cooperativas – uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro, FASE. 1995.

RGPES – REDE DE GESTORES DE POLITICAS PUBLICAS EM ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Diretrizes para políticas públicas de economia solidária: a contribuição dos gestores públicos**. GUIMARAES, Gonzalo; SCHWERNGER, Ângela (orgs). ITCP/COPPE/UFRJ, 2004.

RIPESS - REDE INTERCONTINENTAL PELA PROMOÇÃO DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA. ***Primer encuentro internacional sobre la Globalización de la solidaridad*** (relatório, Lima, 1997) Disponível em http://www.ripess.net/es/historique_ripess.html, acesso em 16 de maio, de 2006.

----. ***Según encuentro internacional sobre la Globalización de la solidaridad.*** (relatório, Québec, 2001). Disponível em http://www.ripess.net/es/historique_ripess.html, acesso em 16 de maio, de 2006.

ROMANO, Jorge O. *Empoderamento: enfrentemos primeiro a questão do poder para combater juntos a pobreza.* Rio de janeiro: ACTIONAID. Impresso, ago. de 2002, 24 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa e RODRÍGUEZ, César. "Introdução: para ampliar o cânone da produção" *In:* SANTOS, Boaventura de Sousa, org. *Produzir Para Viver: Os Caminhos da Produção não Capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a, pp. 23-77.

SANTOS, Boaventura de Sousa, (Org.) *Produzir Para Viver: Os Caminhos da Produção não Capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Pesquisa mundial comércio Justo**. (sumário executivo). Disponível em http://www.sebrae.org.br/br/aprendasebrae/arq_aprendasebrae/comercio_justo2.pdf, acesso em junho de 2006.

SGR – SECRETARIA GERAL DA REPÚBLICA. Informativo "**Participação social**", dezembro, 2005.

SEGUNDO, João Joaquim de Melo Neto. MAGALHAES, Sandra. **O poder do circulante local – a moeda social do conjunto palmeira.** Fortaleza, Banco Palmas, 2005.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade.* São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2000.

STORCH, Sérgio. Discussão da participação dos trabalhadores na empresa. IN: FLEURY,

Maria Tereza L.; FISCHER, Rosa M. (coord.) Processo e relações de trabalho no Brasil .São

Paulo: Atlas, 1985.

MDS – MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO E CMBATE À FOME. **MDS divulga universidade aprovadas para desenvolver projetos de inclusão produtiva.** Disponível em http://www.mds.gov.br/noticias_antigas/noticia1758.htm/?searchterm=inclusão%20produtiva, acesso em29 de julho de 2006.

MTE – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO; SENAES – SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **SENAES – Gestão coletiva, resultados**

compartilhados (texto de contribuição de planejamento da SENAES). Brasília: MTE, SENAES, Jan, 2005.

----; SENAES – SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Programa economia solidária em desenvolvimento. Disponível em http://www.mte.gov.br/empregador/EconomiaSolidaria/default.asp, acesso em 29 de junho de 2006.

----; SENAES – SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA; SIES – SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Atlas da economia solidária no Brasil, 2005.** Brasília: MTE, SENAES, 2006. 60 p.: il.

SINGER, Paul. SENAES – Uma experiência brasileira de política de economia solidária (discurso proferido em 19 de fevereiro de 2006), Brasília, 2006, 7p. *Mimeo*.

---. **Revista Teoria e Debate**, São Paulo, março/abril/2004.

----. **Economia solidária: geração de renda e alternativas ao liberalismo.** Revista Proposta, FASE, Rio de Janeiro, RJ, 2003.

---. **Breve introdução conceitual**. In: Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista. SANTOS, Boaventura de Souza (org.) Editora civilização brasileira, Rio de Janeiro, 2002.SANTOS, Boaventura de Sousa. Produzir para Viver – caminhos da produção não capitalista. Ed. Civilização Brasileira, Brasil, 2002a.

----. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. In SANTOS. Produzir para Viver – caminhos da produção não capitalista. P.81. Ed. Civilização Brasileira, Brasil, 2002b.

---. **A Economia Solidária no Brasil: A Autogestão Como Resposta ao Desemprego.** Organizadores: Paul Singer e André Ricardo de Souza. Direitos: Ed. Contexto, São Paulo, SP, 1ª edição, 2000.

---. **Globalização e Desemprego**; diagnóstico e alternativas. São Paulo, 1998.

PRONINC - PROGRAMA NACIONAL DE INCUBADORAS DE COOPERATIVAS. **Termo de referência da avaliação e monitoramento do PRONINC**. Disponível em http://www.acompanhamentoproninc.org.br/down-sem-1/Proninc_Termo_Referencia.pdf, acesso em 16 de maio de 2006.

TEXEIRA, Ana Claúdia Chaves; GRAZIA, Grazia de; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo; PONTUAL, Pedro. **Orçamento participativo - democratização da gestão pública e**

controle social: as experiências de participação popular na aplicação do dinheiro público municipal (cartilha). Rio de Janeiro, RJ: 2005.

TIRIBA, Lia. **O trabalho no olho da rua: fronteiras da economia popular da economia informal.** Revista Proposta, FASE, Rio de Janeiro, RJ, 2003.

----. **Economia popular e cultura do trabalho – pedagogia(s) da produção associada**. Ijuí, Ed. Unijui, 2001.

VALLA, Victor Vincent. **Sobre participação popular: uma questão de perspectiva**. Cad. Saúde Pública, 1998, vol.14 supl. 2, p. 07-18. ISSN 0102-311X.

VILLAREAL, Altagracia Chilo. **Por dentro do caleidoscópio social**. Informativo PACS, nº 0 (edição especial sobre o II Fórum Social Mundial), PACS, junho/Agosto 2002.

WILKINSON, John. "Consumer Society: What Opportunities for New Expressions of Citizenship and Control?"; Rio de Janeiro, junho de 2003: p. 28.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo